UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

A QUESTÃO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL: POSSE/USO E CONFLITOS

Francisco José Avelino Júnior

São Paulo
2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

A QUESTÃO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL: POSSE/ USO E CONFLITOS

Francisco José Avelino Júnior

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do titulo de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2004

FRANCISCO JOSÉ AVELINO JUNIOR

A QUESTÃO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL: POSSE/ USO E CONFLITOS

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

_____

_____

_____

_____

_____

São Paulo, de 2004.

Resultado: _____

Para meu pai, Francisco, vivo em minha memória.

Para minha mãe, Sebastiana, exemplo de força e dedicação.

Para minha esposa, Patrícia, esteio de nossa caminhada.

**Para meus filhos, Maria Clara, Lucas e Beatriz,
por terem nascidos e existirem de forma tão
carinhosa e amorosa no
meu coração.**

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível mediante a colaboração de muitas pessoas, quero nestas linhas manifestar meus sinceros agradecimentos a todos que de forma direta ou indireta colaboraram para conclusão deste trabalho e de forma particular quero expressar meus sinceros agradecimentos:

- Ao Professor Ariovaldo, orientador e amigo, que nas horas em que mais precisei seu profissionalismo e sua generosidade sempre esteve presente;

- Aos meus irmãos, minhas cunhadas e sobrinhos por serem tão bons e carinhosos comigo;

- Aos meus compadres Agenor, Alzira, Cidinho e Sandra, pela alegria de compartilhar e acompanhar o crescimento de nossos filhos;

- Aos meus amigos José Francisco, Vânia, César, Elaine e Wallace pela convivência familiar;

- Aos sempre amigos Afonso, Cintra, Chiarapa, Elbis e Zecão, pela amizade sempre renovada;

- Ao sempre mestre José Oscar Beozzo, pela luta por justiça;

- A Professora Conceição pela ajuda mútua no caminho de ensinar;

- Ao Prof Arnaldo pelo lado humano do cotidiano profissional;

- Ao Ary Tavares Rezende Filho pela dedicação e talento gráfico;

- Aos professores do curso de Geografia da UFMS, Três Lagoas, pela possibilidade de afastamento integral, para conclusão do trabalho de pesquisa.

- A Profª Bazé pela amizade, carinho, confiança e profissionalismo para com minha pessoa;

- Aos meus alunos, por caminharem comigo na busca do novo.

- A Pró Reitoria de Pós-Graduação da UFMS, por acreditar no potencial de seus profissionais;

- A CAPES – pela ajuda financeira durante a realização desta pós-graduação.

EPÍGRAFE

A LUTA PELA TERRA

Existem dezenas de milhares de famílias brasileiras que vivem em acampamentos à beira das estradas em vários pontos do país. São famílias de sem-terra que aos poucos vão se juntando e formando verdadeiras cidades, às vezes com uma população de mais de 10 mil habitantes.

As condições de vida são as mais rudimentares; falta tudo: água, alimentação, instalações sanitárias, escola para as crianças, assistência médica, etc. Além disso, essas pessoas vivem em grande insegurança, sujeitas às provocações e violências por parte dos jagunços e outras forças de repressão organizadas pelos latifundiários, que temem a ocupação de suas propriedades improdutivas. A situação nessas "cidades" é de fato pior que a dos campos de refugiados na África, pois os sem-terra não contam com a proteção das autoridades, não recebem assistência institucional e nenhuma organização humanitária ou a Organização das Nações Unidas lhes presta socorro. Seja como for, os deserdados da terra alimentam a esperança de melhores dias. E uma coisa é certa: não querem mais fugir para as cidades, que já não podem absorvê-los, dar-lhes trabalho e condições dignas de vida. Preferem, pois, resguardando-se das ameaças da delinqüência e da prostituição dos grandes centros urbanos, permanecer nos acampamentos à margem das estradas e esperar pela oportunidade de ocupar a terra tão sonhada, mesmo correndo risco de vida. Seus projetos são idênticos: lavrar um pedaço de terra finalmente seu, construir uma casa para a família, assegurar o sustento desta e, por meio da cooperativa a ser criada, comercializar os excedentes de sua produção agrícola, garantindo a manutenção de escola para seus filhos. É esse, em síntese, o sonho comum dos sem-terra. **(SALGADO Sebastião - TERRA. 1977)**

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS iv

LISTA DE QUADROS v

LISTA DE FIGURAS vii

LISTA DE APÊNDICE ix

LISTA DE ANEXOS ix

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS x

RESUMO xiii

ABSTRACT xiv

INTRODUÇÃO 21

PRIMEIRA PARTE - O ACIRRAMENTO DA LUTA PELA TERRA E A CONSOLIDAÇÃO DA LUTA NA TERRA 29

Capítulo I - Geografia, questão agrária e conflitos no Brasil 30

Capítulo II - A base histórica de Mato Grosso do Sul 43

Capítulo III - Os movimentos sociais que atuam na luta pela terra em Mato Grosso do Sul 61

3.1 - A atuação da CPT na organização dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul 61

3.2 - O Movimento dos Sem-Terra e a luta pela terra em Mato Grosso do Sul 67

3.3 - A atuação da FETAGRI/MS na luta pela terra em Mato Grosso do Sul 71

3.4 - A atuação da CUT/MS na luta pela terra em Mato Grosso do Sul 73

SEGUNDA PARTE - CONFLITOS TRABALHISTAS – A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL 75

Capítulo IV - O que é violência? 76

Capítulo V - A violência e a resistência na luta pela terra dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul 81

Capítulo VI – 'Trabalho escravo' ou peonagem nas carvoarias, nas destilarias e nas fazendas de Mato Grosso do Sul 104

Capítulo VII - Trabalho infantil nas carvoarias, nas destilarias e nas fazendas de Mato Grosso do Sul 118

TERCEIRA PARTE - CONFLITOS SOCIAIS AGRÁRIOS – A VIOLÊNCIA NA DISPUTA PELA POSSE E USO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL 126

Capítulo VIII - "A semente da luta é lançada" 127

8.1 - Estrutura fundiária e expulsão do campo em Mato Grosso do Sul no período de 1979 a 1984 127

8.2 - Violência e impunidades na luta pela terra em Mato Grosso do Sul, no período de 1979 a 1984 131

Capítulo IX - "A ramificação da luta" 143

9.1 - Concentração fundiária e problemas sociais em Mato Grosso do Sul, no período de 1985 a 1989 143

9.2 - Violência e acirramento da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, no período de 1985 a 1989 145

9.3 - Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul no período de 1985 a 1989.. 159

9.4 - Um caso exemplar das condições de vida em acampamento em Mato Grosso do Sul 160

Capítulo X - "O conflito aflorado" 164

10.1 - Concentração da terra e produção agrícola em Mato Grosso do Sul, no período de 1990 a 1994 164

10.2 - Violência e terrorismo na luta pela terra em Mato Grosso do Sul, no período de 1990 a 1994 167

10.3 - Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 1994 175

10.4 - Violência e instabilidade: Os '*Brasiguaios*', na luta pela terra em Mato Grosso do Sul 177

Capítulo XI - "A frutificação da luta" 182

11.1 - Concentração fundiária e continuísmo em Mato Grosso do Sul no período de 1995 a 2001 182

11.2 – A Resistência na luta pela terra em Mato Grosso do Sul no período de 1995 a 2001 187

11.3 – Manifestações de lutas em MS no período de 1995 a 2001 203

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 209

BIBLIOGRAFIA..... 217

APÊNDICES..... 239

ANEXOS..... 261

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Mato Grosso do Sul 1960 - 1970..... 47

Tabela 02 - Utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul 1985 - 1995 (ha)..... 50

Tabela 03 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Mato Grosso do Sul 1975 - 1995/96..... 56

Tabela 04 - Distribuição das terras – Mato Grosso do Sul 1975 – 1980..... 128

Tabela 05 - Distribuição das terras – Mato Grosso do Sul 1980 - 1985..... 144

Tabela 06 - Estrutura fundiária – Mato Grosso do Sul 1985..... 164

Tabela 07 - Distribuição das terras – Mato Grosso do Sul 1985 - 1995/96..... 183

Tabela 08 - Os grupos sociais e a posse da terra no Assentamento Itamarati..... 241

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Ciclos migratórios - Brasil..... 48

Quadro 02 - Políticos de Mato Grosso do Sul (proprietários de latifúndios)..... 54

Quadro 03 - Governadores de Mato Grosso do Sul..... 55

Quadro 04 - Situação fundiária das terras indígenas no Brasil – 2001..... 101

Quadro 05 - Número de pessoas em 'trabalho escravo' - Brasil 1992 – 2001..... 105

Quadro 06 - Casos de 'trabalho escravo' ou peonagem em Mato Grosso do Sul..... 113

Quadro 07 - Superexploração em Mato Grosso do Sul 1997 - 1999..... 116

Quadro 08 - População urbana/rural de Mato Grosso do Sul 1970 - 1980..... 130

Quadro 09 - Assassinatos no campo Brasil 1985 - 1989..... 149

Quadro 10 - Violência no campo contra a pessoa em Mato Grosso do Sul 1985 a 1989..... 150

Quadro 11 - Violência no campo contra a posse/propriedade em Mato Grosso do Sul 1985 a 1989..... 151

Quadro 12 - Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul 1985 a 1989..... 152

Quadro 13 - Municípios em que ocorreram acampamentos em Mato Grosso do Sul 1985 – 1989..... 153

Quadro 14 - Projetos de assentamentos em Mato Grosso do Sul 1985 a 1989..... 154

Quadro 15 - As Condições de moradia e infra-estrutura dos assentamentos em Mato Grosso do Sul 1985 - 1989..... 156

Quadro 16 - Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul, 1987 a 1989..... 159

Quadro 17 - População urbana/rural de Mato Grosso do Sul, 1970 - 1991..... 166

Quadro 18 - Violência no campo contra a pessoa em Mato Grosso do Sul 1990 a 1994..... 167

Quadro 19 - Assassinatos no campo Brasil 1990 - 1994..... 168

Quadro 20 - Mortes por acidentes em Mato Grosso do Sul 1991..... 169

Quadro 21 - Violência no campo contra a posse/propriedade em Mato Grosso do Sul 1990 - 1994..... 170

Quadro 22 - Ocupações de terras em Mato Grosso do Sul 1990 a 1994..... 171

Quadro 23 - Municípios em que ocorreram acampamentos em Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 1994..... 172

Quadro 24 - Projetos de assentamentos em Mato Grosso do Sul 1990 a 1994..... 172

Quadro 25 - Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul, 1990 a 1994..... 176

Quadro 26 - Área total das propriedades com mais de 2000 ha - Brasil 2003..... 186

Quadro 27 - Violência no campo contra a pessoa em Mato Grosso do Sul 1995 a 2001..... 188

Quadro 28 - Assassinatos no campo Brasil 1995 - 2001..... 189

Quadro 29 - Violência no campo contra a posse/propriedade em Mato Grosso do Sul 1990 a 1994..... 194

Quadro 30 - Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul 1995 a 2001..... 195

Quadro 31 - Acampamentos em Mato Grosso do Sul/FETAGRI - 2000..... 197

Quadro 32 - Projetos de assentamentos em Mato Grosso do Sul 1995 a 2001..... 199

Quadro 33 - Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul 1997 a 2001..... 203

Quadro 34 - Áreas impedidas de vistoria por dois anos em Mato Grosso do Sul. 206

Quadro 35 - Organização social/produção - Assentamento Itamarati..... 243

Quadro 36 – Áreas e formas de parceria - Assentamento Itamarati..... 253

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização da área de estudo - Mato Grosso do Sul..... 22

Figura 02 – Foto Assentamento São Tomé – reunião/coord. pela CPT 66

Figura 03 – Foto Acampamento Geraldo Garcia/MST – estrada Sidrolândia – Maracaju-MS..... 70

Figura 04 – Foto Cooperativa/MST – Itaquiraí-MS..... 70

Figura 05 – Foto Acampamento/FETAGRI – Bataguassu-Anaurilândia-MS..... 72

Figura 06 – Foto Acampamento/FETAGRI – Bataguassu-Anaurilândia-MS..... 72

Figura 07 – Foto Barraco/CUT – Acampamento Terra Solidária 74

Figura 08 – Foto Moradia na periferia de Campo Grande-MS 80

Figura 09 - Mapa atual de Mato Grosso do Sul com as indicações de ocupação indígena..... 84

Figura 10 – Foto índio Marçal de Souza - Tupã 'I..... 86

Figura 11 - Mapa das terras indígenas em Mato Grosso do Sul 1993/2001..... 90

Figura 12 – Fotos: Povos indígenas de Mato Grosso do Sul 102

Figura 13 - Mapa da rota da escravidão - Brasil..... 109

Figura 14 – Foto Condições de trabalho em carvoarias/Ribas do Rio Pardo-MS. 117

Figura 15 – Mapa com a localização das carvoarias em Mato Grosso do Sul..... 122

Figura 16 – Foto Trabalho infantil em carvoarias/Ribas do Rio Pardo-MS..... 125

Figura 17 – Foto Periferias de Campo Grande-MS..... 130

Figura 18 - Mapa dos programas de desenvolvimento – Mato Grosso do Sul..... 133

Figura 19 - Mapa dos acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul 1984..... 142

Figura 20 - Mapa dos acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul 1985 a 1989..... 155

Figura 21 – Fotos Acampamentos Santa Rita do Pardo-MS..... 166

Figura 22 - Mapa dos acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul 1990 a 1994..... 173

Figura 23 – Foto Assentamento Taquaral Corumbá-MS (reunião com assentado)..... 174

Figura 24 – Foto Assentamento Taquaral Corumbá-MS (moradia) 174

Figura 25 – Fotos Manifestações/CUT – rodovia de acesso a Itaquiraí-MS..... 175

Figura 26 - Mapa dos latifúndios no Brasil..... 185

Figura 27 – Foto Dorcelina Folador..... 190

Figura 28 – Foto Construção de barracos - acampamento 08 de outubro..... 196

Figura 29 – Foto Visão geral - acampamento 08 de outubro..... 196

Figura 30 - Mapa dos acampamentos em Mato Grosso do Sul - 2000..... 201

Figura 31 - Mapa dos assentamentos em Mato Grosso do Sul - 1995 a 2000..... 202

Figura 32 - Mapa com a distribuição dos lotes entre os movimentos sociais Assentamento Itamarati..... 242

Figura 33 - Planta da agrovila - Assentamento Itamarati..... 246

Figura 34 - Mapa com a localização dos pivôs - Assentamento Itamarati..... 247

Figura 35 - Mapa da distribuição espacial dos assentamentos em Mato Grosso do Sul - EMBRAPA..... 256

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Assentamento Itamarati – Como se faz Reforma Agrária..... 239

Apêndice B - Assentamentos e a pesquisa tecnológica em Mato Grosso do Sul..... 254

Apêndice C - Assentamento vai explorar belezas naturais..... 257

Apêndice D - Produção dos assentamentos de Mato Grosso do Sul tem mercado garantido..... 259

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 - O que significa MAB?..... 261

Anexo 02 - Cultivo de erva-mate em reserva indígena é incentivado..... 262

Anexo 03 - Ministério ouve índio e colono hoje..... 263

Anexo 04 - Índios Terena: Uma questão de justiça..... 264

Anexo 05 - Documento reivindicatório: Jornada de luta contra a fome e pela terra..... 267

Anexo 06 - Carta aberta a população: Caminhada contra a fome..... 277

Anexo 07 - Sem-Terra fecham três rodovias em Mato Grosso do Sul..... 278

Anexo 08 - Levantamento de identificação e delimitação da terra indígena Taquara..... 279

Anexo 09 - Manifesto dos proprietários rurais das regiões de Aquidauana/Miranda..... 286

Anexo 10 – A terra a peso de ouro – Revista Veja, 10/11/1999..... 287

Anexo 11 - Dorcelina Vive!..... 288

Anexo 12 - Questionário I..... 289

Anexo 13 - Questionário II..... 290

Anexo 14 - Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul..... 291

Anexo 15 - A lei (não) é cumprida..... 294

Anexo 16 – Campanha em favor da ampliação da área indígena OFAIÉ..... 296

Anexo 17 – Movimentos sociais na mira do exército brasileiro 298

Anexo 18 – Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades 299

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACRISUL – Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

AMFFI – Associação dos ex-funcionários da Fazenda Itamarati

ARABAP – Associação dos Ribeirinhos Atingidos por Barragens do Porto Primavera

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CEDAMPRO – Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares

CESP – Centrais Elétricas de São Paulo

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CODESUL – Companhia de Desenvolvimento da Indústria de Mato Grosso do Sul

COMPA – Companhia de Produtos Agrícolas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAF – Departamento de Assuntos Fundiários

DETR – Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais

DOPS – Departamento de Organização e Política Social

DOU – Diário Oficial da União

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAMASUL – Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul

FAT - Fundo de Apoio ao Trabalhador

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FSP – Folha de São Paulo

FT - Folha da Tarde

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Ha - Hectares

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MNP – Movimento Nacional dos Produtores

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

MTb – Ministério do Trabalho

MUR – Movimento Urbano Rural

NUPRI – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PDS – Partido Democrático Social

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PROCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRODECER – Programa do Desenvolvimento do Cerrado

PRODEGRAN – Programa Especial da Região da Grande Dourados

PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PROEP – Programa de Revitalização da Educação Rural

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRRA – Programa Regional de Reforma Agrária

PSF – Programa Social da Saúde da Família

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RIMA – Relatório de Impactos de Meio Ambiente

SEAF – Secretaria de Assuntos Fundiários

SED – Secretaria da Educação do Estado do Mato Grosso do Sul

SEINFRA – Secretaria de Infra-estrutura e Habitação do Estado do Mato Grosso do Sul

SEPLAN – Secretaria de Planejamento de Mato Grosso do Sul

SESAU – Secretaria de Saúde de Mato Grosso do Sul

SOMECO – Sociedade para o Melhoramento da Colonização

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

STR – Sindicato do Trabalhador Rural

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TERRASUL – Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UDR – União Democrática Ruralista

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência

USF – Unidade de Saúde Familiar

PUC – Pontifícia Universidade Católica

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

A acumulação capitalista no Brasil, concentradora de renda, capital e terra, provoca a expropriação crescente de uma massa de trabalhadores, que procuram, por meio de movimentos sociais, reivindicar condições dignas de trabalho e sobrevivência. Esta situação se faz presente em Mato Grosso do Sul, estado possui a economia baseada na agropecuária, com uma forte participação da agroindústria.

A situação atual fruto da acumulação capitalista baseada na exclusão dos camponeses. Os camponeses excluídos da terra se inserem na luta pela posse e uso da terra, luta pela reforma agrária. Com grande concentração de terras nas mãos de poucos, e um número crescente de trabalhadores rurais sendo expulsos da terra, o estado do Mato Grosso do Sul tem na questão agrária o seu principal ponto de tensão.

Na década de 70, com o desenvolvimento de projetos (PRODEPAN, PRODREGAN, POLOCENTRO) uma nova organização espacial e econômica se apresenta para o Mato Grosso do Sul. Serão necessários fortes contingentes de mão-de-obra, não qualificada, para formação de pastos, para o trabalho no corte da cana-de-açúcar, nas carvoarias etc. E para isso não se poupou nem mesmo a mão-de-obra de mulheres, crianças e índios, o que acarretou denúncias de exploração de menores e 'trabalho escravo' ou peonagem.

É nesse contexto que se estabelecem os conflitos, reavivando a violência e a impunidade, traços marcantes na história de MS. Conforme dados do MST/CPT, no período de 1977 a 2001, ocorreram 42 assassinatos em MS, envolvendo o conflito pela posse e uso da terra. Entre os mortos temos advogados, lideranças sindicais, religiosos, lavradores, posseiros, mulheres e índios ligados à luta pela terra.

A maioria desses assassinatos estão impunes até hoje, mesmo sabendo-se, em alguns casos quem são os autores e os mandantes, em sua maioria latifundiários de MS.

PALAVRAS-CHAVES: exclusão, camponeses, conflitos, violência e reforma agrária.

ABSTRACT

Brazil capitalism represents an accumulation. In parts of Brazil there is an inordinate distribution of income and land / property ownership. There are rich people and there are poor people. This state of affairs promotes the poor masses to lose identity with there own homeland. The poor masses worry about maintaining satisfactory working conditions and the mere survival of themselves and their families.

This above situation has presented itself to the agricultural and farming industry in the state of Mato Grosso do Sul. This state of economic affairs has unfortunately disadvantaged the people who work on these farms. There exists a very real struggle between the owners of the land and those who eventually work it. Farm workers fight for agrarian reform. With the greater concentration of land ending up in the hands of a few, the former farm workers are expelled from the land that they work.

In the 1970's with the dissolution of various projects (PRODEPAN, PRODREGAN, POLOCENTRO) a new and special economic organization was formed in Mato Grosso do Sul. At that time it was necessary to form strong manual labor to cultivate pastures, to cut sugar tress, etc... And for that purpose they used the manual labor of women, children and Indians. This exploited minors and slaves were created.

In this context conflicts were established, reviving violence and impunity. This created historical moments for MS. According to MST/CPT, during the period between 1977 and 2001 there were 42 murders in MS, challenging who would own the land. The representatives of the dead who include their attorneys, union leaders, clergy, labor, women, and Indians fight for the land they died for.

Up until today, many of the murderers have not been punished although many know who the murderers are. Many of those who had done the killing are owners of the land that had been fought over.

KEY WORDS: exclusion, laborers, conflicts, violence, land reform

INTRODUÇÃO

A necessidade de trazer para o debate acadêmico a questão da terra em Mato Grosso do Sul impulsionou esta pesquisa. Se o Mato Grosso do Sul nasceu alicerçado na grande propriedade fundiária, nos últimos anos, observamos mudanças nesse quadro, motivadas especialmente pela luta dos camponeses, por políticas de reforma agrária, o que tem acirrado o conflito pela posse/uso da terra com a criação de pequenas propriedades em assentamentos rurais, beneficiando algumas famílias que se encontravam excluídas do processo produtivo brasileiro.

Esta Tese de Doutorado, apresentada junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, reflete os trabalhos de pesquisa que realizamos sobre *"A Questão da Terra no estado de Mato Grosso do Sul: Posse/Uso e Conflitos"*.

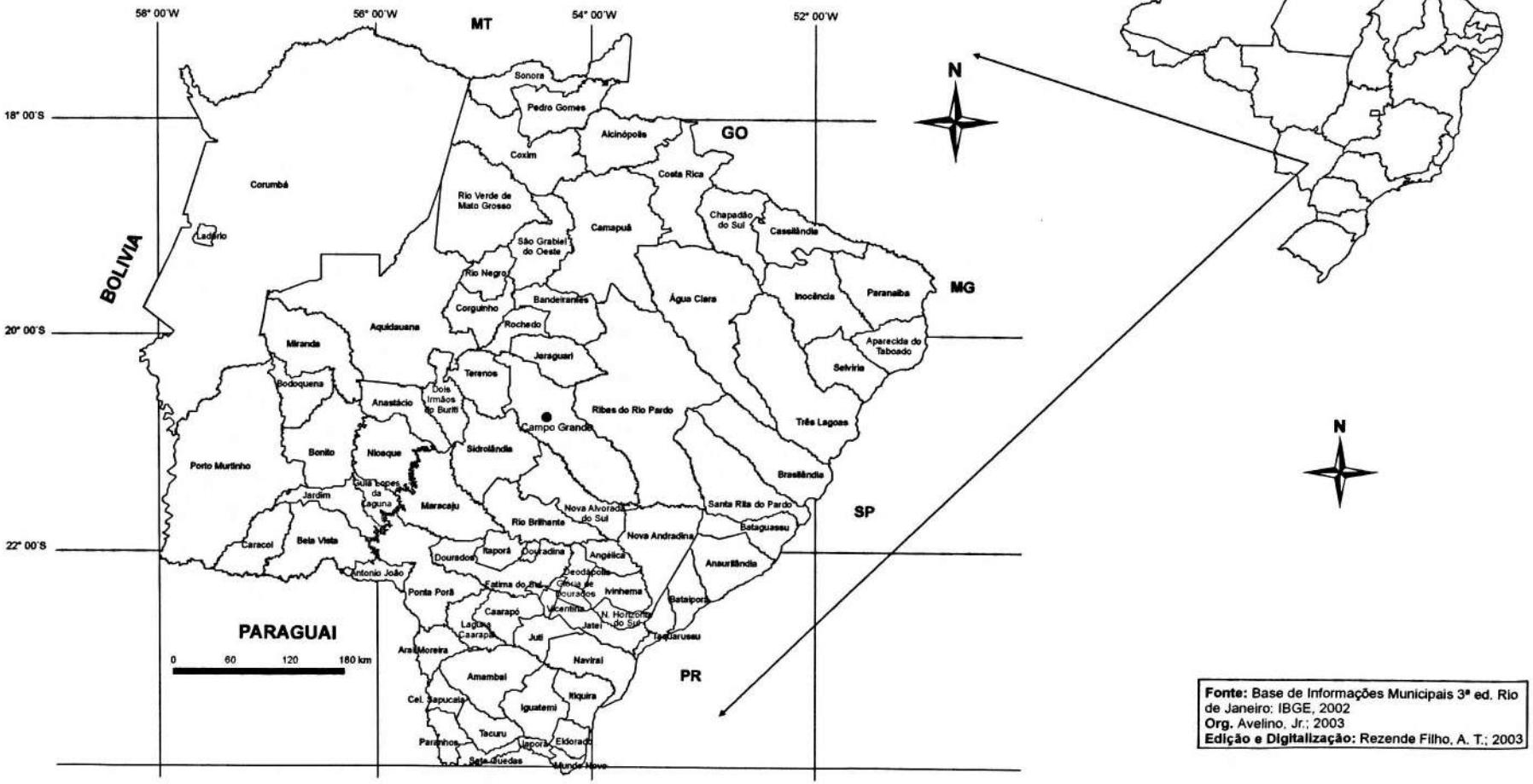
O nosso objetivo foi investigar como ocorreram os conflitos agrários pela posse e uso da terra, no período de 1979 a 2001, nos 77 municípios que compõem o estado de Mato Grosso do Sul, a fim de compreender o papel dos Movimentos Sociais na organização e luta pela posse e o uso da terra no território do estado.

Tanto o recorte temporal como o recorte espacial obedecem à opção metodológica de pesquisar o estado a partir da sua divisão e instalação, o que aconteceu em 1° de janeiro de 1979, pela Lei Complementar n° 31, assinada pelo então Presidente da República General. Ernesto Geisel, no dia 11 de outubro de 1977.

Mato Grosso do Sul tem como capital a cidade de Campo Grande (Figura 01). O estado tem uma população aproximada de 2.140.624 habitantes e um território de 358.158, 7 Km^2, o que representa 22% da região Centro-Oeste e 4% do território nacional (IBGE, 2002).

Para percorrer este caminho e tentar desvendar esta realidade, foram analisados prioritariamente os conflitos agrários estabelecidos a partir da organização e da ação de novos movimentos sociais, como a CPT/MS, a FETAGRI/MS, o MST/MS e a CUT/MS, que atuam no sentido de conquistar a posse e o uso da terra no estado de Mato Grosso do Sul, levando em consideração que esses conflitos pela posse e uso da terra se intensificaram a partir de meados da década de 80, com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA).

FIGURA 01: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - MATO GROSSO DO SUL



Fonte: Base de Informações Municipais 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2002
Org. Avelino, Jr.; 2003
Edição e Digitalização: Rezende Filho, A. T.; 2003

Assim, temos a hipótese de que: a luta pela conquista da posse e do uso da terra, em uma estrutura fundiária, concentradora e excludente, acaba por gerar reações, conflitos e violências no estado e, por isso, com o desenvolvimento do trabalho, pretende-se:

a) identificar os conflitos pela posse e o uso da terra na estrutura fundiária e excludente no estado de Mato Grosso do Sul;

b) caracterizar o grau de intensidade da violência utilizada nos conflitos agrários em Mato Grosso do Sul;

c) analisar as alterações no espaço geográfico do estado provocadas pela modificação da estrutura fundiária a partir desses conflitos pela posse e uso da terra;

d) relacionar os movimentos sociais que atuaram e atuam na conscientização, na organização e na luta pela posse e uso da terra em Mato Grosso do Sul;

e) contribuir com a discussão sobre a questão agrária, numa perspectiva de uma geografia que se preocupa com as questões sociais e econômicas.

A acumulação capitalista no Brasil, concentradora de renda, capital e terra, provoca a expropriação crescente de uma massa de trabalhadores, os quais procuram, por intermédio de movimentos sociais, reivindicar condições dignas de trabalho e de sobrevivência.

Esta situação se faz presente em Mato Grosso do Sul, cuja economia é baseada na agropecuária, com uma forte penetração da agroindústria, o que justifica a opção pelo estado como área de estudo uma vez que a concentração fundiária, com a presença da grande propriedade rural destinada à pecuária de corte, é a característica principal para entender a origem dos conflitos agrários pela posse e uso da terra no estado, cuja estruturação fundiária estabelece diferenças sociais.

Com grande concentração de terras nas mãos de poucos e um número crescente de trabalhadores rurais sendo expulsos da terra, o estado de Mato Grosso do Sul tem na questão agrária o seu principal ponto de tensão, já que dessa luta participam camponeses, índios, negros que vivem em antigos quilombos, enfim, pessoas que foram excluídas pelo processo de modernização capitalista da produção agrícola.

Para a realização da pesquisa, foi necessária a seleção e a análise de parte da bibliografia referente à questão agrária no Brasil, bem como de reflexões que tratam dos movimentos sociais e da violência no campo, além de obras que se ocupam em analisar mais especificamente a realidade de Mato Grosso do Sul.

Para a efetivação de tais tarefas, realizamos, regularmente, levantamentos junto às bibliotecas de diversas universidades: USP - Câmpus de São Paulo; UNICAMP - Campinas; UNESP - Presidente Prudente; UCDB - Campo Grande; e, UFMS – nos Campi de Campo Grande, de Dourados e de Três Lagoas – MS.

Com relação ao levantamento de informações empíricas e aos dados secundários, os mesmos foram obtidos, sobretudo, junto a (o):

Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade pastoral da igreja católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desde 1985, a CPT publica o relatório anual dos conflitos no campo, coordenado pela Seção Nacional da CPT, com sede em Goiânia – GO, fornecendo dados que foram úteis no levantamento sobre a violência no campo.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), organização dos trabalhadores sem-terra, presente em quase todo o território nacional e que possui em suas sedes (geralmente nas capitais dos estados) grande volume de informações sobre o movimento e a luta pela terra, tais como: acampamentos, assentamentos, ocupações de terras improdutivas e órgãos governamentais, violência praticada contra o trabalhador sem terra, etc.

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental, ligado ao Ministério de Assuntos Fundiários, o qual possui informações sobre os assentamentos como número de famílias assentadas, médias dos lotes em hectares, dados sobre a qualidade de vida, infra-estrutura e produção dos assentamentos, dados esses que foram utilizados na elaboração do trabalho.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituto do qual utilizamos os dados contidos nos Censos Agropecuários do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1960 a 1995/96. Dados sobre a distribuição de terras, condição do responsável, propriedades das terras, etc., os quais auxiliaram na construção de tabelas para melhor explicar o processo de concentração de terra em Mato Grosso do Sul e o conseqüente aumento dos conflitos agrários neste estado.

Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares (CEDAMPO), de Campo Grande-MS, possui um extenso arquivo, no qual constam pastas, relatórios, resenhas da imprensa, dados sobre assentamentos e acampamentos, os quais foram muito úteis na realização de nosso trabalho.

Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI), a qual possui um arquivo onde se encontra a relação de acampamentos e assentamentos a ela ligados, cópias de pauta de negociações, relatórios diversos, que também foram por nós utilizados.

Central Única dos Trabalhadores (CUT/MS), a qual ainda no âmbito do sindicalismo ligado aos trabalhadores da agricultura em luta pela terra, propiciou-nos acesso a documentos, relatórios e atas de reuniões, como também o fizeram alguns Sindicatos Rurais de Trabalhadores da Agricultura.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Conselho Indigenista Missionário Regional (CIMI/MS), em Campo Grande. Na primeira, conseguimos mapas com reservas demarcadas e a demarcar, e, na segunda, conseguimos livros e publicações sobre as condições de vida dos índios no estado, em luta pela demarcação de suas terras e respeito às terras já demarcadas, constantemente fruto de conflitos entre fazendeiros e posseiros.

Centro de Direitos Humanos Marçal de Souza *Tupã 'I*, entidade que leva o nome do índio assassinado por fazendeiros, no início da década de 80, e reúne um farto material sobre a questão indígena em Mato Grosso do Sul.

Jornais e revistas de circulação nacional (Folha de São Paulo, O Estadão, VEJA, Isto é, Caros Amigos) e regional (Correio do Estado, Diário da Serra, Jornal da Cidade, Jornal da Manhã, A Crítica, todos com circulação em Campo Grande-MS), os quais contribuíram com várias reportagens enfocando a luta pela terra, entrevistas com lideranças do movimento dos sem-terra, lideranças dos fazendeiros, políticos e autoridades, a vida nos acampamentos e assentamentos, a violência de policiais e dos jagunços a mando dos latifundiários e os conflitos agrários no estado, objeto de nossa pesquisa.

Outras informações de fontes primárias foram obtidas a partir de entrevistas com lideranças e com pessoas que participaram diretamente dos episódios relatados, as quais podem ser analisadas ao longo deste trabalho.

Levando em consideração o material reunido e pesquisado, estruturamos o texto em três partes:

Na primeira parte, *O ACIRRAMENTO DA LUTA PELA TERRA E A CONCENTRAÇÃO DA LUTA NA TERRA,* nosso enfoque é centrado na discussão sobre as questões teórico-metodológicas, num ensaio que tem como ponto de análise a Geografia e a Questão Agrária, cuja composição é feita em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *Geografia, questão agrária e conflitos no Brasil,* nossas reflexões estão centradas em analisar como a ciência geográfica vem estudando a questão agrária brasileira.

No segundo capítulo, intitulado *A base histórica do estado de Mato Grosso do Sul,* tratamos do levantamento histórico de Mato Grosso do Sul a partir da concentração de terras pela qual passou o estado.

No terceiro capítulo, intitulado *Os movimentos sociais que atuam na luta pela terra em Mato Grosso do Sul,* nossas reflexões concentraram-se em analisar as principais entidades envolvidas nas lutas pela posse e uso da terra, como a CPT, o MST, a FETAGRI e a CUT.

Na segunda parte, *CONFLITOS TRABALHISTAS – A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL,* a análise busca estudar o modo como a violência está presente nas relações da sociedade sul-mato-grossense com a população indígena; nas relações trabalhistas em que aparece o 'trabalho escravo' ou peonagem, e, no trabalho infantil, os quais representam graves problemas sociais para Mato Grosso do Sul. Para isto, foi dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *O que é violência?,* nossas reflexões procuram definir o que é violência e como ela ocorre no campo brasileiro, quando envolve a disputa pela posse e uso da terra.

No segundo capítulo, intitulado *A violência e a resistência na luta pela terra dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul,* tratamos da violência em relação às nações indígenas, que não têm seus direitos respeitados quando se fala na posse de suas terras imemoriais, bem como os seus direitos trabalhistas e os de cidadão brasileiro.

No terceiro capítulo, intitulado *'Trabalho escravo' ou peonagem nas carvoarias, nas destilarias e nas fazendas de Mato Grosso do Sul,* buscamos analisar o

modo pelo qual parte da população excluída da terra é utilizada no processo produtivo sem que tenha as condições mínimas de sobrevivência.

No quarto capítulo, intitulado *Trabalho infantil nas carvoarias e fazendas de Mato Grosso do Sul*, evidenciamos a maneira como os menores estão sendo explorados nos grandes latifúndios de Mato Grosso do Sul.

Na terceira parte, *CONFLITOS SOCIAIS AGRÁRIOS – A VIOLÊNCIA NA DISPUTA PELA POSSE E USO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL,* nossa preocupação esteve centrada na análise dos Conflitos Agrários e da Violência na luta pela posse e uso da terra em Mato Grosso do Sul, e, para isto, a dividimos em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *"A semente da luta é lançada": A violência no campo entre 1979 e 1984,* nossas reflexões concentram-se na análise da violência contra a conscientização e organização dos posseiros, dos pequenos proprietários, dos atingidos por barragens, dos trabalhadores rurais sem-terra e as reações desses atores num processo de ocupação, procurando conquistar a terra sonhada.

No segundo capítulo, intitulado *"Ramificação da luta": A violência no campo entre 1985 e 1989,* analisamos os números dos latifúndios, com base nos dados extraídos do Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul e nos conflitos agrários ocorridos durante o período. Nossa preocupação, nesse capítulo, é voltada aos conflitos que decorrem da luta pela terra, mais especificamente, os assassinatos e a impunidade, as agressões físicas, os acampamentos, os assentamentos e as manifestações de lutas.

No terceiro capítulo, *"O conflito aflorado": A violência no campo entre 1990 e 1994,* observamos a ação dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e os conflitos agrários ocorridos durante esse período. Interessou-nos analisar as agressões físicas, os despejos judiciais, as ocupações, os assassinatos, as ameaças de morte, a questão dos *'brasiguaios'*, os acampamentos e os assentamentos, fruto da luta pela posse e uso da terra no estado de Mato Grosso do Sul.

No quarto capítulo, denominado *"A frutificação da luta": A violência no campo entre 1995 e 2001,* demos ênfase aos números ocupados pelos latifúndios, à ação dos movimentos sociais, aos conflitos agrários ocorridos no período, às prisões e lesões corporais, aos despejos e às ameaças de despejos judiciais.

Nas considerações finais, apontamos a realidade do quadro de Reforma Agrária na presente conjuntura nacional, sob o comando de um governo popular liderado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as perspectivas da Reforma Agrária no Brasil, sobretudo em Mato Grosso do Sul.

Ainda como resultado da pesquisa, apresentamos, nos Apêndices experiências de assentamentos que tem servido de exemplos para a reforma agrária no Brasil. Entre eles o Assentamento Itamarati (Apêndice A), uma experiência inovadora que os grupos sociais (MST, FETAGRI, CUT e AMFFI), em parceria com o Governo Estadual (SEPROD e IDATERRA) e Governo Federal (INCRA), estão realizando no município de Ponta Porã em uma área de 25.100 hectares, envolvendo aproximadamente 1.200 trabalhadores rurais do estado de Mato Grosso do Sul.

PRIMEIRA PARTE

O ACIRRAMENTO DA LUTA PELA TERRA E A CONSOLIDAÇÃO DA LUTA NA TERRA

É preciso sonhar, mas sob a condição de se crer seriamente em nosso sonho, de examinar com atenção a vida real, de confrontar nossas observações com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossa fantasia.

J. Cortázar

CAPÍTULO I

GEOGRAFIA, QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS NO BRASIL

Os estudos sobre os conflitos no campo, embora sejam fundamentais para entender o desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, não são numerosos. A partir dessa constatação, que é endossada por alguns autores na geografia agrária, entre eles destaque para Oliveira (1999) e Fernandes (1998), é que nos propomos a investigar como ocorrem os conflitos agrários pela posse e uso da terra em Mato Grosso do Sul, no período de 1979 a 2001. A observação procura privilegiar os 77 municípios que compõem o Estado, procurando compreender o papel dos movimentos sociais na organização e luta para conquistar a posse e o uso da terra em Mato Grosso do Sul.

Ao estudarmos a ocupação do espaço geográfico no campo brasileiro, notamos que a geografia, enquanto uma ciência humana que se preocupa em compreender as relações sociais de uma sociedade capitalista contraditória, que se territorializa, pode ajudar na compreensão desses processos de desenvolvimento do capitalismo no campo[1]. Este desenvolvimento provoca o aumento das lutas sociais contra o atual desenvolvimento econômico e dos conflitos pela posse e uso da terra, provocando transformações na forma de produzir e de organizar o território brasileiro.

As transformações que ocorrem no campo brasileiro são recentes e, de acordo com OLIVEIRA, *[...] é no processo de territorialização do capital monopolista, através da expansão da agroindústria [...] e o da monopolização do território pelo capital monopolista, em que se desenvolvem relações desiguais entre capitalistas e camponeses.*

Este trabalho tem importância para o estudo geográfico das lutas sociais no campo, sobretudo aquelas ocorridas em Mato Grosso do Sul. Para tanto,

---

[1] A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita [...] no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção mundial. Esse procedimento passa necessariamente pelo entendimento de desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que segue reproduzindo relação especificamente capitalista mais avançada produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc.; todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no Campo.* In: CARLOS, Ana Fani Alessadri (org) *Novos Caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 1999 b, p. 74).

propõe-se a delimitação espacial dos acontecimentos, para o entendimento dos conflitos agrários, a fim de promover a discussão sobre a questão do território, função primordial do geógrafo, cuja concepção se confirma em OLIVEIRA:

> A produção geográfica, felizmente, começa a ser submetida a uma crítica profunda, comprometida com a transformação do mundo. É, pois, urgente produzir uma geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento; ou, mais que isto, uma geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo, e se possível também, da cidade (1997, p. 07).

Nesta perspectiva, estaremos fundamentados em uma geografia agrária, ligada à corrente do pensamento geográfico que utiliza o método dialético, de acordo com FERNANDES:

> Os fundamentos filosóficos da Geografia Crítica estão alicerçados historicamente na lógica dialética, tendo como referência da raiz dessa corrente os trabalhos de geógrafos anarquistas do final do século XIX e início do século XX. [...] essa corrente foi marginalizada e estes geógrafos foram 'exilados' da produção geográfica pela corporação da Geografia Moderna (hoje denominada Geografia Tradicional) até recentemente [...]. Hoje as questões filosóficas têm conquistado mais espaço no debate entre os críticos, retomando dessa forma o caminho necessário para o avanço do processo de construção do pensamento geográfico (1998, p. 98-99).

Deste modo, recorre-se a uma geografia preocupada com as questões sociais e econômicas da relação homem x homem x natureza e, conseqüentemente, com o acirramento dos conflitos sociais, nos quais nossos estudos enfocarão a violência no campo. Procuramos entender e explicar, mais especificamente, os conflitos agrários pela posse e uso da terra em Mato Grosso do Sul, na tentativa de contribuir para o entendimento da concentração e exclusão da terra que este estado apresenta. Esta é uma geografia que se desenvolve em busca de respostas às questões que a realidade nos apresenta, ou, como nos indica LACOSTE, pensar de uma outra forma que não seja a do lucro, do ganho de uns em detrimento da miséria de outros, afinal:

> [...] o 'amenagement' do território não tem como único objetivo o de maximizar o lucro, mas também o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho de Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares (1988, p. 30).

Em seus embates contra o grande proprietário latifundiário, nas ocupações de terra, os camponeses sempre têm pela frente o Estado, "mediador" e representante das classes dominantes, o qual com todo o seu aparato político-jurídico-ideológico e as forças da repressão, procura impedir as ocupações, com intimidações e, quase sempre, com ações violentas contra eles.

Neste contexto, concordamos com a afirmação de FERNANDES:

> [...] na virada do século, com a intensa modernização tecnológica, os conflitos sociais da luta pela terra e da luta pela reforma agrária continuam sendo um dos grandes problemas contemporâneos. [...] as lutas pela terra e reforma agrária se transformaram num constante fabricar de antigas e novas conflitualidades, e assim as lutas (re) fazem-se cotidianamente em novas formas de resistência, sendo dimensionadas pelo processo de mundialização da nova ordem mundial, estando presentes marcadamente na realidade, exatamente porque a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente (1998, p. 114-115).

Entendemos que, para uma geografia que pretenda estabelecer um diálogo com a sociedade por meio do método dialético, analisar os conflitos agrários em Mato Grosso do Sul passa a ter uma importância fundamental para ela e para a sociedade. Ao apontarmos a violência no campo, provocada pelos latifundiários e por seus mandatários, alertaremos as autoridades competentes e a sociedade civil para a necessidade de uma melhor redistribuição da riqueza e, conseqüentemente, para a necessidade de uma efetiva reforma agrária no solo sul-mato-grossense. Acreditamos ser essa uma das verdadeiras missões de um geógrafo preocupado, não só com o conhecimento do espaço onde vive, mas especialmente, com a forma pela qual esse espaço encontra-se estruturado. Por isso, recorremos às reflexões de LACOSTE:

> [...] o raciocínio geográfico se baseia sobre a consideração de múltiplos conjuntos espaciais [...] esses conjuntos, proletariado e capitalistas, burgueses e feudais, pequenos camponeses ou camponeses sem terra e grandes proprietários fundiários, são dificilmente cartografáveis. Sem dúvida, pode-se facilmente fazer a carta das estruturas agrárias nesta ou naquela área, mas ela não explica completamente a situação na qual se encontram os camponeses (1988, p. 147).

O apontamento desta lacuna e o nosso compromisso de intelectual, engajado na luta, que coloca o seu saber a serviço da construção, mesmo que utópica de

uma sociedade mais justa, é que tornam esta pesquisa de fundamental importância para os estudos geográficos. Nesta mesma perspectiva, segundo OLIVEIRA, existe:

> [...] a necessidade urgente de compreendermos, particularmente, a luta camponesa pela terra [...] Essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão um lado novo e moderno, não estamos diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim diante de um processo de luta para entrar na terra (1997, p. 02).

Em conformidade com tais reflexões, a preocupação desta pesquisa é contribuir para que possamos entender as contradições que a realidade da concentração fundiária do estado do Mato Grosso do Sul nos apresenta e para elas tentar encontrar respostas. Essa preocupação surgiu a partir da compreensão de que o espaço é organizado de maneira contraditória e, ao mesmo tempo, complementar. No estado do Mato Grosso do Sul há, de um lado, uma grande concentração de terra nas mãos de poucos e, por outro lado, um grande número de trabalhadores rurais sem terra para plantar. No entanto, a relação entre essas duas classes é de dependência, uma vez que os latifundiários precisam da mão-de-obra dos camponeses e estes têm necessidade de trabalhar para sobreviver.

Como entendemos que a importância de uma pesquisa reside na função social que ela pode proporcionar à sociedade, nosso estudo poderá ser um instrumento, de denúncia, e que também oferecerá subsídios para as instituições envolvidas com efetivas mudanças no espaço rural em Mato Grosso do Sul, uma vez que, como LACOSTE, compreendemos que os geógrafos deveriam ter em suas reflexões a seguinte preocupação: *[...] se perguntar para que pode servir e em que contexto político se inscreve a pesquisa que ele empreende ou que lhe pedem para empreender* (1988, p. 72).

Corroborando com esta observação OLIVEIRA afirma que: *a nós, geógrafos, cabem uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra, a luta armada pela terra* (1997, p. 14).

Entendemos, assim, que é tarefa da geografia estudar a espacialização territorial dos conflitos pela terra e os movimentos sociais, sua ocupação e produção do espaço geográfico pelas classes sociais envolvidas e pelos interesses defendidos. Com isso esperamos contribuir, também, para que ocorram efetivas mudanças, não só no espaço, mas também na organização social:

> Quanto mais o discurso dos geógrafos universitários tenha sido, durante muito tempo, amputado de qualquer prática, mais esse novo desabrochar da geografia está estreitamente ligado às pesquisas 'aplicadas' e a considerações mais ou menos explicitamente estratégicas (LACOSTE, 1988, p. 151).

De acordo com esta concepção, pretendemos entender as contradições que a realidade da concentração fundiária do estado do Mato Grosso do Sul nos apresenta e tentar encontrar respostas para as mesmas, ressaltando a importância do tema da pesquisa para a geografia, a qual reside no fato de constatarmos a resistência dos camponeses e dos trabalhadores rurais em não se proletarizar, organizando-se em movimentos sociais, os quais por meio das ocupações de terra, procuram reverter o quadro de concentração fundiária que existe no estado, espacializando a luta e (trans) formando a organização espacial.

Desta forma é que se ressalta a importância da reforma agrária no Brasil, pois o processo de acumulação capitalista[2], concentrador de renda, capital e terra, provoca a expropriação crescente de uma massa de trabalhadores que, com a acentuação da recessão da economia mundial e brasileira, procura, através de movimentos sociais, reivindicar terra para trabalho e sobrevivência.

No campo, essa realidade é acompanhada pelo aumento dos conflitos pela posse e uso da terra, cujas lutas e participação atuante dos camponeses, nesse processo dinâmico, têm provocado a ação violenta dos que detêm o monopólio da terra, do latifundiário capitalista articulado com outros setores da classe dominante. MARTINS assevera que a organização dos trabalhadores do campo vem sendo o passo para a libertação destes, o que constitui uma mudança, porque, conforme afirma o autor:

> A violência no campo tem aumentado porque os trabalhadores rurais passaram a reagir a essa situação, e essa reação vem aumentando rápida e amplamente. No campo, os trabalhadores rurais estão travando uma guerra de libertação (1986 b, p. 48).

---

[2] A par da grande controvérsia que reina entre os que pretendem estudar e esclarecer as relações da agricultura com a indústria optamos por seguir a linha que entende o desenvolvimento do modo de produção capitalista como contraditório, ou, nas palavras de OLIVEIRA: [...] *para os autores dessa corrente o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução* (OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1986, p. 12).

Concordamos com esta explanação, já que tal situação se faz presente, principalmente nos estados que têm sua economia baseada na agropecuária, com uma forte implantação de empreendimentos agroindustriais, como é o caso de Mato Grosso do Sul.

Os conflitos pela posse e uso da terra são uma constante quando se faz a trajetória histórica do acesso à terra no Brasil e também em Mato Grosso do Sul, em virtude da forma como ocorreu essa ocupação, revestida de violência contra os índios que aqui moravam ou mesmo contra os negros que foram trazidos da África para viabilizar a exploração de nossas terras.

Podemos citar, entre os estudos que se preocupam com esta questão, os de autores como: Martins (1984; 1986; 1990; 1991); Oliveira (1987; 1989; 1991; 1995; 1999); Andrade (1986; 1987); Stédile (1994; 1997; 1997); Kotsho (1981); Fernandes (1996; 2000); MST (1986; 1987; 1989; 1998); CPT (1997; 1999; 2000), e, outros elencados na bibliografia final, em cujos estudos fica evidente que os conflitos têm sua origem no processo de ocupação e divisão do território brasileiro.

A primeira forma de distribuição de terra no Brasil foi o sistema de capitanias hereditárias, pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terras a donatários, que, por sua vez, tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, as quais eram chamadas de sesmarias[3], para aqueles que tinham recursos para explorá-las. Naquela época, já se evidenciavam lutas e conflitos, conforme o que afirma ANDRADE:

> [...] a formação das grandes sesmarias e a ocupação do litoral e do Vale do São Francisco se deram por meio de guerras sangrentas, em que morreram muitos brancos e muito mais índios [...] Os negros [...] muitas vezes se rebelaram desobedeceram, foram torturados, colocados no 'tronco' e assassinados (1986 a, p. 09).

Durante o período colonial, e até as primeiras décadas do império, esse sistema permaneceu: *a terra era um bem da Coroa, que concedia a posse àqueles que considerasse merecedores dela* (STEDILE, 1997 a, p. 09).

---

[3] [...] o futuro sesmeiro ocupava antes a terra, abria sua fazenda e só assim se credenciava para obter a concessão e a legitimação da sesmaria (MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1990, p. 33).

Desta forma, os conflitos pela posse da terra afloravam de norte a sul. No nordeste podemos citar a Guerra dos Cabanos (que dominou grandes áreas de florestas de Pernambuco e Alagoas), a Balaiada (no Maranhão e no Piauí), a Revolta dos Negros Males (em 24 de janeiro de 1835, na Bahia) e a Revolução Praieira (em 1848/9).

Com a iminência da libertação dos escravos, já em meados do século XIX, com o fim do tráfico negreiro, Dom Pedro II foi obrigado a promulgar a primeira Lei de Terras do Brasil, em 18 de setembro de 1850[4]. A Lei de Terra determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro à Coroa.

Com isso, a Coroa restringiu o acesso à terra, garantindo, assim, a disponibilidade de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas, e contribuindo, uma vez mais, para a consolidação do grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil.

Para Andrade (1986), os cangaceiros e fanáticos, ambos vítimas do poder econômico e político do latifúndio, foram tratados a trabuco pelos governos estaduais e federal e eliminados em nome da lei e da ordem. Lei e ordem que iriam garantir o poder discricionário dos coronéis do sertão sobre os bens e sobre as pessoas das áreas que dominavam. Esses movimentos podem ser considerados, movimentos camponeses, os quais impulsionaram a reação contra uma estrutura fundiária que negava o acesso à posse da terra aos que nela trabalhavam, em benefício dos que, tendo direito à terra, utilizavam-na como uma mercadoria, como um bem negociável.

Porém, em virtude da Lei de Terras ser tão excludente, surgem, no final do século XIX e início do século XX, os primeiros grandes movimentos camponeses, que tinham como objetivo o acesso mais fácil à terra, o que se verifica nas considerações de MARTINS:

> As primeiras formas de luta e resistências camponesas ocorreram já nesses primeiros anos de república [...] são caracteristicamente constituídas pelos

[4] Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A lei de terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses (*Id.* 1990, p. 41-42).

> movimentos messiânicos, que culminaram na Guerra de Canudos e na Guerra de Contestado, e pelo banditismo, especialmente configurado no cangaço (1990, p. 50).

Na Constituição de 1946, pela primeira vez, falou-se sobre a necessidade de uma reforma agrária, uma vez que a propriedade das terras no Brasil estava concentrada nas mãos de uma minoria.

Com a possibilidade de o governo desapropriar terras, se isso fosse de interesse social, passou a ocorrer um intenso processo de migração interna para ocupação de terras de propriedade do governo, das desabitadas e, em geral, ocupadas por matas, mas que, mesmo assim, foram vendidas aos imigrantes.

Os conflitos se estabeleceram, pois, de um lado, temos os posseiros, camponeses pobres, que haviam colonizado ou habitado certas regiões, e, de outro, supostos proprietários, em geral grileiros[5].

Um exemplo desses conflitos foi a Revolta do Formoso, a qual ocasionou, entre 1950 – 60, a ocupação de um território livre dominado por camponeses no estado de Goiás.

Em meados dos anos 50, surgem as Ligas Camponesas organizadas no nordeste brasileiro contra o latifúndio. Com a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, o problema veio à tona e a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional. Foi uma manifestação contra a tensão e as injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo.

A partir do início da década de 60, aumenta a tensão social, sob a influência de organizações políticas e partidárias, as quais consolidavam suas propostas e as exigências de uma reforma agrária imediata.

No período da ditadura militar (1964-1985), lideranças camponesas foram duramente perseguidas pelos militares, pelos latifundiários e pelas oligarquias do campo, o que se comprova com a afirmação de ANDRADE:

> O golpe de 1964 representou uma ruptura violenta na trajetória política e social do Brasil. O país, que vinha sendo governado por populistas, que

[5] Grileiro é um autêntico traficante de terras que surge historicamente quando termina o tráfico negreiro para o Brasil e cessam, portanto, as atividades dos traficantes de escravos.(...) esse é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários (*Id.* 1990, p. 104).

> desenvolviam uma política comprometida com o sistema capitalista e com a penetração de capitais estrangeiros, ao mesmo tempo tolerando e conciliando com os interesses populares, fazendo certas concessões aos desejos e as reivindicações das massas trabalhadoras, passou a ser governado por um sistema autoritário e repressivo (1986, p. 42).

Com o intuito de amenizar as tensões e os conflitos sociais, o governo militar decreta o Estatuto da Terra, o que, no entendimento de GONÇALVES:

> [...] não se destinava a promover uma ampla distribuição de títulos de propriedade, nem a encaminhar políticas que propiciassem uma verdadeira reforma agrária. Seu objetivo maior era transformar os antigos latifúndios em empresas rurais modernas e capitalistas. Toda uma política que engloba da pesquisa de técnicas a financiamento de insumos e implementos com juros negativos cria as condições para a promoção de uma verdadeira revolução agrícola no país (1995, p. 325).

No Brasil, as elites pós 1964 gestaram uma aliança política entre os proprietários de terra e os capitalistas. E o que assistimos durante os governos militares não foi a transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, a transformação dos capitalistas industriais em proprietários de terra, em latifundiários.

Com o término do regime militar, em meados da década de 80, a sociedade brasileira vivenciou nos últimos anos o crescimento da organização dos excluídos da terra, os quais procuram chamar a atenção do governo e da sociedade, para que se modifique o quadro de hegemonia do latifúndio, o qual desde o período colonial, impera no Brasil e contribui para o processo de exclusão social de trabalhadores sem-terra. Esta luta é evidenciada nos trabalhos de OLIVEIRA:

> O recuo progressivo dos últimos governos civis na implantação da Reforma Agrária no Brasil desencadeou o seu oposto. Os trabalhadores cada vez mais organizados, político e socialmente, passaram a deflagrar diferentes formas de luta para conquistarem o acesso a terra (1999, p. 106).

Neste contexto, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) é o representante mais emblemático na organização das ocupações de terras improdutivas, das caminhadas por todo o Brasil com destino a Brasília e, principalmente, das ocupações de prédios públicos como forma de pressionar as autoridades e chamar a

atenção da sociedade civil para esta questão urgente no Brasil de hoje: a reforma agrária, cujos meios alternativos para buscá-la são concebidos por MARTINS:

> A história recente das lutas camponesas no Brasil tem, aliás, mostrado abundantemente que mesmo, quando não se configura a falta de alternativas, os camponeses ameaçados optam pela luta pela terra, pelo questionamento seja dos supostos direitos dos alegados proprietários seja da própria legitimidade desses direitos. As diferentes modalidades de acomodação desses conflitos por parte do Estado, com as desapropriações de terras para reforma agrária, até preventivamente nos casos de probabilidade de tensão social, mostram que os trabalhadores rurais, ainda que por via indireta, conseguiram abrir uma alternativa poderosa e, em grande parte sua, numa situação de aparente falta de alternativas (1997, p. 177).

Ao aprofundarmos a pesquisa bibliográfica sobre os conflitos pela posse e uso da terra, o que representa o eixo temático de nossa pesquisa, procuramos fazer uma incursão sobre algumas obras que tratam do tema agrário no Brasil, a fim de avaliarmos como as questões de terras vêm sendo tratadas ao longo dos tempos no contexto brasileiro. Entre os autores a que nos reportamos, além de citá-los, faremos uma síntese do tratamento empregado em relação ao assunto, que serviu de base para esta tese.

O Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira possui uma vasta publicação sobre o tema, entre as quais:

a) *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*, 1986. Nesta obra, o autor procura refletir sobre as diferentes correntes que abordam a agricultura capitalista. O ponto de partida é a posição de que o desenvolvimento do modo capitalista de produção é desigual e contraditório e que ele redefine, cria e recria, nesse processo, relações não-capitalistas, subordinando-as a sua produção.

O autor estuda também as relações de produção na agricultura (a capitalista e a camponesa), a renda da terra, a concentração da terra e a reforma agrária, cujas relações ele descreve:

> [...] a luta pela terra não pode se restringir apenas e especificamente à luta pelo direito do acesso a terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital (OLIVEIRA, 1986, p. 81).

b) *Agricultura Camponesa no Brasil*, 1997. Este livro faz parte de uma nova produção geográfica que vem tendo a preocupação de servir de instrumento

para a transformação do campo, uma vez que põe em evidência o grande número de conflitos que têm ocorrido no campo, dá ênfase aos resultados desses conflitos e mostra os números de assassinatos de lideranças sindicais, religiosos e de advogados. Daí concordarmos com OLIVEIRA, quando afirma que:

> As questões que envolvem o campo no Brasil nos dias atuais são fruto do desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista. No país, a questão agrária tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração (1997, p. 15).

c) *A geografia das Lutas no Campo*, 1999. Nesta obra, o autor percorre os mais importantes conflitos ligados a terra, faz um percurso histórico dessa questão, refletindo desde o período colonial até as lutas pelas terras no Paraná e as ligas camponesas do Nordeste. Por meio da utilização de tabelas, gráficos e mapas, procura localizar as mortes em conflitos de terra desde 1964. Analisa ainda a situação atual dos movimentos sociais no campo, a luta dos índios pela demarcação de terra, os *"brasiguaios"* e os "bóias-frias". Segundo OLIVEIRA:

> [...] a história da violência no campo [...] não é recente: é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil. Contratar jagunços pistoleiros para matar não é um expediente dos grileiros e latifundiários de nossos tempos. A história está repleta de muitos outros exemplos. Em geral estes exemplos foram, em muitos casos, tentativas dos vencidos em romper com a injustiça reinante no país (1999 a, p. 15).

O Professor José de Souza Martins também possui várias obras sobre o tema de nossa pesquisa. Entre elas:

a) *Os Camponeses e a Política no Brasil*, 1990. Análise profunda da problemática camponesa e das reenvidicações políticas dos trabalhadores do campo, especificando a questão das grandes áreas do território nacional. Nesta obra, o autor afirma que, no Brasil, as lutas populares no campo avançaram de forma mais rápida do que os partidos políticos na interpretação e incorporação do problema camponês e da questão agrária e, neste sentido, relata:

> São histórias de expulsão da terra, da chegada das grandes fazendas, da necessidade de ir adiante procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, queimar e coivarar o terreno, fazer a roça e esperar a chuva, a colheita, o grileiro, o jagunço, o oficial de justiça, o soldado, a expulsão para mais adiante, para começar de novo (MARTINS, 1990, p. 121).

b) *A Reforma Agrária e os limites da Democracia na "Nova República"*, 1986. Aborda a questão da Aliança Democrática na transição que, para controlar as lutas sociais, o novo regime prometia reformas sociais. Enfoca também os novos rumos do desenvolvimento da Amazônia, impostos pelo Estado autoritário, o que fez surgir inúmeras tensões e conflitos envolvendo posseiros e povos indígenas, os quais passaram a ser expulsos e deslocados da terra através da invasão da nova economia empresarial. Para o autor:

> As lutas dos trabalhadores rurais tocam no fundo do problema. A resistência dos posseiros de muitas regiões, os acampamentos dos sem-terra, as ocupações de terras ociosas, representam o questionamento do poder dos grandes proprietários, o desafio à lei obsoleta e injusta (MARTINS, 1986 b, p. 17).

c) *Expropriação e Violência*, 1991. Neste livro, Martins retrata a questão dos conflitos, que são cada vez mais numerosos e determinados pelo processo de expropriação e exploração. A questão da propriedade da terra no Brasil e das situações das pessoas que nela trabalham ou precisam dela para trabalhar. Retrata, ainda, as transformações nas lavouras, ou seja, a modernização e a industrialização, a qual dispensa então, a mão-de-obra e aumenta, assim, o número de desempregados. Mostra-nos, também, os conflitos pela terra, que acabam por provocar a chamada reforma agrária, quando afirma:

> Nos últimos anos acentuou-se no país a tendência à concentração fundiária – mais terra para menos gente e mais gente para menos terra. Esse quadro define as bases dos conflitos que vem crescendo no campo. Estamos, na verdade, diante de uma acirrada disputa pela terra, envolvendo um grande número de pessoas (MARTINS, 1991 a, p. 97).

O Professor Bernardo Mançano Fernandes possui várias publicações abordando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre suas publicações, ressaltamos:

a) *MST – Formação e territorialização*, 1999. Neste livro o autor elabora uma teoria para compreensão dos movimentos sociais pelos geógrafos, estudando os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, buscando, no entendimento da luta, sua dimensão espacial. Os acampamentos, as caminhadas, as

ocupações de terras são processos que fazem a luta mover-se pelo território apropriado privadamente pelos proprietários de terras e ou pelos capitalistas.

b) *A formação do MST no Brasil*, 2000. O autor estuda o percurso, desde a organização dos trabalhadores de base, as ocupações de terra e as formas de resistência, os confrontos com os latifundiários, com os governos federal e estaduais e os enfrentamentos com jagunços e policiais, até a implantação dos assentamentos rurais. Analisa, na geografia da luta pela terra, os momentos importantes da história do MST: gestação e nascimento, consolidação e institucionalização, sempre por meio da territorialização da luta pela terra, condição essencial para compreender a formação do Movimento em suas diversas dimensões: social, econômica e política. No caso de Mato Grosso do Sul, objeto de nosso estudo, FERNANDES coloca:

> Por meio desse modo de exploração, muitas fazendas foram formadas pelos trabalhadores sempre expulsos e migrantes. Evidentemente que essa situação gerou conflitos. Por essa razão muitos camponeses foram assassinados. A causa maior dos conflitos era a constante luta pela conquista da terra de trabalho. Desde 1979, nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquarassu, Bonito e Glória de Dourados, os latifundiários pararam de arrendar terras, pois as fazendas já estavam formadas (2000, p. 69).

Desse modo, podemos constatar que o conflito se acirra justamente no período em que os trabalhadores começam a ser impedidos de trabalhar na terra e, na cidade, passam a se organizar para lutar pela posse e uso da terra.

CAPÍTULO II

A BASE HISTÓRICA DE MATO GROSSO DO SUL

No processo de ocupação e posse da terra em Mato Grosso do Sul, que ocorreu após sua valorização no final do século XIX, gerou conflitos sociais, que não foram diferentes daqueles que ocorreram e ocorrem no Brasil de ontem e de hoje, suas vítimas sempre foram os menos favorecidos, posseiros, índios, negros etc.

O processo de ocupação do território de Mato Grosso do Sul acompanhou a expansão das atividades econômicas, tais como, a mineração e as fazendas de gado e, também, posteriormente, a ocupação das fronteiras agrícolas em áreas de matas e, recentemente, em áreas de cerrado, o que atraiu migrantes advindos de outras regiões.

As terras da parte sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) somente foram valorizadas na segunda metade do século XIX, devido a abertura da navegação pelo rio Paraguai, a qual possibilitou a comunicação de Mato Grosso com o exterior, via estuário do rio da Prata.

Essa nova rota fluvial foi responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento do estado, especialmente em sua parte sul, onde, desde 1882, através de Decreto Imperial, Tomás Laranjeira arrendou grande extensão de terras[6], objetivando a extração da erva-mate, planta nativa na região, especialmente entre os rios Iguatemi e Amambaí.

A abertura da navegação pelo rio Paraguai beneficiou tanto a exploração da erva-mate como também da pecuária, que frente à possibilidade de exportação dos subprodutos passou da fase de criatório extensivo para o intensivo.

Com o desenvolvimento econômico da região sul do Mato Grosso, possibilitado pela abertura da navegação, após a Guerra do Paraguai (1870), novas bases econômicas e sociais foram implantadas com o fortalecimento das lideranças do sul do Estado.

---

[6] A companhia Mate-laranjeira, entre 1891 e 1902, e a laranjeira, Mendes & Cia., sua sucessora, posteriormente, monopolizaram a exploração da erva-mate numa área arrendada junto ao Estado que excedia três milhões de hectares, reduzida em 1916 para 1,8 milhão de hectares. A última dessas empresas, além da área arrendada, dispunha de 271.026 hectares em 1923, adquiridos através de compra, nos municípios de Bela Vista e Ponta Porã (ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a historia 1870 – 1929*. Boletim Paulista de Geografia (AGB), São Paulo, nº 61, 1984, p. 43).

O interesse despertado sobre as terras da região sul desse estado aumentou com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1909. Segundo QUEIROZ: *Sobre esse aspecto cabe realçar o papel da ferrovia na valorização de terrenos e no favorecimento direto, de outros empreendimentos, ligados ou não à empresa ferroviária* (QUEIROZ, 1997, p. 11).

A peculiaridade da região favoreceu também o surto de grileiros, os quais se apossaram de áreas imensas, expulsando os descendentes de antigos posseiros e provocando, às vezes, a resistência pelas armas.

A partir de 1920, a questão em torno das terras da região sul vai congestionar a repartição de terras, conforme se avalia na afirmação de MORENO:

> Ocorre que, com a sua valorização os descendentes de antigos posseiros ou grileiros passaram a reivindicar essas áreas não raro de 20 a 30 léguas quadradas encravadas em terras devolutas ou desabitadas. Empolgados com as ofertas vantajosas que se sucediam nas transações realizadas, os pretensos possuidores passaram a requerer a medição judicial dessas áreas, até então deixadas em estado de total abandono (1993, p. 73).

Com Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937 – 1945), aconteceu a centralização político-administrativa, fortalecendo o poder central, que passou a criar condições ao desenvolvimento urbano-industrial e à diversificação da agricultura. Getúlio Vargas, quando instalou a Colônia Agrícola Federal de Dourados (1943 – 1946), distribuiu muitos títulos para pequenos proprietários, para com isso formar povoados e garantir os limites do território brasileiro em Mato Grosso do Sul. Com isso, apareceram diversos povoados que hoje são municípios da região de Dourados.

Assim, ao contrário de enfrentar os problemas estruturais que cercavam a formação e desenvolvimento da pequena propriedade, o governo, em 1941, resolve mudar sua política de colonização e não mais ver no estímulo à pequena propriedade o caminho da conquista da fronteira (BATISTA, 1995, *apud* ALMEIDA, 2003, p. 113).

A implantação da Colônia Agrícola Federal de Dourados, em 1946, não dissimulou o término do contrato de arrendamento dos ervais com a Companhia Mate Laranjeira e a transformação da posse da terra em propriedade foi enormemente dificultada, o que pode ser compreendido com o esclarecimento de GUILLEN:

> [...] até 1940, a terra estava concentrada em mãos de poucos proprietários; mais do que isso, as propriedades do município de Ponta Porã abarcavam um pouco mais de 1 milhão de hectares, sendo a restante área de arrendamento (1996, p. 38).

Na década de 50, novas frentes de colonização propiciaram o surgimento e crescimento de cidades, entre elas Campo Grande e Dourados, além da abertura de estradas em todo o estado. Esse foi um período em que se objetivou a abertura de novas áreas que se destinassem à expansão da agricultura.

No entanto, a lógica do capital é que explica como a terra foi apropriada no Brasil, e especificamente em Mato Grosso do Sul. Com a territorialização do capital, intensifica-se a ocupação das terras do estado, nas décadas de 50 e 60 (frentes pioneiras/modernização), como predomínio da atividade pecuária, patrocinada pelo estado que assume a concessão de venda de lotes, sem a participação das empresas colonizadoras, dando prioridade à formação de grandes propriedades.

Nas décadas de 60 e 70, mais especificamente 70, dá-se uma nova forma de colonização de Mato Grosso do Sul – quando chegaram os colonizadores (vindos especialmente do sul), portadores da tradição no cultivo de grãos. Trabalhavam com máquinas, crédito agrícola e com técnicas modernas de cultivo, cujos processos expulsaram uma grande parte de pequenos proprietários que migraram para o Paraguai *(brasiguaios)* e retornaram ao Brasil, em meados da década de 1980. Para MARTINS: *o empresário pagava pela terra, mesmo quando era terra sem documentação lícita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição* (1999, p. 80).

Os compradores dessas terras devolutas apropriaram-se delas, mas não as ocuparam devido aos seus interesses especulativos, revendendo, mais tarde, com lucro e obtendo, assim, a renda da terra. Os novos donos, fazendeiros paulistas, paranaenses e gaúchos, é que foram efetivamente ocupar e explorar essas terras, efetuando a derrubada das matas e a formação das fazendas para a atividade pecuarista e plantação de cereais. Esta aquisição baseada na lógica capitalista também é analisada por MARTINS:

> [...] o modelo brasileiro inverteu o modelo clássico Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado (1999, p. 80).

Para executar este trabalho de derrubada da mata, foram deslocados para o estado de Mato Grosso do Sul trabalhadores, os quais, após a formação das pastagens ou por conta do processo de modernização da agricultura, foram obrigados a deixar as terras para a atividade pecuária, a qual utiliza pouca mão-de-obra, ou foram expulsos.

Desta forma, tínhamos em Mato Grosso do Sul o seguinte quadro: de um lado, a grande concentração de terra nas mãos de poucos proprietários, grandes latifúndios; e, de outro, uma massa enorme de camponeses, que, sendo expulsos da zona rural, passam a viver nas grandes cidades como volantes, bóias-frias e diaristas, em situação de miséria, aumentando ainda mais os problemas sociais urbanos já existentes, acentuando cada vez mais a contradição ditada pela lógica do capital.

Os dados extraídos do Censo Agropecuário – MS, (1960/1970), apontavam o Mato Grosso do Sul como um estado com grande concentração fundiária. Observamos pela Tabela 01 que, em 1960, os estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam 29,1% do total e controlavam 0,2% da área em estabelecimentos; em 1970, a proporção do número de estabelecimentos nesse grupo de área sobe para 40,6% e a da área sobe para apenas 0,4%.

No grupo de área de 10 a menos de 100 ha, a proporção de número e da área sofre poucas alterações: 45,6% e de 2,1%, respectivamente, em 1960, para 37,2% e 2,3%, respectivamente, em 1970.

Registraram-se poucas alterações da proporção do número e da área de 100 a menos de 1.000 ha, que apresentou uma queda da proporção de números de estabelecimentos 14,4%, em 1960, para 14,0%, em 1970; e uma alta da proporção da área de 8,2%, em 1960, para 10,7%, em 1970.

Já no grupo de 1.000 a menos de 10.000 ha, a proporção do número cai de 9,5%, em 1960, para 7,3%, em 1970; e a proporção da área dos estabelecimentos no grupo passou de 44,7%, em 1960, para 45,5% em 1970.

No extremo dos estabelecimentos, com 10.000 ha e mais, apresentou-se uma pequena queda. Em 1960, 1,4% do total de estabelecimentos controlavam 44,8% da área, mas, em 1970, nesse mesmo grupo, 0,9% dos estabelecimentos detinham 41,6% da área total.

Tabela 01:
Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total - Mato Grosso do Sul 1960/1970.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Proporção do número de estabelecimentos %		Proporção da área dos estabelecimentos %	
	1960	1970	1960	1970
Menos de 10	29,1	40,6	0,2	0,4
10 a menos de 100	45,6	37,2	2,1	2,3
100 a menos de 1.000	14,4	14,0	8,2	10,7
1000 a menos de 10.000	9,5	7,3	44,7	45,0
10.000 e mais	1,4	0,9	44,8	41,6
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: IBGE CENSO AGROPECUÁRIO DE MS, 1960/1970.

Fica clara a concentração fundiária quando analisamos os dados da seguinte forma: 89,5% da área total estão nas categorias que comportam estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 ha e mais de 10.000, representando apenas 10,9% dos estabelecimentos, neste mesmo período de 1960.

Não ocorreu mudança significativa nas mesmas categorias para o período de 1970, no qual 86,6% da área representavam apenas 8,2% dos estabelecimentos.

Foi na década de 70 que se deu o grande impulso colonizador no estado, quando fazendeiros e granjeiros, oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, dirigiram-se ao Mato Grosso do Sul, a fim de trabalhar com culturas mecanizadas de cereais.

De acordo com MENDONÇA:

> [...] percebe-se a migração do capital gerado na indústria gaúcha para implantação de empresas agro-pecuárias no Centro-Oeste. O motivo da migração de operários e de elementos da classe média urbana resultou da busca de empregos, do que, também, se ressentia o Rio Grande do Sul. Mas houve ainda uma migração da classe média rural, bem sucedida nas safras de soja, em busca de novas terras de que careciam os lavoureiros gaúchos (1985, p. 54).

Também, nessa nova fase de colonização, aconteceu a exclusão de pequenos proprietários, já instalados no então estado de Mato Grosso, na área em que hoje é o Mato Grosso do Sul, onde desenvolviam a agricultura voltada para o consumo.

Essa massa desenraizada forma o chamado exército de reserva, que migra para desbravar novas terras [...] É o vaivém. Ou seja, os fluxos migratórios acontecem com uma intensidade e rapidez sempre crescente. Um determinado local passa a receber migrantes e, com muita rapidez, passa a expulsá-los. De local de atração, torna-se lugar de expulsão (CPT, 1992, p. 48).

O Quadro 01 abaixo mostra como, na história brasileira recente, os ciclos migratórios foram encurtados:

Quadro 01: Ciclos Migratórios - Brasil

Local	Ano/Atração	Ano/Expulsão	Tempo
RS/SC	1850	1950	100 anos
Sudoeste/PR	1950	1970	20 anos
MS/MT	1960	1970	10 anos
RO	1970	1980	10 anos

Fonte: CPT, 1992, p. 48.

De 1940 a 1960, o Paraná, o Mato Grosso e Goiás formaram a principal fronteira agrícola e, a partir de 70, passam a expulsar os colonos para uma nova fronteira: o Norte de Mato Grosso e a região Norte, principalmente Rondônia. Esta constatação também é feita por BATISTA:

> [...] o modelo econômico capitalista enxerta em Mato Grosso do Sul através da política do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), vigente no período de 1975 a 1979, o processo de modernização da agricultura nas terras da fronteira agrícola ao sul. Este mecanismo que incrementou a política colonizadora da década de 70 fez desaparecer em, 1980, 17.000 pequenos proprietários [...] (1995, p.28).

Com isso, a agricultura ganhou, no estado, características de monocultura, baseada, principalmente, nas grandes lavouras de soja e áreas de criação de gado.

Nesse período, foram criados diversos programas de impulso ao desenvolvimento, dentre os quais o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN)[7], o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)[8], o

[7] PRODEPAN – Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, em execução a partir de 1974, representava um conjunto de medidas a dotar o pantanal [...] de condições para melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional [...] A área – Programa do Pantanal era formada por 26 municípios [...]. A origem do Programa deu-se a partir de

Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN)[9], Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PROCENTRO)[10] e outros que incentivaram o surgimento de inúmeras lavouras de cereais (soja, milho, arroz) e extensos latifúndios destinados à criação de gado de corte.

Atualmente, a pecuária constitui-se na principal atividade econômica desenvolvida em Mato Grosso do Sul, fazendo-se presente em todas as regiões do estado, ocupando uma área de aproximadamente 15 milhões de hectares mecanizados com plantações de pastagens *braquiária* e outros capins.

Do ponto de vista fundiário, Mato Grosso do Sul caracteriza-se como um estado dominado pela grande propriedade rural destinada à pecuária de corte.

De acordo com os dados dos Censos Agropecuários da IBGE, no ano de 1985 – 1995 (Tabela 02), as lavouras temporárias e permanentes ocupavam apenas 6,97% da área total dos estabelecimentos agropecuários do estado, enquanto as pastagens naturais e plantadas cobriam 70,07% e as matas e florestas naturais e plantadas cobriam 14,86%. De acordo com a mesma fonte, no ano de 1995, as lavouras temporárias e permanentes ocupavam apenas 4,47% da área total dos estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul, as pastagens naturais e plantadas 70,47% e as matas e florestas naturais e plantadas cobriam 19%.

---

reivindicações do CIDEPAN, que formulou algumas recomendações, após a criação do Decreto Presidencial, que criou o PRODOESTE, e que se fortaleceram como reivindicações para os municípios do Pantanal Mato-Grossense (ABREU, Silvana de. *Planejamento Governamental A SUDECO no Espaço Mato-Grossense Contexto, propósitos e contradições.* São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 107-108).

[8] POLOCENTRO - Criado pelo Decreto nº 75.320, de 24 de janeiro de 1975, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados [...] Tratava-se de um programa do II PND, criado especialmente para promover a ocupação de áreas selecionadas no Planalto Central Brasileiro, de predominância de Cerrados, que previa para o período 1975/79 a incorporação 3,7 milhões de hectares a agropecuária e atividades florestais, nos estado de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, e que ficou sob a responsabilidade de gerenciamento da SUDECO (*Idem*, 2001, p. 147).

[9] PRODEGRAN - Criado pela Exposição de Motivos CDE nº 007/76, de 07 de abril de 1976, o Programa Especial da Região da Grande Dourados visava ao aprimoramento da potencialidade agrícola de que dispõe a região sul do Estado de Mato Grosso [...] Os limites do programa abrangiam cerca de seis milhões de hectares considerados amplamente satisfatórios para atividades agrícolas e fácil comunicação com os mercados do Centro-Sul [...] as metas e objetivos do PRODEGRAN, eram fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais [...] (*Idem*, 2001, p. 73).

[10] PROCENTRO – A criação do PROCENTRO deu-se após amplo processo de debates e discussões com 1.200 representantes dos governos estaduais e as diversas entidades de classes representativistas dos interesses da população regional. Em harmonia com as metas nacionais, o conjunto de propostas de ações desse Programa convergiam para? 1) aumentar a produção alimentar/ 2) melhorar as condições de vida da população/ 3) formular a agroindustrialização e 4) racionalizar a ocupação do espaço e o uso dos recursos naturais [...] (*Idem*, 2001, p. 271).

A mesma fonte revela preponderância de área de lavouras temporárias sobre lavouras permanentes, o que corresponde a grandes extensões de lavouras de soja, trigo, milho, arroz e cana.

Tabela 02:
Utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul 1985 - 1995 (Ha)

CATEGORIAS	1985	%	1995	%
Lavouras Permanentes	27.000	0,08	16.215	0,05
Lavouras Temporárias	1.824.935	5,87	1.367.496	4,42
Temporárias em Descanso	195.726	0,62	118.185	0,38
Pastagens Naturais	9.658.224	31,40	6.086.778	19,67
Pastagens Plantadas	12.144.529	39,30	15.727.930	50,80
Matas e Florestas Naturais	4.170.597	13,40	5.696.659	18,41
Matas e Florestas Plantadas	454.251	1,46	181.080	0,59
Produtivas Não Utilizadas	583.530	1,88	403.943	1,31
Área total dos Estabelec. Agropecuários	**31.108.815**	**100**	**30.942.72**	**100**

FONTE: IBGE CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1985-1995/96.

A área de lavoura, que já era pequena em 1985, com 6,57%, tornou-se menor ainda em 1995, com apenas 4,85%. Por outro lado, a área de pastagens plantadas expandiu-se significadamente, de 39,30%, em 1985, para 50,80%, em 1995, o que demonstra a melhoria no padrão da pecuária a partir da substituição das pastagens naturais pelas plantadas. Houve também a expansão na área de matas e florestas.

Observamos que no campo brasileiro a adoção de uma agricultura exportadora que, impondo a monocultura em detrimento das culturas voltadas para o auto-consumo, amplia ainda mais a posse da terra, provocando a expulsão de trabalhadores rurais para a cidade. Assim, concordamos com STÉDILE quando associa a concentração da terra à exclusão de parte da população. Para o autor: *a concentração da propriedade da terra, que mantém as riquezas naturais, a agricultura e o poder político nas mãos de uma minoria, é uma das principais fontes de injustiças sociais* (STÉDILE, 1997 a, p. 03).

Como vimos anteriormente, a grande concentração de terras nas mãos de poucos e um número crescente de trabalhadores rurais sendo expulsos da terra, o estado do Mato Grosso do Sul tem na questão agrária o seu principal ponto de tensão.

Deste modo, o que queremos compreender e explicar são os conflitos agrários, a partir dessa concentração fundiária, que levaram à exclusão de uma massa de camponeses que, organizados a partir do final da década de 70, procuram reverter a posse e o uso da terra no Brasil e em Mato Grosso do Sul.

Para MARTINS:

> [...] movimentos e organizações populares surgiram em várias regiões do país, duas centrais sindicais foram organizadas (CUT e CONCLAT). Desde 1979, cresceram não apenas as greves, mas também as depredações, as invasões urbanas, as invasões de terras no campo (1986 b, p. 30).

Com relação aos conflitos agrários em Mato Grosso do Sul, procuramos demonstrar como os movimentos sociais, surgidos a partir do final da década de 70, atuaram com vistas à modificação do quadro de concentração da terra, anteriormente exposto. Esses movimentos surgem a partir da intensificação dos problemas agrários decorrentes do processo de modernização da agricultura nas décadas de 60 e 70, o que contribuiu para agregar novos elementos para a solidificação do capital e da concentração de terras no estado, por meio de incentivos fiscais. Nesse âmbito, os projetos governamentais aparecem como carro chefe para que se dê essa concentração.

Por outro lado, constatamos também os efeitos perversos dessa chamada "modernização dolorosa", tendo em vista que um número acentuado de camponeses vão sendo expulsos da terra e se concentrando nas cidades, de onde vão, a partir de 1984, se organizar sistematicamente para o processo de ocupação, posse e uso da terra em permanentes conflitos com os latifundiários e seus representantes.

O Mato Grosso do Sul, com uma população aproximada de 2.140.624 habitantes e um território de 358.158, 7 Km^2, que representa 22% da região centro-oeste e 4% do país (IBGE, 2002), tem em todos os estados e países com que faz limites, históricos antigos e recentes de conflitos pela posse e uso da terra.

Ao norte, com Mato Grosso e Goiás (área conflituosa pela questão da terra, garimpo, questão indígena, denúncias de 'trabalho escravo' etc); ao sul, com o Paraná (os sem-terra neste estado sofreram com a polícia a mando dos latifundiários e com o aval do ex-governador Jaime Lerner) e a República do Paraguai (região fronteiriça com históricos problemas de terra e a questão dos *"Brasiguaios"*); a leste,

com Minas Gerais e São Paulo, estados que, por estarem na região Sudeste, não escapam aos conflitos envolvendo os sem-terra, haja vista as constantes ocupações de fazendas improdutivas em Minas Gerais, inclusive de políticos do alto comando nacional; no estado de São Paulo, o MST se territorializa ocupando as fazendas improdutivas e de terras devolutas, como é o caso do Pontal do Paranapanema; e, a oeste com o Paraguai e a Bolívia (região de fronteira que também tem apresentado conflitos pela posse e uso da terra).

O estado do Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande, foi criado pela Lei Complementar nº 31, assinada pelo então Presidente da República General Ernesto Geisel, no dia 11 de outubro de 1977 e instalado em 1979. A criação de Mato Grosso do Sul, foi possível devido a Lei Complementar nº 20 de 1974, criada pelo governo federal, que estabelecia a legislação básica para a criação de novos estados e territórios. Portanto, a partir de 1976, a liga sul-mato-grossense, presidida pelo historiador Paulo Coelho Machado, liderou a campanha separatista do estado de Mato Grosso, que sofreu oposição do então governador José Garcia Neto.

De acordo com CAMPESTRINI & GUIMARÃES, o Presidente Geisel considerava:

> [...] o desmembramento o meio mais adequado para acelerar o desenvolvimento econômico e social de ambos estados; o sul, com excelente condição para tornar-se grande produtor de grãos e de carne; o norte, com condições para o rápido povoamento e ocupação dos grandes vazios. Ainda reconhecia que Mato Grosso do Sul: possui, com efeito, extraordinária vocação para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial [...] (1995, p. 40).

A divisão do estado veio contemplar as históricas manifestações divisionistas empreendidas por frações da classe dominante sul mato-grossense, bem como atender ao projeto geopolítico militar da ditadura instalada no país, que já mostrava sinais de enfraquecimento e falta de apoio político. Esta divisão ocorreu num momento de conflito interno pelo controle do partido entre os grupos que compunham a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no então sul de Mato Grosso.

Para BITTAR:

> A divisão do Estado veio acirrar tais disputas pelo futuro domínio da máquina administrativa estadual [...] a criação de mais uma unidade na

> federação, sob o seu controle político, isto é, da ARENA, atenderia, sem dúvida, aos propósitos da 'abertura lenta e gradual'. A conjunção desses fatores, portanto, originou Mato Grosso do Sul, um estado criado para atender ao projeto político do regime; contemplar os interesses políticos da classe dominante local e para reforçar, em termos imediatos, o governo da ditadura militar (1998, p. 33)

A instalação oficial do governo aconteceu em 1° de janeiro de 1979 com a posse dos deputados constituintes, eleitos em 1978, os quais compunham a primeira gestão da Assembléia Legislativa.

A nomeação que Geisel fez do engenheiro Harry Amorim Costa, contrariando as indicações que sinalizavam para outros personagens da política sul-mato-grossense, deveu-se ao fato de ser ele oriundo do Rio Grande do Sul e estar acima das divergências internas da ARENA regional.

O Mato Grosso do Sul é um estado que, conforme os dados oferecidos pelo IBGE (Tabela 01), tem como base econômica a pecuária, e a política sempre esteve atrelada a essa atividade. BITTAR informa que o predomínio das relações agrárias de produção e também a formação histórica que marcou o processo de povoamento do sul de Mato Grosso fizeram com que a classe dominante, na estrutura social do estado se tornasse basicamente composta por:

a) - uma fração latifundiária, herdeira da posse das terras, desde a vinda pioneira, a partir de 1830, dos Lopes, Garcia, Souza e Barbosa, provenientes de Minas Gerais e São Paulo. Destacam-se, na vida política mato-grossense e sul-mato-grossense, as famílias Barbosa Martins e Coelho;

b) - uma fração ligada às grandes empreiteiras da construção civil, que, a partir de sua inserção na máquina estatal, começou a possuir grandes propriedades rurais, denominada novos latifundiários como Pedro Pedrossian e Marcelo Miranda Soares; e

c) - uma burguesia agrária, composta principalmente por gaúchos que, através de levas migratórias, desde o final do século XIX, mas, especialmente, após 1930, modernizaram a agricultura sul-mato-grossense estabelecendo plantações de soja na região de Dourados.

Este número de grandes proprietários que exerceram o poder político em Mato Grosso do Sul, ao longo da sua história, pode ser comprovado quadro abaixo.

Podemos constatar, através do Quadro 02, que esta classe dominante latifundiária se reveza no poder ao longo desses últimos anos, estabelecendo um casamento entre poder político e poder econômico.

Quadro 02: Políticos de Mato Grosso do Sul - proprietários de latifúndios

NOME	PARTIDO	ÁREA (HA)	MUNICÍPIO
Lúdio Martins Coelho	PSDB	31.692	Rio Brilhante, Terenos, Miranda, Sidrolândia, Bonito e Camapuã.
Rachid Saldanha Derzi +	PMDB	11.341	Rio Brilhante, Bela Vista, Antonio João e Terenos.
Pedro Pedrossian	PTB	9.763	Miranda e Bodoquena
Wilson Barbosa Martins	PMDB	5.097	Campo Grande, Rochedo e Jaguari.
João Leite Schimidt	PDT	8.650	Coxim.
Ary Rigo	PDT	2.875	Dourados
Londres Machado	PL	3.659	Fátima do Sul
José Fragelli +	PMDB	8.795	Campo Grande e Três Lagoas
Levy Dias	PFL	9.460	Campo Grande e Nioaque.
Marcelo Miranda Soares	PL	5.469	Aparecida do Taboado.

Fonte: TERRASUL/TRE/MS, 1996 In: SOUZA, 1997, p. 154.

Neste mesmo contexto, verifica-se a nomeação de Marcelo Miranda, em 1979, logo depois, a de Pedro Pedrossian (1980-83). E, a partir das primeiras eleições, em 1983, assume Wilson Barbosa Martins; depois, em 1987, Marcelo Miranda; em 1991 novamente Pedro Pedrossian, e, em 1995, volta Wilson Barbosa Martins. Este ciclo de revezamento do poder pode ser comprovado no Quadro 03.

No ano de 1998, foi eleito pelo voto direto um governo de esquerda, numa tentativa de quebrar a hegemonia dos latifundiários. A população do estado, passa o poder político para as mãos de um partido de oposição: o PT, representado por José Orcírio Miranda dos Santos, o "Zéca do PT", que conseguiu se reeleger nas eleições de 2002.

No entanto, segundo Almeida (2003), infelizmente, o controle político exercido pelos latifundiários vem sofrendo poucas mudanças, ou seja, essa realidade é duradoura em virtude da permanência, no Legislativo estadual e federal e nos Governos Municipais, de representantes dos latifundiários como as famílias: Coelho, Pedrossian, Derzi, Barbosa Martins, Miranda, Tebet, Schimidt e Dias, entre outras.

Quadro 03: Governadores de Mato Grosso do Sul

GOVERNADORES	PARTIDO	INÍCIO	TÉRMINO
Harry Amorim Costa	ARENA	Nomeado em 31.03.1978	
Harry Amorim Costa	ARENA	1°/01/1979	12/06/1979
Londres Machado	ARENA	12/06/1979	30/06/1979
Marcelo Miranda Soares	ARENA/PDS	30/06/1979	28/10/1980
Londres Machado	ARENA/PDS	28/10/1980	07/11/1980
Pedro Pedrossian	ARENA/PDS	07/11/1980	15/03/1983
Wilson Barbosa Martins	PMDB	15/03/1983	14/05/1986
Ramez Tebet	PMDB	14/05/1986	15/03/1987
Marcelo Miranda Soares	PMDB	15/03/1987	15/03/1991
Pedro Pedrossian	PTB	15/03/1991	31/12/1994
Wilson Barbosa Martins	PMDB	1°/01/1995	31/12/1998
Jose Orcírio Miranda dos Santos	PT	1°/01/1999	31/12/2002
Jose Orcírio Miranda dos Santos	PT	1°/01/2003	31/12/2006

Fonte: GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL, 2003.

Desta maneira, a pressão do latifúndio acaba sendo mais duramente sentida pelo Governo do Estado na sua política de Reforma Agrária, o que se pode exemplificar com as dificuldades encontradas pelo recém extinto TERRASUL[11].

Para compreender melhor a questão da concentração latifundiária do estado do Mato Grosso do Sul, recorremos aos dados extraídos do Censo Agropecuário – MS, (1995/96), que apontam o Mato Grosso do Sul como um estado com forte concentração fundiária (Tabela 03), ou seja, 78,4% da área total estão nas categorias que comportam estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 ha. e mais de 10.000 ha. Parte considerável dessa área está ocupada com pastagens, restando para lavouras o correspondente a 6,16%.

A mesma fonte revela que houve mudança na estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul desde 1975, mas não no sentido de diminuir a concentração no acesso à terra que, em 1995, continuava muito elevada.

---

[11] Para Bonelli (Diretor Geral do TERRASUL, 1999 – 2000), *[...] o mapeamento das terras devolutas do Estado, feito pelo TERRASUL, na sua gestão acabou sendo o estopim de uma disputa de poder que se arrastava nos bastidores do governo e que acabou por levá-lo, no ano de 2000, a pedir demissão do cargo de diretor geral do órgão.* (ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade,Distinção e Territorialização: O Processo de (Re)criação Camponesa no Mato Grosso do Sul.* Presidente Prudente, Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2003, p. 116).

Tabela 03:
Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total - Mato Grosso do Sul – 1975/1995/96

Grupos de área total Ha	Proporção do número de estabelecimentos %		Proporção da área dos estabelecimentos %	
	1975	1995	1975	1995
Menos de 10	38,5	18,6	0,4	0,1
10 a menos de 100	36,0	36,1	2,2	2,1
100 a menos de 1000	16,8	31,3	12,3	19,4
1000 a menos de 10.000	7,8	13,2	45,1	53,9
10.000 e mais	0,9	0,8	40,0	24,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96.

De acordo com o IBGE, houve significante redução no número e na área total das pequenas unidades. Em 1975, os estabelecimentos com menos de 10 hectares, representando 38,5% do total, controlavam 0,4% da área em estabelecimentos; em 1995, a proporção do número de estabelecimentos nesse grupo de área caiu para 18,6%, e a da área, para apenas 0,1%.

Registrou-se substancial expansão da proporção do número e da área dos estabelecimentos nos grupos de área de 100 a menos de 1.000 ha, e de 1.000 a menos de 10.000 ha. No primeiro grupo, a proporção do número de estabelecimentos aumentou de 16,8%, em 1975, para 31,3%, em 1995; e a proporção da área, de 12,3%, em 1975, para 19,4%, em 1995.

No grupo de 1.000 a menos de 10.000 ha, a proporção do número subiu de 7,8%, em 1975, para 13,2%, em 1995; e a proporção da área dos estabelecimentos no grupo passou de 45,1%, em 1975, para 53,9%, em 1995.

No entanto, o extremo dos estabelecimentos com 10.000 ha e mais também apresentou quedas. Em 1975, 0,9% do total de estabelecimentos controlavam 40% da área; mas em 1995, nesse grupo 0,8% dos estabelecimentos detinham apenas 24,5% da área total.

No período de 1975 – 1995, houve forte concentração, tanto do número como da área de estabelecimentos nos grupos de área total de 100 a menos de 1.000 ha, e de 1.000 a menos de 10.000 ha. As proporções do número desses grupos aumentou às custas de forte redução no grupo de estabelecimentos com menos de 10 ha;

e as proporções de área total se ampliaram graças à forte redução na área dos estabelecimentos com mais de 10.000 ha.

Tal concentração vem fazendo emergir a organização de trabalhadores que se encontram excluídos do quadro produtivo do estado, como se confirma em OLIVEIRA:

> Em função da violenta concentração da propriedade fundiária, um grande número de pequenos lavradores perde ou deixa o seu principal meio de trabalho (a terra) para os capitalistas de todos os tipos [...] Daí deriva a lógica da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso à terra no Brasil (1997, p. 50; 110).

Fica caracterizado em Mato Grosso do Sul um processo contraditório de avanço e crescimento do capitalismo no campo, pois, se de um lado temos a concentração de terras, por outro lado surgem os movimentos sociais, na luta pela terra, por sobrevivência, pela cidadania. Entre esses movimentos sociais podemos destacar as lideranças da CPT (Comissão Pastoral da Terra), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), Sindicatos Rurais e as Cooperativas.

A concentração fundiária, com a presença da grande propriedade rural destinada à pecuária de corte, é a característica principal para entender a origem dos conflitos agrários pelo uso e posse da terra em Mato Grosso do Sul, cuja forma de estruturação, com a predominância da grande propriedade, estabelece diferenças sociais, exclui trabalhadores do campo e nos leva a refletir sobre o pensamento de MARTINS, quando este assevera que *a riqueza de uns é produzida pela miséria de outros*:

> O que une riqueza extrema e miséria extrema, neste país, é o fato de que a riqueza de poucos tem sido produzida pela exploração sem limites e pela expropriação violenta de muitos, desprotegidos, que nem mesmo têm possibilidade de exigir o cumprimento legal dos poucos direitos sociais e individuais reconhecidos em lei (1991 a, p. 60).

O capitalismo que avança no campo brasileiro pode ser identificado, segundo MARTINS, pela sua principal contradição: de um lado, o monopólio da terra como base para o avanço da agroindústria e da especulação; de outro, a pauperização e/ou proletarização acelerada dos camponeses, transformando-os em bóias-frias, diaristas, ou seja, uma classe que ficou conhecida nos últimos 20 anos como trabalhador

sem-terra. Por isso, MARTINS entende a história do capitalismo no campo da seguinte maneira:

> Desde seus tempos iniciais, a história do capitalismo tem sido uma história de exclusão e marginalização de populações, mas uma exclusão integrativa, que cria reservas de mão-de-obra, cria mercados temporários ou mercados parciais (1989, p. 99).

O que podemos observar é que se trata de um capitalismo baseado na exclusão dos camponeses, os quais excluídos da terra, se inserem na luta pela posse e uso da terra, luta pela reforma agrária. Essa realidade tem aumentado os conflitos agrários e a violência no campo, que é gerada pela estrutura agrária concentradora, excludente de milhões de brasileiros de seus direitos fundamentais à vida e à cidadania.

Participam da luta pela terra, de um lado, não só aqueles que foram excluídos do campo por causa da modernização da agricultura, mas também, diversos povos indígenas, negros que vivem em antigos quilombos, comunidades de posseiros, foreiros, arrendatários ou parceiros nordestinos que decidem transformar a sua dispensa em conquista da terra, filhos de pequenos proprietários tradicionais, diaristas, assalariados e/ou subempregados e desempregados do campo e da cidade, os seringueiros, os ribeirinhos, as vítimas da seca do Nordeste e os atingidos por barragens; e, de outro lado, os grandes proprietários de terra, os latifundiários. O 'intermediador' desses conflitos é o Estado, através de seu aparato político-jurídico-ideológico e de suas forças repressoras, sempre a favor dos donos da terra, afirmação explícita em MARTINS:

> Violência de toda ordem tem sido cometida contra essas pessoas para assegurar a sua expulsão da terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais, até soldados, oficiais de justiça e os próprios juízes (1991 a, p. 45).

Neste contexto, a violência no campo envolve três atores principais: os latifundiários, os camponeses sem terra e o Estado.

Além do poder econômico resultante do controle dos meios de produção, os latifundiários detêm o poder político e a força pára-militar. O poder

político ficou evidenciado no episódio da votação da Reforma Agrária por ocasião da Constituinte.[12]

É o poder de influir nas leis de acordo com os seus interesses. Já o poder pára-militar se expressa pela possibilidade que encontram de armar jagunços e vigias, contratar "empresas de segurança" para proteger os seus domínios. Esta força é ampliada pelas ligações com o aparato militar local ou mesmo estadual e com o aparato judiciário[13].

O Estado é o agente "mediador" da ordem "democraticamente" estabelecida pela sociedade, via processo legislativo. Para tanto, coloca em funcionamento as instâncias político-jurídico-ideológico e suas forças repressoras. Como, porém, trata-se de um Estado democrático, ele por vezes tem de apresentar-se como aquilo que não é (o defensor do interesse de todos), a fim de se legitimar ou de diluir as tensões quando estas se mostram insuportáveis.

Assim, *os trabalhadores são os pacientes da violência legalizada que assegura a sua exclusão do acesso aos meios de produção* (MOREIRA, 1992).

Como o propósito inicial desta pesquisa é identificar e caracterizar os conflitos agrários estabelecidos a partir da ação de novos movimentos sociais, que atuam no sentido de conquistar a posse e o uso da terra em Mato Grosso do Sul, levando em consideração que esses conflitos pela posse e uso da terra se intensificaram a partir dos meados da década de 80, com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária e a organização de Movimentos Sociais que atuam no Estado, temos como hipótese que:

---

[12] Conferir em: A lei (não) é cumprida – A Câmara dos Deputados definiu as comissões que farão as leis complementares à Constituição. Os partidos tiveram liberdade de indicar quantos deputados quisessem. A comissão de agricultura, responsável pela reforma agrária e política agrícola, é composta por 51 deputados. A presidência ficou com o deputado José Egreja (PTB-SP), que é usineiro e vinculado à UDR. [...] dos 51 deputados, 30 são totalmente contra a reforma agrária. Cinco estão indefinidos e 4 não se tem informações. Apenas 12 são favoráveis à reforma agrária. Com esse quadro, dificilmente haverá avanços nas leis complementares. Os trabalhadores não podem alimentar esperanças nessa comissão (**Nota na Imprensa**, 1989). Anexo 15.

[13] Conferir em: Ordem de Prisão – A policia só executa prisão com eficiência quando se trata de trabalhadores. Os responsáveis pelos mais de 800 assassinatos de lavradores ocorridos entre 1985 e 1989 estão impunes. A maioria dos casos não tem inquérito policial que aponte os assassinos e os fazendeiros mandantes. Quando se trata de impedir mobilizações dos lavradores, as prisões são feitas rapidamente. Só em 1988, 54 lideranças do Movimento dos Sem Terra foram presas ilegalmente. No mês de março deste ano, 30 lavradores foram presos no Rio Grande do Sul com base em ordem judicial expedida em menos de 24 horas. Todas essas prisões se deram durante ocupações de latifúndios improdutivos (**Nota da Imprensa**, 1989) Anexo 15.

A posse e o uso da terra, em uma estrutura fundiária, concentradora e excludente, acabam por gerar reações e conflitos que procuram, através da luta, conquistar à posse e o uso da terra em Mato Grosso do Sul.

Nesta perspectiva, com o desenvolvimento da tese, pretende-se:

a) identificar os conflitos pela posse e o uso da terra excludentes em Mato Grosso do Sul;

b) caracterizar o grau de intensidade da violência utilizada nos conflitos agrários de Mato Grosso do Sul;

c) analisar as alterações no espaço geográfico de Mato Grosso do Sul, provocadas pela modificação da estrutura fundiária a partir desses conflitos pela posse e uso da terra;

d) relacionar os movimentos sociais que atuaram e atuam na conscientização, organização e na luta pela posse e uso da terra em Mato Grosso do Sul;

e) contribuir com a discussão sobre a questão agrária, numa perspectiva de uma geografia que se preocupa com as questões sociais e econômicas.

CAPÍTULO III

OS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE ATUAM NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL[14]

A CPT/MS (Comissão Pastoral da Terra Regional de Mato Grosso do Sul), o MST/MS (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso do Sul), a FETAGRI/MS (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Mato Grosso do Sul) e o DETR/CUT/MS (Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul), têm suas origens ligadas à luta pelo uso e posse da terra em Mato Grosso do Sul.

3.1- A ATUAÇÃO DA CPT NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL

Ligada à linha missionária da CNBB, e criada em 1975, a Comissão Pastoral da Terra Nacional, em Goiânia – GO, foi e é fruto dos anseios e preocupações pelas quais passavam os lavradores, que estavam sendo proletarizados, expulsos do campo, obrigados a uma migração constante em luta pelo uso e posse da terra.

Em Mato Grosso do Sul, a CPT, com objetivos de *expandir a luta e de solidarizar-se com os lavradores*, estabeleceu contato com trabalhadores do campo, organizando vários encontros, principalmente na região de Dourados, onde se encontrava, e ainda hoje persiste, um maior número de acampamentos de sem-terra.

Uma das primeiras metas da CPT no estado foi a *luta pela conquista e permanência na terra*. Essa comissão entendia que em Mato Grosso do Sul a questão agrária estava, por um lado, na terra, concentrada nas mãos de poucos, formando latifúndios e, por outro lado, nos trabalhadores do campo, os sem-terra, os arrendatários, os meeiros, os pequenos proprietários, os pescadores, os ribeirinhos atingidos por barragens[15] e na população indígena, que ia, aos poucos, perdendo ou vendendo o seu pedaço de terra. Como resultado dessa pressão, as periferias das cidades cresceram,

---

[14] Ver sobre o assento: REGINA, J.E.M./KUDLAVIEZ, M./JESUS, S. A. de. *Lutas dos Trabalhadores Rurais em Mato Grosso do Sul (1978 – 1992) – A Participação da Comissão Pastoral da Terra.* Campo Grande, 2000 (mimeo).
Ver também: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de.*Identidade, Distinção e Territorialização: O Processo de (Re)criação Camponesa no Mato Grosso do Sul.* (Tese de Doutorado) Presidente Prudente, UNESP, 2003.

[15] MAB – Movimento dos atingidos por Barragens. É um movimento que surgiu para mobilizar e conscientizar as pessoas que moram na beira dos rios onde são construídas as Hidroelétricas. Anexo 1.

formando lugares com pessoas marginalizadas socialmente, vivendo em condições precárias e desenvolvendo trabalhos intermitentes, devido a pouca especialização que possuíam.

Assim, iniciou-se um processo de conscientização e organização desses "deserdados da terra", para que juntos pudessem reunir forças para reverter o quadro de exploração e iniciar um processo de luta pelo uso e posse da terra.

Para REGINA *et al*:

> O conflito no campo vai se acirrando, conseqüência da política agrária oficial que se recusa a tocar no latifúndio e os reflexos, em nível local, trazem consigo a necessidade de apoiar a resistência de grupos que sofrem o processo de tentativa de expulsão de seu pedaço de terra (2000, p. 12).

É importante ressaltar que a CPT/MS no estado atuou em dois momentos que estão interligados: num primeiro momento, atuou tendo como orientação básica a questão da *"luta pela terra"*, procurando dar todo apoio e criar condições para que os trabalhadores se organizassem na luta pelo pedaço de terra para trabalhar e sobreviver; e, num segundo momento, atuou na *"luta na terra"*, quando os primeiros movimentos dos trabalhadores em Mato Grosso do Sul começam a alcançar êxito, ou seja, quando do surgimento dos primeiros projetos de assentamentos rurais. A luta pela conquista da terra passou a ser assumida, em Mato Grosso do Sul, pelo MST[16], enquanto a CPT se voltava à assistência para as famílias que já se encontravam em lotes de assentamentos.

Para caracterizar esse processo de conscientização e organização dos trabalhadores agrários de Mato Grosso do Sul, a CPT traçou 3 linhas de ação:

a) Contribuição na organização dos trabalhadores rurais – apoio aos pequenos proprietários rurais, parceleiros, atingidos por barragens, etc.;

b) Contribuição na organização de entidades representativas dos trabalhadores rurais – organização dos sindicatos rurais, cooperativas, etc.;

c) Contribuição para 'um jeito novo de a Igreja ser' – buscando a fundamentação bíblica para a luta e explicações que levem os trabalhadores a lutar pela eliminação das injustiças.

---

[16] Sobre o assunto ver item 3.2 - O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA E A LUTA PELA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL (p. 67 – 70).

A atuação da CPT, no apoio à luta dos sem-terra em Mato Grosso do Sul, seja no processo de conscientização ou de organização, foi marcada por três períodos, a saber:

O primeiro período foi de 1978 a 1985, denominado pela CPT como o *período de preparação, fundação e organização do sindicalismo autêntico,* marcado pela preocupação com a conscientização da importância do sindicalismo de base, comprometida com a luta dos trabalhadores, através de reuniões nas bases, cursos, etc. Observamos que a CPT no estado ajuda a preparar a fundação de sindicatos, e mesmo, participa de sua fundação.

Em junho de 1979, na III Assembléia da CPT em Mato Grosso do Sul, os trabalhadores, agentes e sindicalistas definiram as ações da CPT da seguinte forma: *o trabalho será feito por municípios, ajudando na conscientização dos lavradores sobre o papel e a importância do sindicato como instrumento de luta.*

Em fevereiro de 1981, na Assembléia da CPT em Mato Grosso do Sul, os participantes tomam a decisão de fazer uma campanha sindical, ativando ou fundando sindicatos.

Em novembro de 1982, ao avaliar sua atuação, a CPT, junto ao sindicalismo:

> [...] constata falta de autenticidade e compromisso com a luta dos trabalhadores, por parte dos sindicatos, que estão em sua maioria, preocupados, apenas, com a organização da estrutura, sem uma conscientização das bases, que por sua vez, ainda acham que o mesmo é só para dar assistência (REGINA *et.al.*, 2000, p. 27).

Já em 1983, *percebeu-se um crescimento grande na linha de consciência de classe.* Em alguns municípios, o sindicato vinha assumindo a luta junto aos trabalhadores.

Em 1984, houve a fundação de diversos sindicatos comprometidos com a organização e luta dos trabalhadores, fruto do trabalho de base.

O ano de 1985:

> [...] é marcado por uma articulação grande no sindicalismo rural do Mato Grosso do Sul, de um lado temos os sindicalistas mais comprometidos com a luta, assessorados pela CPT, se organizando, fundando sindicatos e, por outro

> lado, a FETAGRI-MS[17], investindo na fundação de novos sindicatos, articulando-se para manter-se no poder (REGINA *et. al.*, 2000, p. 27).

Em abril de 1985, discutiram a articulação dos sindicalistas de oposição dos cincos estados do sul: Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Ainda no ano de 1985, se abalaram em Mato Grosso do Sul as relações entre CPT e o grupo da articulação da oposição sindical, em razão de divergências ideológicas. Esta ruptura levou ao segundo período da atuação da CPT no estado.

Esse segundo período, que foi de 1986 a 1990, caracterizava a atuação da CPT, no estado, no sentido de dar apoio à luta dos sem-terra, sendo um período marcado pela crise e ruptura, mas também, pela busca de novos caminhos.

Em 1986, os sindicalistas autênticos de Mato Grosso do Sul assumiram a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no estado.[18] Tal fato se deveu, segundo o sindicalista Carlos Aparecido Ferrari, do STR de Glória de Dourados, pela nova orientação que seria tomada pela CUT em Mato Grosso do Sul. A intenção era formar a CUT em sua grande maioria por *[...] sindicalistas rurais, uma vez que o Estado é composto quase que exclusivamente por grandes fazendas de gado e soja, e também áreas de arrendamento, usinas de álcool e reflorestadoras* (Entrevista In: REGINA *et. al.*, 2000, p. 30).

Em 1987, numa Assembléia da CPT/MS:

> [...] surge a proposta de formação de um novo grupo de oposição sindical, um grupo 'alternativo', pois são sindicalistas autênticos, que se opõem a atuação da FETAGRI, porém, não fecham ideologicamente com o grupo da 'articulação sindical', nasce, então, a ALTERNATIVA SINDICAL [...] (REGINA *et. al.*, 2000, p. 32).

Num processo eleitoral tumultuado, com acirrada disputa, duas chapas foram registradas, sendo uma de oposição (Alternativa Sindical), representando as forças progressistas, e outra situacionista (Articulação), apoiada pela direita, que acabou sendo declarada eleita por um interventor do Ministério da Justiça.

---

[17] Sobre a atuação da FETAGRI/MS, ver item 3.3 - A ATUAÇÃO DA FETAGRI NA LUTA PELA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL (p. 71 – 72).

[18] Sobre a atuação da CUT/MS, ver item 3.4 - A ATUAÇÃO DA CUT/MS NA LUTA PELA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL (p. 73 – 74).

Em 1988, mais precisamente em 08 de julho de 1988, em Campo Grande, foi criada a CUT/MS. Sindicalistas participaram do processo eleitoral, tanto na eleição na FETAGRI/MS, como nas eleições de 15 de novembro, como candidatos a vereadores pelo PT.

Em 1989, na Assembléia Regional da CPT/MS, os agentes, lavradores e sindicalistas realizaram uma análise da estrutura agrária por Dioceses e perceberam que:

> [...] no Mato Grosso do Sul, em quase todos os municípios já existem sindicatos de trabalhadores rurais, porém são novos, com estruturas presidencialistas e não há uma ação em bloco por parte das diretorias. Porém está havendo intercâmbio entre os sindicalistas autênticos (REGINA *et. al.*, 2000, p. 33).

Uma pesquisa realizada por Valente (1996) informava que até 1994 havia em Mato Grosso do Sul, *318 entidades sindicais de trabalhadores, sendo 3 Centrais Sindicais, 10 Federações e 305 Sindicatos. Dos quais, excluídas as Centrais, 9 Federações e 250 Sindicatos são urbanos enquanto 1 Federação e 55 Sindicatos são rurais* (1996, p. 30).

Em 1990, foram realizados quatro encontros com sindicalistas, com média de 28 participantes, tendo como objetivo proporcionar uma maior capacitação dos envolvidos, no campo dos direitos trabalhistas, agrários e administração sindical.

O terceiro período, de 1991 até os dias de hoje, vem sendo de fundamental importância para o sindicalismo rural autêntico em Mato Grosso do Sul. É marcado por diversas reuniões, encontros entre os dois grupos de oposição. No entanto, observamos que as formas de encaminhamento, bem como as diferenças ideológicas, levaram à divisão e ao surgimento de dois grupos de oposição: um chamado de Articulação e o outro de Alternativa. Percebemos que essa divisão serviu mais para o enfraquecimento da oposição do que uma tentativa de somar forças ou de unir o sindicalismo autêntico no estado. O resultado dessa divisão foi a criação do DTR/CUT em Mato Grosso do Sul.

Num encontro promovido pela CUT/MS, na sede da CPT/MS, em maio de 1991, com o objetivo de mostrar a necessidade da união entre os sindicatos combativos de trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul, essas entidades chegaram à seguinte conclusão:

> O Movimento Sindical no Mato Grosso do Sul, antes, era voltado para a luta pela Reforma Agrária, aí surgiu o MST que assumiu esta luta, surgiram as associações e o Movimento Sindical, então, voltou-se para si mesmos, porém, divididos uns para tomar a FETAGRI, outros para organizar o Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT (DETR/CUT), e com reflexo da desunião nem conquistaram a federação e nem organizaram o DETR/CUT, contando com pouco apoio da CUT e da CPT, estão isolados, sem condições de encaminhamento à luta, ninguém tem propostas viáveis, nenhum grupo tem política clara de atuação (REGINA *et. al.*, 2000, p. 34).

Notamos que, naquele momento, havia em Mato Grosso do Sul uma desorganização dos movimentos de luta pela terra no estado, o que fazia com que os próprios trabalhadores estivessem sem força para sua organização. O resultado dessa falta de direcionamento entre os movimentos organizados contribuiu para a formação do MST em Mato Grosso do Sul, que passou a assumir a luta pelo uso e posse da terra no estado.

Esta entidade tem um peso fundamental na luta pela terra até hoje. Seus militantes acompanham muitos conflitos por todo o Brasil e, muitas vezes, são ameaçados de morte, assassinados ou presos.

A comissão possui um banco de dados dos conflitos agrários de todo o país, coletando estas informações na imprensa, em boletins de ocorrência (BO), em informativos de entidades civis e em relatos de seus membros. A CPT organiza os dados e publica-os anualmente no relatório Conflitos no Campo - Brasil.

A CPT contabiliza os conflitos agrários existentes no país, repartindo-os em dois grandes ramos: conflito pela terra (luta pela posse de terra como meio de trabalho ou de produção); e conflito trabalhista que inclui desrespeito trabalhista (más condições de trabalho), superexploração (na esfera salarial, ao pagamento de salários ou outras violações de direitos trabalhistas) e 'trabalho escravo' (sujeição do trabalhador, através, geralmente, de uma dívida crescente e impagável).

FIGURA 02: FOTO ASSENTAMENTO SÃO TOMÉ- REUNIÃO COORD. PELA CPT

Fonte: ALMEIDA, 2002.

3.2 - O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA E A LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL

No final da década de 70, acontecem encontros entre lideranças de sem-terras promovidos pela CPT em todo o Brasil. Em 1978, a CPT-MS promove vários encontros intermunicipais na região da Grande Dourados, e foi este trabalho de organização do sem-terra pela CPT que deu base para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Mato Grosso do Sul (FABRINI, 1995).

Os primeiros sinais de organização de trabalhadores surgem neste período, no conflito entre as 250 famílias de arrendatários e proprietários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no Município de Naviraí (DELLAZERI, 1994).

A partir deste momento, a CPT procura criar as Comissões Municipais de Sem-Terra, despertando consciência política desses trabalhadores. Em 1982, as Comissões encontravam-se organizadas em 11 municípios, quando é realizado, em Glória de Dourados, em abril de 1982, um encontro com a presença de sem-terra de vários municípios, sendo criada a Comissão Estadual do Sem Terra, a qual procura dar maior direcionamento à luta e à organização dos sem-terra. Nesse momento, os sem-terras procuram articular-se com um pequeno número de sindicatos considerados combativos, independentes das posições da FETAGRI-MS, desacreditada por grande parte dos trabalhadores em virtude das posições tomadas junto ao governo.(FABRINI, 1995).

Já a primeira reunião do MST ocorre em 30 de novembro de 1982, em Taquarussu. Estavam presentes os arrendatários de Naviraí, os despejados de Itaquiraí e representantes de cerca de 200 famílias acampadas em Taquarussu, além de diversos trabalhadores rurais sem terra que perambulavam de fazenda em fazenda à procura de trabalho. O Movimento cresce e, no final de 1982, já atinge 20 municípios no Estado.

Ainda no ano de 1982, ocorrem os primeiros contatos com o MST dos Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que, juntamente com São Paulo e Mato Grosso do Sul, realizam a primeira reunião nacional em Goiânia-GO.

Os sem terra de Mato Grosso do Sul marcaram presença também no primeiro encontro nacional, realizado em Cascavel-PR, onde o MST se consolidou

como organização de sem terra e definiu seus princípios de organização e objetivos (DELLAZERI, 1994).

Com o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel - PR em 1984, ficou claro que a luta deveria ter um âmbito mais amplo do que os confrontos locais nos Estados.

Entre os objetivos gerais do movimento, proclamados neste encontro, estava a preocupação de desvinculação em relação à igreja, por meio da formação de lideranças e da constituição de uma direção política. Como resultado, o Encontro tornou-se a data oficial da fundação do movimento: janeiro de 1984.

A primeira ocupação ocorrida, nesta fase da organização dos sem-terra, foi a Gleba Santa Idalina[19], em 28 de abril de 1984, no município de Ivinhema, de propriedade da Sociedade para o Melhoramento da Colonização (SOMECO), envolvendo trabalhadores sem-terra de 11 municípios da região e de *brasiguaios.*

A ocupação das terras do grupo SOMECO tornou-se fato de destaque em Mato Grosso do Sul, fazendo vir a público os conflitos e as contradições existentes com a injusta distribuição de terras. Também é dada ao conhecimento público a questão que envolve a posse da terra no estado, onde uma oligarquia regional detém o monopólio da posse da terra e o controle do Estado.

A ocupação da Gleba Santa Idalina fez com que os latifundiários se preocupassem com a organização dos trabalhadores sem terra, posicionando-se rapidamente em defesa do proprietário daquela terra, além da ação judicial (reintegração de posse), movida pelos proprietários da gleba.

A reação contrária à organização dos sem-terra partiu da UDR, que, composta basicamente por pecuaristas, teve seu início em Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados, centro próximo à região de grandes conflitos. Seu ataque inicial foi contra a CPT e Igreja Católica, onde estava a base da organização dos sem-terra em Mato Grosso do Sul neste momento.

Com a organização dos sem-terra pela igreja católica por meio da CPT/MS, surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). No final de 1986, ocorre a separação entre a atuação da CPT e do MST, com a vinda de um de seus membros da Direção Nacional, Darci Domingos Zehn e sua esposa, que lideraria a

---

[19] Ver sobre o assunto – CORTEZ, Cácia/SILVA, Edson/TAQUES, Luiz. *A travessia do Rio dos Pássaros.* Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.

ocupação da Fazenda Itasul no município de Itaquiraí, em 1989. Essa foi, portanto, a primeira ocupação organizada pelo MST em Mato Grosso do Sul (FABRINI, 1995).

Até 1986, o MST, praticamente era dirigido por agentes da Pastoral da Terra. Como nos demais estados do país, as lideranças sindicais, populares e religiosas, atuavam em diversos campos e dirigiam lutas. De início, uma pequena comissão destas lideranças formava a direção do MST/MS.

Mas estes grupos nunca conseguiram manter a unidade interna. As primeiras divergências surgiram ainda em 1984, quando da ocupação da gleba Santa Idalina, devido aos encaminhamentos dados pelos agentes da CPT e do bispo Dom Teodoro Leitz, que, à frente das negociações com o governo estadual, pediam aos trabalhadores que não resistissem ao despejo e saíssem da área, o que contrariou algumas lideranças que queriam resistir ao despejo.

Devido à repressão sofrida, também em 1984, a tática adotada no ano de 1985 foi a de fazer grandes acampamentos. Surgiram então os acampamentos de *brasiguaios*, em Mundo Novo e em Sete Quedas. E, em 1986, são organizados, pela CPT, MST e FETAGRI, vários pequenos acampamentos.

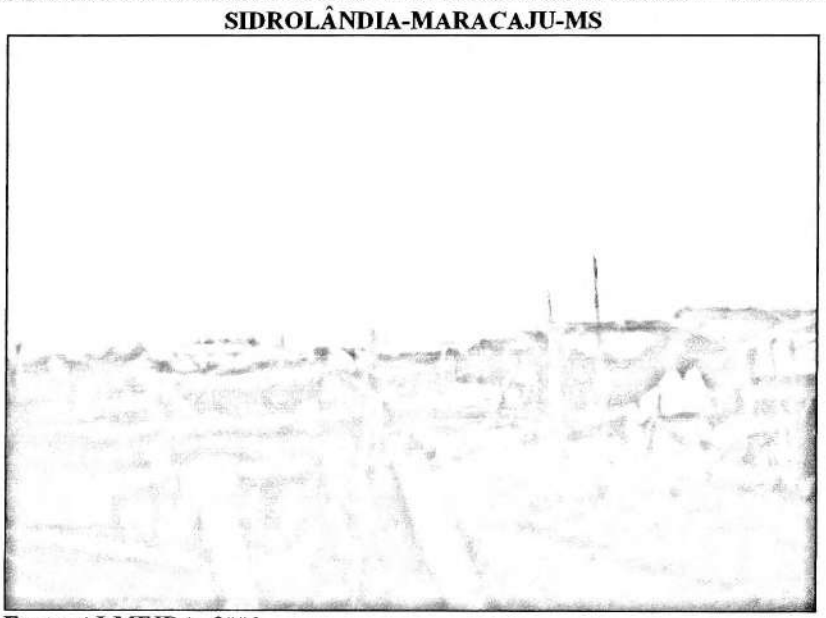
Segundo Geraldo Garcia, os agentes pastorais impediam o crescimento político de lideranças dos sem-terra. Nos assentamentos e acampamentos, não havia organização e direção de fato. Os trabalhadores eram controlados pela igreja (DELLAZERI, 1994).

Conforme o MST foi adquirindo autonomia, passou a encaminhar a luta pela terra no estado, surgiram dificuldades no relacionamento com a CPT. Cada um passa a encaminhar suas lutas separadamente. A partir de 1991, a CPT-MS passa a atuar prioritariamente nos assentamentos, enquanto o MST procura atuar na organização dos trabalhadores sem-terra de forma mais ampla, preocupando-se com a organização, a luta pela conquista da terra e também desenvolvendo trabalho nos assentamentos (FABRINI, 1995).

A sociedade brasileira vivencia, nos últimos 20 anos, o crescimento da organização dos excluídos da terra, os quais procuram chamar a atenção das autoridades e da sociedade civil, no sentido de modificar o quadro de hegemonia do latifúndio, que desde o período colonial impera no Brasil, contribuindo para o processo de exclusão social dos trabalhadores sem-terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atualmente é o principal representante da categoria, e em Mato Grosso do Sul, no ano de 2000, contava com 1.610 famílias organizadas em 16 assentamentos e com 14 acampamentos, num total de 3.885 famílias.

FIGURA 03: FOTO ACAMPAMENTO GERALDO GARCIA/MST – ESTRADA SIDROLÂNDIA-MARACAJU-MS



Fonte: ALMEIDA, 2001

FIGURA 04: FOTO COOPERATIVA/MST – ITAQUIRAÍ-MS

Fonte: ALMEIDA, 2001

3.3 - A ATUAÇÃO DA FETAGRI/MS, NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL

A FETAGRI/MS (Federação da Agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul), fundada em 22 de fevereiro de 1979, é uma entidade sindical que tem como prerrogativas representar, perante os poderes públicos Federal, Estadual e Municipal, os interesses das categorias econômicas integradas ao Plano da CONTAG (Confederação Nacional da Agricultura) e dos STR (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) filiados.

Segundo dados fornecidos pela FETAGRI/MS, quando ocorreu a divisão do Estado de Mato Grosso, dando origem ao novo Estado, Mato Grosso do Sul, contava com dez Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), sendo que três não eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

O primeiro STR, fundado em 1965 e pertencente ao Estado do Mato Grosso do Sul, foi o de Coxim, o qual teve pouco tempo de atuação, pois foi cassado pela ditadura militar em 1966. Ficou fechado durante oito anos, voltando a ser organizado a partir de 1974, por uma comissão de trabalhadores (REGINA, *et al*, 2000, p. 25).

Na região da Grande Dourados, nesta época, concentravam-se a maioria absoluta dos STR, nove dos dez existentes.

A FETAGRI/MS atua na luta pela terra e sua bandeira principal é a Reforma Agrária. Essa luta começou com os assentamentos Tamarineiro I - Corumbá, Sucuriú - Chapadão do Sul e Retirada da Laguna – Guia Lopes da Laguna, em 1984.

No ano de 2000 ela estava presente em 57 assentamentos no estado com 7.222 famílias em 73 acampamentos (ALMEIDA, 2003, p. 150).

Tem como prioridades de luta:

- Reforma Agrária: é entendida como instrumento de uma política agrária abrangente que priorize o desenvolvimento da agricultura familiar;

- Assalariados Rurais: luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas;

- Política Agrícola: o 'Grito da Terra Brasil' tem representado a organização dos agricultores familiares resultando em negociações para a conquista de linhas de créditos como o PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar);

- Previdência Social: luta pela Previdência Social Rural;

- Educação e Saúde: levar cursos de alfabetização para jovens e adultos e estimular a formação de agentes de saúde; e,

- Qualificação Profissional: a partir de 1996, a FETAGRI/MS passou a atuar na qualificação profissional dos trabalhadores rurais, através da parceria com a Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho, com recursos do FAT/MTb (Fundo de Apoio ao Trabalhador/Ministério do Trabalho).

FIGURA 05: ACAMPAMENTO/FETAGRI – BATAGUASSU – ANAURILÂNDIA-MS

Fonte: ALMEIDA, 2001.

FIGURA 06: ACAMPAMENTO/FETAGRI - BATAGUASSU – ANAURILÂNDIA-MS

Fonte: ALMEIDA, 2001.

3.4 - A ATUAÇÃO DA CUT/MS NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem seu embrião no período de 1986 a 1990, marcado pela crise, pelo conflito, pela divisão, mas também, pela construção de novos caminhos que os movimentos sociais procuravam para encaminhar o processo de luta em Mato Grosso do Sul.

Para a fundação da CUT no estado, foi realizado um intenso trabalho nas bases sindicais, para que a decisão da filiação das entidades à CUT não fosse apenas uma decisão de cúpula, mas do conjunto da categoria.

Em 1986, os sindicalistas autênticos[20] assumiram a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Mato Grosso do Sul. A partir daí, instituíram uma comissão responsável para preparar a fundação da CUT, formada por oito sindicalistas, dentre eles três originários do meio rural. Para o II Congresso Nacional da CUT, o Mato Grosso do Sul levou cerca de 70 trabalhadores, dos quais 50 eram rurais (REGINA *et. al.*, 2000, p. 30)

Em 1988, mais precisamente em 08 de julho de 1988, em Campo Grande, foi criada a CUT/MS. Vários sindicalistas filiados, à CUT/MS, participaram do processo eleitoral, nas eleições de 15 de novembro, como candidatos a vereadores pelo PT, como forma de militância político-partidária.

Em 1991, acontece o Primeiro Congresso Estadual da CUT/MS e tem início o trabalho de fundação do DETR/CUT (Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores), que ocorre no mesmo ano, com o seguinte plano de lutas:

- Reforma Agrária;
- Luta pela Terra;
- Pequena Produção.

Desde a sua fundação, a CUT/MS foi atuante, como demonstra uma reportagem do Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra, *Caminhada Vitoriosa* – João Daniel, da Diretoria Nacional e de Mato Grosso do Sul, conta como se organizou e desenvolveu a heróica mobilização dos sem-terra, que conquistou 7.500 hectares:

---

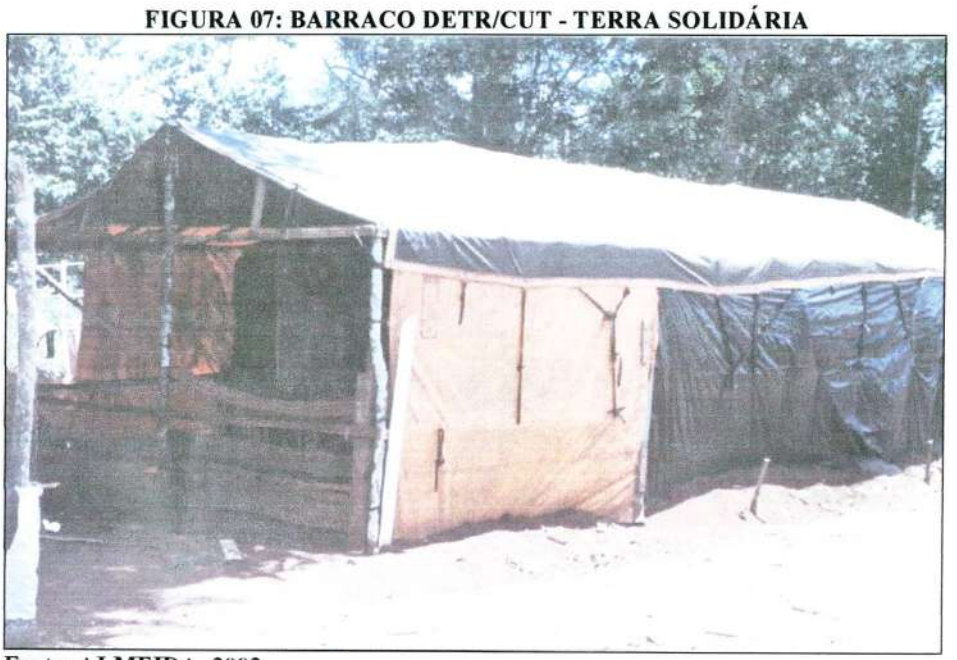
[20] AUTÊNTICOS: No sentido do verdadeiro compromisso com a luta do povo.

> No início do ano tivemos reuniões com 40 entidades, entre outros PT, CUT, CPT, comitês de apoio à reforma agrária e de defesa popular, pastorais, sindicatos, para realizar mobilizações em conjunto. [...] O ato de abertura se realizou dia 28, em Dourados, com lideranças nacionais do PT e CUT [...] Em 1° de abril começou a caminhada, mais de 500 trabalhadores em representação de 850 famílias de nove acampamentos, acompanhados de dois caminhões com água e alimentos [...] Chegamos na capital Campo Grande, a 225 kilômetros de Dourados, no dia 18 [...] No dia 19, ato com 3 mil pessoas, um dos mais importantes já realizados no estado. Foi o Lula, Pedro Tonelli, Sergio Gorgen, o representante da CUT nacional [...] Resultado da Mobilização: Conseguimos a desapropriação de quatro áreas, cerca de 7.500 hectares, as fazendas São Manoel, em Anastácio, e São João, Mercedina, São Luis, em Bataiporã, para assentar 250 famílias (**Comunicado do MST/MS**, abr. 1991).

Até o ano de 2000, o DETR/CUT/MS tinha organizado, no Estado, 03 assentamentos e 22 acampamentos, com 2.508 famílias (ALMEIDA, 2003, p. 154).

Sua estratégia de luta, segundo o Relatório de Planejamento DETR/MS, 2000, é consolidar uma organização estadual da agricultura familiar de Mato Grosso do Sul, que lute pela Reforma Agrária e pela construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário (*idem*, 2003, p. 156).

FIGURA 07: BARRACO DETR/CUT - TERRA SOLIDÁRIA



Fonte: ALMEIDA, 2002.

SEGUNDA PARTE

CONFLITOS TRABALHISTAS - A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL

Somos milhões
de companheiros e companheiras
buscando a liberação da terra,
de homens e mulheres
em um país onde a terra vale ouro
e os seres humanos,
algumas gramas de chumbo
moldados em balas que
fazem sangrar o destino do nosso povo [...]

Ademar Bogo

CAPÍTULO IV

O QUE É VIOLÊNCIA?[21]

A violência, que significa a qualidade de violento, ato violento, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, uso da força; coação tem sido prática cotidiana em Mato Grosso do Sul.

Segundo o Caderno sobre Violência e Discriminação – *Pode ser Diferente:*

> Violento é aquilo que é contrário ao direito e a justiça.
> Violência significa: Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
> Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (e coagir, constranger, torturar, brutalizar);
> Todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);
> Todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito [...].(*op. cit. s/d*, p. 17).

Violência é, portanto, um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos[22].

Marilena Chauí afirma que:

> [...] no Brasil, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e por isso a violência aparece como um fato esporádico superável (*op. cit. s/d*, p. 17).

Há, portanto, dimensões da violência que permanecem *invisíveis.* Não as reconhecemos como *violência.* Parecem naturais, frutos da fatalidade ou do destino.

---

[21] Este capítulo foi baseado nas informações de PODE SER DIFERENTE *Caderno sobre violência e discriminação.* São Paulo: Projeto Centro Nacional de Formação Comunitária – CENAFOCO/SEAS & Instituto São Paulo Contra a Violência, *s/d.*

[22] CHAUÍ, M. *Uma Ideologia Perversa.* **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1999. *In: op. cit.* p. 17.

A discriminação contra as pessoas, por nacionalidade, origem regional, opção sexual, sexo, raça, é uma das violências mais invisíveis. O mesmo acontece com a violência na família, dentro de casa.

A violência no campo ocorre porque há uma situação de injustiça e de profunda desigualdade na distribuição de terras no Brasil, e esta situação não é aceita pacificamente (Pode ser Diferente, *s/d*, p. 39).

Na luta pela terra, a regra geral é a violência como forma de resolver os conflitos entre os latifundiários e os sem-terra.

São várias as dimensões da violência no campo dentre elas, a violência ambiental que destrói sistematicamente as florestas, ou explora a mão-de-obra dos camponeses durante as secas, a violência da expulsão e da migração forçada, o 'trabalho escravo', e a falta de terras.

Há uma violência específica que ocorre no campo na forma de assassinatos, lesões corporais, ameaças de morte, expulsões, torturas e escravização de camponeses por latifundiários.

A violência física de latifundiários contra sem-terra é a mais evidente, pela sua maior freqüência nos noticiários dos jornais.

No entanto, há uma variedade de combinações possíveis. Os conflitos de interesses e as situações que envolvem as lutas pela terra são distintos, mas a violência física é um fato comum a todos eles. O recurso à violência física é recorrente. Há latifundiários que, através de capatazes, contratam trabalhadores rurais e os deixam em condição semelhante à do escravo, porque pagam salários irrisórios e impedem-nos de sair, por meio de ameaças.

Esta violência praticada no campo é uma questão política porque diz respeito à concentração da propriedade de terras e à estrutura de poder decorrente desta configuração agrária, já que muitos proprietários de terras armaram-se com milícias privadas (pistoleiros, jagunços, capangas, capatazes) em resposta à organização dos lavradores e trabalhadores rurais em sindicatos, federações, confederações, etc.

É importante ressaltar o caráter da reação dos latifundiários: é pelo fato de os lavradores e trabalhadores rurais rejeitarem a violação de seus direitos (à posse e ao uso da terra) e se organizarem, que eles são ameaçados e, muitas vezes, mortos a mando de fazendeiros.

A violência no campo deve-se ao fato de os camponeses não se submeterem mais à dominação exercida pelos latifundiários e por outros "donos" do poder local. Assim, a violência física aparece como outra forma de opressão, como expressão de "perda de poder" do latifundiário, o qual não quer reconhecer o trabalhador rural como alguém de direitos. Pode ser compreendida também como a reação de setores tradicionais ao cumprimento dos direitos constitucionais; de setores atrasados, que sempre consideram o trabalhador sua propriedade e não um cidadão, sujeito de direitos à terra, ao trabalho.

A violência física extrema expressa em número de homicídios tornou-se característica dos conflitos agrários após 1964, com os militares no poder. Antes, houve poucas mortes de lavradores ligados às Ligas Camponesas, as quais eram organizações de agricultores pela reivindicação de condições de trabalho e moradia, que começaram nos anos 50 no Nordeste e se espalharam pelo Brasil, até serem extintas pela ditadura de 1964.

O governo militar incentivou a instalação de empresas capitalistas na Região Norte e Centro-Oeste, as quais entraram em choque com posseiros locais, cuja eliminação era encomendada a jagunços por administradores ou gerentes.

Órgãos como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PROCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) incentivaram a instalação de grandes empresas na região Amazônica e no Centro-Oeste, através de isenções fiscais. Isto acarretou um grande número de conflitos agrários violentos.

Era muito comum também a chamada "grilagem" de terras, o que consiste na falsificação do título de propriedade. Muitos latifundiários são "grileiros" de imensas áreas onde se encontram posseiros, os quais são ameaçados, expulsos, ou mortos.

Da segunda metade da década de 60, até início dos anos 80, a violência contra os camponeses distribuía-se por todo o país, mas as maiores incidências ocorreram na região de encontro dos rios Araguaia e Tocantins, envolvendo os Estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e o atual Tocantins, área conhecida como Bico do Papagaio.

Os assassinatos visavam tanto a posseiros, trabalhadores rurais, militantes dos movimentos camponeses e advogados dos posseiros, quanto às lideranças sindicais. Os autores dos homicídios eram latifundiários e seus empregados (gerentes, administradores, capangas, capatazes e pistoleiros).

No ano de 1985, os latifundiários formaram a União Democrática Ruralista (UDR) e contrataram seguranças privados para evitar a ocupação de terras, que havia aumentado devido à promessa do governo federal de promover o assentamento de famílias, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, do governo Sarney (1986 – 1989). Este plano previa o assentamento de mais de um milhão de famílias.

No período de 1985 a 2002, a CPT contabiliza 1.150 assassinatos no campo dos quais apenas 121 foram julgados.

Com a promessa de assentamentos, aumentaram as ocupações e as reações violentas dos proprietários. Em conseqüência, o número de assassinatos de camponeses e de seus representantes em conflitos agrários teve o seu maior índice até então.

A reforma agrária não foi plenamente realizada e as ocupações de terras continuaram. Os camponeses tidos como lideranças das ocupações eram os mais visados pela ação exterminadora dos latifundiários.

Os Estados com os maiores índices de morte continuavam sendo os das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As análises do período caracterizavam a violência do campo como "crime organizado", porque envolvia proprietários de terra que contratavam matadores profissionais ou pistoleiros[23].

---

[23] Em Goiás, pistoleiros cobram até Cr$ 1 milhão – Mandar matar alguém nas regiões Norte e Centro-Oeste do país requer apenas dinheiro (entre Cr$ 250 mil e Cr$ 1 milhão) e disposição de contratar um pistoleiro de aluguel. Nessas regiões, existe um mercado quase formal de assassinatos, com agentes de contrato e até tabela de preços [...] Quanto custa uma morte: Agricultor Cr$ 150 mil; Advogado Cr$ 300 mil; Padre Cr$ 500 mil; Deputado Cr$ 1 milhão [...] informação também foi dada pela CPT e confirmada por "Alan", pistoleiro [...] (**Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1991).
"Alan" recebe cabeças de gado por serviço - Codinome: "Alan". Profissão pistoleiro. Vida pregressa: oficial expulso da Polícia Militar de Goiás por "assassinato com requintes de crueldade" [...] Casado e pai de uma filha, "Alan" não se considera rico, porque, segundo diz *"dinheiro de pistolagem é igual dinheiro de garimpo, vai e volta muito facilmente" [...]* Folha – Quantas pessoas o senhor já matou? "Alan" – Já fechei uns 15... Folha – Quantos pistoleiros existem em Goiás? "Alan" – Atuando mesmo, direto, uns 60 [...] (**Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 abr. 1991).

No final da década de 80 e início da seguinte, o número de mortes diminuiu em relação aos anos anteriores. Nova expectativa de reforma agrária surgiu com a Assembléia Constituinte de 1987. Entretanto, como a nova Constituição, promulgada em 1988, não trouxe mudanças significativas em favor de uma reforma agrária, as ocupações de terra, no início dos anos 90, aumentaram.

Ao contrário do que muitas vezes é dito nos jornais, rádios e tvs, a presença da estrutura organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), responsável pela maioria das ocupações de terra, contribuiu para que os conflitos fossem negociados sem gerar mais mortes. A organização do MST, nos anos 90, conseguia negociar com os governos estaduais e federal, assim, promovia a retirada pacífica dos acampados no cumprimento de ações judiciais de reintegração de posse.

Um fato deve ser destacado ao analisar comparativamente a violência no campo ao longo dos anos 90: quando ocorrem mais assentamentos, ela diminui. Neste sentido, nossos estudos apontam a reforma agrária como uma das fontes amenizadoras da violência, inclusive a urbana que, em muitos casos, é gerada por trabalhadores que, expulsos do campo, promovem meios alternativos de subsistência nas cidades.

FIGURA 08: FOTO MORADIA NA PERIFERIA DE CAMPO GRANDE-MS

Fonte: AVELINO JR, 2004.

CAPÍTULO V

A VIOLÊNCIA E A RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA DOS POVOS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL[24]

OS FILHOS DA TERRA[25]

Tudo o que fere a terra, fere também os filhos da terra.
O índio é filho da terra.
A terra é a nossa vida e a nossa liberdade.
Os grandes senhores da terra não compreendem o povo índio.
Porque os grandes senhores da terra escravizam a terra.
São estranhos que chegam de noite roubam da terra tudo quanto querem
Para eles um torrão de terra é igual a outro.
A terra não é sua irmã, é sua inimiga.
Eles a destroem e vão embora.
Deixam para trás o túmulo de seus pais, roubam a terra dos seus filhos.
Sua ganância empobrecerá a terra e eles deixarão atrás de si só a areia cansada dos desertos.
A força do povo índio é amar e defender a terra.
Ela é de todos os homens.
Quem tem o direito de vender a mãe de todos os homens?
A terra é a nossa vida e a nossa liberdade.
Índio sem terra é como tronco sem raízes à beira do caminho.
Tudo o que fere a terra também fere os filhos da terra.

Os indígenas, que constituíam uma população estimada em mais de 2 milhões em 1500, diminuíram para uns 320 mil atualmente. Nota-se claramente que a população indígena sofreu um abalo que a levou, praticamente, à extinção.

Criado em 1910, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), sofre, no decorrer dos anos, as repercussões da conjuntura política. Em 1930, quase foi extinto. A situação continuou precária até 1940, quando Getúlio Vargas, após uma visita aos

---

[24] Sobre o assunto ver MANGOLIM, Olívio. *Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul Viveremos por mais 500 anos.* Campo Grande: CIMI/MS, 1993.
Ver também PAULETTI, Maucir/SCHNEIDER, Nereu/MANGOLIM, Olívio. *Por que Os Guaranis e Kaiowá se Suicidam? Espaço e Vida dos Índios Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul: Histórico, Contexto e Análise do Suicídio.*Campo Grande: CIMI-MS, 1997.

[25] Texto de um índio recolhido pela Comissão Pastoral da Terra, *In*: Brasil Hoje. **Murilo Carvalho.** *Sangue da Terra. A luta armada no Campo.* São Paulo: Brasil Debates, 1980.

Karajá da Ilha do Bananal, dá um novo alento ao SPI. Após a 2ª Guerra Mundial, o SPI passou por altos e baixos, salvo algumas figuras eminentes como os Irmãos Villas Boas.

Michel Bergmann, em seu livro Nasce um Povo (1977), relata que o SPI:

> Participou de ações visando a eliminação de indígenas para dispor das suas terras. Houve casos de distribuição de farinha envenenada e de roupas contagiadas com doenças infectuosas [...] os indígenas viviam num regime de trabalho pouco diferente da escravidão por conta de grandes empresas [...] sofriam punições corporais, como a palmatória. Os que se furtavam a essa servidão foram eliminados (1997, p. 164).

O SPI foi extinto em 1967 e, em seu lugar, ainda no mesmo ano, foi criada a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), cujos princípios fixados no Estatuto do Índio, foram completados por nova lei, também chamada "Estatuto do Índio", promulgada em 1973.

Para BERGMANN, a FUNAI:

> Tem procedido a transferência de grupos indígenas, toda vez que estes ocupam terras almejadas por fazendeiros ou cortadas por uma nova estrada. Ora, a transferência costuma levar à destribalização, e mesmo à extinção, pois a tribo não resiste ao transplante. Desse modo, o desmatamento e a colonização [...] está causando o aniquilamento do que resta dos indígenas brasileiros (*op. cit.* 1997, p. 165).

O Conselho Indigenista Missionário, CIMI, organismo que atua em conjunto com a CNBB, tem levantado voz em defesa dos índios, questionando a política executada pela FUNAI. Certos religiosos perderam até a vida na tentativa de defender os direitos dos últimos brasileiros primitivos. As missões começaram a legalizar terras em nome do que resta de tribos indígenas. Enquanto isso avançam as estradas e as grandes propriedades (BERGMANN, 1977).

A partir de 1988, o CIMI vem publicando um levantamento sobre a violência cometida contra os povos indígenas no País, no qual denunciam também os suicídios cometidos pelos índios *Guarani-Kaiowá* em Mato Grosso do Sul.

Quando investigadas as causas desse estado de violência contra os povos indígenas, aparecem as invasões das terras indígenas e a indefinição de seus limites, a falta de assistência, a impunidade e a omissão do Estado.

No estado de Mato Grosso do Sul, três fases podem ser apontadas como responsáveis pelo extermínio, remoção e invasão das terras indígenas na região.

A primeira fase se dá com o processo de espoliação do território *Guarani-Kaiowá*, que se iniciou com a extração da erva-mate nativa, para a qual os índios foram utilizados como mão-de-obra.

A segunda fase, com a abertura de fazendas e a derrubada das matas, deu-se com a utilização da mão-de-obra indígena.

A terceira fase ocorre com a Reforma Agrária de Getúlio Vargas (1940), a qual, desconsiderando a ocupação histórica indígena no Estado, instalou o Território Federal de Ponta Porã e as Colônias Agrícolas de Dourados e, assim ocupou parte das terras dos povos indígenas.

Os interesses econômicos regionais provocaram, assim, a desocupação dos seus territórios, para serem utilizados na pecuária extensiva e na produção agrícola. Os índios que não aceitaram o processo de encurralamento compulsório foram expulsos de seus *tekohas* [26], na maioria das vezes, pela força e pela violência.

Somente na década de 1980, com a pressão crescente da sociedade, sempre em conflitos e violências para com os indígenas, *tekohas* tradicionais começaram a ser reocupados (PAULETTI *et al*, 1997).

O relato a seguir comprova o descaso por parte das autoridades com as terras indígenas:

> Os Kaiowá, da aldeia Jaguapiré, em Tacuru, tiveram a área reconhecida pela FUNAI, em 1973 e em 1985 a área é tida como Reserva Indígena. Mas o fazendeiro José Fuentes Romero incorporou a área indígena a sua fazenda e tramou, na esfera judicial, a retirada dos índios. Inclusive de forma legal. O juiz, Eduardo Rocha, de Iguatemi é quem garantiu o ato. Então, 170 Kaiowá são despejados. O fazendeiro, com isso patrocina um grande churrasco com a presença de soldados que executaram o despejo e autoridades da FUNAI. Afinal há o que se comemorar para ele (CPT, 1988, p. 37).

Como se vê quando se trata de terra indígena a justiça brasileira tem privilegiado os latifundiários em suas ações de retomada de terras que, na verdade, pertenciam aos primeiros habitantes dessas mesmas terras (Figura 09).

---

[26] ***Tekohas:*** Lugar de ocupação tradicional Guarani e *Kaiowá*. A aldeia, lugar onde poderá residir uma ou mais famílias. (*In*: PAULETTI *et al, op'. cit.* 1997, p. 13).

FIGURA 09: MAPA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ATUAL
COM AS INDICAÇÕES DE CUPAÇÃO INDÍGENA

Uma outra forma de conflito pela posse e uso da terra foi a perseguição aos povos indígenas. Nesse sentido, um dos expedientes utilizados pelas autoridades para aflorar os conflitos foi o descaso com as terras dos índios e até incentivos para invasão dessas terras, atingindo aqueles que são vítimas, neste caso, posseiros e índios, ocorrendo, no período de 1979 a 2001, várias mortes de posseiros atribuídas aos indígenas *Kadiwéus*.

Em todo o Brasil, parte das terras indígenas continuam sendo invadidas, algumas delas por posseiros ou por sem-terra que são expulsos de seus locais de origem.[27]

O fato é que, mesmo que os índios tenham direitos históricos sobre seus territórios, os quais, segundo a Constituição, são *inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis*, isto é, não podem ser utilizadas para fins de política agrária. Na realidade cotidiana, não distante, estes direitos são desrespeitados em todos os estados brasileiros.

Os dados apresentados pela CPT nos mostram que se pode estabelecer uma íntima relação entre a violência praticada contra os povos indígenas, com a política adotada pelo governo quanto ao processo administrativo de demarcação das terras indígenas, e a desassistência e a omissão na proteção desses povos (CPT,1992, p. 93).

Seis nações indígenas conseguiram sobreviver ao domínio branco e chegar ao terceiro milênio sobre o chão de Mato Grosso do Sul. Lutando pela terra e contra o processo de aculturação, os povos *Ofaié, Kadiwéu, Terena, Guarani, Ñandeva e Kaiowá* contam com uma população de aproximadamente 50.000 índios e fazem do estado o segundo maior em população indígena do país.

Além das nações indígenas que tradicionalmente habitam no estado, existem algumas sociedades de índios que vieram de outras regiões do país e até da Bolívia: Sociedade *Atikum*, Sociedade *Kinikinao* e Sociedade *Chiquitano*. Todas igualmente com problemas de terras e violência contra sua cultura e modo de vida.

Na primavera de 1983, ocorreu o assassinato do líder indígena MARÇAL DE SOUZA *TUPÃ'I*[28], (Figura 10) *guarani* que segundo afirma PAULETTI, *et al*:

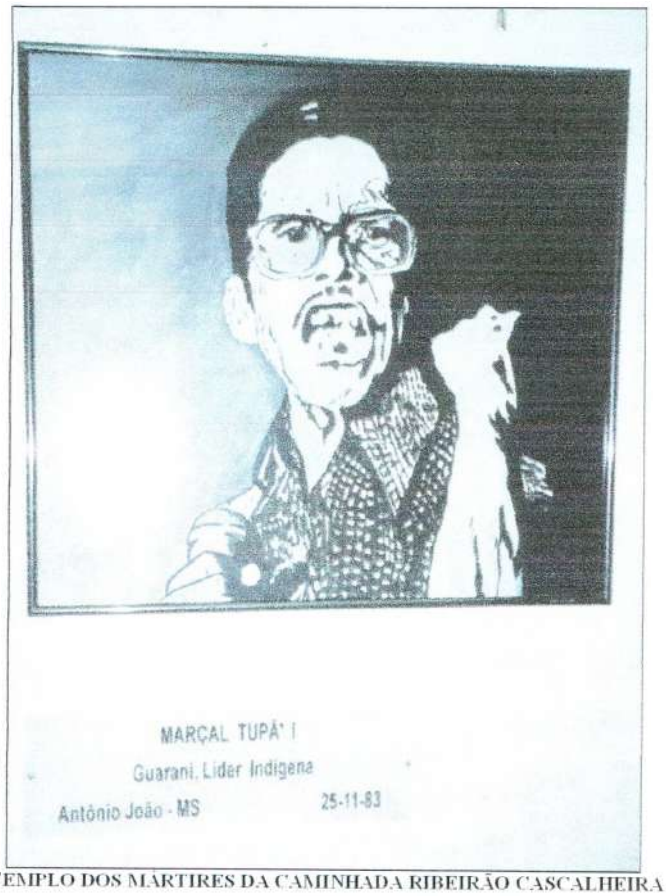
---

[27] Sobre o assunto, ver MANGOLIM, Olívio. *Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul Viveremos por mais 500 anos.* Campo Grande: CIMI/MS, 1993.

[28] Sobre o assunto, ver TETILA, José Laerte Cecílio. *MARÇAL DE SOUZA TUPÃ'I Um guarani que não se cala.* Campo Grande: UFMS, 1994.

> [...] foi assassinado em novembro de 1983, na área indígena Campestre, município de Antônio João, MS. Enfermeiro, funcionário da FUNAI, era liderança respeitada entre seus patrícios e junto a outros povos indígenas. Em nome desses falou ao Papa João Paulo II, na sua primeira visita ao Brasil, em 1980. Quando então já se disse ameaçado pela defesa intransigente dos direitos de sua gente, principalmente à terra mãe. Marçal vinha denunciando com firmeza o processo de expulsão dos Guaranis do Pirakuá, área indígena situada no município de Bela Vista, MS. Morto após sofrer tentativa de suborno para que incentivasse seus patrícios a deixarem o Pirakuá, tornou-se o símbolo da luta Guarani e Kaiová, nas últimas duas décadas, pelo retorno a tekohas sagrados (1997, p. 18).

FIGURA 10: FOTO DO ÍNDIO MARÇAL DE SOUZA *TUPÃ'I*



Fonte: TEMPLO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

O nosso destino não será de rosas...
É preciso unir de novo os povos indígenas.
Talvez muitos de nós devam escrever a
nossa História Indígena com o sangue,
Como tem acontecido a irmãos nossos.
Aquela corrente, rompida a séculos, ...
Temos de uni-la de novo...
Então vai acontecer de novo a alegria em que vivíamos...

Marçal de Souza

A violência contra os povos indígenas não se resume a assassinatos, mas a eles somam-se também as doenças transmitidas pelos brancos, além da falta de tratamento adequado, numa clara omissão da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Além disso, eles são atropelados por veículos que trafegam em estradas que cortam suas terras ou se matam, porque não suportam viver em um espaço reduzido (CPT, 1995).

Em Mato Grosso do Sul, no município de Camapuã, índios da nação *Terena,* enganados por promessas de bons salários nas colheitas de capim *braquiária,* são levados para as fazendas e obrigados a um trabalho estafante de 12 horas, pelo qual não recebem salário, apenas comida.

Ainda hoje, os índios encontram dificuldades no trabalho nas destilarias de álcool do estado. A falta de registro na Carteira de Trabalho contraria a portaria número 10, de 31 de março de 1978, que determina a emissão de carteira para os funcionários indígenas, cujo único documento exigido para a contratação é a identidade expedida pela FUNAI.

Para o assessor jurídico do CIMI/MS, Maucir Pauletti:

> [...] os trabalhadores indígenas são hoje mão-de-obra especializada, barata e de fácil manipulação [...] um trabalhador indígena bem treinado consegue plantar por dia até 70 metros de cana-de-açúcar recebendo um pagamento de 4 centavos de real por metro. O salário é menor que o pago nas usinas de álcool do restante do país mas, infelizmente, é a alternativa de subsistência para centenas de famílias indígenas (**Imprensa Local**, Campo Grande 03 abr. 1995).

A violência e os massacres contra povos indígenas começaram com a chegada dos portugueses e continuam até hoje. Eles tiveram suas terras roubadas e, atualmente, são exterminados fisicamente e culturalmente, uma vez que não há respeito em relação a sua cultura.

O CIMI tem alertado às autoridades competentes de que o problema central dos povos indígenas continua sendo o desrespeito, as invasões e a usurpação de suas terras. A violência, principalmente por causa de conflitos fundiários, tem crescido assustadoramente. A este quadro, adicionam-se a falta de fiscalização das terras e a ausência de uma política indigenista que atenda às necessidades básicas dos índios.

Em 1992, a CPT, além dos relatórios sobre violência contra povos indígenas, apresentou dados sobre o 'trabalho escravo'. É uma triste realidade a que foi

constatada nas carvoarias e destilarias de álcool no estado, onde 7.470 índios, na grande maioria *Guarani-Kaiowá* e *Ñhandeva*, foram recrutados como mão-de-obra e submetidos ao trabalho em condições subumanas.

O 'trabalho escravo', pode ser constatado no corte de cana das destilarias de álcool de Mato Grosso do Sul. Os dados coletados na pesquisa, mostram que cerca de 700 índios, na grande maioria *Guarani Kaiowá* e *Ñhandeva*, foram recrutados como mão-de-obra e submetidos ao trabalho em condições subumanas.

Nas nove destilarias de álcool/açúcar em que foi detectado 'trabalho escravo' em Mato Grosso do Sul, trabalhavam aproximadamente sete mil indígenas, entre eles, muitos eram menores trazidos das aldeias existentes no Estado por intermédio dos *cabeçantes.*[29]

O quadro de saúde dos índios também passou a ficar preocupante: *Doenças têm matado mais índios no País que qualquer outro tipo de agressão. Parece ser esse o meio mais sutil e disfarçado para exterminar os índios* (CPT, 1992, p. 64).

Outro fator que contribuiu para redução da população indígena foi o período de seca que acometeu o estado, no ano de 1988, um elemento novo que vitimou cerca de 2.500 bóias-frias, em Naviraí, e aproximadamente 9 mil *Guarani-Kaiowá*, em Amambaí.

Ao perambular pelas cidades, em estado de miséria, passando fome, e sem perspectivas de melhoria de vida, sem uma vida decente, estes índios começam a praticar suicídios, o que têm sido a forma de protestar contra a tomada e invasão de seus territórios. Durante o período de 1985 a 1999, ocorreram 305 suicídios em aldeias do estado, a maioria entre 15 e 25 anos, conforme se confirma com a afirmação de PAULETTI, *et al.*:

> [...] acirram-se os suicídios, imediatamente os índios reagem e buscam a superação com retomadas[30] de territórios tradicionais que permitam o seu modo de ser e viver [...] Os Guaranis e Kaiowá se suicidam por falta de perspectiva de vida. Foram encurraladas. Não há mais terras, foram roubadas,

---

[29] **Cabeçantes**: índios das próprias aldeias que aliciam seus irmãos.

[30] **Retomada** é o termo que tem sido utilizado pelos Guaranis e Kaiowá para a sua ação de retorno a áreas tradicionais (tekohas) de onde foram sistematicamente desalojados. Retomam, após o reconhecimento oficial por parte do governo brasileiro de que se trata de território de ocupação tradicional indígena. Retomam porque, embora haja aqueles reconhecimentos, não são (re) empossados em seus territórios, proibidos agora por liminares concedidas pelo poder judiciário. Cansados, humilhados, não podendo mais esperar, 'afrontam' aquelas decisões, porque 'injustas', contando com o apoio solidário da opinião pública.(*In*: PAULETTI *et al, op. cit.* 1997, p. 09).

> e os poucos que ocupam são insuficientes para subsistência, física e cultural (*op. cit*, p. 33;41).

Os suicídios cresceram e são uma ameaça, principalmente aos *Guaranis Kaiowá.* O número é preocupante, *a situação geral de vida é tão desesperadora que os próprios Guaranis têm dado mostras de que já não é tão importante continuar vivendo.* Acreditamos que essas mortes encontram-se ligadas à falta de terras, o que os impede de exercer plenamente a cultura tradicional, vivendo como *Guarani* (CPT, 1991, p. 37).

Como não suportam a perda de suas terras e a pressão de viverem confinados em espaços muitos pequenos, os *Guaranis Kaiowá*, de Mato Grosso do Sul estão se suicidando, o que não faz parte de sua cultura. Preferem morrer a enfrentar uma vida baseada em mudanças culturais, que não fazem parte do modo de vida a que foram acostumados a viver.

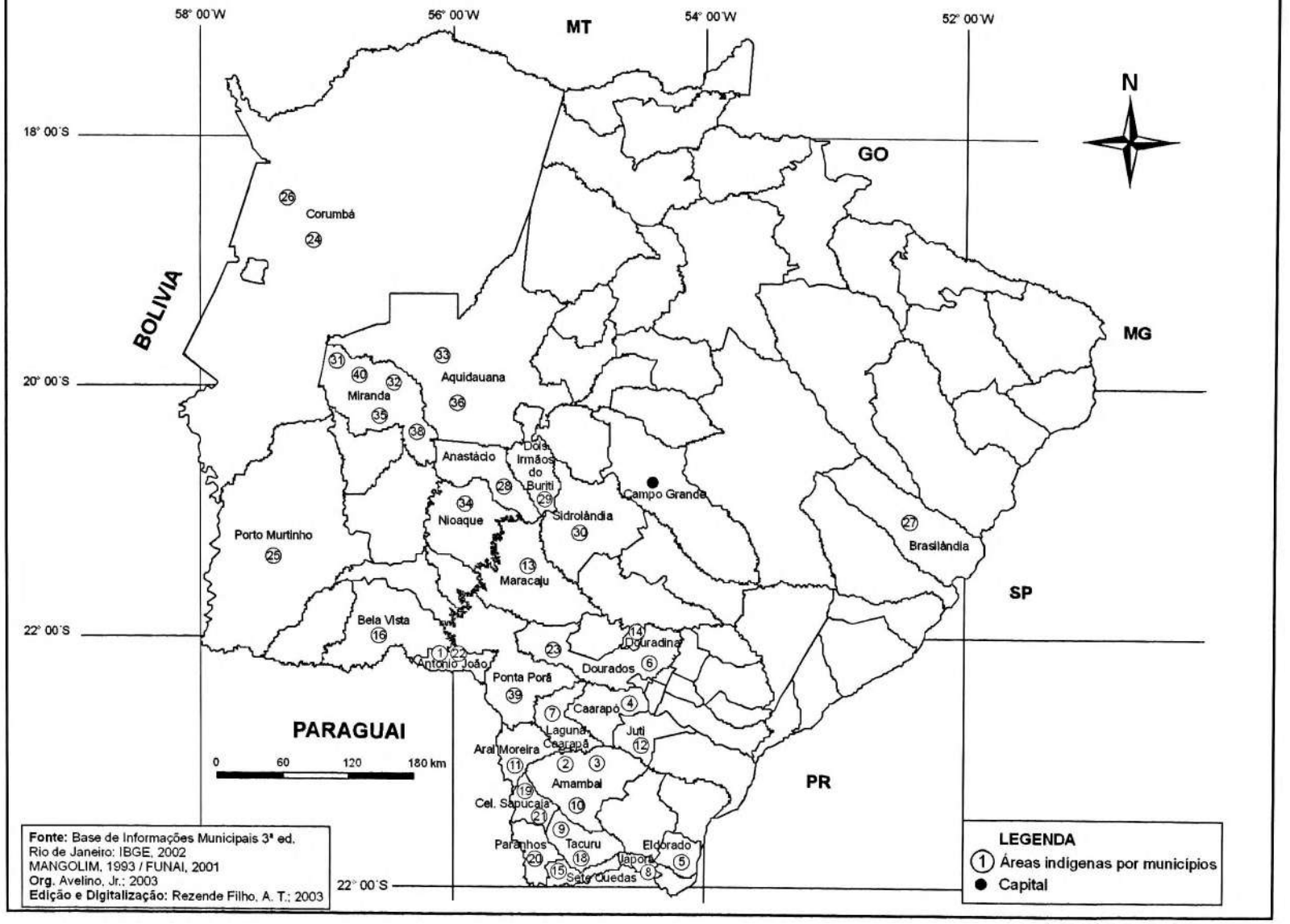
Investigando as causas desse estado de violência contra os povos indígenas, aparecem, com muita freqüência, as invasões das terras indígenas e a indefinição de seus limites, a desassistência, a impunidade e a omissão do Estado. Pela Figura 11, podemos observar a localização das aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul e pela relação das terras e populações indígenas teremos uma visão da situação atual.

Segundo dados do IBGE 2002, o estado do Mato Grosso do Sul, possui uma área de 35.815.870 hectares, das quais 616.812 ha são terras indígenas que representam 1,75% das terras do Estado, porém somente 50.556 ha, são terras efetivamente ocupadas por índios, o que representa 0,14% das terras do estado e 8,1963% do total das terras indígenas.

A mesma fonte revela que a população do estado é de 2.140.624, habitantes. Já a população indígena é de apenas 51.208 índios dos quais 42.472, são considerados índios aldeados e 8.736 índios desaldeados.

O confinamento em pequenas áreas acentua a falta de perspectivas da população indígena, principalmente da juventude, o que, aliada à ausência de uma política indigenista governamental voltada para a auto-sustentação e a ampliação dos territórios, gera mais conflitos internos e a violência na maioria das comunidades (CIMI, 2003).

FIGURA 11: MAPA DAS TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL - 1993/2001



ÁREAS INDÍGENAS LOCALIZADAS NA FIGURA 11

01. Área Indígena Campestre – Antonio João
Povo: *Guarani- Kaiowá*
Hectares: 11
População: 224
Situação Jurídica: Identificada.

02. Área Indígena Limão Verde – Amambai
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 668
População: 390
Situação Jurídica: Demarcada.

03. Área Indígena Amambai – Amambai
Povo: *Guarani-Kaiowá-Ñandeva*
Hectares: 2.429
População: 4.544
Situação Jurídica: Homologada em 03/10/1991, Diário Oficial da União (DOU), Decreto nº 277.

04. Área Indígena Caarapó - Caarapó
Povo: *Guarani-Kaiowá-Ñandeva*
Hectares: 3.584
População: 2.346
Situação Jurídica: Homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto nº 250 de 29/10/1991.

05. Área Indígena Cerrito - Eldorado
Povo: *Guarani-Kaiowá-Ñandeva*
Hectares: 2.040
População: 180
Situação Jurídica: Homologada em 22/05/1992, DOU, Decreto de 21/05/1992. Encontra-se *'sub judice'*.

06. Área Indígena de Dourados[31] - Dourados
Povo: *Guarani-Kaiowá e Terena*
Hectares: 3.350
População: 8.987
Situação Jurídica: Demarcada. Existem arrendamentos dentro da área e uma pequena invasão na parte ocupada pelos *Terena.*

07. Área Indígena Guaimbé – Laguna Caarapã
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 717
População: 295

[31] Conferir em: Cultivo de erva-mate em reserva indígena é incentivado. (**Correio do Estado**, Campo Grande,13 mai. 2002) Anexo 02.

Situação Jurídica: Registrada no Cartório de Registro de Imóveis matrícula 15813, Livro 2 em 28/05/1984 e no DPU-MS 374.

08. Área Indígena Jacare'y ou Porto Lindo - Japorã
Povo: *Guarani-Ñandeva*
Hectares: 1.648
População: 1.600
Situação Jurídica: Homologada em 29/10/1991.

09. Área Indígena Jaguapiré[32] - Tacuru
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 2.089
População: 200
Situação Jurídica: Homologada. Estão impossibilitados (ação judicial) de ocupar 700 hectares. Foi encaminhado o registro em Cartório em março/1993.

10. Área Indígena Jaguari – Amambai
Povo: *Guarani-Kaiowá-Ñandeva*
Hectares: 404
População: 140
Situação Jurídica: Homologada em 22/05/1992, DOU, Decreto de 21/05/1992.

11. Área Indígena Guassuty – Aral Moreira
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 930
População: 155
Situação Jurídica: Homologada em 22/05/1992, DOU, Decreto de 21/05/1992. Área *'sub judice'*, reivindicada por 4 fazendeiros vizinhos. Registro em cartório suspenso.

12. Área Indígena Jarará - Juti
Povo: *Guarani-Kaiowá-Ñandeva*
Hectares: 600
População: 250
Situação Jurídica: Demarcada. Os índios moram na periferia de Juti, impossibilitados de reocupar a área por força de ação judicial que deu liminar ao fazendeiro.

13. Área Indígena Sucuri ou Maracaju - Maracaju
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 200
População: 100
Situação Jurídica: Sem providências. Os índios foram expulsos pelos fazendeiros em 1986. A população está espalhada: há famílias na periferia de Rio Brilhante, no distrito de Prudêncio Thomas e às margens da Br 163, no município de Nova Alvorada do Sul.

---

[32] Conferir o relato sobre os *Kaiowá.* da aldeia Jaguapiré, em Tacuru, na pág. 83.

14. Área Indígena Panambi[33] - Douradina
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 2.057
População: 470
Situação Jurídica: Demarcada em 1971. Os índios ocupam somente 200 hectares. Os demais hectares são ocupados por sitiantes oriundos da Colônia Agrícola Federal de Dourados.

15. Área Indígena Pirajuí – Sete Quedas
Povo: *Guarani-Ñandeva*
Hectares: 2.188
População: 1.500
Situação Jurídica: Homologada. Registro no Cartório de Imóveis matrícula 273, livro 3, folha 54 em 07/06/1965 e no DPU-MS 001 em 19/04/1989.

16. Área Indígena Pirakuá – Bela Vista
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 2.384
População: 266
Situação Jurídica: Homologada em 14/08/1992, DOU, Decreto de 13/08/1992. Registro em Cartório da Comarca encaminhado 09/03/1993. Área *'sub judice'* reivindicada por fazendeiro.

17. Área Indígena Rancho Jacaré – Laguna Caarapã
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 778
População: 257
Situação Jurídica: Registrada no Cartório de Registro de Imóveis Matrícula 15814, livro 2 em 28/05/1984 em Ponta Porã e no DPU-MS 375 em 17/12/1984.

18. Área Indígena Sassoró ou Ramada - Tacuru
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 1.932
População: 1.480
Situação Jurídica: Homologada em 22/09/1976.

19. Área Indígena Sete Cerros – Coronel Sapucaia
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 9.003
População: 230
Situação Jurídica: Demarcada. Ocupam atualmente 05 hectares da área total. São vigiados permanentemente por jagunços a mando de fazendeiros impedindo a reocupação da área. O fazendeiro está protegido por decisão judicial. Liminar que não despeja, mas também não deixa ocupar a área.

---

[33] Conferir em: Ministério ouve índio e colono hoje. Assessor do ministro José Carlos Dias disse que vai apenas coletar informações para levar a Brasília. (**Folha do Povo**, Campo Grande, 02 set. 1999). Anexo 03.

20. Área Indígena Takuaryty/Ivykuarusu ou Paraguassu - Paranhos
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 2.475
População: 293
Situação Jurídica: Demarcada. Ocupam somente 200 hectares. Processo judicial impede ocupação remanescente, através de liminar em favor do fazendeiro. A área encontra-se *'sub judice'*.

21. Área Indígena Taquapery – Coronel Sapucaia
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 1.886
População: 1.632
Situação Jurídica: Demarcada.

22. Área Indígena Cerro Marangatu[34] – Antonio João
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: ?
População: ?
Situação Jurídica: Sem providências. A população está espalhada nos fundos de fazendas, sobrepondo a área indígena Campestre e outras áreas.

23. Área Indígena Panambizinho - Dourados
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 60
População: 188
Situação Jurídica: Sem providências, teve estudo técnico em 1991, mas não serviu para identificação.

24. Área Indígena Guató - Corumbá
Povo: *Guató*
Hectares: 12.716
População: 700
Situação Jurídica: Tem portaria demarcatória. Aproximadamente 400 índios aguardam a demarcação física da área para retomar. O exército impediu a demarcação alegando ser área estratégica, de segurança nacional.

25. Área Indígena Kadiwéu – Porto Murtinho
Povo: *Kadiwéu*
Hectares: 538.536
População: 1.265

---

[34]JUÍZA FEDERAL ORDENA PROSSEGUIMENTO DA DEMARCAÇÃO DO NANDERU MARANGATTU – A juíza federal Marianina Galante cassou, no dia 20 de maio, a liminar da Justiça Federal de Dourados, que desde o ano passado estava impedindo o procedimento de demarcação do Nanderu Marangatu, também conhecido como Cerro Marangatu. Essa terra, do povo Guarani-Kaiowá, tem 9.300 hectares e está localizada no município de Antonio João [...] A decisão da juíza representa uma grande vitória do povo Guarani-Kaiowá, cujas comunidades padecem graves problemas por falta de terra onde possam reproduzir seu tradicional modo de vida, garantindo assim sua sobrevivência física e cultural. (**Jornal Porantim**, Goiânia, 23 mai. 2002).

Situação Jurídica: Registrada no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 1/1154, livro 2, folha 01 em 22/05/1984 e no DPU-MS 371 em 06/11/1984. Noventa e seis fazendeiros arrendam 90% da área. Está *'sub judice'* tentativa de desmembramento de parte da área, sob a alegação de que a demarcação foi excessiva.

26. Área Indígena Camba - Corumbá
Povo: *Camba*
Hectares: ?
População: 400
Situação Jurídica:Sem providências. Consta no plano de metas da FUNAI de 1987.

27. Área Indígena Ofaié Xavante - Brasilândia
Povo: *Ofaié Xavante*
População: 87
Hectares: 1.937
Situação Jurídica: Tem portaria demarcatória. Atualmente ocupam 100 hectares arrendados pela FUNAI e que serão inundados pelo lago da hidrelétrica Porto Primavera (CESP). Aguardando demarcação física de sua área imemorial (Anexo 16).

28. Área Indígena Aldeinha - Anastácio
Povo: *Terena*[35]
Hectares: 04
População: 328
Situação Jurídica: Identificada. Lote situado no perímetro urbano de Anastácio. Invadida por residência de brancos. Não há obras de infra-estrutura na aldeia. As condições de moradia são péssimas.

29. Área Indígena Buriti – Dois Irmãos do Buriti
Povo: *Terena*
Hectares: 2.090
População: 1.065
Situação Jurídica: Homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto n 301 de 29/10/1991. Tem duas pequenas invasões dentro da terra indígena.

30. Área Indígena Buritizinho - Sidrolândia[36]

---

[35] Conferir em: Índios Terena/ Uma questão de Justiça – Os índios Terena vivem atualmente em uma área fragmentada e a reivindicação territorial dura mais de 60 anos. Por contar com uma população bastante numerosa e por manter um contato intenso com a população local, os Terena e o povo indígena cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, seja através das mulheres vendedoras nas ruas e feiras de Campo Grande ou nas legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente se deslocam para as usinas de álcool. Com uma população de aproximadamente 18 mil pessoas, os índios Terena vivem atualmente em um território fragmentado, cercados por fazendas e espalhados por seis municípios – Miranda, Aquidauana, Anastácio, Nioaque e Rochedo. Também há famílias Terena vivendo em Porto Murtinho, Dourados, Rondonópolis (MT) e até no Estado de São Paulo (Aldeia Araribá – Bauru). (**Revista Metrópole**, Campo Grande, nº 25 *s/d.*). Anexo 04.

[36] Após anos de espera e cobrança através de documentos e gestões junto aos órgãos governamentais, em busca dos direitos históricos e constitucionais a terra, as lideranças terena perderam a paciência e resolveram retomar as terras por iniciativa própria. E isso que verificamos nas aldeias localizadas nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (29), a 98 Km de Campo Grande. A partir de abril

Povo: *Terena*
Hectares: 10
População: 200
Situação Jurídica: Sem providências.

31. Área Indígena Cachoeirinha - Miranda
Povo: *Terena*
Hectares: 2.648
População: 3.500
Situação Jurídica: Demarcada. A comunidade reivindica área bem maior invadida por fazendeiros.

32. Área Indígena Lalima - Miranda
Povo: *Terena*
Hectares: 3.001
População: 720
Situação Jurídica: Demarcada. Tem pequena invasão promovida pela remoção da cerca para dentro da área indígena por um fazendeiro vizinho.

33. Área Indígena Limão Verde - Aquidauana
Povo: *Terena*
Hectares: 1.581
População: 1.446
Situação Jurídica: Identificada, Há discordância da comunidade em relação à redefinição dos limites. A comunidade reivindica: 2.500 hectares.

34. Área Indígena Nioaque - Nioaque
Povo: *Terena*
Hectares: 3.029
População: 1.980
Situação Jurídica: Homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto n 307 de 29/10/1991.

35. Área Indígena Moreira[37] - Miranda
Povo: *Terena*
Hectares: 45
População: 398
Situação Jurídica: Registrada no DPU n 07680003434/71.

---

de 2000 já retomaram sete fazendas, contabilizando 2.113 mil hectares do território tradicional de 17 mil e 200 hectares, segundo relatório do antropólogo Gilberto Azanha [...] Nas terras retomadas, segundo relatou o cacique da aldeia Buriti, Egidio Mamede, plantaram 6 ha. de mandioca e 100 de arroz, milho e feijão. E colheram 200 sacos de feijão, 630 de arroz e mais de 2 mil sacos de milho [...] Para as comunidades Terena, a demarcação dos territórios é fundamental para garantir a autonomia e a melhoria de vida do povo, para poderem desenvolver a produção e lutar por uma assistência de saúde e educação específica e diferenciada. (**Jornal Porantim**, Goiânia, 07 out. 2003).

[37] Com espaços cada vez mais reduzidos nas aldeias, aumenta a população indígena urbana. Amplia-se o consumo de drogas, álcool e, junto, a prostituição. Entre os casos mais graves, destacam-se as aldeias Moreira (35) e Passarinho (38), nas quais os índios dividem o pouco espaço com bordéis ou *inferninhos*, como são denominados pela população da cidade.(**Jornal Porantim**, 07 out. 2003).

36. Área Indígena Taunay/Ypegue - Aquidauana
Povo: *Terena*
Hectares: 6.461
População: 3.123
Situação Jurídica: Homologada em 30/10/1991, DOU, Decreto n 276 de 29/10/1991. A comunidade reivindica 739 hectares invadidos por fazendeiros.

37. Área Indígena Água Limpa - Rochedo
Povo: *Terena*
Hectares: 12
População: 80
Situação Jurídica: Sem providências.

38. Área Indígena Passarinho - Miranda
Povo: *Terena*
Hectares: 114
População: 738
Situação Jurídica: Registro no DPU n 07680003434/71.

39. Área Indígena Lima Campo – Ponta Porã
Povo: *Guarani-Kaiowá*
Hectares: 3.00
População: 650
Situação Jurídica: Sem providências. A população está espalhada em fundos de fazendas, sobrepondo outras áreas indígenas e algumas famílias na própria área a ser identificada.

40. Área Indígena Guaicuru - Miranda
Povo: *Guaicuru e Terena*
Hectares: 15
População: 65
Situação Jurídica: Sem providências.

Preocupados com esta situação degradante pela qual passa os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, foi elaborado, em Campo Grande, em maio de 1993, um documento reivindicatório, denominado *"JORNADA DE LUTA CONTRA A FOME E PELA TERRA"*,[38] assinado por várias entidades: sindicais e populares do campo e da cidade, indígenas e integrantes do MST. Diante da ausência de respostas imediatas que acabassem com esta situação, considerada vergonhosa, decidiram unificar suas reivindicações para apresentá-las às autoridades competentes e à sociedade em geral.

[38] Conferir em: documento reivindicatório "JORNADA DE LUTA CONTRA A FOME E PELA TERRA". Anexo 05.

O documento traz, no item 'Políticas Indigenistas', reinvidicações consideradas as mais urgentes pelos povos indígenas de Mato Grosso do Sul:

> 01) Apoio e empenho junto aos órgãos competentes, para garantir o cumprimento do ato das disposições constitucionais transitórias do Artigo 67, que determina a demarcação de todas as áreas indígenas, até 05 de outubro de 1993;
> 02) Apoio ao cumprimento do Programa da Fundação Nacional de Saúde, no que diz respeito a remédios, reforma de prédios, aparelhos rádio-transmissores, viaturas e treinamento de auxiliares de saúde indígena nas aldeias do MS;
> 03) Fornecimento de cestas básicas, para o período de 6 meses, às aldeias indígenas (Jaguari, Jarará, Sete Cerro e Guató) que se encontram com suas terras em processo demarcatório, não podendo plantar;
> 04) Implementar o Programa Nosso Índio um Cidadão, pois, até agora, as áreas indígenas, principalmente Guaranis, Kaiowá e Guató, foram pouco beneficiadas por tal programa (JORNADA DE LUTA CONTRA A FOME E PELA TERRA, 1993).

A situação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, também foi motivo de preocupação do "Fórum da Jornada de Luta Pelos Direitos dos Trabalhadores Rurais e Urbanos",[39] que, em carta aberta à população, esclarece: *[...] a situação pede medidas urgentes. Aí está o índio, no desespero, tirando a própria vida, a clamar pela demarcação de suas terras; nossa caminhada é contra a fome, pela vida, pela Reforma Agrária, pela demarcação das terras indígenas [...]* (Fórum da Jornada de Luta Pelos Direitos dos Trabalhadores Rurais e Urbanos, 1993).

Como forma de resistência e de luta por seus direitos, os povos indígenas do estado têm procurado se unir aos trabalhadores rurais e urbanos, igualmente explorados, como ocorreu no 'Segundo Grito da Terra Brasil', o qual, em documento divulgado, explica que a mobilização de pequenos trabalhadores rurais e indígenas e sem-terra pretende a *recuperação dos municípios que vivem em estado de falência, motivado pela crise da agricultura.*

Quanto aos indígenas, negociaram melhorias para as aldeias Caarapó, Limão Verde, Campestre e Sete Cerros. Eles também vão exigir a demarcação e imediata emissão de posse das áreas indígenas de Panambizinho (Dourados), *Ofayé-Xavante* (Brasilândia) e *Guató* (Corumbá), além da identificação de mais sete áreas [40].

---

[39] Conferir em: 'Carta Aberta à População: Caminhada contra a Fome'. Anexo 06.

[40] Conferir em: Sem-terra fecham três rodovias no MS. (**Jornal Correio do Estado**, Campo Grande, 06 jun. 1995). Anexo 07.

A FUNAI, através do Grupo de Trabalho Permanente[41], tem como metas identificar e regularizar as terras indígenas em Mato Grosso do Sul, o que tem provocado uma enorme reação por parte dos produtores rurais envolvidos nestas disputas.

De um lado, se todas as reivindicações das lideranças indígenas por demarcação de suas terras forem atendidas, as reservas ganhariam aproximadamente 223 mil hectares.

A situação de maior conflito é verificada no município de Antonio João, onde estão os índios da Aldeia Campestre e onde foi assassinado o líder Marçal de Souza:

> [...] um grupo de 250 guarani-kaiwás permanecem na fazenda pertencente à família do prefeito da cidade Dácio Queirós. Os índios ameaçaram invadir a sede da fazenda e o próprio Dácio admite que chegou a contratar oito seguranças, para resistir. *Chegamos a construir trincheiras,* afirma [...] (**Jornal A Crítica**, Campo Grande, 28 ago. 1999).

Por outro lado, há a reação dos Proprietários Rurais das regiões de Aquidauana/Miranda, que publicaram um manifesto no Jornal O Pantaneiro[42], no qual expressam os seus descontentamentos com a possibilidade das demarcações das terras indígenas, colocando frase como:

> - A violência nas cidades e também no campo priva os homens de bem de seu direito de liberdade – segurança e propriedade.
> - As invasões de terras inibem a capacidade produtiva.
> - Querem agora unir as aldeias de Taunay com as de Miranda criando um território indígena com recursos financeiros internacionais.
> - Somos proprietários legítimos de fazendas com escritura pública registrada há mais de um século e com suporte de propriedades produtivas.
> - Convivemos e trabalhamos pacificamente com os índios num período já secular sem nenhum conflito.
> - Reconhecemos que nossos índios necessitam mesmo é de assistência e não de manipulação política.
> - A convivência pacífica precisa ser preservada e as comunidades indígenas devem dar um basta a toda manipulação (**O Pantaneiro**, Aquidauana, de 15 a 21 ago. 1999).

---

[41] Conferir em: Levantamento de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taquara – Portaria 1176/PRES-FUNAI, período de 26/02/00 a 07/05/00 Município de Juti (Relatório Terra Indígena Taquara – TERRASUL,2000). Anexo 08.

[42] Conferir em: "Manifesto dos Proprietários Rurais das Regiões de Aquidauana/Miranda". Anexo 09.

A reação dos fazendeiros filiados aos sindicatos dos Produtores da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) contra a população indígena tem se dado de forma preconceituosa e violenta, com amplo apoio das forças políticas e econômicas do estado. Buscam, por meio de ameaças, negar a identidade indígena e o conseqüente direito aos territórios tradicionais. Essas manifestações têm sido veiculadas por meio da mídia local, *em outdoor* eletrônico e em audiências públicas.[43]

O posicionamento das forças políticas e econômicas em Mato Grosso do Sul, contrárias à demarcação das terras indígenas, tem encontrado guarida inclusive no poder Judiciário. As ações propostas pelos fazendeiros, na primeira instância da Justiça Federal, têm tido posicionamento favorável.[44]

Um decreto presidencial nº 1.775, de 1996, estabeleceu que quem se sentir lesado pela demarcação pode pedir revisão do processo, o que gerou insegurança e conflitos em várias regiões, os quais permanecem, em momentos de maior ou de menor intensidade, sem solução definitiva.

A situação de Mato Grosso do Sul é igual àquela existente em todo Brasil, conforme revela o Quadro 04 e o dossiê elaborado a partir de levantamento feito pela assessoria jurídica do CIMI:

- Terra indígena **a identificar** é toda aquela que ainda não teve a aprovação do relatório do Grupo Técnico que fez o estudo, pelo presidente da Funai. Inclui-se as terras indígenas que estão sendo identificadas no momento e excetua-se as revisões de limites que estão em curso ou serão realizadas;

---

[43] Em 23/04/03, em audiência pública realizada pela Assembléia Legislativa, a bancada de deputados-fazendeiros e ocupantes das terras indígenas, representados pelo parlamentar Zé Teixeira (PFL-MS), alegou ter em mãos documentos que comprovam a compra de suas propriedades, como sendo os direitos históricos dos fazendeiros. Agindo em causa própria, posicionou-se contra a Constituição Federal – artigo 231 – que garante o direito originário dos povos indígenas sobre os territórios tradicionais. (**Jornal Porantim**, Goiânia, 07 out. 2003).

[44] Como exemplo, basta lembrar a decisão anulatória do laudo antropológico do Grupo de Trabalho e as concessões de liminares de reintegração e manutenção de posse das fazendas na área indígena Buriti. As referidas ações encontram-se no TRF, 3ª Região, em São Paulo, paralisadas nas mãos da desembargadora Drª Suzana Camargo, relatora da 5ª turma. Segundo informação veiculada na imprensa local, a desembargadora foi recentemente homenageada em Campo Grande por serviços prestados à sociedade sul-mato-grossense. (**Jornal Porantim**, Goiânia, 07 out. 2003).

Quadro 04: Situação fundiária das terras indígenas – por estados (em 31/07/2001)

UF	Sem Providências	A Identificar	Identificadas	Declarada Delimitada	Homologadas	Registradas	Reservadas Dominiais	Total UF
AC	6	6	0	2	9	14	0	37
AL	3	2	1	1	0	2	0	9
AM	7	45	19	26	27	49	0	173
AP	1	0	0	0	0	4	0	5
BA	2	6	2	1	6	4	0	24
CE	1	5	2	2	0	0	0	10
ES	0	0	1	0	1	2	0	4
GO	0	0	0	1	2	2	0	5
MA	0	1	0	2	3	11	0	17
MG	3	0	1	1	1	3	0	9
MS	*70*	*13*	*1*	*5*	*13*	*14*	*1*	*117*
MT	13	13	0	2	6	43	1	78
PA	18	7	2	6	7	15	3	58
PB	0	0	1	0	0	2	0	3
PE	0	4	1	0	3	2	1	11
PR	10	5	0	0	2	9	5	31
RJ	0	0	0	0	1	2	0	3
RO	11	5	1	1	0	17	0	35
RR	0	1	1	7	3	18	0	30
RS	19	8	3	3	5	9	0	47
SC	8	6	3	1	3	1	1	23
SE	0	0	0	0	0	1	0	1
SP	3	3	0	1	5	7	0	19
TO	0	0	0	1	1	5	0	7
Total	175	130	39	63	96	236	15	756

Fonte: DAF/FUNAI/CIMI, 2001.

- A terra indígena **identificada** é toda aquela que já possui estudo realizado pelo órgão indigenista federal e publicado na forma do Decreto 1.775/96, no Diário Oficial da União (DOU). Diário Oficial da Unidade federada e fixado na prefeitura onde está localizado o imóvel. Foram relacionadas às terras indígenas em revisão de limites;

- As terras indígenas **declaradas/delimitadas** são aquelas que tiveram publicadas a portaria declaratória expedida pelo Ministério da Justiça (Dec. 22/91 e Dec. 1775/96) ou interministerial, além das Portarias da Funai (quando for o caso);

- A **reservada** é aquela que foi declarada para fins de desapropriação através de decreto desapropriatório, adquirida para reassentamento de comunidades indígenas, demarcada pelo SPI como reserva; doada por prefeitura para reserva com demarcação física e sem registro em Cartório da região onde se localiza o imóvel;

- As terras indígenas **homologadas** são aquelas com publicação de Decreto de Homologação assinado pelo Presidente da República e publicadas no DOU;

- As terras indígenas **registradas** são aquelas com homologações registradas em Cartórios e no Departamento de Patrimônio da União, ou apenas em Cartório. Nesta classificação estão inseridas também as terras dominiais registradas em Cartório. Excetua-se as reservas registradas em Cartório pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

A realidade é que hoje todos os territórios indígenas encontram-se invadidos por fazendas, cidades e chácaras. E apesar da Constituição Federal, no artigo 67 das Disposições Transitórias, ter determinado um prazo de cinco anos para o governo brasileiro demarcar todas as áreas indígenas, a maioria das terras nem foi identificada, outras estão em fase de estudo e aquelas que tiveram os relatórios publicados estão '*sub judice*' (CIMI,2003).

FIGURA 12: FOTOS POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL

OFAIE GUARANI TERENA

Fonte: www.estadodoindio.com.br

Mesmo assim, os filhos do Sol continuam a luta pela sua existência que hoje é continental como pode ser visto pela declaração a seguir:

INDÍGENAS DO MUNDO DECLARAÇÃO SOLENE DOS POVOS

"Nós, Povos indígenas do mundo,
unidos numa grande assembléia de homens sábios,
declaramos a todas as nações:

Quando a terra-mãe era nosso alimento,
quando a noite escura formava nosso teto,
quando o céu e a lua eram nossos pais,
quando todos éramos irmãos e irmãs,
quando nossos caciques e anciões eram grandes líderes,
quando a justiça dirigia a lei e sua execução,

Aí, outras civilizações chegaram!
Com fome de sangue, de ouro,
da terra e de todas as suas riquezas,
trazendo em uma mão a cruz e na outra a espada.
Sem conhecer ou querer aprender os costumes de nossos povos,
nos classificaram abaixo dos animais,
Roubaram nossas terras e nos levaram para longe delas.
Transformando em escravos os "filhos do Sol".

Entretanto, não puderam nos eliminar!
nem nos fazer esquecer o que somos,
porque somos a cultura da terra e do céu,
somos de uma ascendência milenar
E somos milhões
E mesmo que nosso universo inteiro seja destruído,
NÓS VIVEREMOS
Por mais tempo que o Império da Morte!"

Conselho Mundial dos Povos Indígenas
Port Alberni - 1975

CAPÍTULO VI

'TRABALHO ESCRAVO' OU PEONAGEM NAS CARVOARIAS, NAS DESTILARIAS E NAS FAZENDAS DE MATO GROSSO DO SUL[45]

Para a CPT, o Trabalho Escravo é uma realidade bem concreta: os rostos humilhados de trabalhadores/as privados/as de sua elementar liberdade, mantidos/as em condições degradantes de trabalho por meios que os/as confinam, longe das vistas da sociedade, sob a prisão física e moral da dívida crescente, ou a chantagem da retenção de documentos ou de salários, ou o cativeiro violento da vigilância armada, quando não simplesmente do isolamento geográfico.

Conflitos no Campo Brasil – CPT, 2000.

Quando analisamos a forma como vem se dando a reordenação de terras no Brasil, observamos que os assassinatos e as disputas entre grandes e pequenos proprietários são uma constante. No entanto, esses fatores de violência e desrespeito à vida se estendem, na história brasileira, ao desrespeito maior que o homem pode praticar sobre o seu semelhante: o 'trabalho escravo' ou peonagem.

---

[45] Ver sobre o assunto: BALDUINO, Dom Tomás (org.). *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo.* São Paulo: CPT/Loyola, 1999.
Ver também: PODE SER DIFERENTE *Caderno sobre violência e discriminação.* São Paulo: CENAFOCO/SEAS & Instituto São Paulo Contra a Violência, *s/d.*

Na falta de terra própria, trabalhando em condições precárias e convivendo com a seca, muitos trabalhadores rurais são vítimas de fazendeiros que os escravizam. Seus direitos de cidadãos trabalhadores são violados.

Os direitos dos trabalhadores rurais são recentes, assim como sua organização sindical, que data de 1960. O trabalhador rural, só em 1963, passou a ter Estatuto próprio, que lhe garante salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário. Neste mesmo ano, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), uma entidade nacional para defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Somente em 1965 os sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) foram oficialmente legalizados, apesar de já existirem na prática. Entre 1970 e 1980, nos Estados onde havia STRs combativos, surgiram Federações dos Trabalhadores na Agricultura – entidades estaduais que reuniam os sindicatos – também combativos.

Porém, nem sempre os direitos trabalhistas são respeitados no meio rural. Muitos donos de estabelecimentos agrícolas não pagam o salário mínimo do trabalhador. Por vezes, pagam quantias irrisórias, de valores quase inexistentes, e obrigam-nos a consumir mercadorias no armazém da propriedade, fazendo com que contraiam dívidas impagáveis.

Quadro 05: Número de pessoas em 'trabalho escravo' - Brasil 1992 - 2001

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
N°Pessoas	16.442	19.940	25.193	26.047	2.487	25.660	36.734	5.232	53.906	2.354

Fonte: CPT/PODE SER DIFERENTE, *s/d*,p.45.

Apesar de apresentarem grandes oscilações, os números de pessoas envolvidas em 'trabalho escravo' ou peonagem revelam a constância dessa prática no país (Quadro 05). É difícil constatar aumento ou diminuição desses números, pois eles são pouco precisos. A contagem de trabalhadores escravizados geralmente ocorre quando alguns deles conseguem fugir da vigilância e denunciam o ocorrido. Logo, a variação dos números deve-se mais ao aumento, ou não, de denúncias do que à efetiva comprovação da quantidade de casos. Enfim, há milhares de trabalhadores escravizados destaque para o ano de 2000 com 53.906 pessoas encontradas na situação de 'trabalho escravo' ou peonagem no Brasil.

A questão do 'trabalho escravo' ou peonagem no Brasil foi constatada a partir da década de 1970, quando Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia-MT, denunciou, em 1971, a ocorrência de pessoas de sua diocese submetidas a esse regime de 'trabalho escravo'.

Essa nova forma de 'escravidão' teve início na região Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – e deslocou-se progressivamente para o Norte, tendo hoje um eixo forte no sul do Pará (BALDUINO, 1999).

A partir do final da década de 80, a CPT, por meio do Boletim "Conflitos no Campo - Brasil", começou a denunciar a prática do 'trabalho escravo' efetivada nos Estados, junto aos trabalhadores e suas famílias e também àqueles que trabalhavam nas carvoarias e nas usinas de álcool, cortando cana.

De acordo com os critérios da CPT (1998), o 'trabalho escravo' tem como elemento essencial e central a sujeição física ou psicológica do trabalhador.

Ainda segundo os critérios da CPT :

> [...] a dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral, ela começa com a contratação pelo "gato", que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a sua família. A dívida aumenta durante o deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o "gato" paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o "sistema de barracão"; obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar (CPT, 1998, p. 71)

Esta situação descrita já caracteriza o 'trabalho escravo', porém, além desta, existem:

> [...] situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores nos estabelecimentos. Há, ainda, maus-tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. Na maioria dos casos, falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais (CPT, 1998, p. 71).

Os casos que têm chegado à CPT são exemplos da redução de trabalhadores à condição de "escravos" na sua forma mais aguda. Neles existe a mercantilização de trabalhadores braçal, efetuada por um intermediário - o "gato"[46] - que os alicia nas cidades e, depois de vários dias de viagem, os entrega às fazendas onde, diuturnamente, são vigiados por pistoleiros. Normalmente, os trabalhadores são transferidos de um estado para outro e o aliciamento é feito através de propostas de remuneração atrativas, mas que não passam de engodo (CPT, 1991, p. 47)

Essas denúncias partiam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de Ribas do Rio Pardo-MS; da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); da Comissão Pastoral da Terra (CPT); do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e de alguns outros sindicatos.

As carvoarias nas quais esta prática é constante estão localizadas numa vasta região chamada de *maciço florestal de eucalipto,* compreendendo os municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas (Figura 14). As siderúrgicas de Minas Gerais descobriram essa reserva florestal e passaram a contratar empreiteiras para transformar o eucalipto em carvão vegetal[47].

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas (ONU): *[...] ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.* A Convenção nº 105, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 58.882, de 14 de Julho de 1966, *[...] trata da abolição do trabalho forçado e condena a escravidão por dívidas e servidão.*

Na Constituição da República Federativa do Brasil, no art 1º, inciso III e IV, estão garantidos: *'a dignidade da pessoa humana'* e *'os valores sociais do trabalho'*. Também o Código Penal Brasileiro, artigo 149, determina: *reduzir alguém a condição análoga a de escravo. Pena: reclusão de dois (02) a oito (08) anos* (CPT, 1991).

---

[46] *'Gato'*: É o responsável pelo aliciamento e transporte dos trabalhadores que são escravizados nas fazendas. Ele cobra dos fazendeiros um preço pela mão-de-obra para uma determinada empreitada e paga bem menos, quando paga, pelos serviços dessas pessoas. Eles chamam trabalhadores para fazer a roça, desmatamento, lidar com inseticidas para matar árvores e limpar o pasto.

[47] Ver sobre o assunto: SILVA, Edima Aranha. *O Processo Produtivo do Carvão Vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul.* Tese de Doutorado (Geografia), Presidente Prudente: UNESP, 2002.

Para a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul, as relações estabelecidas entre as empresas e os trabalhadores foram vistas da seguinte maneira:

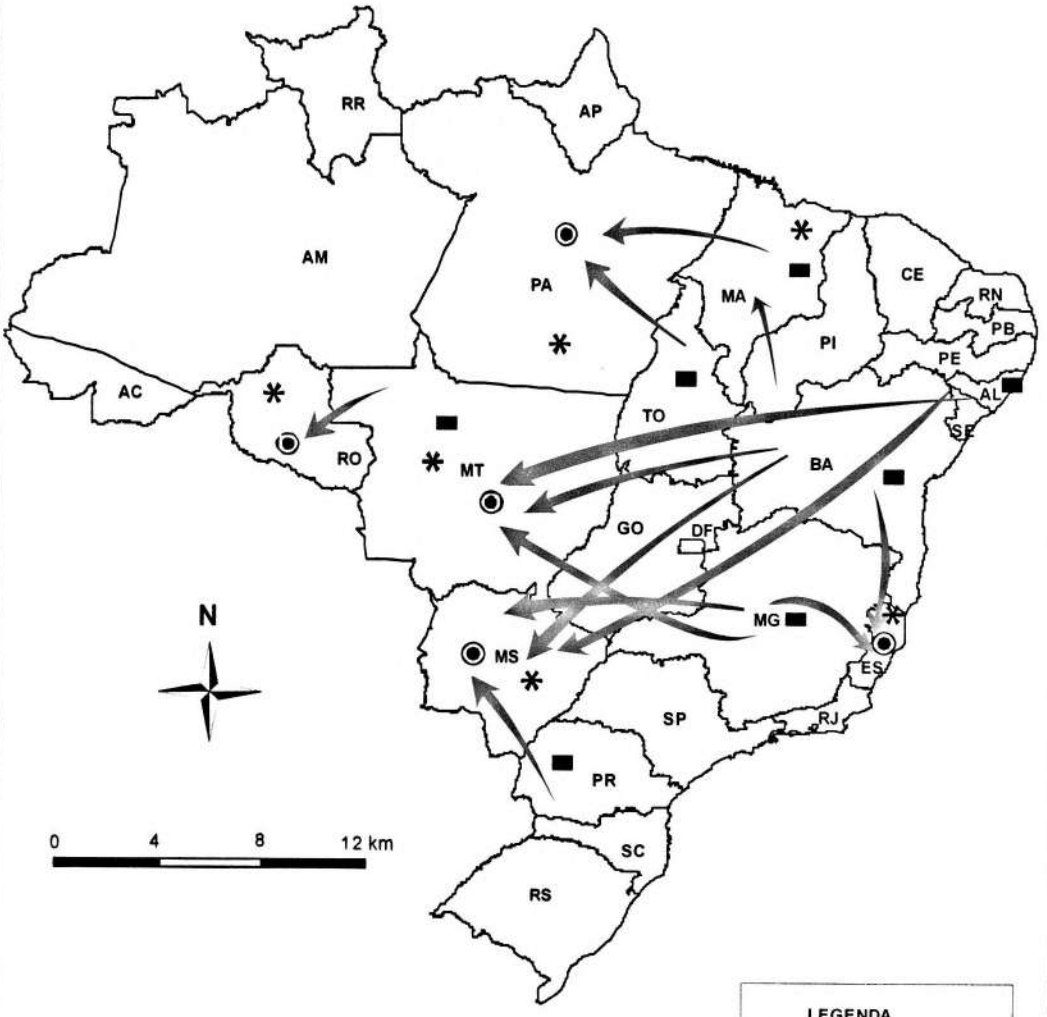
> As empreiteiras aliciavam e ainda aliciam trabalhadores e suas famílias em Minas Gerais, principalmente no Vale do Jequitinhonha, os quais, em Mato Grosso do Sul, longe de suas raízes, confinados nos eucaliptais, morando em barracos de lona, em condições subumanas, não mantinham contato com organizações de trabalhadores e ficavam à mercê dos agenciadores e empreiteiras. Devido à baixa remuneração pela produção do carvão e ao alto preço pago pela alimentação, ferramentas etc., grande número de trabalhadores ficava devendo a seu patrão ("gato") e não podia sair enquanto não pagasse essa dívida. Crianças de até mesmo 7 anos ajudavam os pais a encher os fornos com lenha, barrear os fornos para fechá-los, retirar o carvão e ensacá-lo, ficando fora das salas de aula, porque não existiam escolas nem transporte, vivendo uma vida de migração com as famílias, numa rotina de quase escravidão (BALDUINO (org.), 1999, p. 220 - 221).

Ainda de acordo com o que expõe a Comissão, a principal fonte de mão-de-obra nas usinas de álcool em Mato Grosso do Sul eram de origem indígena, nordestina ou do Estado de Minas Gerais (Figura 13), aliciados por intermédio dos *'gatos'*.

Os trabalhadores eram encontrados em locais distantes de Mato Grosso do Sul, como Alagoas, Bahia, Pernambuco, os quais possuíam excedente de mão-de-obra. Ao chegarem no estado, esses migrantes aliciados deparavam-se com uma realidade diferente daquela pela qual foram seduzidos. O relatório da Comissão Permanente descreve essa realidade:

> [...] chegando a Mato Grosso do Sul, os cortadores de cana deparavam com uma realidade bem diferente. Eram confinados em alojamentos totalmente isolados, situados no meio dos canaviais, verdadeiras pocilgas, em barracos apinhados, muitos deles de lona, onde se misturavam velhos, adultos e crianças. Perfaziam até quatorze horas diárias de trabalho, sendo transportados em caminhões boiadeiros superlotados ou em carroçarias abertas e baixas, no meio de ferramentas. Os trabalhadores não eram registrados pelas usinas – que não assumiam o vínculo direto com eles - a alimentação era péssima e a remuneração, baixíssima. Atualmente são empregados nas usinas aproximadamente 5 mil indígenas e 7 mil nordestinos durante a safra que vai de maio a novembro [...] (*op. cit.* 1999, p. 221).

FIGURA 13: MAPA DA ROTA DA ESCRAVIDÃO - BRASIL



Como podemos constatar na Figura 13, as rotas mais comuns são as que saem de Minas Gerais para trabalhar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ou Espírito Santo; do Maranhão e Tocantins para o Pará; do Mato Grosso para Rondônia; e, do Paraná para as várias carvoarias de Mato Grosso do Sul.

O 'trabalho escravo' é realidade constatada não só nas carvoarias, no corte de cana das destilarias de álcool, mas também em outras áreas de trabalho como as plantações de *braquiária*, algodão e erva-mate das fazendas de Mato Grosso do Sul. Um exemplo dessa prática é a publicação da CPT, em 1988, afirmando que 40 trabalhadores foram encontrados em regime de 'trabalho escravo' no município de Bataiporã-MS (CPT, 1988, p. 58).

Vejamos o relato de José Viana, carvoeiro vindo de Minas Gerais, que não consegue voltar para sua terra: *Há dois anos que eu trabalho aqui, mas não consigo ganhar nem para comprar roupa* (CPT, 1992, p. 40).

A luta dos trabalhadores contra a exploração de mão-de-obra "escrava" inclui a pressão permanente sobre o Estado, para punir os responsáveis maiores, os grandes proprietários de terra, os usineiros.

No estado do Mato Grosso do Sul, um dos casos mais graves, constatados em 1992, foi o das carvoarias:

> [...] envolve cerca de oito (8) mil carvoeiros no maciço florestal, de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Três Lagoas e Naviraí-MS. Estes carvoeiros trabalham 12 horas por dia em troca de uma parca comida ('Uma gororoba que nem cachorro come'), produzindo carvão para as siderúrgicas mineiras. São mais de 200 carvoarias, com mais de dois mil fornos e pelo menos 11 empresas de reflorestamento [...] (CPT,1992, p. 40).

Nas carvoarias, ocorriam espancamentos de trabalhadores, os quais, muitas vezes, precisavam pagar até a água que bebiam. Não raro surgiam denúncias sobre assassinatos. Na maioria das vezes, o corpo simplesmente aparecia jogado em alguma pedreira. Ou simplesmente desaparecia[48]

Os carvoeiros enfrentam um calor de 70°C na boca dos fornos, dormem no frio noturno do cerrado, depois de 12 horas de trabalho, numa barraca coberta por plástico preto, sem as mínimas condições de sobrevivência: *Eu me sinto um escravo, dona. Trabalhei quatro meses só em troca de comida, não me pagaram nada e*

[48] **Diário da Serra**, Campo Grande, 27 mar. 1992.

agora estou passando fome (Declaração de Edson Moreira dos Santos, 25 anos, ao STR de Ribas do Rio Pardo-MS *In*: CPT, 1992, p. 40).

No caso de José Valdevino de Oliveira, 40 anos, que mora com a mulher, as duas filhas pequenas e três cachorros em uma barraca de plástico preto, a realidade é a seguinte: quer ir embora, mas não pode [...] sem perspectiva, resta a Divino ver a caçula Vanessa, de quatro anos, ajudá-lo a ensacar carvão que os caminhões levam para as siderúrgicas mineiras (KOTSCHO, *apud* CPT, 1992, p. 40).

O problema do 'trabalho escravo' nas carvoarias de Mato Grosso do Sul era tão grave que foi destacado como um dos principais temas do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, realizado em Campo Grande, no mês de outubro de 1992.

A utilização de 'trabalho escravo' era freqüente também nas usinas e destilarias do estado[49]. Um dos casos mais flagrantes foi o da Destilaria Cachoeira, no município de Rio Brilhante, a qual vinha sendo denunciada desde 1990.

> Em fevereiro de 1991, o Grupo Pessoa de Queiroz, sediado em Maceió e proprietário de três destilarias em Alagoas, Pernambuco e Sergipe, compraram a Cachoeira. Na ocasião foram empregados 120 índios da aldeia de Taunay, no município de Aquidauana e mais de 100 trabalhadores, levados de Alagoas e Minas Gerais. A proposta de trabalho consistia no corte de 3.500 toneladas de cana-de-açúcar, com a promessa de ganharem CR$ 35 mil por semana. Três meses depois, 20 peões foram a Delegacia Regional do Trabalho e a Secretaria do Bem-Estar Social de Campo Grande para denunciar a existência de trabalho escravo na destilaria.
> As levas de trabalhadores aliciados em outros Estados se sucedem com destino a Destilaria Cachoeira. Em março de 1992, mais 72 trabalhadores do município de União dos Palmares/AL, foram contratados pelo "gato" José Severo. Um mês depois, mais 163 trabalhadores chegaram à Destilaria Cachoeira, contratados pelo "gato" Amaro José da Silva: ***Ele prometeu que iríamos ganhar 600 mil por mês, livre de qualquer desconto,*** contou José Manacéis Bispo.
> Bispo fez também um relato impressionante sobre a prisão do trabalhador Francisco de Jesus Santos, espancado no destacamento da Polícia Militar do Distrito de Nova Alvorada. ***"O peito dele estava todo roxo e suas costas tinham manchas de sangue. As pernas estavam inchadas. Ele levou coronhadas e golpes de rifles nas pernas"***, disse. Francisco está desaparecido (Fonte: Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT. *In*: CPT, 1992, p. 41).

[49] São elas: Aquarius (Pedro Gomes); Alcoolvale (Aparecida do Taboado); Cachoeira (Rio Brilhante); Coopemavi (Naviraí); Debrasa (Brasilândia); Agro Pastoril M.R. (Maracaju); Nova Andradina (Nova Andradina); Rio Brilhante (Rio Brilhante) e R.S. Ltda. (Sidrolândia).

O aumento das denúncias mostrou que os trabalhadores estavam perdendo o receio de represálias e aprendendo a lutar por seus direitos, denunciando as condições subumanas de trabalho a que são freqüentemente submetidos: *A Destilaria Cachoeira 'Rio Brilhante-MS', foi denunciada em 1990 e ainda figurava como criminosa na relação do ano de 1992* (CPT, 1992, p. 42).

Mesmo com todas as denúncias e fiscalizações, a CPT documentou, no ano de 1992, 18 casos, dos quais foram vítimas 16.442 pessoas em situação de 'trabalho escravo'. Tais casos envolveram empresas de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, entre outros estados brasileiros.

Sem tréguas, tem sido a luta de Iracema Ramalho do Vale, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo-MS, em defesa dos trabalhadores escravizados nas destilarias e carvoarias do estado, pois *os carvoejadores tinham medo de reclamar, mas quando alguém me avisava e eu tomava providência, o pessoal foi perdendo o medo* (CPT, 1993, p. 27).

Tendo exemplos dessa ordem como parâmetro, a OIT incluiu o Brasil no rol dos oito países que mais utilizam 'trabalho escravo' no mundo (CPT, 1992, p. 75). Só nas carvoarias e destilarias de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul, foram registrados casos envolvendo 20 mil pessoas em situação de 'trabalho escravo' (CPT, 1994, p. 12). Esses números podem ser vistos no Quadro 06:

Podemos observar, (Quadro 06) que no estado de Mato Grosso do Sul, atuaram, aproximadamente 37.752 pessoas, em condição de "escravos", das quais 3.200 eram crianças, apesar das denúncias, pressões e da ação da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias.

Nas nove destilarias de álcool/açúcar existentes em Mato Grosso do Sul, foi constatado 'trabalho escravo'. Nelas atuavam aproximadamente cinco mil trabalhadores trazidos, por intermédio dos '*gatos*', de estados nordestinos como Ceará, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e ainda do estado de Minas Gerais, especialmente do Vale do Jequitinhonha.

A DRT (Delegacia Regional do Trabalho), integrou à Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias de Mato Grosso do Sul (de que faz parte também a CPT/MS) e encontrou muitas dificuldades para fazer um mapeamento completo da região, uma vez que a vastidão da

área das carvoarias - 500 mil hectares, abrange seis municípios: Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Três Lagoas, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Bataguassu (Figura 14), e o intrincado mecanismo de aliciamento, que vai desde siderúrgicas de Minas Gerais, passando por empreiteiras e subempreiteiras, até os '*gatos*', tornaram quase impossível o trabalho.

Quadro 06: Casos de 'trabalho escravo' ou peonagem em Mato Grosso do Sul

ANO	MUNICÍPIO	NOME/IMÓVEL/EMPRESA	Nº PESSOAS
1990	*	*	*
1991	*	3 Lug. 2Faz./1 Usina	446
1992	Rio Brilhante	Destilaria Cachoeira	235
1992	R.Rio Pardo/A. Clara	Carvoarias	8.000
1993	R.Rio Pardo/A. Clara	Carvoarias	8.000**
1993	Brasilândia	Destilaria Debrasa	1.366
1994	R.RioPardo/A.Clara/T.Lagoas	Carvoarias	(2.000)**** 8.000
1995	Camapuã	Fazenda São Domingos	(50)**** 163
1995	Camapuã	Fazendas de *Braquiária*	2.000***
1995	Ribas do Rio Pardo/Água Clara/Três Lagoas	Carvoarias	(1.200)**** 6.000
1995	Naviraí	Fazenda Santa Rosa	25
1995	Água Clara	Carvoaria Carboniza	87
1995	Costa Rica	Fazenda Planalto	180
TOTAL			**37.752**

Fonte: CPT, 1991/1994/1995.
* Não constam dados - ** Dados repetidos de 1992 -***Estimativa **** Menores[50]

A imprensa falada e escrita teve um papel importante nas denúncias de 'trabalho escravo'. A Rede SBT produziu um programa **Documento Especial** (11 out. 1993) e a BBC de Londres apresentou, em rede internacional, um documentário sobre o assunto. Emissoras de televisão da Suíça, Áustria e França também realizaram documentários. Denúncias foram divulgadas em jornais, em revistas e em redes de televisão, local e nacional. A divulgação dessas denúncias despertou o interesse de organizações como UNICEF e OIT, que se dispuseram a cooperar na erradicação do 'trabalho escravo' no estado do Mato Grosso do Sul, através de um convênio já firmado.

Apesar das dificuldades que encontrou, a Comissão: estabeleceu contato com Minas Gerais, onde também existia 'trabalho escravo'; fez o mapeamento aéreo de toda a região das carvoarias e deu apoio aos três inquéritos civis e públicos

[50] A respeito de menores ver: CAPÍTULO VII TRABALHO INFANTIL NAS CARVOARIAS E FAZENDAS DE MATO GROSSO DO SUL (p. 118 – 125).

instaurados no dia 17 de novembro de 1994, pela Procuradoria Regional do Trabalho – 24ª Região, cujo Procurador-Chefe integrava a Comissão. Os três inquéritos foram instaurados para a apuração de fatos denunciados sobre a exploração da mão-de-obra indígena, nas carvoarias e destilarias (Pe. Afeo Prandel, *apud* CPT, 1994, p. 32).

A CPT (1995) denunciou que houve um aumento no número de vítimas do 'trabalho escravo' ou peonagem em Mato Grosso do Sul. Repetiu-se a situação de "escravidão" nas carvoarias, com redução do número de adultos e crianças, conforme aponta:

> Presume-se que a atenção maior ao problema por parte da sociedade, da mídia e do governo esteja dificultando esta prática, que se recria em várias partes do mundo, nesta época em que baratear o custo dos produtos é exigência da competição no mercado globalizado (CPT,1995, p. 14).

Nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, as primeiras denúncias foram feitas há cinco anos. Foi formada a Comissão Permanente de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do estado e a Secretaria Nacional de Fiscalização do Trabalho fez vistorias periódicas, com a ajuda da Polícia Federal.

Para a CPT/MS, a ausência de dados a partir de 1996 em Mato Grosso do Sul, é conseqüência da atuação da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho, que intensificou sua ação fiscalizadora, inibindo este tipo de relação trabalhista.

Do mesmo modo, nas fazendas de produção de sementes de capim braquiária , no município de Camapuã, 2.213 pessoas foram vítimas do "trabalho forçado". Segundo o Procurador do Trabalho, Luercy Lopes:

> [...] existem pelo menos 20 grandes fazendas de produção de sementes de capim braquiária que utilizam a mão-de-obra, nas quais cerca de duas mil pessoas – homens, mulheres e crianças, inclusive índios da nação Terena – enganados por promessas de bons salários, são levados para as fazendas e obrigados a um trabalho estafante de 12 horas, pelo qual não recebem salário, apenas comida.
> A maioria é formada por migrantes contratados pelos '*gatos*' em Campo Grande. Terminada a colheita, eles são simplesmente abandonados na cidade, sem dinheiro algum. Em tese, eles ganhariam cerca de R$ 0,20 centavos por quilo de sementes colhidas, mas todas as despesas, incluindo transporte, são descontadas do salário a preços extorsivos.
> A fiscalização feita em três fazendas constatou o mesmo quadro: os trabalhadores, entre os quais crianças de até oito anos, vivem em barracas de

> lona, não têm água potável, começam a trabalhar às 6 horas e só terminam quando anoitece.
> Na Fazenda Santa Rosa, município de Naviraí, Manoel Coelho e Modesto Gonçalves conseguiram fugir e caminharam mais de 60 quilômetros até conseguir carona e denunciar o caso às autoridades. Eles foram contratados pelo 'gato'conhecido como Didi, juntamente com mais 25 pessoas, com a promessa de receber R$ 3,00 por saco colhido. Manoel trabalhou durante 40 dias, colheu 226 sacos de semente e não recebeu nada em pagamento. Na fazenda, também trabalhavam crianças entre 11 e 14 anos. O lema da fazenda, segundo os trabalhadores, é: *'Você entra, mas não sai'*. Os que fogem, se forem capturados são punidos na frente dos demais para evitar deserções (CPT, 1995, p. 16).

Em relação ao trabalho nas carvoarias, uma das maiores dificuldades foi a de localizar as baterias de fornos que estavam espalhadas dentro da floresta, tanto é que o IBAMA não sabia quantas carvoarias existiam no Estado. Segundo a legislação estadual, todas deveriam estar cadastradas, mas o órgão possuía o registro de apenas 200. No entanto, apenas no maciço florestal a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) estimava que elas chegavam a 364. O problema se agravou ainda mais, pois novas carvoarias foram sendo instaladas em municípios fora da região do maciço florestal (CPT, 1995).

De acordo com a Coordenação da Campanha da CPT contra o 'Trabalho Escravo' **(De Olho Aberto para não virar Escravo)**:

> [...] existe de fato, uma impunidade das infrações e crimes encontrados, confirmados pela freqüente reincidência da prática culposa. O valor das multas aplicadas, quando pago, é insignificante, considerando o poder econômico dos grupos envolvidos [...] (CPT, 1999, p. 65).

A revista Consultor Jurídico 2002, informa que:

> A Vara Itinerante instalada em Água Clara por determinação do Tribunal Regional do Trabalho de MS (24ª Região) recebeu, em dois dias de funcionamento, reclamações de 56 trabalhadores submetidos a trabalho escravo ou peonagem na Carvoaria Carboniza [...].
> Juntamente com 31 trabalhadores, eles foram encontrados em situação de penúria pelo grupo de combate ao trabalho escravo. A primeira audiência de conciliação será feita na próxima quinta-feira (26 set. 2002).
> Os trabalhadores reivindicam vários direitos. Entre eles, o pagamento de salários atrasados há mais de um ano. Eles permanecem na Fazenda Bonito (sede da carvoaria) e estão recebendo alimentos da Secretaria de Assistência Social.
> Outros empregados da Carboniza preferiram aguardar o resultado das ações movidas pelos colegas para decidir se ingressam com ação na Justiça do Trabalho [...] (**Revista Consultor Jurídico**, 23 set. 2002).

Outras situações, como os casos de superexploração, passam a ser documentadas, a partir de 1988, pela CPT. Nesse sentido, os dados são restritos e ainda não expressam a verdadeira dimensão deste problema no país. Eles se referem a situações em que as horas de trabalho não pagas pelo explorador excedem a taxa normal de exploração do trabalho. O processo de superexploração acontece na esfera salarial, no seguintes casos:

a) atraso no pagamento; b) descontos ilegais; c) não pagamento de horas extras; d) jornada de trabalho excessiva; e) horas extras além do permitido; f) não pagamento de FGTS; g) demissão sem pagamento de indenização; h) não pagamento de adicionais (insalubridade, periculosidade, etc).

Geralmente vem ligada às precárias condições de trabalho que caracterizam o desrespeito trabalhista (CPT, 1999, p. 71).

Quadro 07: Superexploração[51] em Mato Grosso do Sul, 1997 – 1999

ANO	NOME DO IMÓVEL/EMPRESA	MUNICÍPIO	Nº DE PESSOAS
1997	Destilaria RS S/A/ Usina Santa Olinda	Sidrolândia	800
1997	Carvoarias	Ribas do Rio Pardo/Água Clara/Três Lagoas	998*
1999	Fazenda Nova Era	Chapadão do Sul	60
TOTAL			**1.858**

Fonte: CPT, 1997/1999. *Presença de Menores

Em Mato Grosso do Sul, no período de 1997 a 1999, Destilarias, Carvoarias e Fazendas, localizadas em vários municípios, foram atuadas praticando a superexploração, num total de 1.858 trabalhadores e com presença de crianças (Quadro 07).

Nas palavras do Padre Alfredo Prandel, da CPT/MS:

> [...] as condições de vida e trabalho nas carvoarias continuam péssimas; a relação patrão – empregado não avançou em nada, a não ser na eliminação da dívida, e quando esta existe, o patrão diz que fica por conta do acerto, saindo o trabalhador sem nada. Mas isso não caracteriza o trabalho escravo. Assim, a

[51] São casos em que as horas cedidas ao patrão, imperceptivelmente sem pagamento, excedem a taxa normal de exploração do trabalho – aquilo que o trabalhador ganha é, a médio prazo, insuficiente para atender a todas as suas necessidades. Essas necessidades não são apenas materiais, como as de comer, de vestir e de morar. No mundo moderno, as necessidades estão multiplicadas e ampliadas: entre outras, a escola é hoje uma necessidade básica tão importante como comer e vestir. Em algumas sociedades, ler é uma necessidade tão básica quanto comer (MARTINS, José de Souza. *A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In*: BALDUINO, Dom Tomás. *op. cit.* 1999, p. 130).

> retirada do mecanismo da dívida, que na relação de trabalho caracteriza o trabalho escravo, faz essa diferença significativa. Entretanto, permanece a forma ainda grave de relação de trabalho, chamada superexploração, do mesmo modo degradante (CPT, 1996, p. 50).

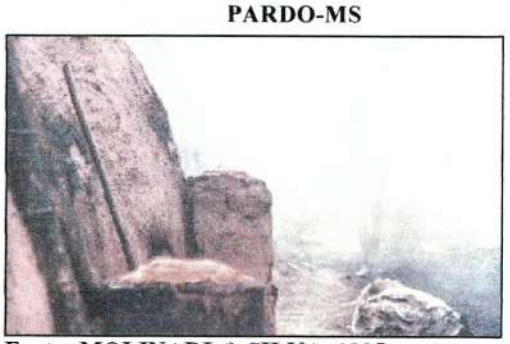
Os trabalhadores, muitas vezes, chegam ao local de trabalho já devendo dinheiro aos patrões, que, como forma de garantir que eles não deixarão a fazenda, procuram mantê-los endividados.

O processo que deságua no 'trabalho escravo' se origina muito antes no aliciamento da força de trabalho, habitualmente recrutada em localidades distantes várias centenas de quilômetros do local da prestação dos serviços, passando pela hospedagem na cidade de origem e pelo transporte dos trabalhadores até seu destino final. Essas tarefas costumam estar a cargo de pessoas estreitamente relacionadas com o tomador dos serviços ou seu preposto e intermediário, também conhecido como "gato".

Segundo Figueira & Marques (2000), é preciso reconhecer que algumas ações foram tomadas pelo governo federal no combate à escravidão. Observa-se que, atualmente, órgãos do governo também tem denunciado a prática de 'trabalho escravo', somando-se aos esforços que antes eram praticamente restritos às igrejas e às entidades da sociedade civil. Nesse sentido, as medidas de maior impacto referem-se às ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Desde o início de suas atividades, em 1995, até o primeiro semestre do ano 2000, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho divulgou ter libertado 1.834 trabalhadores.

DE OLHO ABERTO PARA NÃO VIRAR ESCRAVO!
Campanha da Comissão Pastoral da Terra contra o Trabalho Escravo no Brasil

FIGURA 14: FOTO CONDIÇÕES DE TRABALHO EM CARVOARIAS/RIBAS DO RIO PARDO-MS



Fonte: MOLINARI & SILVA, 1995.

CAPÍTULO VII

TRABALHO INFANTIL NAS CARVOARIAS E FAZENDAS DE MATO GROSSO DO SUL

Violência contra Menores no campo
vai além do Trabalho Infantil

O universo do trabalho
infanto-juvenil é
uma realidade
complexa, violenta e
chocante, trazendo
à tona as contradições
da chamada modernização,
do desenvolvimento
e da civilização.
A conhecida disputa pelo
trabalho/emprego no
sistema capitalista, hoje
agravada pelos ventos
do neoliberalismo, em nome
da competividade
lucrativa, baixa o custo
da mão-de-obra e aumenta
o desemprego para
uma massa desqualificada
de trabalhadores
sem perspectivas,
e empurra para o trabalho
crianças e adolescentes.
Estes são explorados
brutalmente, perdem a
possibilidade de ter
verdadeira infância,
de freqüentar a escola,
e ficam com seu futuro
comprometido de
forma irreversível.

Conflitos no Campo Brasil - CPT, 1996.

Em todo mundo, existem milhões de crianças cujas atividades podem ser caracterizadas como trabalho forçado, não apenas porque são muito jovens, mas também por serem obrigadas diretamente a trabalhar.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990), registrou-se 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando.

Os números não revelam o drama dessas crianças. Segundo a mesma fonte, 1,3 milhões dessas crianças são pequenos bóias-frias, trabalhando nos canaviais, laranjais, sisais e carvoarias em todo o Brasil, sujeitos a acidentes e doenças.

O trabalho do menor no Brasil é regulamentado pelo Artigo 7, inciso 33 da Constituição Federal, o que não permite o trabalho a menores de 14 anos de idade: *proíbe o trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos menores de 19 anos e qualquer tipo de trabalho aos menores de 14, salvo na condição de aprendizes e com possibilidade de estudar.* A legislação da infância, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90) proíbe também *qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, e após esse limite, apenas em atividades que não sejam insalubres, perigosas e penosas, salvo na condição de aprendiz* (a partir dos 12 anos de idade, assegurada bolsa-aprendizagem). A própria Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), recomenda que a idade mínima de ingresso ao mercado de trabalho não deve ser inferior à idade em que cessa a obrigatoriedade escolar. No Brasil, esta obrigatoriedade corresponde aos oito anos da educação básica, o que significa ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do 1º grau.

Para justificar o emprego de mão-de-obra infantil, alguns patrões aproveitam-se da exceção que a lei abre para trabalho de criança na condição de aprendiz (CPT, 1994, p. 27).

Junto ao 'trabalho escravo', geralmente ocorre a exploração do trabalho infantil. Um exemplo é a estação ecológica de Itapeva (SP), administrada pelo governo estadual, onde crianças de 10 e 11 anos trabalham na coleta de resina de *pinus*. Outro exemplo são os canavieiros em Pernambuco, onde os pais, para garantir o sustento da família, precisam que suas crianças também trabalhem.

Em 1994, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), de Minas Gerais, em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura daquele Estado, investigou mais de cem estabelecimentos rurais e multou alguns deles por condições precárias de trabalho. Grandes empresas siderúrgicas foram autuadas por exploração de trabalho infantil, pois compravam carvão produzido com mão-de-obra de crianças (Pode Ser Diferente, *s/d*, p. 46).

A partir do início da década de 90, a CPT começou a registrar a degradante situação da exploração do *trabalho infantil* no Brasil. Ela documentou, no

período 1990 a 1996, a existência de 3.321 crianças e adolescentes vítimas de 'trabalho escravo'. A maioria dessas, nos estados do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, realizando o penoso trabalho nas carvoarias (CPT, 1996, p. 15).

As famílias de carvoeiros chegaram na década de 70 migrando, em sua maioria, do estado de Minas Gerais, contratadas por '*gatos*', para transformar eucalipto em carvão vegetal. Essas denúncias desencadeadas pela CPT sobre a atividade infantil em condições desumanas, desde então ganharam a imprensa, revelando o fato vergonhoso para o Brasil e o mundo.

A maioria dessas crianças ajuda os pais na produção de carvão. Caso típico é o de Antônio, nove anos, que afirmou:

> *Quando eu era criança, eu brincava. Agora que fiquei grande, ajudo meu pai.* Isso significa que estas crianças não têm mais infância, queimaram uma etapa e estão na trilha de seus pais, sem perspectiva, sem futuro, sem esperança, sem opções. Recebem instrução dos '*gatos*' para se esconder no mato quando chegar alguém e por isso, fica muito difícil fazer um levantamento acurado (Pe. Alfeo, *apud.* CPT, 1994).

Para termos uma idéia da exploração do trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, a CPT registrou o trabalho de nove menores em 30 de julho de 1992, em Rio Brilhante, sendo todos acampados e apenas dois identificados como Adilson Aparecido de Almeida e Edson Vieira dos Santos.

Vejamos alguns relatos do que ocorre nas carvoarias do estado do Mato Grosso do Sul:

> Nas carvoarias, as crianças já têm, desde cedo, os pulmões comprometidos, respirando o gás carbônico dos fornos. José Ferreira Nascimento, de 16 anos, apresenta sintomas de intoxicação. Ele cuida, ao lado de quatro colegas, de 34 fornos.
> Na carvoaria Tocantins, em Ribas do Rio Pardo, o bebê Alexandro Maciel da Silva, de seis meses, morreu queimado, quando sua mãe saiu em busca de mais lenha para o forno que já estava aceso.
> Na fazenda Santo Antonio, a Comissão de Fiscalização do Trabalho em Destilarias e Carvoarias encontra crianças trabalhando em jornada ininterrupta (CPT, 1994, p. 26).

Nas carvoarias, de Mato Grosso do Sul, existem aproximadamente mil baterias, com média de 25 fornos cada, localizadas nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Três Lagoas, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Bataguassu (Figura 14), com nove mil trabalhadores adultos, sendo 50% deste grupo constituído de

famílias, e aproximadamente 2.500 crianças. Na quase totalidade, são trazidas de Minas Gerais por '*gatos*', que utilizam falsas promessas de melhoria nas condições de vida e trabalho.

Localização dos estabelecimentos rurais com carvoarias[52]

01 – Barra Bonita 1 e 2
02 – Rio Verde
03 – Campo Triste
04 – Serrinha
05 – Monte Alegre
06 – Santa Maria do Brioso
07 – Bela Vista
08 – Marca Quatro
09 – Bom Retiro
10 – Boa Esperança
11 – Califórnia
12 – Pontal do Faia
13 – Sucuriú
14 – Japecanga
15 – Nova dos Morros
16 – Garimpo
17 – Pingo D'água
18 – São João do Café
19 – Nova da Mata
20 – Nova Brilhante
21 – Alterosa
22 – Boa Aguada
23 – Santa Maria
24 – Cassununga
25 – Itapeva
26 – Santa Lídia
27 – Santa Rosa
28 – São Jorge
29 – Bom Jardim
30 – Transparaná
31 – Santa Rita
32 – Agropeva/Bonita
33 – Barra Mansa
34 – Barro Vermelho
35 – Lamelas
36 – Boa Aguada 2
37 – Santa Edwirges
38 – Eucaflora/Vale do Rio Prata
39 – Fazenda Tratomag
40 – Gerbi
41 – Marmant
42 – Wood
43 – Recanto dos Pássaros

[52] Fonte: SILVA, 2002.

FIGURA 15: MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DAS CARVOARIAS EM MATO GROSSO DO SUL

Com a retirada das palavras "carvoarias e destilarias" de seu nome, a Comissão e a Subcomissão estenderam suas atividades de fiscalização e investigação às colheitas de algodão e de sementes de *braquiária*, onde houve denúncias de trabalho subumano e degradante, envolvendo homens, mulheres grávidas e crianças.

Iniciativas foram tomadas para dar alguma perspectiva à vida dessas crianças. Uma delas foi a criação, em 1995, do Fórum Pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, reunindo órgãos do governo e entidades da sociedade. Com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e UNICEF, o Fórum implantou um projeto piloto de fiscalização nas carvoarias do estado.

Apesar das denúncias, das pressões e da ação da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias, do estado, aproximadamente 1.200 crianças trabalham nas carvoarias, em condição de escravos.

Como resultado à fiscalização: *[...] em três fazendas constatou trabalhadores em condição de escravos, entre os quais crianças de até oito anos, vivem em barracas de lona, não têm água potável, começam a trabalhar às 6 horas e só terminam quando anoitece* (CPT, 1995, p. 16).

O Jornal Correio do Estado publica a seguinte nota:

> No Mato Grosso do Sul, entre os trabalhadores vindos do Paraná, estavam dois menores em condições péssimas de trabalho, dormindo em sacos de adubo e estrados de madeira, num barracão destinado a guardar equipamentos agrícolas, com o telhado aberto. A contratação de mão-de-obra para limpeza de lavouras de soja é comum na região, nesta época do ano (**Correio do Estado**, Campo Grande, 28, fev. 1996).

Ainda como faceta da violência em relação aos menores e adolescentes de Mato Grosso do Sul, a CPT traz o registro de tentativa de assassinatos de menores no estado, em 30/07/92: Adilson Ap. Almeida, 11 anos, Edson Vieira Santos e mais 6 crianças todos acampados em Rio Brilhante, por Policiais Militares.

O trabalho infantil está disseminado pelo mundo, com meninas trabalhando como serviçais domésticas e crianças de ambos os sexos expostas a condições de trabalho que as prejudicam física e psicologicamente, não podendo estudar, embora já tenham idade para freqüentar a escola primária.

O trabalho infantil nas carvoarias do Estado de Mato Grosso do Sul tem condições de saúde e segurança precárias, excesso de jornada, falta de vínculo empregatício, além da indefinição da figura do empregador.

Este tipo de trabalho tem sérios riscos de acidentes, pois o processo de fabricação do carvão passa por várias etapas, as crianças fazem trabalhos de construir fornos, cortar e arrumar madeira dentro dos fornos e fechar os fornos com tijolos, além de retirar o carvão e carregar as 'gaiolas' caminhões.

As crianças acabam sofrendo com a exposição a temperaturas elevadas, gases, poeira e uma jornada excessiva que as impedem de seguir os anos escolares com regularidade.

A mesma fonte[53] revela a presença do trabalho infantil em outros estados do Brasil, nas culturas de laranja, de sisal e na de cana-de-açúcar.

Os Estado da Bahia, Sergipe e Paraná utilizam a mão-de-obra infantil na cultura da laranja. Os menores são aliciados para o trabalho de capinagem, manipulação de agrotóxicos, colheita e deslocamento dos sacos de laranja.

Na maioria das vezes as condições de trabalho não são adequadas, transporte inadequado, jornada de trabalho excessiva, baixo salário e ausência de vínculo empregatício.

Os riscos deste trabalho vão desde a contaminação por agrotóxicos, lesões por esforço repetitivo, picadas de animais peçonhentos, riscos orgânicos por postura inadequada além da perda dos anos escolares e da infância.

Na cultura de sisal a Bahia ocupa 84% da mão-de-obra infantil entre crianças e adolescentes, que são obrigadas a carregar as folhas de sisal para a batedeira e depois desfibrá-las e seguir para o processo de secagem.

Os riscos por este tipo de trabalho são problemas respiratórios e auditivos, doenças do aparelho locomotor, ferimentos pelo uso do facão e pelas folhas pontiagudas do sisal, riscos de mutilação nas batedeiras etc.

Todos esses riscos são decorrentes das condições inadequadas de trabalho nas culturas de sisal como falta de equipamentos de segurança, ruído excessivo junto as máquinas de desfibramento, concomitante à uma longa jornada de trabalho sem vínculo empregatício.

---

[53] Fonte: **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 1997. *In*: CPT, 1997, p. 65.

A cultura da cana-de-açúcar é outro exemplo do trabalho infantil, quando se quantifica estes dados a CPT, (1997) denuncia que o estado de Pernambuco lidera com 45 mil menores, seguido de Sergipe e Alagoas com 15 mil menores, empatando com os estados da Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Rio de Janeiro com 6 mil menores.

Estes menores trabalham na plantação, adubação, capinagem, corte amarração, cabitagem e carregamento. As condições de trabalho como nas culturas anteriores (laranja, sisal) e do carvão também são precárias, a começar pelo transporte inadequado, seguido da falta de equipamento de proteção e que acarreta sérios riscos como picadas de animais peçonhentos e acidentes pelo uso de ferramentas cortantes.

Como vimos nesta parte do trabalho é regra geral a violência para resolver os conflitos entre os latifundiários e os excluídos.

São várias as dimensões da violência, desde a violência da expulsão de suas terras praticadas contra os povos indígenas; a violência do 'trabalho escravo' ou peonagem, e a violência do trabalho infantil, praticada no Brasil e nas Carvoarias e Fazendas de Mato Grosso do Sul.

FIGURA 16: FOTO TRABALHO INFANTIL EM CARVOARIAS./.RIBAS DO RIO PARDO-MS

Fonte: MOLINARI & SILVA, 1995.

TERCEIRA PARTE

CONFLITOS SOCIAIS AGRÁRIOS – A VIOLÊNCIA NA DISPUTA PELA POSSE E USO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL

Malditas sejam
Todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
Que nos privam de viver de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por poucas mãos
Para ampararem cerca e bois
E fazer da terra, escrava
E escravos os humanos!

Dom Pedro Casaldáliga

CAPÍTULO VIII – "A SEMENTE DA LUTA É LANÇADA"

8.1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA E EXPULSÃO DO CAMPO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1979 A 1984

A forma como se encontra organizada a propriedade das terras no Brasil, vem demonstrando que sua estrutura é decorrente da distribuição do solo brasileiro no início de nossa colonização. Naquele momento, favoreceram-se e formaram-se grandes latifúndios os quais, ainda permanecem em muitos dos estados brasileiros.

Por meio de informações obtidas em dados do IBGE, Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul, queremos estabelecer as relações existentes entre a concentração da propriedade da terra e os conflitos daí originados através da luta pela posse e uso da terra.

Em Mato Grosso do Sul, a terra, obtém uma importância fundamental a partir da década de 70, pois passou a ser usada como garantia dada aos bancos para obtenção de financiamentos agrícolas. É nesse período que se tem o alargamento das propriedades produtoras de grãos, com o desaparecimento da pequena propriedade que descnvolvia a agricultura voltada para o autoconsumo. A monocultura da soja, associada à criação de gado, formou a base econômica do estado. Nesse momento, intensificou-se o processo de modernização da agropecuária através de incentivos fiscais e de financiamentos.

SOUZA (1992) escreve sobre o desaparecimento do pequeno proprietário em Mato Grosso do Sul, durante esse período:

> [...] Tais incentivos tiveram como conseqüência a continuidade do modelo tradicional concentrador da propriedade da terra, uma vez que o sistema não investiu em políticas para os pequenos e médios proprietários. Em outros termos, podemos dizer que não houve, apesar da vigência do Estatuto da Terra, uma vontade política por parte dos militares no poder da Federação em modificar a estrutura concentracionista da terra em Mato Grosso do Sul, fato que iria gerar conflitos no campo [...] (1992, p. 128).

A partir daí, observa-se o crescimento do número dos excluídos e, com ele, a emergência de conflitos no campo sul-mato-grossense. Embora sejam uma tônica em todos os estados da nação, os conflitos ocorrem principalmente na região

Centro-Oeste, onde se localiza o estado de Mato Grosso do Sul, e são decorrentes da falta de atividades industriais que absorvam os lavradores, os quais, aos poucos, são 'expulsos' da terra, engrossam as fileiras de desempregados urbanos e, a partir daí, organizam-se e lutam pela posse e uso da terra.

Daí a importância de estudarmos a formação da estrutura fundiária do estado nesse período – 1979 a 1984 - para estabelecermos as relações com os conflitos agrários, desencadeados a partir da constatação da concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários.

Os dados da Tabela 04 comprovam esta estrutura fundiária altamente concentrada excludente quanto ao acesso à posse e ao uso dessa terra por parte da grande maioria dos lavradores deste Estado.

Tabela 04: Distribuição das terras em Mato Grosso do Sul 1975 – 1980

Grupos de Área Total Ha	1975				1980			
	Nº de Estabe-lecimentos	%	Área (ha) Ocupada	%	Nº de Estabe-lecimentos	%	Área (ha) Ocupada	%
Menos De 10	22.279	38,5	110.117	0,4	13.182	27,6	64.003	0,2
10 a menos de 100	20.823	36,0	637.474	2,2	16.796	35,1	578.624	1,8
100 a menos de 1.000	9.726	16,8	3.549.238	12,3	12.034	25,1	4.489.244	14,6
1.000ª menos de 10.000	4.480	7,8	12.926.939	45,1	5.316	11,1	14.826.247	48,3
10.000 e mais	537	0,9	11.466.817	40,0	506	1,1	10.785.619	35,1
TOTAL	57.853	100	28.692.584	100	47.943	100	30.743.739	100

Fonte: IBGE CENSO AGROPECUÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL, 1975/1980.

Esses dados sobre a estrutura da propriedade da terra em Mato Grosso do Sul referem-se a 1975 e 1980, elaborados pelo IBGE no seu Censo Agropecuário, e correspondem a um total de 28.692.584 e 30.743.739 milhões de hectares titulados, respectivamente:

A partir da análise desses dados da Tabela 04 comprova-se a ocorrência de mudanças na estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários

em Mato Grosso do Sul, no período de 1975 a 1980, por conta do aumento da concentração de terras. Houve *significante* redução no número e na área das pequenas unidades. Em 1975, os estabelecimentos com menos de 10 hectares, representando 38,5% do total, controlavam 0,4% da área em estabelecimentos; já em 1980, a proporção do número de estabelecimentos nesse grupo de área caiu para 27,6% e a da área para apenas 0,2%.

No grupo de área de 10 a menos de 100 ha, a proporção de número e da área sofre poucas alterações, respectivamente, de 36% e de 2,2%, em 1975, para 35,1% e 1,8%, em 1980.

Em contrapartida, registrou-se expansão relativa da proporção do número e da área de 100 a menos de 1.000 ha e de 1.000 a menos de 10.000 ha. No primeiro grupo, a proporção do número de estabelecimentos aumentou de 16,8%, em 1975, para 25,1%, em 1980; e a proporção da área, de 12,3%, em 1975, para 14,6%, em 1980. No grupo de 1.000 a menos de 10.000 ha a proporção do número subiu de 7,8%, em 1975, para 11,1%, em 1980; e, a proporção da área dos estabelecimentos no grupo passou de 45,1%, em 1975, para 48,3%, em 1980.

No extremo dos estabelecimentos, com 10.000 ha e mais, em 1975 0,9% do total de estabelecimentos controlavam 40,0% da área; mas em 1985, 1,1% dos estabelecimentos detinham 35,5% da área total.

No período de 1975 – 1980 houve uma concentração, tanto do número como da área de estabelecimentos, nos grupos de área total de 100 a menos de 1.000 ha e de 1.000 a menos de 10.000 ha. As proporções do número desses grupos aumentou devido à redução no grupo de estabelecimentos com menos de 10 ha, e as proporções da área total se ampliaram graças à redução relativa na área dos estabelecimentos com mais de 10.000 ha.

Em decorrência da redução das pequenas unidades, na década de 80 tivemos uma grande inversão nos números, ou seja, 67% da população morava nas cidades, num total de 919.123 habitantes, contra 33% que moravam na zona rural num total de 450.444, perfazendo uma população geral de 1.369.567, o que caracteriza um grande êxodo rural no estado, conforme demonstra o Quadro 08.

Em 1970, tínhamos em Mato Grosso do Sul, 55% da população morando na zona rural, num total de 546.087 mil habitantes, e 45% nas cidades, num total de 452.117 habitantes, perfazendo um total de 998.204 habitantes.

Quadro 08:

População Urbana/Rural de MS 1970 – 1980

População	1970	%	1980	%
Urbana	452.117	45%	919.123	67%
Rural	546.087	55%	450.444	33%
Total	**998.204**	**100**	**1.369.567**	**100**

Fonte: IBGE, 1980.

A análise desses dados nos indica que não existe uma política do governo voltada para a agricultura camponesa, o que provoca a expulsão desses agricultores para os centros urbanos, engrossando as fileiras dos desempregados e dos sem-terra, os quais aumentam a periferia das cidades e, marginalizados, contribuem para que se agravem ainda mais os problemas sociais.

FIGURA 17: FOTO PERIFERIAS DE CAMPO GRANDE–MS

Fonte: AVELINO JR., 2004.

8.2 - VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1979 A 1984

Concentração de terras, violência e impunidade são traços marcantes na história de Mato Grosso do Sul. CORRÊA (1995)[54] aponta a violência, não só do colonizador português no processo de ocupação do espaço mato-grossense, mas também nas relações com a natureza e na violência presente nos contatos com os indígenas. Esta legitimação da violência é discutida por MENDONÇA (1991)[55] quando nos aponta a legitimação da violência pelo:

> [...] estado, através de seus órgãos, foi o agente unificador de toda violência. Desigualdade, perseguições, arbitrariedades, fraude e repressão foram algumas das expressões destas violências [...] e a distribuição de terra revelou outras formas de violência [...] (MENDONÇA, 1991, p. 66).

Para a autora, esta violência tinha dois aspectos: o primeiro refere-se à negação do acesso a terra à maioria dos lavradores e o segundo reside nas relações de trabalho impostas pelos donos das terras.

Nesse processo intensifica-se a proletarização do trabalho rural, assistindo-se a um aumento do processo migratório, principalmente do campo para a cidade, aumentando o número de favelas nos grandes e médios centros urbanos.

Este fato está ligado à organização sócio-econômica da região Centro-Oeste, a qual, a partir dos anos 70, com a modernização capitalista, passa a ser estimulada através dos incentivos fiscais e de programas, como o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODREGAN) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)[56](Figura 17).

E, ainda, o PRODECER I e II – Programa de Desenvolvimento do Cerrado, criado em 1978 pela Campo (Companhia de Produção Agrícola), com um investimento japonês de 350 milhões de dólares, previa a incorporação de cerca de 270

---

[54] Sobre o assunto, ver CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso.* Campo Grande: UFMS, 1995.

[55] Ver também MENDONÇA, Nadir D.A. *(Des) Construção das (Des) Ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945.* São Paulo: FFLCH/USP, 1991.

[56] Ver notas de rodapé nºs 7, 8, 9 e 10. p. 49 – 50.

mil hectares de cerrados em cinco estados, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A região Centro-Oeste sofreu intensas transformações com a implantação destes projetos, advindo daí conseqüências nada favoráveis aos pequenos agricultores. No estado de Mato Grosso do Sul, provocaram grandes impactos com a modernização da pecuária através da formação de novos pastos para engorda, da criação de destilarias para produção de álcool e da formação de maciços florestais para a produção de eucalipto e *pinus*, os quais, mais tarde, nos anos 80, com o fim dos incentivos fiscais para essa atividade, acabaram se transformando em carvoarias[57] .

Com esses projetos, (Figura 18) uma nova organização espacial e econômica se apresenta para o estado de Mato Grosso do Sul, para a qual são necessários fortes contingentes de mão-de-obra, não qualificada, para formação de pastos, para o trabalho no corte da cana-de-açúcar, nas carvoarias, etc. E, para isso, não se poupou nem mesmo a mão-de-obra de mulheres, crianças e índios, o que acarretou denúncias de exploração de menores e 'trabalho escravo' ou peonagem, como nos relata a CPT[58]:

> Onde o Trabalho Escravo é mais utilizado – Usinas de álcool e açúcar: Utilizam intensivamente mão-de-obra escrava de outros estados nas épocas do corte da cana, alojando-os em condições subumanas, obrigando-os a pagar pelos instrumentos de trabalho. Muitas vezes, os escravos são, inclusive, crianças, mulheres e índios. Já houve denúncias em São Paulo, mas elas vêm acontecendo mais em Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso (CPT, 1991, p. 50).

---

[57] As carvoarias estão localizadas numa vasta região chamada de *maciço florestal de eucalipto,* resultado de um projeto falido da época do regime militar, no período de 1967 a 1998, cujo objetivo era a implantação de uma fábrica de papel e celulose. O enorme investimento foi estimado em torno de 500 milhões de dólares, numa área de 500 mil hectares, compreendendo os municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas. In: BALDUINO, Dom Tomás (org.). *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo.* São Paulo: CPT/Loyola, 1999, p. 220.

[58] Ver Capítulos nºs V, VI e VII, na Segunda Parte. CONFLITOS TRABALHISTAS - A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL

FIGURA 18: MAPA DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO EM MATO GROSSO DO SUL

Para justificar a implantação destes projetos, o governo diagnosticou e propôs aumento da produtividade das pequenas propriedades, melhoria dos níveis de renda e aumento de emprego na área rural. No entanto, o que predominou, mais uma vez, foram as ações voltadas para grandes empresários e a intensa aplicação de crédito desembocaram num processo de concentração de renda, aumentado a desigualdade social na região, e os conflitos agrários pela posse e uso da terra no estado de Mato Grosso do Sul (CPT, 1990).

É nesse contexto que se estabelecem os conflitos, reavivando a violência e a impunidade, traços marcantes na história de Mato Grosso do Sul. Conforme dados do MST, no período de 1979 a 1984[59] ocorreram 12 assassinatos no estado, envolvendo o conflito pela posse e uso da terra. Entre os mortos, temos lavradores, posseiros, sendo cinco deles não identificados, entre eles mulheres e índios.

Nesse período está o assassinato que ocorreu em 10 de junho de 1981, o qual vitimou o advogado JOAQUIM DAS NEVES[60], de 40 anos, casado, pai de 4 filhos, sendo 3 menores, assessor do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Naviraí e colaborador da CPT/MS no município de Naviraí.

Segundo a versão do STR e da CPT, o local do crime foi na única praça da cidade, Praça Filinto Muller, em frente ao seu escritório, por volta das 7 h, tendo como autor-mandante o fazendeiro Adolfo Sanches Neto, cujo executor não foi identificado. O fato foi assim divulgado pelo Jornal Movimento:

> O assassino usou uma arma poderosa, uma Magnum 357, cujo impacto é de 700 kg, certamente adquirida, como é comum entre os fazendeiros da região, por contrabando no Paraguai. O pistoleiro, até agora não identificado, fugiu num carro de propriedade de um feroz inimigo do advogado, Ivo Bueno Carlin, que já havia ameaçado 'fazê-lo desaparecer', por causa de um processo que lhe movia Joaquim das Neves, denunciando registros irregulares de títulos de terra em seu Cartório. A placa do carro, segundo o Jornal Movimento, seria Brasília – DF AU 5899 (*In*: MST, 1986, p. 125).

---

[59] Os dados desse período foram obtidos em: MST. *Assassinatos no Campo – crime e impunidade 1964 – 1985.* São Paulo, 1986.

[60] [...] No caso da fazenda Jequitibá, os sem-terra ganharam a causa (prorrogação dos contratos de arrendamento) e puderam ficar na terra por mais um ano. Na continuação da luta, passaram a reivindicar a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. O latifundiário soltou milhares de cabeças de gado sobre as lavouras dos camponeses. O advogado dos sem-terra JOAQUIM DAS NEVES pediu a aplicação das normas do Estatuto da Terra. Em 1981, o advogado foi assassinado [...] Esse fato acirrou os conflitos e mais de mil sem-terra realizaram uma manifestação de protesto no centro de Naviraí [...] Os latifundiários mandaram matar o advogado e também ordenaram aos pistoleiros que ameaçassem as famílias que resistiam na fazenda Jequitibá. Muitas famílias deixaram seus lotes e as que restaram foram despejadas violentamente pelos jagunços. (FERNANDES, 2000, p. 70).

Outro exemplo da violência em Mato Grosso do Sul foi o assassinato do lavrador CLEMENTE FRANCISCO DE OLIVEIRA, casado, líder de um grupo de arrendatários, em 05 de agosto de 1983. Vejamos como o Jornal da CPT divulgou esse fato:

> Causas: Clemente vinha liderando a luta de 30 famílias de arrendatários ameaçados de expulsão pelo proprietário Eduardo Junqueira Neto. Dois meses antes do crime, o Sindicato local entrara na justiça com uma ação contra o fazendeiro, por ter ele fechado a porteira da fazenda".
> O crime teve por objetivo, de parte dos executores: amedrontar outras famílias, obrigando-as a desocuparem as terras que trabalham e que são devolutas. Depois do crime, continuaram as pressões que resultaram na expulsão das demais famílias.
> Providências Jurídicas: houve abertura de processo. O julgamento dos culpados ocorreu no fórum do município de Eldorado, em dezembro de 1984. Não se tem notícias do resultado do julgamento (Fontes: CPT/Jornal 'O Panorama' 15/12/83/ CDDH nº 3/83 – 26/08/83./CONTAG. *In*: MST, 1986, p. 153)

Ainda entre os assassinatos em Mato Grosso do Sul, é preciso registrar o nome de MARLI DE SOUZA, posseira, 37 anos, solteira, em 1979:

> Causas: Trata-se de um conhecido conflito entre posseiros e grileiros de Campo Grande. Desta vez foi em um barraco construído em um terreno da estrada do Mato Alto, em Campo Grande, próximo ao Centro de Recuperação de Mendigos. O acusado é o S. Manella, que há muito vem aterrorizando gente simples e vários casos de assassinatos sem que nada lhe aconteça. Vizinhos de Dona Tercília de Souza, mãe de Marli, afirmaram aos policiais da 35ª DP, que viram dois homens ateando fogo à gasolina derramada no barraco, aproveitando a saída de dona Tercília para ir apanhar água no poço. Os policiais nada quiseram confirmar, deixando para fazer a apuração das responsabilidades no decorrer da investigação. Marli foi internada no Hospital Rocha Faria, com 40% do corpo queimado. Faleceu em conseqüência dos ferimentos. Providências Jurídicas: Não se tem notícia (Fonte: Última Hora, 20/02/78, In: MST, 1986, p. 87).

A maioria desses assassinatos está impune até hoje, mesmo sabendo-se, em alguns casos, quem são os autores e os mandantes, em sua maioria latifundiários do estado de Mato Grosso do Sul.

Em 08 de março de 1983, MANOEL RICARDO JÚNIOR, lavrador, posseiro, 16 anos, e MANOEL RICARDO DA SILVA, lavrador, posseiro, 52 anos, da Fazenda Tarumã, município de Bodoquena, foram assassinados pelos índios *Kadiweus*. As causas dessa ação foram:

> O conflito entre os posseiros e índios vem de vários anos. A partir de 1981, os índios começaram a investir contra os colonos, praticando saques, queima de barracos, violências físicas e outras agressões. Esta situação levou o pavor a toda comunidade de colonos residentes na região que começaram a abandonar a área e a montar barracos nas proximidades do Distrito de Marraria. Fizeram denúncias: a Igreja, a Câmara dos Vereadores do município, e a FETAGRI. Não houve providências por parte da FUNAI e de autoridades. Providência Jurídica: o índio é tutelado. A FUNAI é responsável jurídica pelo crime. Mas não se tem notícias de processo aberto contra a FUNAI (Fontes: CPT, FUNAI e F.S.P. 23/07/83, *In*: MST, 1986, p. 153).

Em julho de 1983, foram assassinados em Bodoquena 2 posseiros não identificados, além de DELMIRO HENRIQUE NASCIMENTO, lavrador, posseiro, 17 anos. Temos, nesse ato, novamente os conflitos pela terra:

> Causas: A reserva indígena de Bodoquena está arrendada para 119 grandes fazendeiros, inclusive ex-governadores e ainda, para 300 posseiros.
> Os índios exigem a remoção imediata de todos os invasores da área. Cem (100) posseiros estiveram em Campo Grande a fim de pedir auxílio às autoridades devido ao clima tenso na região. Carlos Duarte da Silva, posseiro, perante alguns vereadores, acusou a FUNAI de estar incitando os índios contra os posseiros. Dessa forma, poderia liberar muitos hectares de terra e, posteriormente, arrendar para os grandes fazendeiros.
> Providências Jurídicas: Não se tem notícia de inquérito aberto contra a FUNAI, tutora oficial dos indígenas (Fontes: FUNAI e F.S.P. 23/07/83, *In*: MST, 1986, p. 153).

Dois fatos ficam bem claros nesse período: o primeiro é a *violência e a impunidade*; o segundo é o assassinato seletivo, ou seja, os assassinatos no campo são claramente políticos, cuja intenção é eliminar as lideranças e aqueles que estão engajados na luta pela posse e uso da terra.

No entanto, vemos que esses conflitos não se restringem unicamente a latifundiários e sem-terras no estado, mas se estendem também entre índios e trabalhadores excluídos de sua origem os quais buscam ocupar terras indígenas para conseguir nelas o provimento da sobrevivência de suas famílias. Este fato acaba por intensificar os conflitos entre índios e os latifundiários, além de diminuir cada vez mais o território ocupado pelos índios.

Essa questão vem demonstrando o total descaso do Estado em relação aos excluídos, uma vez que, na medida em que ele realiza uma efetiva divisão do latifúndio improdutivo, estará resolvendo não só o problema dos excluídos, mas também dos conflitos que emergem dessa exclusão.

Os assassinatos das lideranças dos trabalhadores e de pessoas que se identificam com suas lutas obedecem a dois objetivos: golpear a cabeça do movimento e fazê-lo retroceder pelo temor e afastar dos trabalhadores todos os setores sociais que os apóiam, para então levá-los ao isolamento na sociedade (CPT, 1988).

Ainda com relação aos conflitos, tivemos, no período abordado, os atingidos por barragens[61]. Em 1980, havia dois grandes projetos de usinas hidrelétricas, já na fase inicial de execução das obras, situadas no rio Paraná, no Porto Primavera e em Ilha Grande, ambos acima da hidrelétrica de Itaipu e vizinhos do estado de Mato Grosso Sul. Havia nesses locais populações de ilhéus e ribeirinhos sendo atingidas, mas totalmente desorganizadas e desinformadas quanto ao seu futuro. Mato Grosso do Sul foi visto então como a porta principal para solucionar essa questão.

É o momento em que se dá a criação de assentamentos emergenciais no estado, como os de Padroeira do Brasil, Tamarineiro I, e Sucuriú, todos com solo impróprio para as atividades agrícolas, vistos, hoje, como assentamentos problemas.

Eram centenas de famílias que forçosamente foram desalojadas, ao longo de mais ou menos tempo. Sabiam que seriam construídas duas barragens, mas desconheciam a área que seria inundada. Questões como: Quantas famílias seriam atingidas? Quando seriam obrigados a sair? Para onde iriam? Seriam indenizados? Quem? Quantas? Como? Quanto? Indenizados em dinheiro? Terra? Ficavam sem respostas.

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens o processo de construção de uma hidroelétrica causa danos não somente ao meio ambiente, mas também às comunidades que vivem perto dos rios. As famílias são forçadas a deixar suas casas e, conseqüentemente, perdem a sua cultura, seus costumes e sua história. Muitas vezes as companhias oferecem dinheiro para facilitar a retirada destas comunidades da beira do rio, utilizando uma chantagem barata para facilitar o processo de destruição.

Esta situação se agravou com a enchente de 1983, a maior já constatada na história do rio Paraná. É importante ressaltarmos que a enchente de 1983

---

[61] Sobre o assunto, ver REGINA, Jesus Eurico/KUDLSVIEZ, M./JESUS, S. A. De. *Lutas dos Trabalhadores Rurais em Mato Grosso do Sul (1978 – 1992) A Participação da Comissão Pastoral da Terra.* Campo Grande: CPT, 2000 (mimeo).

foi provocada não somente pela barragem do Porto Primavera, mas principalmente pelas barragens de Ilha Solteira e Jupiá.

No entanto, com os prejuízos causados à população ribeirinha, a enchente torna-se um fato novo na discussão dos atingidos, uma vez que o nível de águas alcançado pelo rio Paraná é muito próximo do que será obtido com o fechamento do lago da barragem de Porto Primavera.

Foi à oportunidade privilegiada para se convocar o maior número de entidades de apoio e órgãos responsáveis para encaminhar soluções. Nesta perspectiva, a CPT/MS convocou uma reunião que se realizou no dia 08 de abril de 1983, na Igreja Nossa Senhora das Graças de Andradina-SP. A ela compareceram mais de 600 pessoas, entre elas, políticos, representantes das Centrais Elétricas de São Paulo - CESP, de Comissões de Flagelados, e de diversos sindicatos e o representante da Casa Militar do estado de Mato Grosso do Sul.

A partir daí, configurou-se um novo encaminhamento na luta dos atingidos pelas barragens, naquele momento, flagelados. Em 15 de novembro de 1983, é fundada a ARABAP (Associação dos Ribeirinhos Atingidos por Barragens do Porto Primavera), visando dar um encaminhamento às famílias atingidas:

> Com o reassentamento de 100 famílias de ilhéus no Projeto Emergencial de Jupiá, 100 famílias de pescadores no Projeto Capatazias dos Pescadores, 70 famílias em Urucum, 70 famílias em Retirada da Laguna e 177 famílias no Sucuriú, um grande número de lideranças aí foram assentadas esfriando assim a luta (REGINA, et al, 2000, p. 69).

Um pouco antes desse período, em 1982, ocorre a ocupação das Fazendas Santa Helena e São Jorge, dando origem, mais tarde, ao Projeto de Assentamento Canaã, situado no município de Bodoquena. Esse projeto teve uma característica peculiar em relação aos outros porque foi um dos únicos Projetos de Assentamentos que se originou de uma ocupação, iniciada em 1981 e 1982, numa área total de 9.578 ha. Não foi uma ocupação planejada, uma vez que, durante um período de mais de ano, as famílias foram entrando e ocupando a área, pacificamente, sem dela serem despejados.

A demarcação dos lotes demorou mais de três anos, sendo eles demarcados somente em novembro de 1986, quando foi entregue aos trabalhadores o documento de "concessão de posse".

Os lotes nesse projeto variam 7 a 50 ha. A terra apresenta características pedregosas e montanhosas. Há lotes em que, de 4 ha, apenas ½ hectare é aproveitável para a agricultura. Os estudos nesse projeto mostram que 60% dos lotes possuem terras impróprias para as famílias sobreviverem. Em vista disso, muitas delas vivem da extração de madeira de lei, como o meio encontrado para proverem a sobrevivência.

Nele existem algumas formas de organização, como associação dos pequenos produtores rurais, grupo de mulheres, grupo de jovens e projetos de roças comunitárias, mas não há registro de nenhuma mobilização maior dos assentados no sentido de cobrar melhorias para o projeto. Anos depois da ocupação, a maioria das famílias continuavam morando em barracos cobertos com lona ou palhas de coqueiro.

Nesse projeto foram assentadas 235 famílias, em uma área de 4.360 ha. Apesar de ter sido fruto do conflito pela posse da terra, a CPT/MS teve pouca participação nessa ocupação (REGINA *et. al*, 2000, p. 110-111).

Definitivamente, é a partir de 1985 que os conflitos pela posse e uso da terra afloram, com a assinatura do Decreto 91.766 de 10 de outubro de 1985. O Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA – fixou a meta de desapropriar 43.040.000 ha, para assentar 1.398.600 mil famílias. Foram desapropriados 5.059.394 hectares e assentadas apenas 43.890 famílias.

No mesmo período, o estado de Mato Grosso do Sul dá início ao primeiro Programa Regional de Reforma Agrária (PRRA), juntamente com o INCRA e com o Departamento de Terras de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), os quais passam a ser os responsáveis pelos Projetos de Assentamento e Colonização no Estado[62].

Com o objetivo de chamar a atenção dos governantes e da sociedade civil para a realização da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul, foram realizados acampamentos. Esses trabalhadores acampados chegaram a permanecer vários anos em um mesmo local, outros mudaram de região, mas sempre objetivando a luta pela posse e uso da terra.

As maiores ocupações de terras no estado ocorreram no ano de 1984, quando são registrados acampamentos em Vila São Pedro/Dourados, em Três Lagoas e

---

[62] Em Mato Grosso do Sul a meta era desapropriar 1.480.000 hectares, para assentar 41.200 famílias. Foram desapropriados 121.729 hectares e apenas 2.511 famílias assentadas (Fonte: INCRA, Campo Grande, 17 out. 1989).

em Ivinhema (Figura 19). O acampamento de Ivinhema foi amplamente divulgado na imprensa local, na regional e na nacional, em razão da violência das autoridades, para com os sem-terra.

A Folha de São Paulo, no dia 05 de maio de 1984, publicou o artigo de Cássia Cortez, intitulado "Persiste impasse dos sem-terra", no qual divulgou a seguinte informação:

> Apesar de todo o reforço policial, as mil famílias que no último domingo ocuparam uma área ociosa da mata no município de Ivinhema, continuam acampadas, caracterizando o maior movimento de ocupação organizado pelos sem-terra. A ocupação continua mobilizando toda a Polícia Militar da região [...] De madrugada, cerca de 30 famílias iniciaram acampamento na entrada da cidade, mas foram repelidas pelo aparato policial [...] (Folha de São Paulo, São Paulo, 05 mai. 1984).

No dia 10 de maio de 1984, o mesmo jornal publicou outro artigo sobre a questão de terras no estado de Mato Grosso do Sul, "Pode haver despejo em Ivinhema":

> [...] as mil famílias que ocuparam no último dia 29 de abril uma área de terra em mata poderão ser despejadas. O oficial de justiça que esteve na área certificou ao juiz a existência das famílias, requerendo reforço policial para o cumprimento da medida, que seria a evacuação da área com mais de 50 barracas armadas na mata (Folha de São Paulo, São Paulo, 10 mai. 1984).

A Folha da Tarde veiculou, no dia 14 de maio de 1984, mais um artigo "Ivinhema: hoje a polícia entra em ação":

> [...] O juiz Tenir de Miranda concedeu liminar favorável à manutenção da posse por parte da empresa. Mas para os invasores a retirada significa a traição do governador Wilson Barbosa, que prometeu terras para os bóias-frias do Estado durante sua campanha eleitoral. O bispo da diocese de Dourados, D. Teodardo Leitz, declarou que *'a propriedade não é uma coisa absoluta de ninguém e que a questão não deve ser solucionada sob o aspecto frio da lei'* [...] (Jornal da Tarde, São Paulo, 14 mai. 1984).

A partir da organização dos trabalhadores, no ano de 1984, apareceram os primeiros assentamentos em Mato Grosso do Sul. É preciso acrescentarmos aqui que esses assentamentos, instalados no estado, como já afirmamos anteriormente, antes mesmo do programa de reforma agrária ser concretizado, só foram possíveis devido à ação do Estado, o qual tinha a obrigação de assentar os ribeirinhos

atingidos pelas águas de Itaipu. No entanto, assentaram as famílias em terras que não eram próprias às atividades que até então elas vinham desenvolvendo. O Estado não considerou suas histórias de vida, suas tradições e costumes e o resultado disso tem sido a venda de lotes e a busca por outros lugares.

A entrevista com o assentado Cícero evidencia o clima emergencial da época:

> As ocupações são precisas, só precisam ser mudadas as maneiras de ocupar. Esse processo de ocupação ainda pode causar muitas tragédias, pois está mal programado. Precisamos de uma Reforma Agrária justa e sem violência. (Cícero Martins Santana, Assentamento Tamarineiro I, Corumbá, 06 abr. 2000).

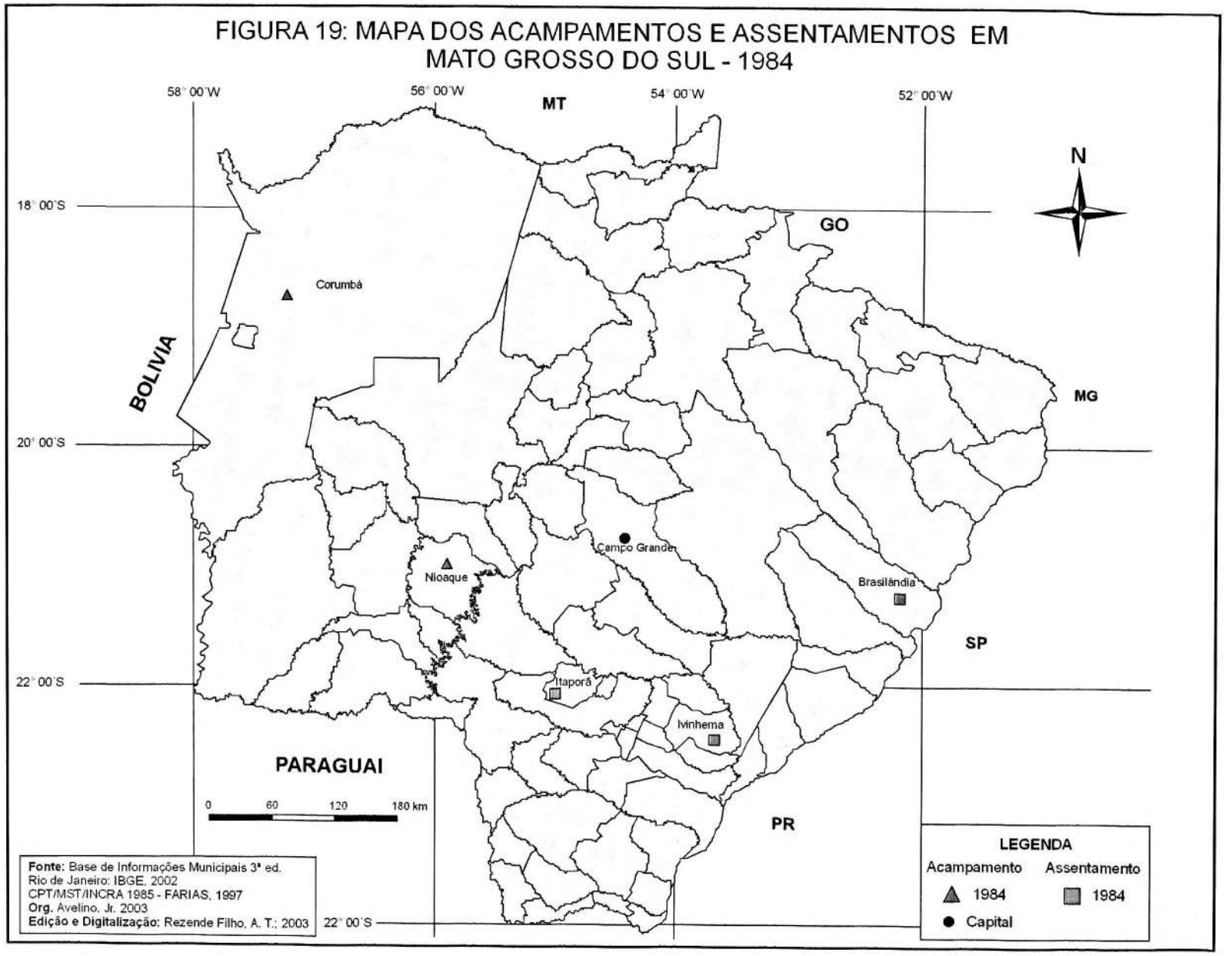
O assentado José Lima Costa mostra um outro fator que o levou a estar, hoje, no assentamento, o fato de ter sido excluído da grande propriedade:

> Nós não ocupamos essa terra, nós morávamos em Naviraí, em uma fazenda, tínhamos um contrato e antes de vencer este contrato o fazendeiro soltou o gado nas roças e começou uma questão que durou 4 anos e nesse tempo houve uma ocupação na Gleba Santa Idalina e nós participamos dessa ocupação e com 15 dias fomos despejados, entramos em negociação com o INCRA e nos ofereceu essa área. (Assentado José Lima Costa, Assentamento Tamarineiro I, Corumbá, 06 abr. 2004).

Apesar da violência e da intensidade dos conflitos pelo uso e posse da terra, no período de 1979 a 1984, não houve mudança na estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul no sentido de diminuir a concentração de terras.

O Estado procurou assentar famílias, as quais, foram instaladas em áreas onde a pequena propriedade se fazia pouco presente. Foram áreas que ainda hoje despertam calorosas discussões, uma vez que são impróprias para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Ao Estado interessava unicamente acalmar os ânimos das famílias excluídas. Com essa ação, o Estado acabou por criar mais um problema: o descontentamento com o novo lugar, o que é comprovado com a localização dos acampamentos e onde foram instalados os assentamentos em Mato Grosso do Sul, durante o ano de 1984. (Figura 19).

FIGURA 19: MAPA DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL - 1984



CAPÍTULO IX – "RAMIFICAÇÃO DA LUTA"

9.1 - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E PROBLEMAS SOCIAIS EM MATO GROSSO SUL, NO PERÍODO DE 1985 A 1989

O monopólio da terra, em Mato Grosso do Sul, está ligado ao processo de implantação e exploração da produção agropecuária e aconteceu sob o apoio das grandes propriedades rurais, beneficiadas com os projetos da política agrícola, com os incentivos fiscais e com o crédito rural, utilizando pouca mão-de-obra e quase nenhum recurso tecnológico.

A adoção de um processo de modernização para resolver este problema acabou criando outros, ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, em Mato Grosso do Sul, ocorreu, a partir dos meados da década de 80, uma expulsão de trabalhadores rurais do campo para a cidade, acarretando o fenômeno do inchaço das cidades, ao mesmo tempo em que se ampliavam os conflitos no campo pela posse e uso da terra.

As transformações que ocorreram na agropecuária foram patrocinadas pelas políticas governamentais voltadas para este setor produtivo, o qual encontrou no estado grande potencial para a expansão da atividade agropecuária. Nesse período, houve um aumento nas culturas da soja e da cana-de-açúcar para atender às necessidades comerciais de exportações, em detrimento de culturas de gêneros como arroz, feijão e milho.

Para o INCRA, o Centro Oeste é a região que mais concentra propriedades improdutivas (63%). Os Dados do Censo Agropecuário do IBGE confirmam que Mato Grosso do Sul contribui para este percentual. Daí, muitos dos problemas sociais que afetam o estado terem se originado da concentração da terra e da sua baixa utilização.

Os dados da Tabela 05 mostram que não houve grandes mudanças na estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários do estado, no período de 1980 – 1985, mantendo a mesma concentração de terras que vem apresentando desde 1975. Vejamos os números:

Houve uma manutenção nos números e na área das pequenas unidades. Em 1980, os estabelecimentos com menos de 10 hectares, representando 27,6% do total, controlavam 0,2% da área em estabelecimentos; em 1985, a proporção

do número de estabelecimentos nesse grupo de área se mantém em torno de 27, 3%, e a da área também ficou no patamar de 0,2%.

Tabela 05: Distribuição das Terras em Mato Grosso do Sul, 1980 – 1985

Grupos de Área Total Ha	1980				1985			
	Nº de Estabele-cimentos	%	Área (ha) Ocupada	%	Nº de Estabele-cimentos	%	Área (ha) Ocupada	%
Menos De 10	13.182	27,6	64.003	0,2	14.916	27,3	64.490	0,2
10 a menos de 100	16.796	35,1	578.624	1,8	18.750	34,3	670.575	2,2
100 a menos de 1.000	12.034	25,1	4.489.244	14,6	14.674	26,9	5.406.315	17,4
1.000 a menos de 10.000	5.316	11,1	14.826.247	48,3	5.758	10,6	15.444.610	49,6
10.000 e mais	516	1,1	10.785.619	35,1	457	0,9	9.522.824	30,6
TOTAL	47.943	100	30.743.739	100	54.555	100	31.108.814	100

Fonte: IBGE CENSO AGROPECUÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL, 1980 – 1985.

No grupo de área de 10 a menos de 100 ha, a proporção de número e da área sofre pequenas alterações: passa de 35,1% em 1980, para 34,3%, em 1985, e, de 1,8%, em 1980, para 2,2%, em 1985, respectivamente.

Em contraste, registrou-se uma expansão relativa da proporção do número e da área de 100 a menos de 1.000 ha. Assim, a proporção do número de estabelecimentos aumentou de 25,1%, em 1980, para 26,9%, em 1985; e a proporção da área, de 14,6%, em 1980, para 17,4%, em 1985.

No grupo de 1.000 a menos de 10.000 ha, a proporção do número cai de 11,1%, em 1980, para 10,6%, em 1985; e a proporção da área dos estabelecimentos no grupo passou de 48,3%, em 1980, para 49,6%, em 1985.

Já o extremo dos estabelecimentos, com 10.000 ha e mais, apresentou queda relativa. Em 1980, 1,1% do total de estabelecimentos controlavam 35,1% da área; mas, em 1985, nesse grupo 0,9% dos estabelecimentos detinham 30,6% da área total.

Essa queda não representou o crescimento da pequena propriedade, mas deu-se uma diminuição daquelas propriedades que poderíamos chamar de

supergrandes, em favor do crescimento das propriedades grandes. Em resumo, nada mudou, manteve-se o predomínio dos grandes latifúndios.

Os lavradores, excluídos do processo produtivo, não encontraram condições de sobrevivência nas cidades, nem tampouco condições de disputa de espaço para a moradia e existência no meio rural, o que acaba por formar os grandes acampamentos onde a miséria predomina, sem as mínimas condições de vida e de cidadania.

Com o fim do regime militar e início da Nova República, começou a emergir e agravar, em meados dos anos 80, a questão dos conflitos pela posse e uso da terra. Os trabalhadores, até então severamente excluídos e reprimidos, começaram a organizar-se para conseguir reverter esse quadro.

9.2 - VIOLÊNCIA E ACIRRAMENTO DA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1985 A 1989

Conforme já ressaltamos a violência no Brasil é uma expressão histórica, social e cultural, que vem sendo forjada e reproduzida, desde o período colonial até às recentes transformações econômicas e políticas.

Em Mato Grosso do Sul, a partir de 1985, com a chamada Nova República, houve a ampliação dos números de conflitos e assassinatos no campo, assim como em todo o território nacional, o que, de acordo com OLIVEIRA, decorreu dos seguintes fatores:

> Este acirramento dos conflitos armados no campo estava em conexão direta com o processo desencadeado pela elaboração e início da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Governo Federal. Outra razão importante foi o surgimento da UDR – União Democrática Ruralista - liderada pelo latifundiário Ronaldo Caiado, que passou a fazer a defesa intransigente dos latifundiários deste país. Denúncias de participação da UDR nos processos de expulsão e morte de trabalhadores no campo passaram a ser constantes. Sua ação ampliou-se por todo o país (OLIVEIRA, 1999, p. 41;43).

A reação dos latifundiários foi imediata com a criação da UDR[63] (União Democrática Ruralista), em 16 de maio de 1985, quando alguns fazendeiros de Goiás tiveram conhecimento das propostas do PNRA. Liderada pelo médico e também fazendeiro Ronaldo Caiado, com o objetivo de se opor à reforma agrária, rapidamente, a entidade se ramificou em 11 estados e lançou uma ofensiva contra a reforma agrária e as ocupações de terra. O crescimento desta entidade se deu em tempo recorde e em nível nacional. Em julho de 1986, a UDR tinha cerca de 5.000 associados organizados em cinco estados – os mais representativos da pecuária.

Até o final dos anos 80, a UDR reinou absoluta, conseguindo, em 11 de julho de 1987, levar até Brasília 40 mil grandes proprietários rurais para pressionar a Constituinte a votar contra as propostas da reforma agrária.

Com objetivos claros de influir na Constituição, a UDR contribuiu diretamente para a eleição de 60 a 80 parlamentares constituintes e fez aliança com a direita menos raivosa, os parlamentares do chamado Centrão, e a Constituição foi aprovada sem alterar o latifúndio.

Em 21 de fevereiro de 1989, a UDR lançou a candidatura de Ronaldo Caiado a Presidente da República, em Brasília. Em 15 de novembro, Caiado recebeu apenas 0,68% dos votos, ficando em décimo lugar na corrida presidencial. A UDR saiu desmoralizada, dividida e deixou de ser uma força política.

Em 1990, foi eleito um novo presidente da UDR, Nagib Abud Filho, e, a parir daí, a UDR divide espaço com outras organizações de latifundiários como o Movimento Nacional de Produtores (MNP) o qual, apesar dos métodos e da filosofia serem os mesmos da UDR, abandonou a sigla.

De 1994 a 1996, a UDR ficou desativada devido à desmobilização da classe que se sentiu mais segura após a vitória na Constituinte e o afastamento dos riscos sobre o direito de propriedade. No final de 1996, a entidade foi reativada, tendo como seu presidente o advogado e produtor rural de Mato Grosso do Sul Rooselvelt Roque dos Santos.

Atualmente, com esta sigla, ela existe apenas no Paraná e em São Paulo (no Pontal do Paranapanema). Porém, outras organizações com outros nomes,

---

[63] MARANHÃO, Malu & Vilmar SCHNEIDER. *A Ofensiva da Direita no Campo no Brasil.* Goiânia: CPT, 2000.

mas a mesma prática, estão espalhadas pelo Brasil. O atual presidente da entidade é o agropecuarista, Luiz Antonio Nabhan Garcia.

Em Mato Grosso do Sul a situação não foi diferente. A partir de meados da década de 80, o estado deu início ao primeiro Programa Regional de Reforma Agrária (PRRA), no qual foram criados projetos de assentamentos, tanto pelo INCRA, como pelo Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL).

A reação dos latifundiários foi imediata e contribuiu para a criação, no estado, da UDR, a qual tinha como seus representantes políticos José Fragelli e Wilson Barbosa Martins, ambos do PMDB.

Em setembro de 1986, a UDR/MS, fundada em 06 de julho do mesmo ano, estava organizada na cidade de Dourados, realizando cerca de 2.000 leilões de bois[64] para manter a estrutura, tendo como membros, na Diretoria Nacional e Estadual, Célio Vilela Andrade (Presidente UDR/MS) e Luiz Caetano Gotardo (Diretor UDR/Nacional) e, ainda, como membros destacados Jorge Teixeira, Cláudio Fragelli e Mauro Borges (IBASE/CPT, 1986).

A nova cara da UDR/MS é representada pelo Movimento Nacional de Produtores (MNP). Ele nasceu no Pontal do Paranapanema-SP, onde, com este nome, combate a reforma agrária e usa milícias privadas, especialmente contra o MST.

A Polícia Militar também teve uma participação efetiva na violência e nos conflitos pela posse e uso da terra, como se pode comprovar nos casos da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul; em Unaí, Minas Gerais; Mundo Novo e Ivinhema, Mato Grosso do Sul, e, sobretudo, nos estados da Bahia, de Goiás, do Pará, do Maranhão e do Rio de Janeiro.

De acordo com a CPT (1986), Mato Grosso do Sul aparece entre os estados com maiores ocorrências de conflitos de terra: 08 despejos judiciais, 150 casas derrubadas e queimadas, 01 casa, 01 igreja e 01 sindicato invadidos, 07 ameaças e

---

[64] A força das armas – *Hoje já podemos confessar que, realmente, compramos armas com o dinheiro arrecadado nos leilões de bois que fazemos. No primeiro, em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente (SP), adquirimos mais 2.430 armas e aí proliferaram os regionais da UDR. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na historia do nosso país.* (Declaração de Salvador Farina, presidente da UDR/Goiás em abril de 1987, publicada em O Germinal – Centro-Oeste, *In*: MARANHÃO & SCHNEIDER, 2000).

agressões, 02 invasões de área indígena, 02 processos e intimidações e 01 pagamento de renda (CPT, 1986).

Em termos de apoio e solidariedade aos trabalhadores de Mato Grosso do Sul, podemos citar entidades e organizações como a CPT, a FETAGRI, os STRs, a CNBB (Conferência Nacional do Bispos Brasileiros) e autoridades como Dom Teodardo Bispo, de Dourados, e o Deputado Sérgio Cruz, do PT-MS, que assumiram a causa dos camponeses.

Pode-se destacar, ainda, outro tipo de iniciativa para denunciar a violência no campo: os Tribunais da Terra, os quais foram instaurados em Brasília-DF, em Salvador-BA, em Uberlândia-MG e em Campo Grande-MS e tiveram apoio das igrejas.

Poucos casos de homicídio em conflitos agrários chegam aos tribunais. Um exemplo disso é que, de 1964 a 1989, houve 1.565 homicídios, dos quais apenas 17 foram julgados. O número de casos julgados aumentou levemente na última década, mas, geralmente, os que chegam a provocar uma atuação do Poder Judiciário são os que ganham maior divulgação por parte dos meios de comunicação, nacionais e internacionais.

São aqueles que contam com a pressão e o apoio de entidades corporativas, associações civis e organizações não-governamentais. Encaixam-se, nestas condições, os casos conhecidos como os de João Canuto e irmãos Canuto (Rio Maria – PA), de Chico Mendes (Xapuri – AC), de Zé de Lela e D. Bila (Conde – PB).

Para que esses casos tivessem repercussão, foi decisiva a presença do movimento organizado dos trabalhadores, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRIs), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Além dessas entidades, há outras organizações civis, centrais sindicais, entidades classistas e os representantes, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as quais contabilizam e divulgam os números de assassinatos (Pode Ser Diferente, *s/d*, p. 51):

O Quadro 09 refere-se aos assassinatos ocorridos no Brasil, no período de 1985 a 1989, num total de 561 mortes.

Quadro 09:
Assassinatos no campo - Brasil, 1985 – 1989

Ano	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Nº de Pessoas	139	122	133	102	65	561

Fonte CPT, 2001.

Para Serra[65], estes números assumem maiores proporções nos períodos em que o discurso político, no contexto da conjuntura nacional, torna-se frustrante sob o ponto de vista dos interesses dos trabalhadores sem terra. Em contrapartida, a violência e a intensidade diminuem quando o quadro político sofre alguma reversão favorável às expectativas dos camponeses.

Observa-se, por exemplo, que a intensificação da luta, na maior parte das categorias, ocorre nos anos de 1986, 1988 e 1989, que vão coincidir, respectivamente, com as fases imediatamente posteriores à frustração das expectativas dos trabalhadores quanto:

1) O resultado final das discussões em torno da proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a conseqüente definição do texto oficial do Plano;

2) O resultado final das discussões envolvendo a questão da Reforma Agrária na nova Constituição; e,

3) A eleição do Sr. Fernando Collor de Mello para a Presidência da República e a divulgação de seus planos e programas de Reforma Agrária, considerados muito tímidos pelos camponeses (SERRA, 1992).

Os dados da pesquisa revelam que, em Mato Grosso do Sul, no período de 1985 a 1989[66], conforme o Quadro 10, ocorreram 73 conflitos *contra a pessoa* e envolveram 118.348 pessoas, das quais 18 foram assassinadas, 03 sofreram ameaças de morte, 02 sofreram tentativa de assassinatos, 05 foram torturadas, 65

---

[65] SERRA, Elpidio. *A Geografia dos conflitos pela posse da terra no Paraná.* In: Anais do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Maringá, 1992.

[66] Os dados utilizados, a partir de 1985, são baseados em publicações dos relatórios anuais do Caderno *Conflitos no Campo – Brasil* (1985 a 2001), publicados pela CPT, que mantém um Banco de Dados sobre os conflitos que ocorrem no campo. Informa permanentemente a sociedade brasileira e no exterior sobre a situação no campo.

agredidas fisicamente, 05 foram presas, 04 sofreram lesões corporais e 753 foram impedidas de ir e vir.

Quadro 10: Violência no campo contra a pessoa – MS 1985 – 1989*

Formas de Violência	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Nº de Conflitos	02	16	20	26	09	73
Nº de Pessoas Envolvidas	-	34.971	41.332	27.195	14.850	118.348
Assassinatos	-	11	07	-	-	18
Tentativas de Assassinatos	-	-	-	02	-	02
Ameaça de Morte	-	03	-	-	-	03
Agressões físicas	-	-	55	10	-	65
Lesões corporais	-	04	-	-	-	04
Torturas	02	03	-	-	-	05
Prisões	-	05	-	-	-	05
Impedimentos de ir e vir	-	-	-	753	-	753

Fonte: CPT, 1985/1989

*Ao se ler a tabela da "Violência contra a pessoa", o número de pessoas envolvidas é obtido através da multiplicação por 5 das famílias envolvidas (considerando a regra de 5 pessoas por família) obtendo a soma do número de pessoas envolvidas. (CPT, 1996, p. 04).

Entre os trabalhadores assassinados, tivemos, em 1986, sete índios da Reserva *Kadiwéu*, localizada no município de Porto Murtinho, dos quais 06 corpos não foram identificados.

Destaca-se, também, a chacina que ocorreu na Fazenda Pena Verde, no município de Ribas do Rio Pardo, envolvendo 05 pessoas, das quais 04 eram menores, tendo como agressores o fazendeiro Clineu Canovas da Cruz e o capataz Zé Carlos. Os motivos das mortes não foram esclarecidos (CPT, 1986/87).

As ameaças de morte acima citadas ocorreram no município de Eldorado, envolvendo o Padre Hilário, um Agente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e o sem terra João Eleutério, e tiveram como autores Sebastião Marcondes e pessoas ligadas à SOMECO (Sociedade para o Melhoramento da Colonização).

Ainda neste período constam denúncias como a de FERNANDES PEREIRA MENDES:

> [...] posseiro em Corumbá teve sua roça invadida por quatrocentas vacas a mando do Diretor da Mineradora Corumbá. A mineradora pretende concessão de uso da área da CODESUL – Companhia de Desenvolvimento da Indústria de Mato Grosso do Sul -, que, por sua vez, alega ter a posse da terra desde 1982. Com isso, as 20 famílias de posseiros são perseguidas [...] (CPT, 1988, p. 37).

No caso da violência *contra a posse e a propriedade,* o Quadro 11 nos revela que em Mato Grosso do Sul, no período de 1985 a 1989, aconteceram 69 conflitos *contra a posse e propriedade*, envolvendo 103.498 famílias, num total de 853.636 hectares conflitivos. Dessas famílias, 150 foram vítimas de expulsão, 413 vítimas de despejo judicial, 08 sofreram tentativas de expulsão, 42 foram ameaçadas de expulsão, 220 tiveram suas casas destruídas e 43 famílias tiveram suas roças destruídas.

Quadro 11: Violência no campo contra a posse/propriedade em MS 1985 a 1989*

Formas de Violência	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Nº de Conflitos	02	16	20	22	09	69
Hectares Conflitos	-	417.298	75.307	346.181	14.850	853.636
Famílias Envolvidas	-	34.971	41.332	27.195	-	103.498
Expulsão	-	-	-	150	-	150
Despejo Judicial	-	8	135	270	-	413
Ameaça de Expulsão	-	-	42	-	-	42
Tentativa de Expulsão	-	-	-	08	-	08
Destruição de casas	-	150	70	-	-	220
Destruição de Roça	-	-	42	01	-	43

Fonte: CPT, 1985/1989.
* Ao se ler a tabela "Violência contra a posse e propriedade", é preciso ter em mente que se trata sempre de famílias envolvidas (CPT, 1996, p. 04).

As ocupações de terra vão se consolidando como forma de luta pela reforma agrária, de pressão junto ao governo e de repercussão na sociedade. O estreitamento das alternativas sociais, econômicas e políticas, com o avanço da modernização excludente, mais o êxodo rural e o esgotamento das opções nas cidades, impulsionam os sem-terra a tomarem, progressivamente, a iniciativa de acamparem e ocuparem terras no Estado.

Em Mato Grosso do Sul, o número de ocupações foi aumentando ano a ano, bem como o número de famílias envolvidas nesse processo: tivemos no período

de 1985 a 1989, um número de 07 ocupações, envolvendo mais 968 famílias. O quadro 12, abaixo, nos dá mostras dessas ocupações:

Quadro 12:
Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul
1985 - 1989

ANO	NUMERO	FAMÍLIAS
1985	02	*
1986	01	705
1987	*	*
1988	04	263
1989	*	*
TOTAL	07	968

Fonte: CPT, 1990.
* não constam dados

Dentre estas ocupações, destaque para o Assentamento Marcos Freire no município de Anastácio, onde 30 famílias, organizadas pelo Grupo de Base, ocuparam o Assentamento no dia 20 de agosto de 1988. Ainda no mesmo município, um grupo de 150 famílias, também organizadas pelo Grupo de Base, ocupou, no dia 23 de agosto de 1988, a Fazenda Monjolinho. Em Bodoquena, os sem-terra ocuparam, no dia 11 de junho de 1988, a Fazenda Campão; e, em Selvíria, 83 famílias de sem-terra ocuparam, no dia 18 de junho de 1988, a Fazenda da Unesp (Universidade Estadual Paulista).

As ocupações ocorridas no período de 1985 a 1989 deram origem a diversos acampamentos e assentamentos, que podem ser vistos nos Quadro 13 e 14, respectivamente. Estes acampamentos e assentamentos estão distribuídos por vários municípios de Mato Grosso do Sul, conforme a Figura 20.

Como podemos observar no Quadro 13 que representa o número de acampamentos ocorridos no período de 1985 a 1989, num total de 37 acampamentos em vários municípios do Mato Grosso do Sul, com destaque para o ano de 1986, onde 17 acampamentos ocorreram em vários municípios do estado.

Quadro 13:

Municípios em que ocorreram acampamentos no MS no período de 1985 a 1989

1985	1986	1987*	1988	1989
Mundo Novo Sete Quedas Navirai Rodovia M.Novo/Iguatemi Paranaíba Ivinhema	Brasilândia Bataiporã Taquarassu Amambaí Caarapó Anastácio - Jateí Eldorado Dourados Sete Quedas Glória de Dourados Três Lagoas Bataguassu Ribas do Rio Pardo Nova Esperança Nova Andradina Itaquiraí		Selvíria	Itaquiraí Ivinhema Bonito Anastácio Navirai Sete Quedas Bataiporã Jateí Eldorado Aquidauana Rodovia Ivinhema/N.Andradina Sidrolândia Tacuru
TOTAL: 06	**17**	**00**	**01**	**13**

Fonte: CPT/MS, FETAGRI, INCRA/MS, MST e FARIAS, 1997.
* Não aparecem registros de formação de acampamentos no ano de 1987.

O aumento de acampamentos e assentamentos no período representa o reflexo da política agrária nacional e estadual com a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Plano Regional de Reforma Agrária em 1985 e o aumento e conscientização dos movimentos sociais na luta pela terra e pela reforma agrária.

O Quadro 14 demonstra que no período de 1985 a 1989, ocorreram no estado 20 assentamentos em vários municípios do estado, no qual foram assentadas 4.516 famílias em 130.376,93,2 hectares.

Quadro 14:

Projetos de Assentamentos em MS no período de 1985 a 1989

Denominação do Projeto de Assentamento	Município De Localização	Nº Famílias	Área Total (ha)	Início do Assentamento Dia/mês/ano
Retirada da Laguna	Guia Lopes da Laguna	90	2.163,97,0	13/02/85
Sucuriú	Chapadão do Sul	239	15.978,33,7	01/04/85
Nioaque	Nioaque	371	10.587,45,3	25/06/85
Canaã*	Bodoquena	235	4.360,00,0	1985
Urucum	Corumbá	87	1.962,46,6	08/01/86
Guaicurus	Bonito	129	2.772,31,6	08/01/86
Novo Horizonte	Novo Horizonte do Sul	757	16.580,37,8	10/04/86
Nova Esperança	Jateí	113	2.757,01,2	28/08/86
Ita	Bela Vista	47	1.503,90,7	04/06/87
São José do Jatobá	Paranhos	136	2.530,92,7	23/06/87
Marcos Freire	Dois Irmãos/Anastácio	187	5.269,94,0	09/07/87
Campo Verde	Terenos	61	1.918,54,6	13/07/87
Mato Grande	Corumbá	50	1.264,35,4	13/07/87
Colônia Nova	Nioaque	88	1.314,14,8	03/12/87
Casa Verde	Nova Andradina	471	29.859,98,8	22/12/87
Pedreira	Ribas do Rio Pardo	10	87,92,1	28/06/88
Monjolinho	Anastácio	285	9.525,22,0	02/12/88
Capão Bonito	Sidrolândia	133	2.585,39,8	20/10/89
Indaiá	Itaquiraí	633	7.340,67,1	20/10/89
Taquaral	Corumbá	394	10.013,96,9	20/10/89
TOTAL	-	**4.516**	**130.376,92,3**	-

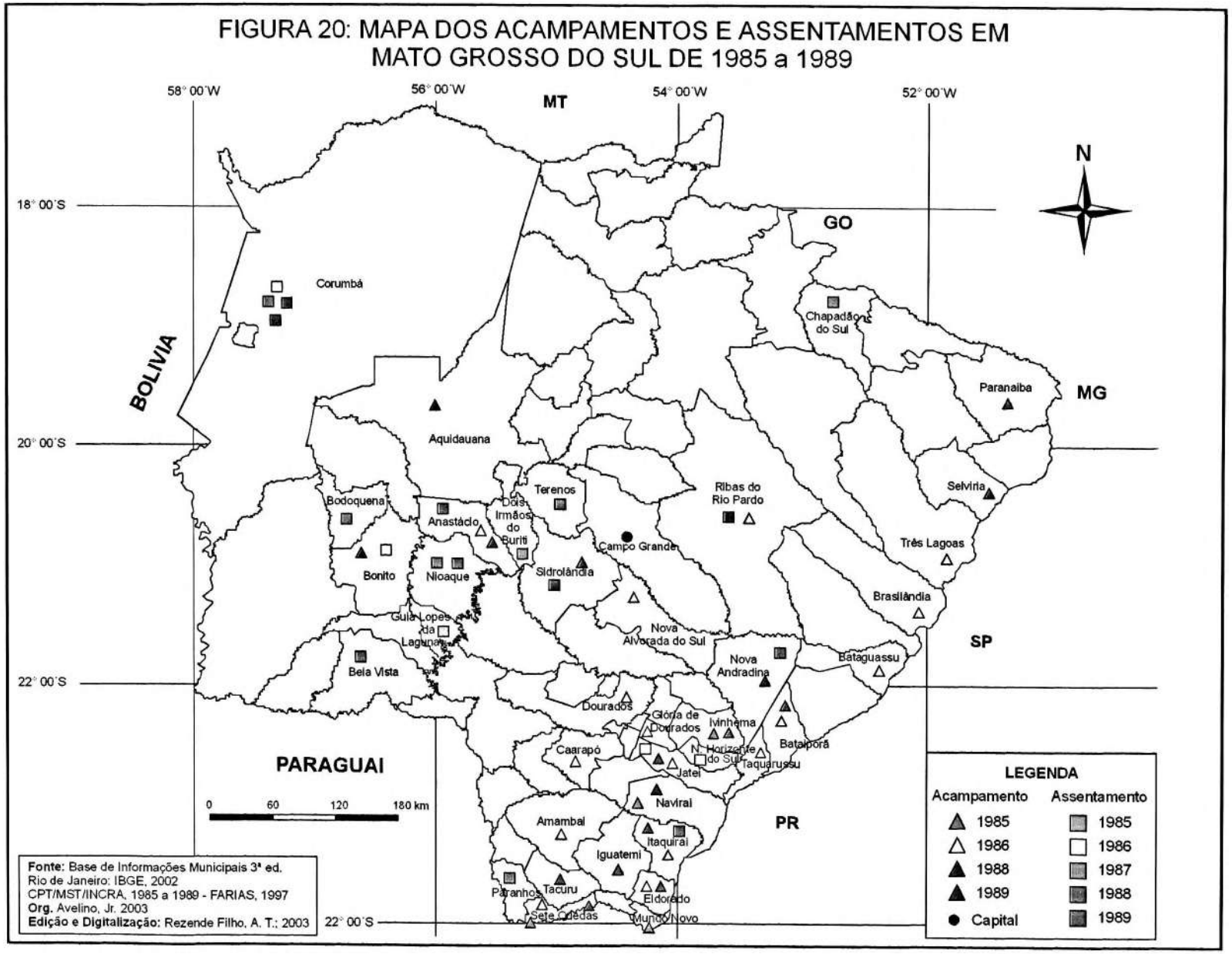
Fonte: INCRA/MS, 2000.

* Projeto de Assentamento do Governo do Estado de MS/TERRASUL

Na Figura 20 Mapa dos Acampamentos e Assentamentos em Mato Grosso do Sul no período de 1985 a 1989, os acampamentos ocorrem com uma maior freqüência na região Sul e Sudeste do estado, mas como estratégia do esvaziamento da luta os assentamentos são feitos na região centro-oeste do estado, deslocando milhares de famílias de suas origens e ligações culturais.

Já o Quadro 15 demonstra como é precária a infra-estrutura dos assentamentos onde as 4.500 famílias assentadas em Mato Grosso do Sul lutam com a terra ruim, a falta d'água, as más condições de vida, o descaso do governo para reconstruir suas vida na terra conquistada. Especialmente os Assentamentos Padroeira do Brasil e Santo Inácio.

FIGURA 20: MAPA DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL DE 1985 a 1989



Quadro 15: As condições de moradia e infra-estrutura dos assentamentos em Mato Grosso do Sul 1985 - 1989

Nome/ Município	Inicio	Área (ha)/ Condição/ Famílias	Procedência	Terra/Água	Benfeitorias 1-Escola 2-Poste de Saúde 3-Estradas Internas	Moradia	Organização
Novo Horizonte Ivinhena	26/12/85	-18.468 -definitivo -770	*brasiguaios*	-80% boa -20% fraca - muita água	1- 16 de 1ª a 4ª - 1 de 5ª a 8ª 2- bom 3- razoáveis	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
S. Jose do Jatobá Paranhos	23/06/87	-2.605 -definitivo -135	*brasiguaios*	-80% boa -20% fraca -agua poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Indaiá Itaquirai	Junho/87	-7.340 -provisório -700 – 130 devem sair	bóias frias	-80% boa -20% fraca -agua poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Nova Esperança Jatei	28/08/86	-2.820 -definitivo -111	expulsos da Ilha Grande e arredores	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Casa Verde Nova Andradina	22/12/87	-31.847 -definitivo -464	indicados pelo sindicato	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Urucum Corumbá	11/12/84	-1.978 -definitivo -83	regularização de posse	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs

Tamarineiro Corumbá	julho/84	-3.797 -definitivo -164	arrendatário e posseiros	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Mato Grande Corumbá	1987	-1.352 -definitivo -50	arrendatário e posseiros	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Taquaral Corumbá	1990	-10.059 -provisório -350	15 municípios	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Canaã Bodoquena	1983	-3.400 -definitivo -188	conflito em terra indígena – índios foram transf.	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Padroeira do Brasil Nioaque	1984	-2.200 -provisório -220	8 municípios	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Retirada da Laguna Guia Lopes	1984	-2.300 -definitivo -102	despejados pela Itaipu	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs

Conceição Nioaque	1985	-10.500 -definitivo -390	Posseiros Em área Indígena	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Guaicurus Bonito	1985	-2.800 -definitivo -148	Posseiros e Outros	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Colônia Nova Nioaque	1987	-1.500 -definitivo - ?	Posseiros	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Santo Inácio Dois Irmãos	1987	-5.450 -definitivo -210	13 municípios	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Barra do Ita Bela Vista	1998	-1.500 -definitivo -48	posseiros	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs
Monjolinho Anastácio	1988	-9.405 -definitivo -224	50 fam. S. Inácio 150 fam. P. Bra- sil e 50 de Anãs- tacio	-80% boa -20% fraca -água poço	1- muitas crianças não estudam 2- não 3- boas	Casas e Barracos de lona	- associação - Del.Sindical - 5 grup.mulheres - 16 CEBs

Fonte: CPT, 1990:57.

9.3. MANIFESTAÇÕES DE LUTA EM MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO DE 1985 A 1989

Diante da violência da realidade fundiária brasileira, as alternativas que vêm sendo utilizadas pelos movimentos sociais, entre outras, têm sido a ocupação de órgãos públicos, caminhadas, passeatas e atos públicos de protestos, saques[67] ou recuperação de alimentos e até trancamento de rodovias, motivados especialmente pela omissão do Estado e pela inoperância dos órgãos responsáveis.

Desta forma, fica evidente que a luta pela terra, é feita com criatividade, força de vontade e coragem dos trabalhadores rurais sem-terra. Em Mato Grosso do Sul, essas manifestações têm sido uma arma poderosa na luta pela reforma agrária. Como podemos constatar pelo Quadro 16, que traz as manifestações ocorridas no período de 1985 a 1989:

Quadro 16:

Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul de 1987 A 1989

ANO	TIPO DE MANIFESTAÇÃO	LOCAIS OCUPADOS
1987	Caminhadas, Passeatas e Atos Públicos:	- Ato público (5.000) em Campo Grande no Dia do Trabalhador Rural; - Participação na Caravana a Brasília, com 03 ônibus que se somaram aos que levaram mais de 10 mil trabalhadores a Brasília.
1989	Ocupações de Órgãos Públicos:	- Ocupação da Prefeitura de Itaquiraí; - Ocupação da Prefeitura de Ivinhema; - Ocupação da FETAGRI – mês de Agosto; - Ocupação da Prefeitura de Tacuru.
1989	Caminhadas, Passeatas e Atos Públicos:	- Ato público dos Trabalhadores Rurais de Itaquiraí, no mês de abril; - Ato público no Dia do Trabalhador Rural, em Itaquiraí, no mês de julho, com 3.000 pessoas; - Ato público em Ivinhema, no mês de novembro, com 3.000 pessoas; - Caminhada até a cidade de Ivinhema pelos acampados em Bataiporã (10 Km);

Fonte: DELLAZERI, 1994

Outras formas de manifestações também foram usadas, como vigílias, jejuns, acampamentos nas cidades, e muitas negociações com órgãos públicos.

---

[67] *O saque de alimentos possui, no primeiro plano, dois objetivos que são acabar com a fome dos acampados e aumentar as pressões ao Governo [...] Todos os saques são contra os caminhões que levam alimentos, em rodovias, próximas aos locais de acampamento* (DELLAZERI, 1994).

9.4 - UM CASO EXEMPLAR DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM UM ACAMPAMENTO[68] EM MATO GROSSO DO SUL

Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora

Ver o capim
Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Quim
Vamos embora...

Denominam-se 'acampados' as famílias que ainda não conquistaram a terra, mas que se mantêm organizadas. Vivem em barracos de lona plástica, quase sempre à beira de estradas, despejadas, na maioria das vezes, das terras que ocuparam anteriormente.

No acampamento, a organização básica se dá por meio dos Grupos de Famílias. Cada Grupo de Família escolhe seu Coordenador, que fará parte da Coordenação Geral do Acampamento. O acampamento em geral é formado por militantes dos movimentos envolvidos nas ocupações de terra.

Buscando desenvolver os aspectos de organização e elevar a consciência crítica, realizam-se constantes reuniões e reflexões sobre os mais diferentes temas de interesse dos acampados, os quais, além disso, vivem sempre em busca de soluções para seus problemas de alimentação, saúde e falta de terra. Realizam constantes negociações, passeatas, atos, caminhadas, ocupações e reocupações.

A lentidão na aplicação da Reforma Agrária, por parte do Governo Federal, leva os trabalhadores rurais sem terra a ocupar os latifúndios improdutivos para garantir a posse da terra para seu sustento.

---

[68] Ver sobre o assunto: Cadernos *Conflitos no Campo – Brasil*, Goiânia: CPT, 1988
Ver também: REGINA, *et. al*, 2000, p. 121.

O descaso das autoridades com essas famílias é total. Sem perspectivas, jogadas nas margens das rodovias e sujeitas a fome e a doenças, essas famílias armam seus barracos e desencadeiam o processo de preparo do solo para o plantio de algumas culturas.

Na maioria das vezes são surpreendidas por um batalhão de polícia, com armas e bombas de gás lacrimogêneo, a qual usa da violência para expulsar as famílias do local.(DELLAZERI, 1994).

A revista da CPT "Conflitos no Campo - Brasil", publicada no ano de 1988, destacou a "Saga das 350 famílias" que foram acampadas provisoriamente, durante quatro anos, nos Assentamentos Marcos Freire e Padroeira do Brasil em Mato Grosso do Sul. Esses dois assentamentos foram criados pelo governo do Estado, Marcelo Miranda[69]. Com o intuito de neles reunir todas as famílias que se encontravam, naquele momento, acampadas nos diversos acampamentos do estado, foram então reunidas no Marcos Freire, o qual na época, chamava-se Santo Inácio, e no Padroeira do Brasil mais de 800 famílias, dentre elas parte excluída do sistema de assentamento no estado e parte de famílias que retornavam de uma experiência de vida e trabalho no Paraguai, os chamados *brasiguaios*[70]. Essas famílias permaneceram em torno de dois anos nesses locais até o governo efetuar a desapropriação das áreas, que hoje representam os assentamentos Taquaral, Casa Verde e São Manuel.

Com referência às 350 famílias que a CPT se ocupou em acompanhar, observamos que os chefes de famílias foram levados para o Taquaral (Corumbá), a fim de construírem os barracos e preparem as roças, para levarem, mais tarde, suas famílias. O translado dos assentados deu-se sem que fosse feito o Relatório de Impactos do Meio Ambiente (RIMA). Ocorre que as terras se localizam dentro do Pantanal sul mato-grossense, considerado pela Constituição e pelo Código Florestal como patrimônio

---

[69] Estrategicamente, o Governador reuniu os 11 acampamentos existentes na Região do Cone Sul e os levou para a Região do Pantanal, no município de Dois Irmãos do Buriti, fazendo um assentamento provisório na fazenda Santo Inácio, denominado assentamento Marcos Freire. Cada família recebeu apenas de 3 a 5 hectares, por isso o assentamento foi chamado, pelos próprios trabalhadores, de *Favelão Rural.* Essa transferência para o Pantanal deu continuidade à estratégia do Governo Estadual em impedir o retorno de mais *brasiguaios* para o Brasil e, conseqüentemente, a formação de novos acampamentos no Estado. (Fonte DELLAZERI, 1984, p. 24).

[70] Sobre os *Brasiguaios*, ver item 10.4 Violência e Instabilidade: "*Os Brasiguaios*" na Luta pela Terra no estado de Mato Grosso do Sul.

nacional, região a ser preservada, fato que levou a uma longa discussão judicial até que a área do assentamento fosse liberada para a implantação do projeto.

O governo daquele período, Marcelo Miranda, e sua Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF) sabiam desses entraves jurídicos e, mesmo assim, realizaram a mudança das famílias, interessados em resolver o problema que haviam criado com a superlotação do Santo Inácio e do Padroeira do Brasil. Da mesma forma, queriam elevar o estado de Mato Grosso do Sul à condição de estado "Modelo de Reforma Agrária" no Brasil. O resultado foi o seguinte:

> [...] depois de trabalharem 1 mês enfrentando a fome e o sol, os chefes de família foram obrigados a abandonar os lotes e voltar para os assentamentos de origem, por força de um mandado de despejo expedido pelo Juiz da 1ª. Vara Federal, Odilon de Oliveira.
> Mais 1 mês de espera para os acampados, e uma nova decisão judicial permite que seja feito o assentamento antes da confecção do RIMA. As famílias são levadas de volta a Taquaral. Dessa vez vão todos: homens, mulheres, crianças e os poucos pertences. Vão amontoados em vagões fretados pela Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF), que alega não ter mais recursos, pois gastou muito com a mudança frustrada dos 350 chefes de famílias (CPT, 1988, p. 08).

Após amargarem anos de espera, as famílias deparam-se com outro grave problema: a falta de água potável. As terras da Fazenda Taquaral são pouco propícias à agricultura, já que o lençol freático está à grande profundidade e o solo é formado por camadas de rocha calcária. A água disponível é salobra e causa diarréia e problemas estomacais.

Em dezembro de 1989, as famílias assentadas na Fazenda Taquaral fizeram um apelo à população através de carta aberta. Três meses depois de assentadas, o INCRA ainda não tinha realizado o RIMA, que estudaria a forma de exploração da terra e os impactos ao meio ambiente.

As famílias passaram fome, e a merenda escolar que recebiam, destinada especificamente para as crianças de 4 a 14 anos, era utilizada também pelos adultos, por falta de condições de se alimentarem corretamente.

A CPT em 1990 constatou que os trabalhadores estavam fazendo roças em outros assentamentos do município ou trabalhando como assalariados e diaristas,

enquanto as mulheres trabalhavam na cidade como domésticas, lavadeiras e babás, para poderem sobreviver.

Segundo a mesma fonte:

> [...] havia 376 pessoas do assentamento trabalhando fora como assalariados ou diaristas e mais de 40 famílias haviam desanimado e voltado para seus locais de origem [...] Não havia posto de saúde [...] As escolas todas eram construídas de pau-a-pique e cobertas de palha de bacuri ou lona preta. A deficiência de carteiras e material didático era quase total (REGINA, *et al*, 2000, p. 124).

Somente em setembro de 1991 foi realizado o sorteio das parcelas do Assentamento Taquaral. Após 6 (seis) anos vivendo em barracos de lonas pretas, sempre provisórias sem poderem fazer qualquer investimento uma vez que durante os 2 (dois) últimos anos até a data do sorteio podiam plantar de forma coletiva numa área de pouco mais de 1.000 ha.

Para isso contavam apenas com um trator, cedido pelo governo na forma de comodato e que podia ser utilizado exclusivamente em sistema comunitário.

Essas famílias vindas de diversas cidades do estado, como Eldorado, Caarapó, Brasilândia, Bataguassu, Três Lagoas, Sete Quedas, Dourados, Taquarussu e Jateí, e que não possuíam experiência de trabalho comunitário, tiveram que se adaptar para poderem produzir e não mais passar necessidades.

A saga das famílias do Assentamento Taquaral faz parte da estratégia dos latifundiários e políticos nacionais e do estado em vencer pelo cansaço, pelo desânimo dessas famílias que amargam anos nos acampamentos á beira das estradas do Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com a minha terra:
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Oh Manuel, Miguilim
Vamos embora

(Assentamento) **Chico Buarque**

CAPÍTULO X – "O CONFLITO AFLORADO"

10.1 - CONCENTRAÇÃO DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1990 A 1994

Nesse período, não foi realizado pelo IBGE o Censo Agropecuário referente ao ano de 1990, por este motivo trabalharemos com dados do Censo Agropecuário de 1985, comentados pela CPT, em seu relatório de 1990.

O Censo Agropecuário de 1985 revelou que o estado de Mato Grosso do Sul se caracterizava por altíssima concentração de terra. Vale ressaltarmos que cinco estabelecimentos ocupavam 620.842 ha, área quase igual a dos 33.666 estabelecimentos com menos de 100 ha, o que se confirma na Tabela 06:

Tabela 06: Estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul - 1985

Grupos de Área	Nº de Estabelecimentos	Área Ocupada
Até 10 ha	14.916	64.490
10 a 100 ha	18.750	670.575
100 a 1.000 ha	14.674	5.406.315
1.000 a 10.000 ha	5.758	15.444.610
10.000 a 100.000ha	452	8.901.982
Mais de 100.000 ha	5	620.842
TOTAL	**54.555**	**31.108.814**

Fonte: IBGE, 1985/CPT, 1990.

O Censo Agropecuário revela que, em 1985, 14.916 estabelecimentos ocupavam somente 64.490 hectares da área com menos de 10 hectares.

No grupo de 10 a menos de 100 hectares, 18.750 estabelecimentos ocupavam apenas 670.575 hectares.

Em contraste, no grupo de 100 a menos de 1.000 hectares 14.674 estabelecimentos ocupavam um total de 5.406.290 hectares.

Já no grupo de 1.000 a menos de 10.000 hectares, apenas 5.758 estabelecimentos ocupavam um total de 15.444.610 hectares.

No grupo de 10.000 hectares a menos de 100.000 hectares, somente 452 estabelecimentos ocupavam um total de 8.901.982 hectares.

A mesma fonte apontou 6.541 arrendatários, 2.689 parceiros e 8.819 ocupantes (posseiros). Somando esses dados, encontramos 18.000 famílias trabalhando em terra de outros ou sem documentos, cultivando 1.500.00 hectares.

Considerando que ninguém arrenda ou ocupa terra para deixá-la improdutiva, pelo menos metade dos produtos agrícolas do estado eram produzidos por agricultores com posse provisória.

Para DELLAZERI, a imposição de uma agricultura exportadora resultou em danosas conseqüências para o campo em Mato Grosso do Sul. A agricultura exportadora concentrou-se basicamente na monocultura, ocupando as terras antes dedicadas à policultura-tradicional, fornecedora de alimentos para o mercado interno. A monocultura de exportação contribui com elementos para ampliar ainda mais a posse da terra e, a cada sítio, a cada pequeno lote de terra coaptado pela soja ou pela pecuária, significou um decréscimo na produção de alimentos básicos para o povo.

Conforme os dados do IBGE, mais de 70% da produção de alimentos básicos é fruto dos pequenos produtores, e cerca de 80% dos empregos do campo são oferecidos nas pequenas propriedades, e não nas terras dos latifundiários. Tal situação vem refletindo diretamente no comportamento populacional (Quadro 17).

A mesma fonte informa ainda que, enquanto as atividades da agricultura ocupavam, em 1985, 3.771.911 hectares, a pecuária ocupava 26.537.411 hectares.

Esta disparidade se dá em virtude do sucesso da criação bovina que se faz acompanhar da concentração fundiária, da modernização técnica e da intensificação de métodos capitalistas no campo o que provoca o seu esvaziamento populacional e gera graves problemas sociais.

Quadro 17:

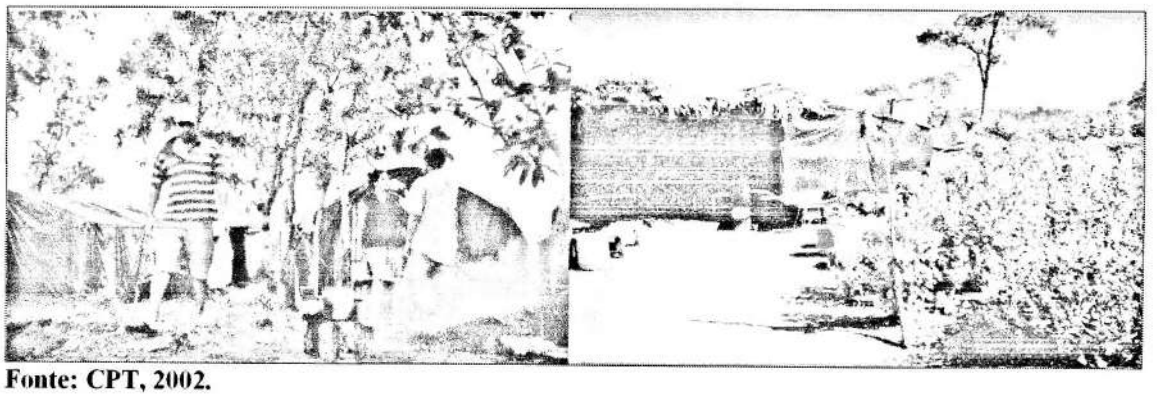
População Urbana/Rural de MS, 1970 - 1991

População	1970	%	1980	%	1991	%
Urbana	452.117	45%	919.123	67%	1.412.885	79%
Rural	546.087	55%	450.444	33%	365.609	21%
Total	**998.204**	**100**	**1.369.567**	**100**	**1.778.494**	**100**

Fonte:IBGE, 1992.

O quadro acima mostra que houve um acentuado êxodo rural no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, acarretando a favelização nas periferias das cidades de Mato Grosso do Sul, o que ocorreu ao mesmo tempo em que cresciam os conflitos pela posse de terras, multiplicando-se os acampamentos e as ocupações de terras.

FIGURA 21 FOTOS ACAMPAMENTOS / SANTA RITA DO PARDO-MS



Fonte: CPT, 2002.

10.2 - VIOLÊNCIA E TERRORISMO NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1990 A 1994

Ao mesmo tempo em que diminuíram os assassinatos, aumentou o número de famílias expulsas e despejadas da terra e de vítimas de terrorismo.

O aumento anual das ocupações de terra revela o nível de organização e resistência do povo do campo ao monopólio da terra e da vida. Na tentativa de fazer valer este direito à vida, a multidão de excluídos do campo vem, progressivamente, se organizando e ocupando áreas griladas ou improdutivas. Contudo, esse aumento das ocupações também ocasiona a violência no campo contra a pessoa, conforme podemos observar nos números do quadro abaixo.

Quadro 18: Violência no campo contra a pessoa - MS 1990 – 1994*

Formas de Violência	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**Total**
Nº de Conflitos	10	15	12	19	22	**78**
Nº de Pessoas Envolvidas	12.325	16.238	16.393	12.224	24.165	**81.345**
Assassinatos	-	02	02	-	-	**04**
Tentativas Assassinatos	-	-	06	-	01	**07**
Ameaça de Morte	-	01	37	01	-	**39**
Agredidas fisicamente	-	75	32	404	-	**511**
Lesões corporais	-	-	15	05	01	**21**
Torturadas	-	01	01	-	-	**02**
Presas	02	02	02	14	24	**44**
Vítimas de Seqüestro	-	11	18	-	-	**29**

Fonte: CPT, 1990/1994.

*Ao lermos a tabela da "Violência contra a pessoa" o número de pessoas envolvidas é obtido através da multiplicação por 5 das famílias envolvidas (considerando a regra de 5 pessoas por (família) com a soma do número de pessoas envolvidas (CPT, 1996, p. 04).

Os dados apresentados no Quadro 18 revelam que no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1990 a 1994, ocorreram 78 conflitos *contra a pessoa,* envolvendo 81.345 pessoas, das quais, 04 foram assassinadas, 07 sofreram tentativa de

assassinato, 39 pessoas foram ameaçadas de morte, 21 foram vitimas de lesões corporais, 02 torturadas, 511 agredidas fisicamente, 33 presas ilegalmente e 29 foram vítimas de seqüestros.

Verificamos que em 1990 o número de conflitos foi inferior em relação aos anos subseqüentes, dando origem a duas prisões. Já em 1991, o número de conflitos subiu para 15 e destacamos a alta presença de pessoas agredidas fisicamente, sendo 75 no total, além de 11 vítimas de seqüestro.

Fica evidente que, ao longo do período que vai de 1990 a 1994, diminuíram os assassinatos e aumentou o número de famílias expulsas e despejadas da terra, assim como o de vítimas de terrorismo, já no Brasil tivemos 278 assassinatos no período, como podemos constatar no quadro abaixo.

Quadro 19:
Assassinatos no campo no Brasil, 1990 - 1994

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	Total
Nº de Pessoas	79	54	46	52	47	278

Fonte: CPT, 2001.

O Quadro 19 demonstra que, embora haja uma diminuição no número de assassinatos no campo, o número total no período continua alto, com 278 assassinatos, contra 561 no período de 1985 a 1989.

Os assassinatos diminuem, mas continuam sendo seletivos. Em Mato Grosso do Sul, destacamos o caso do líder rural MANOEL GOMES (Manezão), 36 anos, atingido por pistoleiros em 12 de novembro de 1992, no município de Amambaí.

Foram também assassinados os trabalhadores rurais VANDERLEI MARIA BORGES, no dia 04 de agosto de 1991, em Rio Brilhante, por seis 'seguranças' da Fazenda Passa Tempo; o motorista JOSÉ ALVES VASCONCELOS, 39 anos, no dia 11 de junho de 1992, em Amambaí, por pistoleiros; e, o canavieiro CÍCERO CAETANO DA SILVA, no dia 14 de outubro, também em Rio Brilhante, pelo funcionário da Fazenda Evair Cardoso (CPT, 1991).

Em relação às tentativas de assassinatos (07), todas as vítimas eram sem-terra e as violências, em sua maior parte, foram cometidas por policiais civis e militares (CPT, 1992, p. 94).

Entre os ameaçados de morte (39) por pistoleiros e "gatos", estão o Bispo Dom Isidoro Kosinski, de Três Lagoas, Agentes da Pastoral da Terra, sem-terras, peões e outros.

Existe ainda a violência do dia-a-dia, a qual se exprime nos acidentes de trabalho. No ano de 1992, foram registrados sete casos de acidentes no transporte de bóias-frias, com 44 mortos. Isto ocorre porque eles são transportados em condições inferiores às do transporte de animais, cuja precariedade ocasiona freqüentemente, acidentes. Acidentes fatais também ocorrem no local de trabalho, onde trabalhadores são feridos com ferramentas (facão, enxada e outros) ou, ainda, contaminados por agrotóxicos.

A CPT, no ano de 1992, registrou a morte de sete pessoas por 'acidentes'[71] em Mato Grosso Sul, de acordo com que se pode comprovar no Quadro 20:

Quadro 20: Mortes por acidentes em Mato Grosso do Sul, 1991

DATA/ANO	NOME	MUNICÍPIO	PROF./CATEGORIA
03/01/1992	Edimarcos dos Santos Silva	Ribas do Rio Pardo / Água Clara	Peão da Fazenda
03/01/1992	José Talinto de Carvalho	Ribas do Rio Pardo / Água Clara	Peão da Fazenda
03/01/1992	Aristeu Ferreze	Ribas do Rio Pardo / Água Clara	Peão da Fazenda
04/02/1992	Clarice	Ribas do Rio Pardo / Água Clara	Peão da Fazenda
04/02/1992	José Rito Alves	Ribas do Rio Pardo / Água Clara	Peão da Fazenda
04/02/1992	2 filhos de Clarice e José	Ribas do Rio Pardo / Água Clara	Peão da Fazenda

Fonte: CPT, 1992, p. 89.

[71] Referem-se a mortes de bóias-frias por acidentes de transportes (CPT, 1992, p. 89)

O Quadro 21 revela que em Mato Grosso do Sul, no período de 1990-1994, aconteceram 67 conflitos *contra a posse e a propriedade,* envolvendo 42.099 famílias, num total de 729.284 hectares conflitivos. Dessas famílias, 4.895 foram vítimas de despejo judicial, 1643 foram vítimas de ameaça de despejo, 140 tiveram suas casas destruídas, 220 sofreram destruição de roças, 313 foram vítimas de roubo e 60 tiveram seus pertences destruídos.

Quadro 21:
Violência no campo contra a posse/propriedade MS 1990 – 1994*

Formas de Violência	1990	1991	1992	1993	1994	Total
Nº de Conflitos	10	15	10	14	18	**67**
Hectares Conflitivos	49.052	72.305	37.440	160.142	410.345	**729.284**
Famílias Envolvidas	12.335	16.238	8.158	2.485	2.883	**42.099**
Despejo Judicial	181	344	1.011	1.083	2.276	**4.895**
Ameaça de Despejo	-	-	180	263	1.200	**1.643**
Destruição de casas	-	105	-	-	35	**140**
Destruição de Roça	-	-	-	-	220	**220**
Destruição de Pertences	-	-	-	-	60	**60**
Vítimas de Roubo	-	313	-	-	-	**313**

Fonte: CPT, 1990/94.
* Ao lermos a tabela "Violência contra a posse e propriedade", é preciso termos em mente que se trata sempre de famílias envolvidas. (CPT, 1996, p. 04).

Podemos destacar que os despejos judiciais, seguidos da ameaça de despejo, foram os tipos de violência mais comum em Mato Grosso do Sul, entre 1990 e 1994, tendo em vista que esteve presente em todos esses anos, sempre numa proporção crescente, perfazendo um total de 4.895 no período. Além desses dados, é importante destacarmos que não houve, nesse período, nenhum registro de conflitos relativos à expulsão da terra.

Vejamos os números referentes às ocupações de terras entre os anos de 1990 e 1994, em Mato Grosso do Sul:

Quadro 22:
Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul 1990 – 1994

ANO	NUMERO	FAMÍLIAS
1990	03	291
1991	08	1570
1992	04	767
1993	08	1.393
1994	13	1.859
TOTAL	**36**	**5.880**

Fonte: CPT, 1990/1994.

Notamos que houve, no período de 1990 – 1994, um aumento no número de ocupações se comparados aos números que apresentamos no Quadro 12. Pelos dados observados, percebemos, que no período de 1985 – 1989, ocorreram sete ocupações realizadas por 962 famílias. Já no período de 1990 a 1994, (Quadro 22) foram 36 as ocupações, realizadas por 5.880 famílias. Um crescimento de mais de 430% de ocupações e de mais de 500% de famílias excluídas.

Esse fato mostra a crescente exclusão de trabalhadores da terra em Mato Grosso do Sul e a realização da Reforma Agrária no Brasil como uma reivindicação antiga da sociedade brasileira, em especial dos camponeses, os quais lutam por uma reforma social capaz de resolver os graves problemas que afligem a grande maioria da população. Porém, como o Estado é conivente e defende os interesses dos latifundiários[72], os camponeses respondem ocupando terras.

As ocupações ocorridas no período de 1990 a 1994 deram origem a acampamentos (Quadro 23) e (Figura 22); assentamentos (Quadro 24) e (Figura 22, 23 e 24) em diversos municípios, conforme os quadros, mapa e fotos a seguir.

Figura 20: Mapa dos Acampamentos e Assentamentos em Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 1994 reflete a política agrária nacional do primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e da política agrária regional do ex-governador Pedro Pedrossian (PTB).

---

[72] [...] O secretário de Justiça de Mato Grosso do Sul chegou a considerar o desarmamento dos jagunços 'impraticável', dizendo: "*A Policia não fez isso porque não tinha mandato judicial para tanto*" – E precisa de 'mandato'? Não é suficiente o "flagrante"? (CPT, 1992, p. 18).

Quadro 23:
Municípios em que ocorreram acampamentos no período de 1990 a 1994 em MS

1990	1991	1992	1993	1994
Anastácio Tacuru Rod. Tacuru/S. Quedas Bonito Aquidauana	Taquarassu Bataiporã Selvíria Bonito Três Lagoas Rod. Anastácio/Bonito Itaquiraí	Jardim Nioaque Amambaí Taquarassu Rio Brilhante	Corumbá Nioaque	Paranhos Taquarassu Ivinhema Bataguassu Itaquiraí N. Alvorada do Sul Rio Brilhante Nioaque
TOTAL: 05	**07**	**05**	**02**	**08**

Fonte: CPT/MS, FETAGRI, INCRA/MS, MST e FARIAS, 1997.

Em relação ao período anterior (1985 – 1989) os acampamentos diminuíram de 37 acampamentos para 27 acampamentos, mas continuaram como estratégia para sensibilizar a sociedade, forçar os assentamentos e provocar a reforma agrária.

Quadro 24: Projetos de Assentamentos no Estado de MS no período de 1990 a 1994

Denominação do Projeto de Assentamento	Município De Localização	Nº Famílias	Área Total (ha)	Início do Assentamento Dia/mês/ano
Sumatra	Bodoquena	149	4.719,81,1	11/07/91
Santa Rita do Pardo*	SRitadoPardo	47	1.482,14,4	1991
São Manoel	Anastácio	147	4.321,02,8	18/05/92
São Luiz	Bataiporã	114	1.599,61,2	22/07/94
Carlos Roberto Soares Melo*	Sonora	204	6.253,18,8	1994
TOTAL	**05**	**661**	**18.375,78,3**	-

Fonte: INCRA/MS, 2000.
* Projeto de Assentamento do Governo do Estado de MS/ TERRASUL

No período de 1990 a 1994 os assentamentos tiveram uma grande queda em relação ao período anterior (1985 – 1989), caíram de 20 para somente 05 assentamentos, atingindo apenas 661 famílias que foram assentadas em 18.375,78,3 hectares.

FIGURA 22: MAPA DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL DE 1990 a 1994

FOTO 23: FOTO ASSENTAMENTO TAQUARAL / CORUMBÁ – MS (REUNIÃO COM ASSENTADOS)

Fonte: GUIMARÃES, 1994.

FOTO 24: FOTO ASSENTAMENTO TAQUARAL – CORUMBÁ - MS (MORADIA)

Fonte: AVELINO, JR, 1994.

10.3 – MANIFESTAÇÕES DE LUTAS EM MATO GROSSO DO SUL DE 1990 A 1994

Na tentativa de fazer valer o direito de acesso a terra, através de uma ação concreta na busca de sobrevivência e autodeterminação, a multidão de excluídos do campo vem, progressivamente, se organizando em manifestações. O aumento anual das manifestações (Quadro 25) revela o nível de organização e resistência do povo do campo em relação ao monopólio da terra e da vida, evidenciando uma organização jamais vista, a qual tem feito o Estado tomar algumas medidas, mesmo que tímidas, em relação à divisão de terras.

Como forma de pressão utilizada nesse período, as manifestações realizadas pelos trabalhadores sem terra sempre conseguiram criar um fato político, que sensibilizava a sociedade pela causa da reforma agrária.[73]

Como nos períodos anteriores outras formas de manifestações foram usadas, como vigílias, jejuns[74], acampamentos nas cidades e estradas do Mato Grosso do Sul.[75]

FIGURA 25: FOTO MANIFESTAÇÕES / CUT - RODOVIA DE ACESSO A ITAQUIRAÍ MS

Fonte: ALMEIDA, 2001.

[73] Sem-terra e PMS em conflito [...] Soldados da Polícia Militar do interior e da Capital entraram em confronto com os trabalhadores sem-terra [...] acampados há meses na BR – 163, Km 152, próximo a Rio Brilhante [...]. O motivo foi o saque feito ao caminhão Mercedes Benz, da Frigobrás, placa CD – 1433 [...]. O caminhão transportava 14 mil latas de óleo de soja [...] (**Correio do Estado**, 18 ago. 1992)

[74] Sem-terra jejuam para sair da cadeia – Os 10 sem-terra presos em Dourados iniciaram ontem um jejum de quatro dias para pressionar a Justiça a conceder habeas corpus e relaxar suas prisões [...] (**Correio do Estado**, 18 ago. 1992).

[75] Juiz decreta prisão de 13 *brasiguaios* [...] No dia 16 de julho, os *brasiguaios* seqüestraram dois caminhões carregados com 41 bois e prometeram matar os animais caso o INCRA e TERRASUL não enviassem comida ao acampamento [...] INCRA e TERRASUL não enviaram a alimentação reivindicada e os acampados carnearam quatro dos 41 animais [...] (**Correio do Estado**, 07 ago. 1992).

Quadro 25:
Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul de 1990 a 1994

ANO	TIPO DE MANIFESTAÇÃO	LOCAIS OCUPADOS
1990	Saque ou Recuperação de alimentos:	- Setembro: Acampamento Tacuru; - Acampamento de Bataiporã.
1991	Saque ou Recuperação de alimentos	- Maio: Acampamento Tacuru; - Julho: Acampamento Tacuru; - Acampamento Bataiporã; - Acampamento Taquaralzinho; - Acampamento de Bonito.
1991	Ocupações de Órgãos Públicos:	- Ocupação da Prefeitura de Taquarussu; - Ocupação da LBA de Taquarussu; - Ocupação da Prefeitura de Bonito; - Ocupação do INCRA (350 pessoas); - Ocupação do INCRA (380 pessoas).
1991	Caminhadas, Passeatas e Atos Públicos:	- Caminhada de Dourados a Campo Grande, (220 Km) 350 pessoas, em março; - Caminhada do Posto 21 a Anastácio (21 Km), 170 pessoas, no mês de agosto; - Passeata do Centro de Campo Grande até a Governadoria, realizada pelos acampados de Mato Grosso do Sul, com a participação de 200 pessoas; - Ato público em Dourados, início da caminhada no mês de fevereiro; - Ato público em Campo Grande, com 3000 pessoas ao final da caminhada; - Ato público em Bonito, realizado pelos trabalhadores rurais sem terá da região; - Ato público em Campo Grande, realizado pelos acampados de MS; - Ato Público e Passeata em Aquidauana, pela liberdade aos trabalhadores que estavam presos; - Ato Público em Aquidauana, pelos acampados de Taquaralzinho.
1991	Trancamento de Rodovias:	- Setembro: Trancamento próximo ao assentamento Indaiá, em Itaquiraí (1.500 pessoas), acampamento Tacuru.
1992	Saque ou Recuperação de alimentos	- Julho: Acampamento de Rio Brilhante (duas vezes); - Acampamento de Amambaí
1992	Ocupações de Órgãos Públicos:	- Ocupação do TERRASUL (duas vezes); - Ocupação do INCRA (200 pessoas); - Ocupação da Assembléia Legislativa – Campo Grande.
1992	Caminhadas, Passeatas e Atos Públicos:	- Ato público em Amambaí, realizado pelos *Brasiguaios*; - Ato público em Rio Brilhante; - Ato público Contra o Plano Collor, em Campo Grande, no mês de agosto; - Participação no Ato Fora Collor, no mês de setembro; - Passeata em Dourados, pela liberdade da trabalhadora sem terra NINA.
1992	Trancamento de Rodovias:	- Trancamento das rodovias próximas ao acampamento de Tacuru, nos meses de junho e outubro (por cinco vezes); - No mês de outubro, trancamento da rodovia próxima a Rio Brilhante.
1993	Ocupações de Órgãos Públicos	- Ocupação do INCRA (400 pessoas)
1993	Caminhadas, Passeatas e Atos Públicos:	- Maio: caminhada contra a Fome e Pela Terra, de Rio Brilhante a Campo Grande (150 Km) participação de 450 pessoas; - Passeata em Jardim, pelos 100 anos de Canudos, 160 pessoas
1993	Saque ou Recuperação de alimentos	- Novembro: Acampamento Tacuru

Fonte: DELLAZERI, 1994.

10.4 - VIOLÊNCIA E INSTABILIDADE: 'OS *BRASIGUAIOS*'[76], NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL.

A revista da CPT, Conflitos no Campo Brasil (1992), destacou "A Saga dos '*Brasiguaios*'", grupos de brasileiros que iniciaram sua saída do Paraguai, de maneira organizada, a partir de 1983, e acamparam nas cidades fronteiriças brasileiras, tais como Mundo Novo, Eldorado, Sete Quedas, Naviraí, Amambaí, entre outras de Mato Grosso do Sul.

A agricultura brasileira passou por um processo de transformação nos últimos 50 anos, o que trouxe alterações profundas na estrutura produtiva do campo. Estas alterações foram provocadas pela expansão da cultura da soja no sul do Brasil, pelas crises sucessivas que a lavoura cafeeira veio sofrendo no norte do Paraná, pelas obras de Itaipu e pela própria expansão da fronteira, cujas conseqüências são apontadas por OLIVEIRA:

> No bojo destas alterações e como produto contraditório deste processo, trabalhadores rurais tornaram-se suas vítimas. Trabalhadores assalariados ficaram desempregados. Meeiros e rendeiros perderam a possibilidade do trabalho em terra alheia. Camponeses acabaram expropriados ou pressionados economicamente para venderem suas terras (1999, p. 71).

Aliado a esse processo, e também no bojo da expansão capitalista no campo, *empresários brasileiros passaram a se interessar pelos investimentos em território paraguaio.*

Ainda segundo Oliveira (1999) as transformações ocorridas na agricultura do sul do pais, mais os interesses capitalistas em terras paraguaias, passaram a comandar o

---

[76] O termo surgiu da combinação das palavras brasileiro e paraguaio (brasileiro + paraguaio = *brasiguaios*). Os "*brasiguaios*" são brasileiros que "sobraram" do processo de modernização da agricultura dos anos 70 e 80. Não encontrando terra em seu país, emigraram para o Paraguai. Chegaram a ser mais de 450 mil pessoas. Não se tornaram paraguaios. Sendo clandestinos, enfrentaram todo tipo de instabilidades e violências.
Ver sobre o assunto: CADERNOS DE MIGRAÇÃO Nº 04. *BRASIGUAIOS.* São Paulo: Centros de Estudos Migratórios, 1989.
Ver também: BATISTA, Luis Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade.* São Paulo, Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

processo migratório brasileiro para aquele país. Foram acima de 400 mil brasileiros na região da fronteira entre Brasil e Paraguai.

Para Dellazeri (1994), os *'brasiguaios'* expressam a crise de identidade nacional à qual foram submetidos agricultores brasileiros na fronteira com o Paraguai nas últimas décadas:

> Eles são resultado da estratégia geopolítica de penetração e ocupação de fronteiras, acionada durante os governos militares, com o intuito de alargar seus domínios, somando-se a isso, a introdução de um novo modelo agrícola, concentrador e excludente, com prioridade para a monocultura mecanizada, forçaram o êxodo desses agricultores [...] para as terras paraguaias na busca pela sobrevivência como agricultores. Esse êxodo se intensificou em meados da década de 70 após a assinatura do Tratado de Itaipu, que desalojou milhares de pequenos agricultores, com a construção da hidroelétrica (1999, p. 38).

Com a queda do ditador Stroessner, no Paraguai, voltaram muitos camponeses paraguaios exilados e isso fez com que ocorresse o crescimento das lutas populares pela terra. Aliado a isso, as autoridades paraguaias passaram a dificultar, com ajuda de jagunços, a vida dos brasileiros que lá viviam, forçando sua volta ao Brasil. Essa nova exclusão a que os brasileiros foram submetidos atendeu a campesinos paraguaios, mas atendeu especialmente aos interesses dos grileiros e dos grandes proprietários de terra, muitos deles brasileiros.

> [...] a partir do ano de 1983 que grupos de *brasiguaios* começaram a se decidir pela volta ao Brasil e iniciam uma luta de organização coletiva para o retorno. A essa época, do lado brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), de Mundo Novo (MS), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) deram início a um trabalho de contato com esses grupos de *brasiguaios*.
> No município de Mundo Novo e arredores havia um grande número de famílias sem terra e, através de orientação do MST e da CPT, criou-se um vínculo entre essas famílias sem terra e os *brasiguaios* que pretendiam retornar ao Brasil. Dessa forma teve início uma grande mobilização, cujo objetivo era o de ocupar terras ociosas, visando a obter, por parte do governo brasileiro, a sua desapropriação (CADERNOS DE MIGRAÇÃO, 1989, p. 27).

A reação das autoridades do estado de Mato Grosso do Sul foi amplamente divulgada na imprensa local:

> Secretário afirma: *Brasiguaios* entram, mas não levantam acampamentos no MS – O Estado colocara policiamento para impedir acampamentos [...] *Por determinação do governador Marcelo Miranda, usaremos de todos os meios, tanto as polícias Militar e Civil e se necessário for, até a Polícia Federal, para impedir a instalação de sequer mais uma barraca de acampamento de pessoas que queiram pressionar o Governo com este meio, para conseguir terras,* a declaração e do secretário de Assuntos Fundiários do Estado, Aparicio Rodrigues (**Jornal da Manhã**, Campo Grande, 05 ago. 1987)

Assim reagiu o secretário ao saber da

> [...] notícia de que as famílias de *brasiguaios* mal instaladas naquele país vizinho estão prontas para retornarem a este Estado, aliás, muitas delas já estão retornando aos municípios de fronteira de MS com o Paraguai, vem sendo divulgada pelos sindicatos rurais de municípios do interior e também da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Segundo Pedro Ramalho, presidente da FETAGRI, *essas famílias estão cansadas de serem extorquidas, mal tratadas, por isso, querem retornar ao Brasil e pressionarem o Governo para que promova não simplesmente a Reforma Agrária, mas sim uma Reforma Agrária já.* **((Jornal da Manhã**, Campo Grande, 05 ago. 1987).

A primeira estratégia de luta utilizada pelos '*brasiguaios*', unidos aos trabalhadores sem terra de Mundo Novo, foi a ocupação de uma área pertencente a SOMECO, localizada em Ivinhema, de onde foram despejados, brutalmente, pela polícia. As famílias despejadas receberam a ajuda da diocese de Dourados, onde acamparam durante quatro meses, aguardando providências do governo do Estado.

Os '*brasiguaios*' são reconhecidos como brasileiros e buscados para votar nos candidatos dos fazendeiros, mas são proibidos de retornar ao Brasil, por serem camponeses sem-terra, por exigirem terra para viver.

No retorno ao Brasil, enfrentaram uma nova discriminação, não sendo vistos como trabalhadores. Isso pode ser comparado através das notícias da época.

Em Amambaí, não há terra para '*brasiguaios*', declara o presidente da Câmara Municipal:

> A totalidade dos vereadores se posicionam contra a vinda dos "*brasiguaios*", exigindo que sejam levados de volta para o Paraguai. Pelo rádio, incentivam a população a se proteger dos "*brasiguaios*" com armas. Os vereadores afirmam taxativamente apoiar a ação armada dos fazendeiros da região (CPT, 1992).

'Brasiguaios' recebidos à bala em fazenda, A prefeitura municipal de Amambaí (PT), a 345 Km de Campo Grande, confirmou:

> Que um grupo de *brasiguaios* que tentou invadir uma fazenda na região foi recebido a tiros por empregados da propriedade rural [...] Ninguém saiu ferido e duas balas atingiram dois pneus do ônibus que trazia parte dos 300 *brasiguaios*. Os seis caminhões alugados pelos *brasiguaios* (de um comboio estimado em 26 veículos) para invadir a Fazenda Itapoti, em Amambaí, foram apreendidos novamente ontem pela Polícia Rodoviária Estadual em Amambaí junto com as carteiras de habilitação dos motoristas [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 27 mai. 1992).

Juiz decreta prisão de 13 *brasiguaios,* o juiz da 1ª Vara Cível e Criminal de Amambaí, Odenilson Roberto Castro Fassa:

> [...] decretou a prisão preventiva de 13 *brasiguaios* acusados de seqüestrar um caminhão de bois e invadir uma fazenda. Os procurados pela polícia são os líderes dos *brasiguaios* e devem responder processos por roubo, cárcere privado e tentativa de invasão de propriedade privada [...] quase todos os acusados estão foragidos e será muito difícil a polícia encontrá-los para cumprir a ordem judicial [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 07 ago. 1992).

Podemos considerar esta atitude de impedir que os *"brasiguaios"* retornem ao seu território de origem, forçando-os a regressar ao Paraguai, para preservar os privilégios dos grandes proprietários, uma forma de violência aos direitos de cidadania.

Contra este tipo de atitude houve reações em vários setores da sociedade organizada:

> [...] quando eles querem, a lei não se aplica", diz Villas Boas, do MST.
> [...] nós percebemos que este nome de '*brasiguaios*' significa, para muitas pessoas, um pessoal humilde, camponeses sem-terra, sem-país. Porque '*brasiguaios*' significa um pessoal sem-país: são brasileiros que vivem no Paraguai, país estrangeiro. Então, eles eram sem-pátria, brasileiros sem-pátria. Não eram nem brasileiros, nem paraguaios (José Farias Leal, Maria Aparecida Meneses – CEM (orgs.). História de Migrantes, São Paulo: Editora Loyola, 1992, p. 132).

As lutas permitiram ações concretas, como a mobilização que aconteceu no dia 26 de junho de 1992, no centro de Amambaí, gesto simbólico com a finalidade de promover *ACOLHIDA DOS 'BRASIGUAIOS' PELA SOCIEDADE,* apoiando suas

reivindicações e lutas, para ver respeitado e realizado o direito daquelas pessoas viverem com dignidade em sua pátria.

Parte dos *'brasiguaios'* foram transferidos para Guarantã do Norte, no estado de Mato Grosso. Para a grande maioria, restou como alternativa buscar nos acampamentos uma forma de luta pela posse e uso da terra em solo brasileiro.

A experiência de Ivinhema levou os *'brasiguaios'* a mudarem de estratégia: ao invés de ocupações, começaram a estruturar acampamentos nas cidades da fronteira, como forma de forçar a negociação (Cadernos de Migração, *BRASIGUAIOS*, 1989, p. 31).

Por intermédio da CPT e do MST, conseguiram formar lideranças que passaram a mobilizar os *'brasiguaios'* com vistas a realização de uma assembléia em Mundo Novo. Com a presença de 680 famílias, foi eleita uma comissão de negociação. O então ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, recebeu a comissão e declarou *que o problema dos 'brasiguaios' só seria resolvido se retornassem ao Brasil.* Esta foi à senha para que 992 famílias acampassem em Mundo Novo (*op. cit.*, p. 31).

Após seis meses acampados em Mundo Novo, os *'brasiguaios'* conseguiram do INCRA a desapropriação de uma área de 16 mil hectares (terras da Fazenda Santa Idalina, em Ivinhema) onde foram assentadas 760 famílias no assentamento Novo Horizonte.

O efeito do acampamento de Mundo Novo motivou novos acampamentos, entre eles, o de Sete Quedas e o de Naviraí. Parte das famílias acampadas em Sete Quedas foi assentada em São João do Jatobá, no município de Paranhos. As demais, juntamente com as de Naviraí, foram incorporadas a um grande assentamento provisório, inicialmente denominado Santo Inácio e, posteriormente, Marcos Freire, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti.

Poucos *'brasiguaios'* conseguiram realizar o sonho de assentarem-se em terras brasileiras no ano de 1992. Apenas os que aceitaram a transferência para o Projeto Rio Juma, fundado em Novo Aripuanã, Amazonas; o qual era um Projeto de Colonização absolutamente isolado e precário, em todos os sentidos.

CAPÍTULO XI – "A FRUTIFICAÇÃO DA LUTA"

11.1 - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E CONTINUÍSMO POLÍTICO EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1995 A 2001

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, a propriedade da terra permaneceu não apenas como patrimônio econômico, como meio de produção, mas também como fonte do poder político, mantendo largas áreas de terra como improdutivas.

A divisão territorial do estado de Mato Grosso (1979), que deu origem ao estado do Mato Grosso do Sul, não trouxe uma redistribuição das terras. Devido à influência política dos latifundiários ela ocorreu no sentido da manutenção de suas posses, estimulada, pelos incentivos fiscais, para a criação extensiva de gado bovino e a agricultura mecanizada, a qual necessita de grandes áreas para o plantio.

Neste sentido, FREIRE afirma que: *[...] ao manter a concentração fundiária do estado, o governo militar da República promove o continuísmo político, já que as chamadas lideranças políticas regionais estão ligadas ao poderio econômico, assentado na agropecuária (e na posse da terra) e em algumas atividades comerciais* (1997, p. 135).

Assim, no estado a posse da terra é utilizada como reserva de mercado, com o objetivo especulativo, ao mesmo tempo em que se tem uma agricultura capitalista competitiva, que passa produzir para exportação e o mercado interno.

A revista Veja, publicou um artigo intitulado *"A terra a peso de ouro"*, no qual apresenta um estudo feito pelo Ministério de Política Fundiária sobre setenta processos judiciais, que mostrou diferenças gritantes entre o preço exigido pelos fazendeiros quando suas terras são desapropriadas e seu valor de mercado. Entre estas fazendas, constam duas do estado de Mato Grosso do Sul: Fazendas Horizonte e Escondido. Valor de mercado: 24 milhões; indenização pedida: 927 milhões; a diferença daria para comprar 37 fazendas.[77]

Dados extraídos do Censo Agropecuário – MS (1995/96), apresentados na Tabela 07 – Distribuição das Terras nos Estabelecimentos Agropecuários de Mato Grosso do Sul – 1985/1995/96, apontam que no estado há uma grande concentração fundiária:

---

[77] Conferir em: REVISTA VEJA, São Paulo: Editora Abril, 10 nov. 1999. p. 34 (Anexo 10).

78,40% da área total estão nas categorias que comportam estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 ha e mais de 10.000 ha. Parte considerável dessa área está ocupada com pastagens, restando para lavouras o correspondente a 6,16%.

Tabela 07: Distribuição das terras em Mato Grosso do Sul 1985 – 1995/96

Grupos de Área Total hectares	1985				1995/96			
	Nº de Estabe-lecimentos	%	Área (ha) Ocupada	%	Nº de Estabe-lecimentos	%	Área (ha) Ocupada	%
Menos De 10	14.916	27,3	64.490	0,2	9.170	18,6	39.681	0,1
10 a menos de 100	18.750	34,3	670.575	2,2	17.753	36,1	637.163	2,1
100 a menos de 1.000	14.674	26,9	5.406.315	17,4	15.423	31,3	5.992.676	19,4
1.000ª menos de 10.000	5.758	10,6	15.444.610	49,6	6.493	13,2	16.677.386	53,9
10.000 e mais	457	0,9	9.522.824	30,6	409	0,8	7.595.866	24,5
TOTAL	**54.555**	**100**	**31.108.814**	**100**	**49.423**	**100**	**30.942.722**	**100**

Fonte: IBGE CENSO AGROPECUÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL, 1985/1995/96.

Os dados da tabela acima mostram que houve mudança na estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários do estado, contudo, sem diminuição da concentração do acesso a terra.

Houve significante redução no número e na área total das pequenas unidades com menos de 10 hectares. Em 1985, os estabelecimentos desse grupo representavam 27,3% do total e controlavam 0,2% da área. Já em 1995/96, a proporção do número de estabelecimentos nesse grupo de área caiu para 18,6%, e a da área, para apenas 0,1%:

No grupo de área de 10 a menos de 100 ha, a proporção de número e da área sofre pequenas mudanças. Os estabelecimentos passam de 34,3%, em 1985, para 36,1%, em 1995/96 e a área cai de 2,2%, em 1985, para 2,1%, em 1995/96.

Registrou-se uma expansão relativa da proporção do número e da área dos estabelecimentos nos grupos de área de 100 a menos de 1.000 ha e de 1.000 a menos de 10.000 ha. No primeiro grupo, a proporção do número de estabelecimentos aumentou de 26,9%, em 1985, para 31,3%, em 1995/96, e a proporção da área, de 17,4%, em 1985, passou para 19,4%, em 1995/96. Enquanto isso, no grupo de 1.000 a menos de 10.000 ha, a proporção do número subiu de 10,6%, em 1985, para 13,2%, em 1995/96, e a proporção da área dos estabelecimentos no grupo passou de 49,6%, em 1985, para 53,9%, em 1995/96.

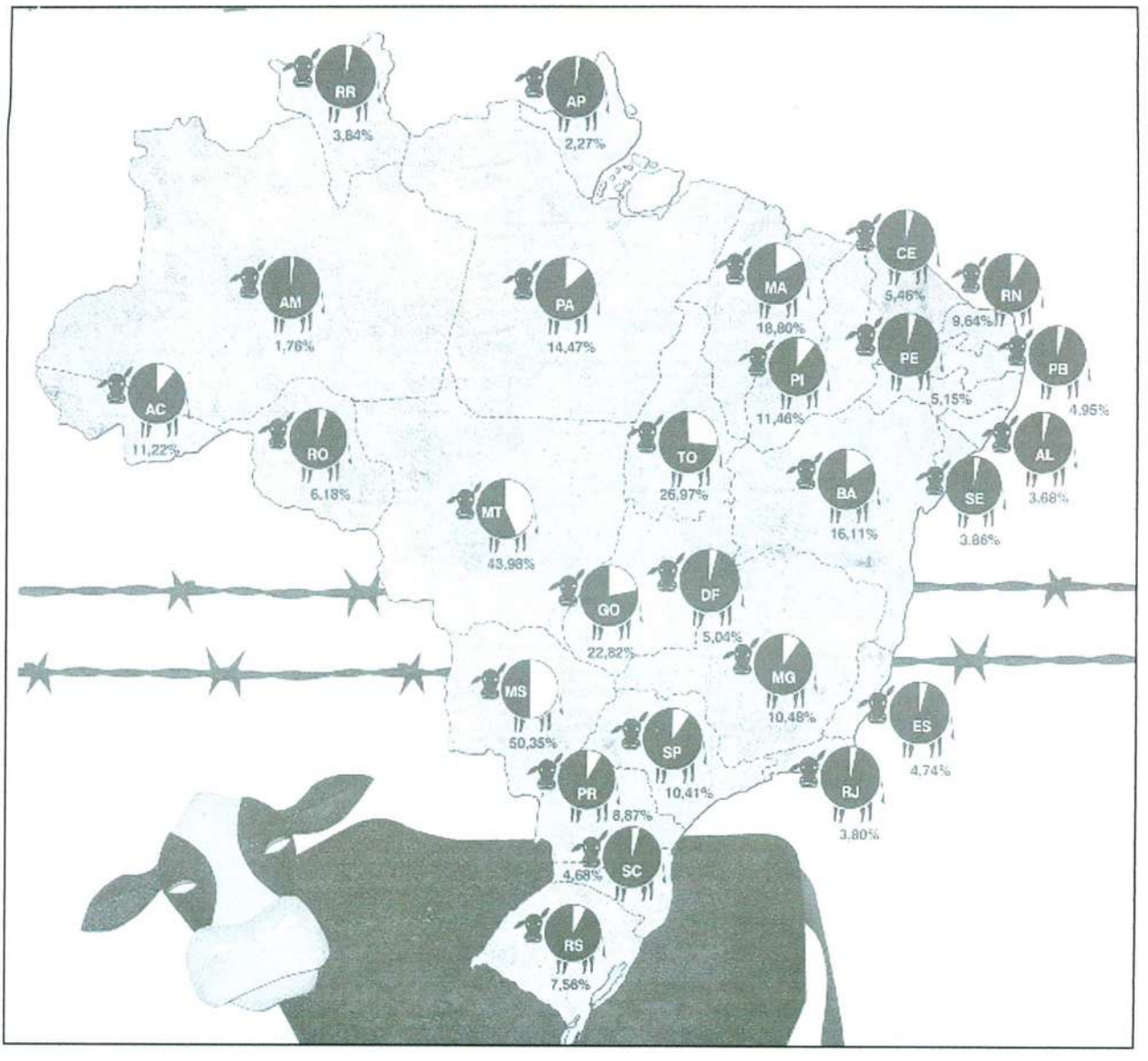
Por sua vez, o extremo dos estabelecimentos, com 10.000 ha e mais, apresentou queda relativa, pois, em 1985, 0,9% do total dos estabelecimentos controlavam 30,6% da área, mas, em 1995/96, 0,8% dos estabelecimentos detinham 24,5% da área total.

No período de 1985 a 1995/96, houve, portanto, uma concentração, tanto no número como na área de estabelecimentos, nos grupos de área total de 100 a menos de 1.000 ha e de 1.000 ha a menos de 10.000 ha. As proporções do número desses grupos aumentaram por conta de forte redução no grupo de estabelecimentos com menos de 10 ha e as proporções de área total se ampliaram, graças à forte redução na área dos estabelecimentos com mais de 10.000 ha.

Em recente reportagem, a Revista Caros Amigos[78] publicou *'o mapa dos grandes latifúndios'*, na qual apresenta a área total das propriedades com mais de 2000 hectares e as porcentagens correspondentes de cada Estado (Figura 26). O estado de Mato Grosso do Sul aparece em primeiro lugar em concentração latifundiária, assim distribuída: Área total do estado em ha: 35.815.870; Área total de propriedades com mais de 2000 ha: 18.033.634, o que corresponde a 50,35% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

[78] *O mapa dos grandes latifúndios:* área total do Território Nacional: 848.154.690 ha. Área total de latifúndios acima de 2000 ha: 132.615.122 ha – 15,6% do Brasil, equivalentes à soma dos territórios dos Estados do Pará, Espírito Santo e Alagoas. Esses latifúndios pertencem a tão somente 26.000 pessoas, 0,015% da população de 170 milhões. (**Revista Caros Amigos Especial** – *Reforma Agrária Vai ou não vai?*, São Paulo, set. 2003, p. 07).

FIGURA: 26. MAPA DOS LATIFÚNDIOS NO BRASIL



Fonte: REVISTA CAROS AMIGOS ESPECIAL, Nº 18, setembro 2003

Em nível nacional, no Quadro 26, fornecido pelo INCRA, temos a área total das propriedades com mais de 2000 hectares em cada Estado.

Quadro 26:
Área total das propriedades com mais de 2000 ha - Brasil

Estado	Área total do Estado (em ha)	Área total de propriedades com mais de 2000 ha
Acre	15.314.990	1.718.698
Alagoas	2.793.310	102.830
Amapá	14.345.370	325.274
Amazonas	157.782.020	2.779.215
Bahia	56.729.530	9.138.699
Ceará	14.634.830	799.368
Distrito Federal	582.210	29.365
Espírito Santo	4.618.410	218.737
Goiás	34.128.950	7.787.631
Maranhão	33.336.560	6.266.554
Mato Grosso	90.680.690	39.884.685
Mato Grosso do Sul	***35.815.870***	***18.033.654***
Minas Gerais	58.838.360	6.167.448
Pará	125.316.450	18.127.085
Paraíba	5.658.460	280.330
Paraná	19.970.910	1.770.663
Pernambuco	9.893.780	509.997
Piauí	25.237.850	2.891.109
Rio de Janeiro	4.390.970	166.928
Rio Grande do Norte	5.330.680	513.785
Rio Grande do Sul	28.206.200	2.133.106
Rondônia	23.851.280	1.474.872
Roraima	22.511.610	864.911
Santa Catarina	9.544.290	446.793
São Paulo	24.880.880	2.589.888
Sergipe	2.205.040	85.191
Tocantins	27.842.070	7.508.295

Fonte: INCRA, *In*: Caros Amigos - Setembro, 2003, p. 07.

Com grande concentração de terras nas mãos de poucos e um número crescente de trabalhadores rurais sendo expulsos da terra, o estado de Mato Grosso do Sul tem na questão agrária o seu principal ponto de tensão.

11.2 - A RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1995 A 2001

O processo contraditório do capitalismo no campo em Mato Grosso do Sul tem provocado a resistência e a luta por uma melhor condição de vida e, conseqüentemente, uma melhor repartição das terras no estado.

O objetivo dos sem-terra, expulsos para as periferias das cidades pela expansão do latifúndio e a instalação de lavouras exportadoras e mecanizadas, é o de voltar para o campo, fato que acaba por acirrar, no estado, os conflitos pela posse e uso da terra, uma vez que não há uma política que redistribua as terras devolutas.

Através dessa resistência, têm surgido vários movimentos sociais, os quais, na luta pela posse e uso da terra, têm encontrado pela frente os conflitos violentos, que vão desde assassinatos até destruição de roças, roubo de pertences e outros tipos de terrorismo praticados contra os lavradores de Mato Grosso do Sul.

Nos Conflitos pela posse e uso da terra, temos como um dos fatores a localização do estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, na Região Centro-Oeste, a qual aparece, nos relatórios da CPT *"Conflitos no Campo - Brasil 1999"*, como uma região com números significativos.

No quesito Violências Contra a Pessoa foram registrado, na Região Centro-Oeste, 177 conflitos, envolvendo 117.347 pessoas e, ainda 1 assassinato, 4 tentativas de assassinatos, 5 pessoas ameaçadas de morte, 2 torturadas, 32 agredidas fisicamente, 32 presas e 2 lesões corporais.

No que diz respeito à violência no campo contra a pessoa, os dados das tabelas abaixo, comparados com os dados dos últimos anos, nos dá a falsa idéia da diminuição da violência no campo. No entanto, os dados apresentados pela CPT mostram que estamos em uma *'guerra de baixa intensidade'* contra os lavradores. Diminuem os

assassinatos, mas aumenta a violência contra as pessoas: tentativas de assassinatos, espancamentos, torturas, prisões ilegais, etc.

Quadro 27: Violência no campo contra a pessoa –MS 1995 – 2001*

Formas de Violência	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Nº de Conflitos	20	38	39	72	102	84	37	**392**
Nº de Pessoas Envolvidas	21.123	22.613	34.749	70.030	64.775	47.506	12.135	**272.931**
Assassinatos	-	-	-	02	1**	02	04	**09**
Tentativas Assassinatos	-	-	02	-	-	05	07	**14**
Ameaças de Morte	-	01	-	01	-	04	00	**06**
Agressões físicas	-	02	-	05	-	04	01	**12**
Lesões corporais	02	02	02	08	01	03	00	**18**
Torturas	02	-	-	-	-	02	00	**04**
Prisões	02	02	02	14	24	36	10	**90**

Fonte: CPT, 1995/2001.

* Ao lermos a tabela da "Violência contra a pessoa", o número de pessoas envolvidas é obtido através da multiplicação por 5 das famílias envolvidas (considerando a regra de 5 pessoas por família) com a soma do número de pessoas envolvidas. (CPT, 1996, p. 04).

** Esta morte refere-se à Prefeita de Mundo Novo.

O Quadro 27 revela que em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2001, ocorreram 392 conflitos, envolvendo 272.931 pessoas, das quais 09 foram assassinadas, 14 sofreram tentativas de assassinatos, 06 foram ameaçadas de morte, 04 foram torturadas, 12 foram agredidas fisicamente, 90 pessoas foram presas e 18 sofreram lesões corporais.

No Brasil, o número de assassinatos também sofreu redução, conforme se comprova no Quadro 28.

Embora, como tenha acontecido no período anterior, a diminuição do número de assassinatos no campo (250), observamos um aumento no número de pessoas agredidas fisicamente, bem como daquelas que sofreram lesões corporais e no número de pessoas presas ilegalmente.

Quadro 28: Assassinatos no campo Brasil, 1995 - 2001[79]

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Nº Pessoas	41	54	30	47	27	21	30	250

Fonte: CPT, 2001.

Os assassinatos registrados nesse período em Mato Grosso do Sul foram os seguintes: PAULO PEREIRA DOS SANTOS, pescador, morto em 02 de março de 1998, pelo policial florestal Marcelo Martins Dias, entre os municípios de Porto Primavera e Três Lagoas; o outro assassinato foi o de ADIVE JOSÉ LOPES, liderança, morto em 09 de maio de 1998, em Bataiporã, pelo sem-terra Sebastião Machado Pinheiro.

Além desses assassinatos, destacamos um que abalou a população de Mundo Novo, o da Prefeita DORCELINA FOLADOR[80] (PT) – (Figura 27), assassinada pelas costas, na varanda de sua casa, no dia 30 de outubro de 1999, às 23h,. com seis tiros:

> Dorcelina Folador, casada, duas filhas, começou sua militância em 1985, nas comunidades da Igreja Católica. Foi fundadora do PT. Candidata duas vezes a vereadora e sempre bem votada, não se elegeu porque a legenda não alcançou votos necessários. Em 1989, ajudou a fazer a maior ocupação de sem terra do seu estado, no município de Itaquiraí. Em 1990, repetiu o feito, desta vez em Tacuru. A partir de então passou a integrar a Direção Estadual do MST, tornando-se repórter do *Jornal Sem Terra*. Deficiente física, organizou a Associação dos Deficientes Físicos. Em 1995, liderou um grande movimento que levou à cassação por corrupção do então prefeito de Mundo Novo. Em 1996, se candidatou a prefeita, sendo eleita com 46% dos votos. Quando do seu assassinato, sua administração tinha 83% do apoio popular (**Revista Sem Terra**, São Paulo, out/nov/dez, 1999, p. 09).

---

[79] Os Crimes do Latifúndio – [...] De 1985 a 2002, foram registrados 1.150 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas ligados à luta pela terra. A impunidade é praticamente a regra geral nesses casos. Desses 1.150 assassinatos, apenas 121 foram levados a julgamento. Entre os mandantes dos crimes, somente 14 foram julgados, sendo 7 condenados. Foram levados a julgamento 4 intermediários, sendo 2 condenados. Entre os 96 executores julgados, 58 foram condenados. (MENDONÇA, Maria Luisa. ***Caros Amigos***, set. 2003, p. 09).

[80] Ver sobre o assunto: **Jornal dos Trabalhadores Rurais *Sem-Terra***, São Paulo,ano XVIII, nº 195, nov. 1999, p. 10-11.
Ver também: ***Revista Sem Terra***, São Paulo,ano II, nº 09, out/nov/dez. 1999, p. 8-9.

FIGURA 27: FOTO DORCELINA FOLADOR

Fonte: TEMPLO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.

É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.

Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

(Morte e vida Severina)
João Cabral de Melo Neto

A morte da Prefeita Dorcelina Folador foi destaque na imprensa nacional, como podemos constatar pela reportagem feita por Isabel Braga e Gilse Guedes, no Jornal O Estado de São Paulo:

> ***Morte de prefeita em MS pode ser crime político*** – Dois delegados e seis agentes da Polícia Federal estão, desde a manhã de ontem, investigando a morte da prefeita de Mundo Novo (MS), Maria Dorcelina Forlador (PT), de 36 anos, que vinha fazendo denúncias contra grupos ligados ao narcotráfico, tráfico de crianças na fronteira da cidade com o Paraguai e era militante do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Estado (...)
> A morte de Dorcelina revoltou e mobilizou parte da população – a cidade tem cerca de 20 mil habitantes na área urbana-, o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, e líderes políticos. O presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, chegou a Novo Mundo no início da tarde (...) Ex sem-terra e portadora de deficiência física, Maria Dorcelina foi eleita em 1996 tendo como plataforma política a necessidade de uma ofensiva da Polícia Federal para acabar com a máfia do narcotráfico na região. Desde que foi eleita, ela vinha recebendo ameaças de morte e estava sempre sob proteção policial.
> Bandeiras do PT e do MST foram postas sobre o caixão da prefeita. O corpo de Maria Dorcelina foi velado no ginásio de esportes da cidade e o enterro está marcado para hoje ás 10 horas [...] (**O Estado de São Paulo,** São Paulo, 01 nov. 1999).

Em resposta à morte de Dorcelina, houve um fortalecimento da luta e da resistência dos movimentos populares de Mato Grosso do Sul. Foi criado o Comitê Dorcelina Vive[81]. *Dorcelina o povo não esqueceu a luta que você deixou pra prosseguir! Os seus companheiros e as suas companheiras lutam e vão resistir.*

Na página da internet do Movimento Urbano Rural (MUR), Edmilson e Vagno (CEBI-MS), divulgam os assassinatos de mais dois militantes do MST, Ronilso da Silva (30/08/2000) e Silvio Rodrigues (30/08/2000), ocorridos no estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com a reportagem, indícios de autoria apontam para Claudomiro Santucci de Oliveira, Laura Costa Brito, Cláudio Antonio Penhavel, Bem-Hur Aquino Martins, Mary Castro Felix, William Oliveira Antonio e Roberto Bezerra:

> Quem perde a vida desta vez? Mais dois trabalhadores, vítimas não só das balas, mas de toda a violência de uma sociedade concentradora de poder e de riquezas [...] Ronilso da Silva, de Rio Brilhante-MS. Há poucos meses militando no MST [...] e Silvio Rodrigues, natural de Rondônia. Sua mãe morreu no parto, o pai o

[81] Conferir em: Comitê Dorcelina Vive – Movimento por justiça e pelo fim da impunidade. (Anexo 11).

> abandonou. Enquanto criança, viveu na rua, até ser acolhido por um padre. Ao início da juventude, Silvio ingressa na luta pela terra, destacando-se como liderança, inicialmente em Rondônia, depois em Mato Grosso do Sul, colaborando não só na organização de ocupações, mas principalmente da organização da classe trabalhadora e de toda a discussão política nacional [...].

A reportagem ainda traz mais detalhes que apontam para uma emboscada bem feita e exigindo maior ação do Governo:

> [...] A família do Senador Ludio Coelho (PSDB) [...] Ajudou a criar a Coes-Segurança Ltda., uma empresa de segurança *legalizada*, com o objetivo de *garantir a paz no campo.* Foram membros desta *empresa pacífica* que assassinaram os companheiros. Suspeita-se de que a mandante do crime seja Laura Costa Brito, sobrinha do referido senador! Os seguranças estão presos, mas Laura, depois de prestar depoimento, foi solta por falta de provas. [...] preso Claudomiro já confessou a cumplicidade e participação no crime, relatando o papel de cada membro do grupo. Os corpos só foram encontrados na sexta feira [...] ainda amarrados e com as marcas do fuzilamento.
> Após autopsia na cidade de Dourados, os corpos retornaram a Rio Brilhante [...] o sepultamento marcou novamente a indignação da população presente [...] Caravanas de Campo Grande, Dourados, Sidrolândia, Nioaque, Itaquirai, Novo Horizonte do Sul, pessoas de diversas cidades estiveram na cidade para manifestar sua revolta [...] A Direção do MST no estado disse esperar uma posição imediata do Governo do estado no sentido de apressar as investigações e a conseqüente apuração e punição dos envolvidos. Cobrou uma ação mais enérgica da polícia e posicionamentos mais firmes do Governador. Egidio Brunetto, da Direção Estadual afirmou que *este fato não é um fato isolado. É antes de tudo um fato político e não basta punir os responsáveis por este episódio. É preciso combater o sistema, foi para isto que elegemos este Governo. Vamos continuar ocupando sim, e o Governo tem que nos dar segurança, pois nossa luta é contínua e justa [...]* (**Movimento Urbano Rural**, 15 set. 2000).

Nesse período, o MST ainda registra as mortes de JOSÉ RAFAEL DO NASCIMENTO, 33 anos, Presidente do STR de Terenos, por policiais, no dia 21/04/01; VALDECI PADILHA – Itaquari, em 15/06/2001; AIRTON VIEIRA - Novo Horizonte, em 09/06/2001; e, MARCELINO PEREIRA DA SILVA ocorrida em Japorã, no dia 23/08/2001.

Nas tentativas de assassinatos ocorridas em 11 de agosto de 1987, as vítimas foram os pequenos comerciantes CÍCERO AUGUSTO FARIA e MAURO FLORÊNCIO DA SILVA, ambos no município de Ivinhema.

Destaque para as ameaças de morte sofridas por PAULO CÉSAR FARIA, Diretor Sindical, em 02 de junho de 1998, no município de Juti e por GILBERTO PEREIRA MENDES, peão, em 09 de novembro de 1996, no município de Ribas do Rio Pardo/Água Clara.

No relatório violência contra a posse e propriedade, verificamos que foram registrados, na região Centro-Oeste no ano de 1999, 172 conflitos de terra, envolvendo 23.394 famílias, abrangendo um total de 950.466 hectares conflitivos além de 678 famílias vítimas de expulsão, 4.677 vítimas de despejo judicial, 300 vítimas de ameaças de expulsão, 481 vítimas de destruição de casa, 17 vítimas de destruição de roças e 200 vítimas de destruição de pertences.

Esses números dão à região Centro-Oeste o triste 2° lugar em Violência no Campo", no ano de 1999, perdendo apenas para o Nordeste que possuía 329 conflitos em relação à Violência Contra a Posse e a Propriedade e 391 conflitos de Violência Contra a Pessoa. No entanto, neste ano de 1999, os números da região Centro-Oeste ultrapassaram os sempre conflituosa região Norte (até então segundo lugar em casos de violência), que teve no mesmo período, 128 conflitos envolvendo Violência Contra a Posse e Propriedade e 151 conflitos de Violência Contra Pessoa.

Em relação à violência no campo contra a posse/propriedade o Quadro 29 revela que no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2001, ocorreram 357 conflitos, num total de 2.259.339 hectares conflitivos, envolvendo 51.730 famílias. Dessas famílias, 539 foram vítimas de expulsão, 8.454 sofreram despejo judicial, 10.646 foram ameaçadas de despejo, 2.176 sofreram ameaça de expulsão e 370 famílias tiveram suas casas destruídas.

Os números do quadro "Violência contra a Posse e Propriedade" comprovam o que se denomina *'guerra de baixa intensidade'*, uma vez que mostram claramente o aumento das chamadas operações terroristas de intimidação aos lavradores: destruição de casas, ameaça de expulsão, ameaça de despejo e outras.

Quadro 29: Violência no campo contra a posse/propriedade MS 1995 – 2001*

Formas de Violência	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
N°de Conflitos	11	31	36	71	101	71	36	**357**
Hectares Conflitos	370.640	438.794	173.984	543.200	408.847	228.550	95.324	**2.259.339**
Famílias Envolvidas	1.917	4.085	6.534	13.826	12.943	9.427	2.998	**51.730**
Vítimas de Expulsão	-	-	12	-	200	100	227	**539**
Despejo Judicial	598	2.370	-	290	3.226	1.615	355	**8.454**
Ameaça de Despejo	857	2.013	4.560	-	-	3.216	00	**10,646**
Ameaça de Expulsão	-	-	-	150	-	1.726	300	**2.176**
Destruição de casas	-	-	-	-	200	170	00	**370**

Fonte: CPT, 1995/2001.
* Ao lermos a tabela "Violência contra a posse e propriedade", é preciso termos em mente que se trata sempre de famílias envolvidas. (CPT, 1996, p. 04).

Na tentativa de fazer valer o direito de acesso à terra, através de uma ação concreta na busca de sobrevivência e autodeterminação, a multidão de excluídos do campo vem, progressivamente, se organizando e ocupando áreas griladas ou improdutivas. O aumento anual das ocupações de terra revela o nível de organização e resistência do povo do campo em relação ao monopólio da terra e da vida.

O número de ocupações de terra em Mato Grosso do Sul vem crescendo progressivamente, ano após ano. No período de 1995 a 2001, ele atingiu 311 ocupações, que envolveram 44.258 famílias, conforme se observa no Quadro 30. Houve um aumento de mais de 500% e de 430%, respectivamente, em relação ao período de 1990 a 1994 (Quadro 22).

Diante da realidade fundiária brasileira, não existem outras alternativas a não ser a ocupação das terras improdutivas pelos camponeses, o que se deve a fatores como a omissão do Estado, a inoperância dos órgãos responsáveis e a violência rural.

Quadro 30
Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul 1995 – 2001

ANO	NUMERO	FAMÍLIAS
1995	08	927
1996	25	3.489
1997	35	6.202
1998	67	11.294
1999	84	9.303
2000	68	10.812
2001	24	2.231
TOTAL	**311**	**44.258**

Fonte: CPT, 1995/2001.

Até o ano de 2002, 115 projetos de reforma agrária haviam sido criados, sendo 110 pelo INCRA e 05 pelo Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), os quais representaram o assentamento de cerca de 16.348 famílias de pequenos produtores sem terra. Além dos projetos de reforma agrária, foram criados, também pelo INCRA, entre os anos de 1984 e 2002, oito projetos de colonização que resultaram no assentamento de 834 famílias.

As Figuras 28 e 29 são fotos do acampamento '08 de outubro' e foram tiradas no mesmo dia, o que comprova, que mesmo tendo iniciado o acampamento há muito tempo, ainda vemos vários sem-terra chegando e armando o seu barraco, para fortalecer a luta pela terra.

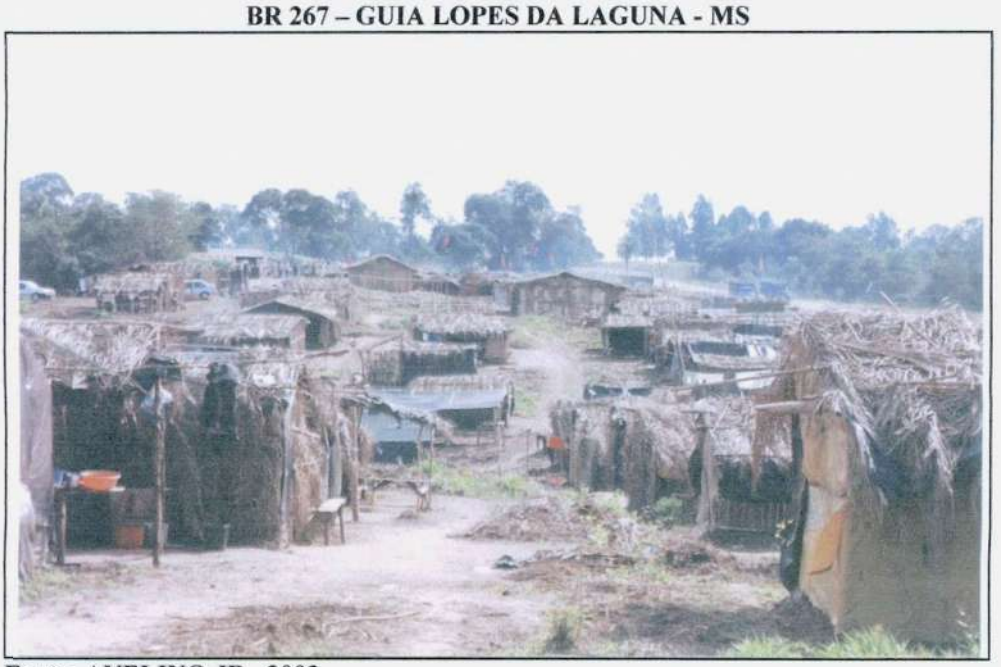
O Quadro 31 traz uma relação de 72 acampamentos organizados pela FETAGRI, nos vários municípios de Mato Grosso do Sul, envolvendo mais de 7.000 famílias, que lutam por um pedaço de terra, representados na Figura 30 Mapa dos Acampamentos em Mato Grosso do Sul.

No período de 1995 a 2000, tivemos um aumento considerável de assentamentos em relação ao período anterior abrangendo aproximadamente 7.700 famílias, num total de 219.487.719 hectares (Quadro 32), representados na Figura: 31 Mapa dos Assentamentos em Mato Grosso do Sul no período de 1995 a 2000, reflexo da organização e luta dos trabalhadores do estado.

FIGURA 28: FOTO CONSTRUÇÃO DE BARRACOS ACAMPAMENTO 08 DE OUTUBRO

Fonte: AVELINO JR., 2003.

FIGURA 29: FOTO VISÃO GERAL - ACAMPAMENTO 08 DE OUTUBRO
BR 267 – GUIA LOPES DA LAGUNA - MS



Fonte: AVELINO JR., 2003.

Quadro 31: Relação dos acampamentos do estado ligados a FETAGRI/MS - 2000.

NOME DO ACAMPAMENTO	FAZENDA/ÁREA	MUNICÍPIO	Nº FAMÍLIAS
Santa Virgínia	Santa Virgínia 1.500 ha	Batayporã	110
São Luiz	Someco	Ivinhema	100
São Ramão	São Ramão	Coxim	40
1º de Julho	1º Julho	Bonito	79
Indianápolis	Indianápolis	Japorã	63
Santa Lúcia	Santa Lucia 667 ha	Sidrolândia	60
Alegrete (Taubinha)	Cabeceira do Alegrete	Rio Brilhante	158
Córrego Azul	Experimental	Ivinhema	80
Perdizes do Indaiá	P. do Indaiá 14.000 ha	Inocência	60
N.Sª Auxiliadora (exced.)	N.Sª Auxiliadora 8.000	Iguatemi	80
Rancho Loma	Rancho Loma 2.400	Iguatemi	68
Nova Esperança	N. Sª Esperança 1.660 .	Anaurilândia	150
Da Paz	Retiro 3.023 ha	Jaraguari	150
Guarani (Fontes)	Fontes 3.800 ha	Sidrolândia	175
União S. Vitória	Santa Vitória 14.000 ha	Jardim	120
Morro Azul	Santa Vitória 14.000 ha	Guia L. Laguna	124
Paraíso	Paraíso	Itaquiraí	100
Sete Quedas	Nova Era/Ponta Porã	Ponta Porã	80
São João Batista	São João	Paranhos	100
Portal Luana	Luana 1.690 ha	Campo Grande	80
Auri Verde	Faz. Pontal 5.153 ha	Rio Negro	50
Matinha	Matinha 464 ha	Campo Grande	80
Mambaré	Mambaré 1.900 ha	Mundo Novo	140
São Sebastião/N.Sª Fátima	Marina 8.000 ha	Maracaju	150
Bom Sucesso (excedentes)	Bom Sucesso 1.040 ha	Maracaju	10
Rialto	Rialto 1.740 ha	Bataguassú	100
Boa Vista	Boa Vista 2.165 ha	Ponta Porã	60
Cachoeira Bonita	C. Bonita 3.000 ha	Iguatemi	300
Saltinho (Gibóia)	Gibóia	Sidrolândia	65
Vacaria	Vacaria 1.060 ha	Sidrolândia	70
Guarani	Guarani 3.500 ha	Sidrolândia	100
São Pedro (excedentes)	São Pedro 8.650 ha	Sidrolândia	17
Buritizinho	Buritizinho 800 ha	Sidrolândia	36
Estância Belém	Estância Belém	Sidrolândia	200
Gibóia	Gibóia 8.000 ha	Sidrolândia	150
Nova Andradina (Gibóia)	Gibóia 8.000 ha	Sidrolândia	30
Diamantino/Mangueiral	Diamantino 1.70 ha	Anastácio/Nioaque	40

19 de março	19 de março 3.630 ha	Bodoquena	80
Prudente da Serra	P. da Serra 3.600 ha	Bodoquena	155
Boqueirão	Santa Vitória 14.000 ha	Jardim	74
Paraíso do Correntes	Correntes 4.300 ha	Dois Irmãos	130
Paraíso do Buriti	Figueira 10.000 ha	Jardim	80
Grupo União	Figueira 10.000 ha	Jardim	100
São José/Rincão	São José 3.600 ha	Bataguassú	100
Santa Cruz	Santa Bárbara 2.977 ha	Aral Moreira	60
Larissa	Larissa 4.000 ha	Dourados	90
Taubinha	Segredo/N. Esperança	Rio Brilhante	200
Barreirinho	Barreirinho 550 ha	Vicentina	40
Velhacaria	Velhacaria 6.492 ha	Cassilândia	252
Paraíso	Paraíso 1.900 ha	Dois Irmãos	85
Santa Inês	Santa Dorotéia	Campo Grande	150
Quero Quero	Quero Quero	Antônio João	80
1° de Junho	Brasília 12.000 ha	Juti	80
Pitangueira	Pitangueira 6.000 ha	Bonito	80
São João Batista	São João	Paranhos	96
São Francisco	São Francisco	Caarapó	80
Santa Letícia	Santa Letícia	N. Andradina	60
Uirapuru (excedentes)	Uirapuru	Nioaque	50
Nova Era	Nova Era	Ponta Porã	90
Marina	Marina 8.000 ha	Maracajú	140
Persistente	São Gonçalo 9.000 ha	Rochedo	25
Aroeira	Aroeira	Chapadão do Sul	80
Santa Helena	Santa Helena	Ponta Porã	30
Paraíso II	Paraíso/Aliança	Itaquiraí	100
Indaiá	Indaiá	Maracajú	70
Pontal do Faia	Pontal do Faia	Três Lagoas	100
Itamarati	Itamarati	Ponta Porã	320
Imbirussú	Imbirussú/S. José 8.633	Campo Grande	300
Panduí	Panduí	Iguatemi	80
Rio Verde	Bela Vista 12.000 ha	Camapuã	60
Juriti	Juriti	Dois Irmãos	60
Vale do Meu Deus	Br-Bonito/Bodoquena	Bonito	70
TOTAL	**72**	-	**7.222**

Fonte: FETAGRI/MS, Nov, 2000.

Quadro 32: Projetos de Assentamentos no estado de MS 1995 a 1999

Denominação do Projeto de Assentamento	Município De Localização	Nº Famílias	Área Total (ha)	Início do Assentamento Dia/mês/ano
Tamarineiro II*	Corumbá	319	10.621,07,7	15/12/95
Paiolzinho*	Corumbá	70	1.196,75,2	11/03/96
São João	Bataiporã	58	856,16,0	11/03/96
Mutum	R.Pardo/S.RitaP./Brasil.	340	15.831,69,4	20/05/96
Mercedina	Bataiporã	56	803,24,3	10/07/96
Andalucia	Nioaue	166	4.815,10,8	24/09/96
Sul Bonito	Itaquiraí	421	6.375,93,8	09/10/96
Tupanceretan	Bela Vista	81	2.546,44,2	27/12/96
Patagônia	Terenos	128	3.502,88,8	10/03/97
Nova Alvorada	N. Alvorada do Sul	86	3.000,82,6	12/05/97
Corona	Ponta Porã	58	1.095,85,6	03/06/97
Campina	Bodoquena	76	2.408,83,3	13/08/97
Capão Bonito II	Sidrolândia	308	8.231,49,6	14/10/97
Floresta Branca	Eldorado	185	4.980,99,3	30/10/97
Lagoa Grande	Dourados	151	4.071,44,2	06/11/97
Primavera	Jaraguari	71	2.535,14,5	19/11/97
Campanário	S. Gabriel D' Oeste	132	2.851,03,2	25/11/97
Nova Querência	Terenos	157	3.864,61,3	26/11/97
Santa Clara	Bataguassu	156	4.353,32,8	04/12/97
Serra	Paranaíba	116	2.986,02,6	11/12/97
Triângulo	Rio Brilhante	50	927,13,1	22/12/97
Santa Guilhermina	Maracaju/Nioaque	224	7.994,72,9	22/12/97
Amparo	Dourados	67	1.126,89,3	22/12/97
Paraíso	Terenos	98	3.308,40,2	29/12/97
Tupambaê*	Miranda	130	1.869,68,2	29/12/97
Guaçu	Itaquiraí	134	2.678,97,9	29/12/97
Santa Rosa	Itaquiraí	200	4.048,16,0	29/12/97
Palmeira	Nioaque	112	4.172,71,5	23/03/98
Córrego Dourado	Santa Rita do Pardo	49	1.399,97,0	07/07/98
Montana	Bataguassu	70	1.567,77,3	08/07/98
Taquara	Rio Brilhante	67	1.550,27,6	10/08/98

Caracol	Bela Vista	152	6.326,58,0	11/08/98
Fortuna	Rio Brilhante	108	2.383,19,6	11/08/98
Aldeia	Bataguassu	217	10.718,23,4	03/09/98
Santa Amélia	Dois Irmãos do Buriti	74	2.029,85,9	16/09/98
Rio Feio	Guia L. da Laguna	72	2.344,77,4	30/09/98
São Judas	Rio Brilhante	187	4.155,36,5	09/10/98
72	Ladário	85	2.343,41,4	14/10/98
Santa Paula***	Bataguassu	89	590,00,0	26/11/98
Santa Catarina	Aral Moreira	78	1.958,60,3	04/12/98
Tamakavi	Itaquiraí	120	3.383,56,7	04/12/98
Santa Lucia	Bonito	36	1.026,74,4	11/12/98
Bandeirantes**	Miranda	60	2.033,44,6	21/12/98
Pam	Nova Alvorada do Sul	115	5.029,92,3	23/12/98
Savana	Japorã	212	5.674,77,0	23/12/98
Boa Sorte	Itaquiraí	65	1.498,03,0	23/12/98
Boa Esperança	Nioaque	126	3.945,50,6	23/12/98
Uirapuru	Nioaque	290	7.067,88,4	23/12/98
São Pedro	Sidrolândia	295	8.592,23,4	23/12/98
N.S. Auxiliadora	Iguatemi	252	8.707,58,1	23/12/98
São Sebastião**	Ivinhema	100	2.967,66,5	23/12/98
São Cristóvão	Paranhos	34	947,81,9	30/03/99
Conquista**	Campo Grande	65	1.557,90,7	25/08/99
Bonsucesso	Rio Brilhante	27	664,79,7	27/10/99
Fortaleza	Rio Brilhante	14	384,90,2	27/10/98
Vista Alegre	Sidrolândia	49	1.030,82,4	10/11/99
Boa Vista**	Ponta Porã	50	2.165,29,4	07/02/00
Vacaria **	Sidrolândia	48	1.067,00,0	270300
Santa Irene**	Anaurilândia	77	2.479,10,0	27/03/00
Santa Renata	Tacuru	35	960,37,1	27/03/00
Giboia**	Sidrolândia	263	7.877,73,6	11/07/00
TOTAL 61	-	**7.731**	**219.487,76,1**	-

Fonte: INCRA/MS, 2000.

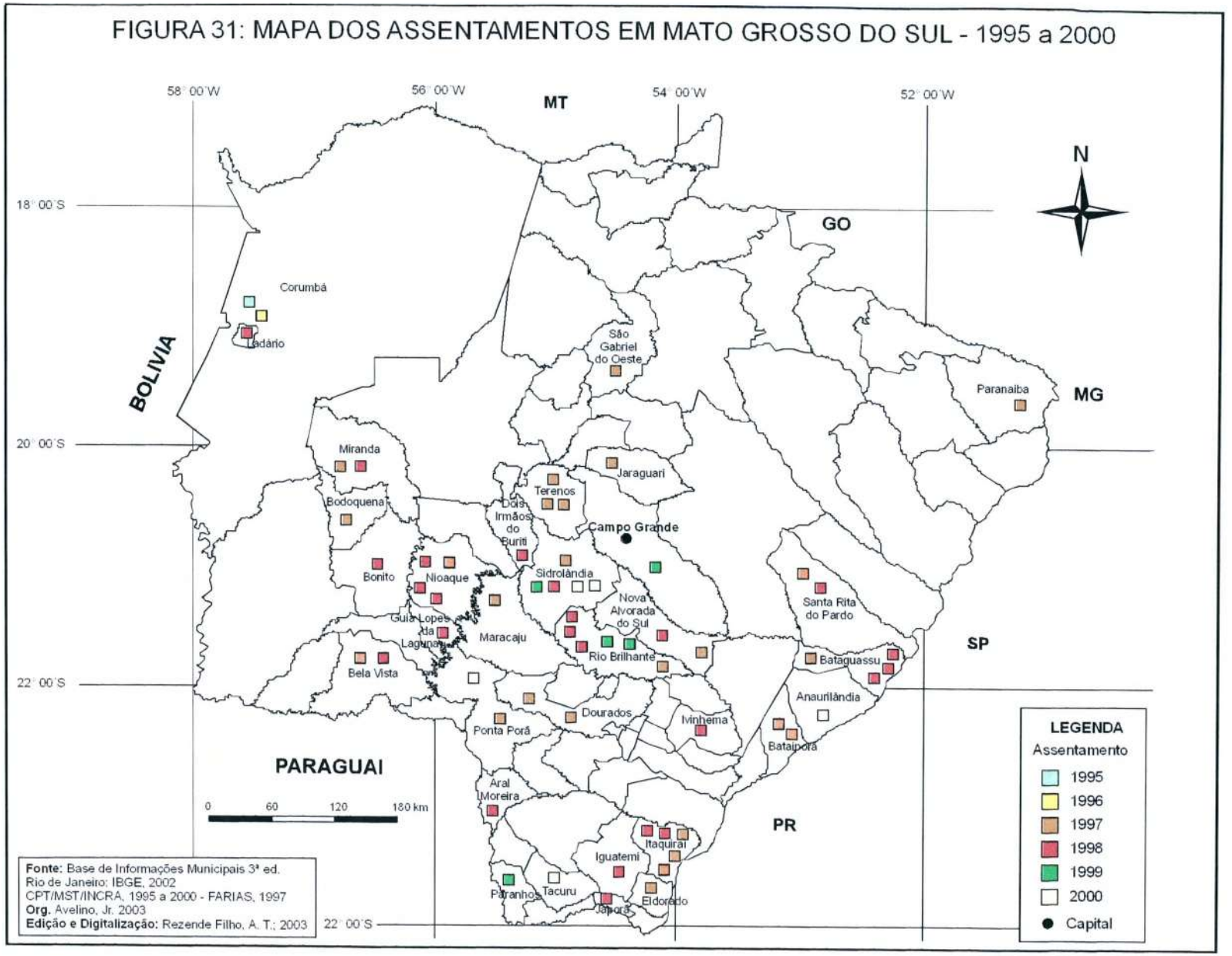
* Projeto em que deverá ocorrer diminuição do nº de famílias em decorrência de remanejamentos a serem feitos.

** Projeto cuja área ainda não foi medida ou que se encontra em fase de demarcação, devendo ocorrer alteração quanto à área e nº de famílias.

*** Projeto Casulo – Área pertencente ao Poder Público Municipal.

FIGURA 30: MAPA DOS ACAMPAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL - 2000

FIGURA 31: MAPA DOS ASSENTAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL - 1995 a 2000



11.3 - AS MANIFESTAÇÕES DE LUTAS EM MATO GROSSO DO SUL

Nos anos anteriores, as manifestações de luta eram computadas como conflitos, pela CPT, mas, a partir de 1997, elas passam a ser contadas separadamente (CPT, 1997, p. 13).

Em 1997, ocorreram no Brasil 91 manifestações as quais envolveram o Grito da Terra, Grito dos Excluídos, as Marchas do Movimento Sem-Terra (MST), ocupações de sedes do INCRA e de prédios públicos, bloqueio de estradas e de agências bancárias, e acampamentos diante de prédios públicos.

As Marchas do MST, o Grito da Terra[82] e o Grito dos Excluídos foram manifestações nacionais de luta. O Grito dos Excluídos, por exemplo, ocorreu em 1.234 cidades.

Fruto da organização e da persistência dos trabalhadores rurais, ocorreram no Brasil no período de 1997 a 2001, 1.194 manifestações de luta, envolvendo aproximadamente 998.057 pessoas. No estado de Mato Grosso do Sul, ocorreram, no mesmo período, 102 manifestações de luta, envolvendo aproximadamente 66.455 pessoas, como é possível verificar no quadro abaixo:

Quadro 33: Manifestações de lutas em Mato Grosso do Sul 1997 – 2001

ANO	MANIFESTAÇÕES	PESSOAS
1997	36	6.534
1998	05	3.965
1999	12	9.350
2000	25	22.895
2001	27	26.280

Fonte: CPT, 1997/2001.

[82] Três mil assentados no MS vão as ruas protestar no Grito da Terra – [...] quase 3 mil sem-terra e trabalhadores rurais assentados pelo Incra, desfilaram ontem, pelas ruas centrais de Campo Grande e realizaram ato público na Praça Ari Coelho, no centro da cidade. A pé, em carroças, cavalos e utilitários, exibiam produtos de hortas e lavoura dos assentamentos já oficializados pelo órgão. Em coro, gritavam que queriam mais terra para plantar [...] (**Jornal do Comércio**, Campo Grande, 22 jul. 1998).

Estas manifestações vão de acampamentos nas margens da BR-262, bloqueio de rodovias[83], manifestações em frente a órgãos públicos (INCRA), até ocupações do Banco do Brasil (Anexo 14).

Como se trata de um canal político de reivindicações, elas às vezes, acabam em mesas de negociações, como ocorreu com o Grito da Terra de 2001, onde FETAGRI, INCRA e Governo Estadual:

> [...] concluíram as negociações da pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil 2001 no Estado. Entre as conquistas dos trabalhadores do MS estão o assentamento, neste ano, de 4 mil famílias, a regularização fundiária para a agricultura familiar, a aceleração dos processos de desapropriação das áreas já decretadas de interesse social, respeito a lista de beneficiários indicados pelo MSTR e pelos acampados, quando da execução de projetos de assentamento, além de avanços significativos nas áreas de políticas agrícolas e sociais (Linha Aberta, Campo Grande, 03 jul. 2001).

Por um lado, fruto da organização e persistente luta dos trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul, crescem os conflitos pela posse da terra, aumentam as manifestações de luta, acampamentos, ocupações de órgão público (Banco do Brasil/INCRA) e de fazendas, bloqueio de rodovias e outras formas de manifestações, conforme podemos observar no Quadro 33.

Por outro lado, os grandes latifundiários do estado, através de suas entidades Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL), Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) e Sindicato Rural de Campo Grande, procuram mostrar suas insatisfações com a política agrária e com as ações dos trabalhadores rurais sem-terra, organizando passeatas, protestos e manifestos, como a que ocorreu em agosto de 1997, quando 4 mil fazendeiros, apoiados pelo Movimento Nacional dos Produtores (MNP), protestaram em Campo Grande contra as ocupações no campo.

O MNP utiliza empresas de segurança, organizações paramilitares formadas por ex-policiais fortemente armados. É a legalização da pistolagem, já que os pistoleiros agora usam uniformes e se reúnem em empresas legalizadas. Uma delas, a

---

[83] Conferir em: Sem-terra fecham três rodovias no MS – Eles tiveram o apoio de pequenos agricultores. – Foram interditadas estradas em Itaquiraí, Anastácio e Ivinhema. (**Correio do Estado**, Campo Grande, 06 jun. 1995). Anexo 07.

COES, foi responsável, no de 2000, em Rio Brilhante, pelo seqüestro, tortura e execução de dois líderes do MST[84].

No dia 09 de maio de 2001, o MNP reuniu, em Nova Alvorada do Sul, cerca de 1.500 produtores de cinco estados, entre eles Ronaldo Caiado, o qual depois de um bom tempo em silêncio voltou a aparecer e a se manifestar contra a reforma agrária.

Esteve também presente Roosevelt Roque, presidente do Sindicato Rural de Anaurilândia e ex-presidente nacional da UDR. Ele promete reativar a entidade na sua região. O encontro, denominado Agenda Nacional de Soluções para o Campo, propôs, entre outras medidas, a identificação de quem ocupa terras, a exclusão do Programa de Reforma Agrária e a sua criminalização (Anexo 17). Os produtores reafirmaram a intenção de contratar seguranças para as fazendas.[85]

De acordo com Teixeira (1999), essa característica do novo perfil da violência do campo decorre do processo de sua 'estatização', já se sobrepondo às ações das milícias privadas dos latifúndios. Esta 'estatização' da violência passou a ocorrer como conseqüência de comandos institucionais formalmente dados pelo governo.

A criação, via Medida Provisória, do 'DOPS Rural', dentro da estrutura da Polícia Federal, com finalidade de reprimir e apurar os casos de ocupações coletivas de terra, pelos trabalhadores, como forma de pressão pelos assentamentos é um exemplo desta formalização.

Nesse contexto, além da criação do 'DOPS Rural', o governo FHC, por meio de atos administrativos, de Medidas Provisórias e projetos de Lei, consagrou a base legal citada que transforma, apriorísticamente, em meliantes os trabalhadores que lutam pela terra, o que, de forma ostensiva, favorece o latifúndio.

Assim, sob tais motivações, o governo adotou, entre outras medidas:

1. a tentativa de encantonar, politicamente, as entidades populares, pela pressão financeira, ao proibi-las, também via Medida Provisória, do acesso a recursos

---

[84] Ver reportagens: Quem perde a vida desta vez?, Uma emboscada bem feita e Exigindo maior ação do Governo. pág 191-192.

[85] MARANHÃO & SCHNEIDER, 2000 atualizado pela CPT/Publicações, em 24 set. 2001.

públicos, em todas as esferas de governo, bastando leves suspeitas de sua participação em atos coletivos de ocupação de terra;

2. a centralização e retenção dos recursos para os programas de reforma agrária e agricultura familiar, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como procedimento de coação política das entidades de trabalhadores;

3. o impedimento da desapropriação de latifúndios inscritos no programa de arrendamento rural;

4. o pedido de urgência constitucional a projetos de lei como o Projeto de Lei Complementar nº 135/00, que estadualiza o instituto da desapropriação: o PL, nº 3.242/00 que impõe maior rigor penal e administrativo às ocupações de áreas públicas visando a intimidar, até, a instalação dos acampamentos de trabalhadores sem terra nas margens das rodovias; e o PL nº 3.811/00, que aumenta ainda mais a precarização da legislação trabalhista rural;

5. a proibição, por Medida Provisória e Decreto, da vistoria das terras improdutivas ocupadas pelos trabalhadores (TEIXEIRA, 1999, p. 08-09).

A Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que impede a vistoria para fins de desapropriação, destinadas ao Programa de Reforma Agrária, por dois anos dos imóveis ocupados, com o objetivo de criminalização da ação dos movimentos sociais na luta pela terra foi uma grande aliada dos latifundiários no estado de Mato Grosso do Sul, conforme se confirma no quadro abaixo, os imóveis protegidos por esta MP:

Quadro 34:
Áreas impedidas de vistoria por dois anos em Mato Grosso do Sul

Município	Imóvel
Pedro Gomes	Fazenda Esperança
Pedro Gomes	Fazenda Barreirinha
Terenos	Fazenda Córrego Furnas
Terenos	Granja Córrego Fundo
Jaguari	Fazenda Taquarussu/Bonfim
Guia Lopes da Laguna	Fazenda Capitão
Jaguari	Fazenda Santa Lourdes/Marissol

Fonte INCRA, 2002.

De acordo com o *Caderno sobre Violência e Discriminação* – Pode ser Diferente - este período ficou marcado pela violência física promovida pelas ações de policiais militares junto aos pistoleiros disfarçados de polícia, nos massacres de Curumbiara-RO e de Eldorados dos Carajás (PA). Em agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, ocorreu um confronto envolvendo trabalhadores sem-terra e policiais militares, que terminou com a morte de dez trabalhadores sem terra e dois policiais militares, além de deixar dezenas de feridos e desaparecidos. Em 1° de outubro de 1996, foram denunciados 20 PMs (entre eles um tenente-coronel), quatro sem-terra, um pecuarista e um administrador de fazenda. Aguarda-se o julgamento final do caso pelo Poder Judiciário.

Em abril de 1996, outro crime causou comoção nacional em mais um confronto entre policiais militares e trabalhadores sem-terra, acampados na Rodovia PA – 150, em Eldorado dos Carajás-PA. Neste conflito, 19 trabalhadores sem-terra morreram, e as investigações revelaram que dez deles teriam sido executados.

O Movimento dos Sem Terra pediu intervenção federal no Pará e a queda do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Como resposta do governo federal, foi divulgado um pacote de medidas para combater a violência no campo e acelerar a reforma agrária.

Entre as medidas adotadas, estava a criação do Ministério para a Reforma Agrária. Em novembro de 1997, 153 policiais militares envolvidos no massacre foram pronunciados pela justiça. Em 16 de maio de 2002, o coronel da PM que comandou a operação foi condenado a 228 anos de prisão e um capitão foi absolvido. Aguarda-se o julgamento dos demais policiais envolvidos.

Por fim, vale ressaltar que os trabalhadores sem terra cobram a atuação do Estado, tanto para realizar desapropriações quanto para punir os matadores, jagunços e agressores identificados nos conflitos (Pode Ser Diferente, *s/d*, p. 51).

Embora tenhamos finalizado a pesquisa com os dados de 2001, a realidade dos conflitos no campo só tem se agravado como aponta os relatórios recém publicados pela CPT, referente ao ano de 2003.

No Brasil o número de assassinatos cresceu 69,8% em relação a 2002. Foram assassinados 73 trabalhadores em conflitos no campo. Segundo a CPT (2003) número mais elevado só foi registrado no ano de 1990 e na década de 80. Os números de famílias expulsam foi de 151,4% maior que em 2002.

Segundo ma mesma fonte, o Centro-Oeste assume a liderança quanto ao maior número de pessoas envolvidas em conflitos: 320.592, 26% do total; e em número de pessoas despejadas pelo poder judiciário, 62. 995; 35,7% do total.

O ano de 2004 não começou melhor, o "abril vermelho" do MST foi uma forma organizada de pressionar as autoridades e sensibilizar a sociedade como um todo, da necessidade da Reforma Agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um temor me alucina o pensamento...

Nos meus pés indecisos vão rolar as estradas
A minha voz de porta em porta
Há-de implorar o direito de vida...

A cada volta do caminho
Na poeira vermelha que me embaça os olhos
E apaga a minha voz
Me sentirei morrer nessa morte ignorada
Que o sol dos verões seca logo
E a poeira cobre eternamente.

E nada ficará como prova do crime insensato.

No túmulo das estradas estão escondidos
Milhares de mortos de bocas abertas.
Qual a culpa que me castiga
Na eternidade desta boca aberta?...
Esta boca aberta a que ninguém responde.
Boca aberta que o sol dos verões seca logo
A que a poeira apaga a voz.

Povo sem nome das terras aradas
Tu vais morrer na poeira das estradas

Mas uma voz te mandará do espaço
A lei maior te fataliza o braço

Muitas vezes a gente se revolta
Não que falte a paciência de lutar

Muitas vezes a gente se revolta
Por incapaz de não se revoltar.

Mário de Andrade

Conforme já afirmamos, são poucos os estudos que procuram analisar o desenvolvimento e a modernização das atividades desenvolvidas no campo, mesmo quando se pressupõe que essa prática endossa um capitalismo excludente, gerador de conflitos agrários, cujo conhecimento é de fundamental importância para a compreensão de processos migratórios, da formação de centros urbanos, e até mesmo da grande concentração de pessoas em espaços urbanos, o que é de maior interesse dos estudiosos, tanto da Geografia como de áreas afins.

Nesta perspectiva, este trabalho procurou apontar a variedade de estudos que a Geografia proporciona, uma vez que, alicerçada na lógica dialética, permite-nos falar em uma Geografia Agrária, preocupada em compreender as relações homem x homem x natureza. Assim, apontamos a hipótese de que a luta pela terra e a luta na terra constituem a base histórica do país e, conseqüentemente, do estado de Mato Grosso do Sul, o que gerou e mantém conflitos diversos.

Deste modo, na formulação do projeto de pesquisa, tivemos o objetivo de investigar o modo como os conflitos agrários pela posse e uso da terra ocorreram em Mato Grosso do Sul, no período de 1979 a 2001, nos 77 municípios que compõem o estado, a fim de compreender o papel dos Movimentos Sociais na organização e na luta pela terra, bem como o do Estado na promoção de soluções para as reivindicações dos excluídos.

A partir da hipótese de que a posse e o uso da terra provem de uma estrutura fundiária concentradora e excludente, cujo alicerce é baseado na grande propriedade, constatamos, nos últimos anos, algumas mudanças, motivadas, sobretudo, pela luta dos camponeses e por políticas de reforma agrária, as quais têm viabilizado a criação de pequenas propriedades em assentamentos rurais, beneficiando, assim, famílias que estavam excluídas do processo produtivo.

No entanto, essas mudanças são ainda pouco significativas se considerarmos o grande impulso colonizador que ocorreu no estado, na década de 70, porque, com a criação de programas de estímulos ao desenvolvimento, dentre eles o PRODEPAN, o POLOCENTRO, o PRODEGRAN, o PROCENTRO, entre outros, ele incentivou a migração de fazendeiros e granjeiros, oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, para Mato Grosso do Sul, onde desenvolveram a cultura mecanizada de cereais (soja, milho, arroz) e extensos latifúndios destinados à criação de gado de corte.

Esta ilusória impressão de desenvolvimento trouxe consigo a exclusão dos camponeses do campo. Excluídos da terra, esses trabalhadores não encontram condições de sobrevivência nas cidades, nem tampouco condições de disputa de espaço para moradia no campo. Formam, então, acampamentos, onde a miséria predomina, e inserem-se na luta pela terra, pela reforma agrária, cuja realidade tem gerado conflitos e violência no campo.

A mudança ocorrida em 1979 com a divisão territorial do estado de Mato Grosso, a qual deu origem ao estado de Mato Grosso do Sul, não promoveu a redistribuição das terras, porque foi feita sob a influência política dos latifundiários, interessados na manutenção de suas posses, e estimulada por incentivos fiscais para a pecuária e para a agricultura mecanizada. Essa classe dominante latifundiária é a que se reveza no poder e o controle político por ela exercido vem sofrendo poucas alterações, já que seus representantes permanecem no Legislativo estadual e federal e nos governos municipais.

Neste contexto, os conflitos pela posse e uso da terra são uma constante quando se faz a trajetória histórica do acesso à terra, tanto no Brasil, revestida de violência contra os índios que aqui viviam ou mesmo contra os negros trazidos da África para viabilizar a exploração de nossas terras, como no estado de Mato Grosso do Sul, cuja ocupação é feita de forma concentradora e excludente.

Levando-se em consideração que esses conflitos se intensificaram a partir de meados da década de 80, com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária e do Plano Regional de Reforma Agrária, é preciso ressaltar a importância da organização popular através de movimentos sociais que atuam no estado, como a CPT/MS, a FETAGRI/MS, o MST/MS e a CUT/MS, os quais, além de unir forças para a conquista da terra, documentam informações sobre a realidade dos sem terra. Neste sentido, uma característica marcante do período analisado foi as formas de violência existentes, tanto nos conflitos trabalhistas, quanto nos conflitos sociais agrários.

Nos conflitos trabalhistas, analisados na segunda parte do trabalho, a violência se faz presente nas relações entre latifundiários e excluídos do processo produtivo, os quais são atingidos em sua dignidade e no gozo de seus direitos de cidadão, já que o tratamento violento é empregado contra os povos indígenas, na prática do 'trabalho escravo' ou peonagem e na utilização, pouco onerosa, do trabalho infantil em carvoarias e fazendas do estado.

A perseguição aos povos indígenas é uma das formas de violência e, nesse sentido, um dos expedientes empregados pelas autoridades para aflorar os conflitos foi o descaso e até incentivos para invasão de suas terras, o que levou a vários assassinatos de lideranças indígenas e aos quais adicionam-se, também, as doenças transmitidas pelos brancos, a falta de tratamento adequado e a clara omissão da FUNAI.

Além disso, eles são freqüentes vítimas de atropelamentos em estradas que cortam suas terras ou praticam o suicídio como forma de protestar contra a tomada e invasão de seus territórios.

A realidade, no entanto, mesmo com protestos e denúncias, é que todos os territórios indígenas estão invadidos por fazendas, cidades e chácaras e, apesar de a Constituição Federal, no artigo 67 das Disposições Transitórias, determinar um prazo de cinco anos para o governo brasileiro demarcar todas as áreas indígenas, a maioria das terras nem foi identificada, outras estão em fase de estudo e aquelas que tiveram os relatórios publicados estão *'sub judice'*. O que resta a eles, portanto, é continuar lutando contra o Estado, contra os latifundiários e até mesmo contra quem, como eles, foram expulsos da terra, os sem terra; ou, ainda, continuar submetendo-se a meios alternativos de subsistência em trabalhos que promovem a extinção de sua história, de sua cultura.

São mais de 42.000 índios vivendo em 40 aldeias espalhadas por diversos municípios do estado, muitas ainda sem demarcação. Mais de cinco mil índios das etnias *Guarani, Kaiowá* e *Terena*, realizaram em abril de 2004 uma série de manifestações em Dourados, reivindicando a demarcação de terras e maior atenção do governo.

A população indígena está aumentando no estado e a falta de terra está provocando os conflitos agrários, recém noticiados na imprensa nacional. Existem no momento 20 propriedades rurais ocupadas por índios no Mato Grosso do Sul. A maior parte dos imóveis reivindicados pelos índios estão nos municípios de Japorã, Sidrolândia, Dourados, Ponta Porã, Antonio João e Juti.

Uma outra forma de violência constatada no estado é o 'trabalho escravo' ou peonagem que ocorre nas carvoarias, no corte de cana das destilarias de álcool e em outras atividades como as plantações de braquiária, algodão e erva-mate nas fazendas, cujas denúncias partiram do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Ribas do Rio Pardo-MS, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de outros sindicatos.

Nas nove destilarias de álcool/açúcar existentes em Mato Grosso do Sul, foi constatado tanto o 'trabalho escravo' quanto a superexploração, a qual passou a

ser documentada a partir de 1988 pela CPT. A partir da década de 90, a CPT também começou a registrar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

No entanto, apesar das denúncias, das pressões e da ação da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho nas carvoarias e destilarias, crianças ainda trabalham nas carvoarias do estado ou em outras frentes de trabalho.

Neste contexto, são várias as dimensões do termo violência, o qual passa a abranger a expulsão de terras praticadas contra os povos indígenas, o 'trabalho escravo' ou peonagem, o trabalho infantil, principalmente o praticado nas carvoarias e fazendas de Mato Grosso do Sul.

Ao analisar os conflitos sociais agrários, na terceira parte do trabalho, como regra geral, a violência é utilizada para resolver os conflitos entre os latifundiários e/ou representantes e os excluídos. Trata-se, aqui, da violência específica, a que ocorre na forma de assassinatos, de lesões corporais, de ameaças de morte, de expulsões e de torturas, cuja impunidade também é um traço marcante na história de Mato Grosso do Sul.

No período estudado, os números da "Violência contra a Posse e Propriedade" comprovam o que se denomina 'guerra de baixa intensidade', uma vez que mostram claramente o aumento das chamadas operações terroristas de intimidação aos sem terra, com predominância de destruição de casas, ameaças de expulsão e de despejo, dentre outras que, apesar de comprovarem a diminuição dos assassinatos, evidenciam o aumento da violência contra a pessoa: 42 assassinatos ocorridos no período de 1979 a 2001 no estado.

Entre os mortos temos advogados, lavradores, posseiros, mulheres e índios, com destaques para os assassinatos do advogado Joaquim das Neves, de 40 anos, em 1981, assessor do STR de Naviraí e colaborador da CPT/MS no município de Naviraí-MS; do assassinato do líder indígena guarani Marçal de Souza Tupã'I, em novembro de 1983, na área indígena Campestre, município de Antônio João-MS, enfermeiro, funcionário da FUNAI, era liderança respeitada entre seus patrícios e junto a outros povos indígenas; o assassinato que abalou a população de Mundo Novo-MS, o da Prefeita Dorcelina Folador (PT), assassinada pelas costas, na varanda de sua casa, no dia 30 de outubro de 1999, às 23 h., com seis tiros.

Na maioria dos casos mesmo sabendo-se quem são os autores ou mandantes, geralmente latifundiários de Mato Grosso do Sul, a maioria dos responsáveis está impune ou sequer foi julgada.

Dois fatos ficam bem claros nesse período: o primeiro é a *violência e a impunidade*; o segundo é o assassinato seletivo, ou seja, os assassinatos no campo são claramente políticos, cuja intenção é eliminar as lideranças e aqueles que estão engajados na luta pela posse e uso da terra.

Nesse período, portanto, fica clara a violência, a impunidade e o assassinato seletivo, ou seja, o assassinato político cuja intenção é eliminar lideranças ou pessoas engajadas na luta pela posse e uso da terra, a fim de golpear a cabeça do movimento, fazer com que ele retroceda pelo temor, afastar dos trabalhadores todos os setores que os apóiam e levá-los ao isolamento na sociedade.

Contudo, apesar da violência e da intensidade dos conflitos pelo uso e posse da terra no período em questão, não houve mudanças significativas no sentido de diminuir a concentração de terras no estado. Neste contexto, com o objetivo de chamar a atenção dos governantes e da sociedade civil para a necessidade da reforma agrária em Mato Grosso do Sul, foram realizados acampamentos, nos quais trabalhadores chegaram a permanecer vários anos em um mesmo local. Além dos acampamentos, as manifestações e ocupações passam a ter peso político e a sensibilizar várias camadas da sociedade.

Mesmo depois da reação dos latifundiários claramente exposta com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), o aumento anual das ocupações de áreas griladas ou improdutivas revela o nível de organização e resistência do povo do campo ao monopólio da terra e da vida. Isto porque eles, os camponeses, lutam por uma reivindicação antiga da sociedade brasileira, uma reforma social capaz de resolver os graves problemas sociais gerados pelo monopólio da terra, problemas que eles, conscientemente, demonstram nas "Marchas do MST" e nos "Gritos dos Excluídos".

Mesmo que seja pouco em relação ao número de excluídos, podemos citar como exemplo de determinação e proposta de solução os assentamentos que prosperaram nos municípios de Nanoai, Sarandi e Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Em Mato Grosso do Sul, a 45 Km de Ponta Porã, o Assentamento Itamarati é uma mostra de um regime latifundiário de exploração agrícola que foi transformado em

sistema de agricultura familiar, o qual recebeu 1.200 famílias. À época das negociações, A Revista Veja[86] chegou a publicar uma matéria na qual insinuava que os assentados não teriam condições para manter a produção e que, dessa vez, os sem terra não teriam as justificativas anteriores de que as terras recebidas eram improdutivas, porque a referida fazenda já foi destaque nacional em produção de cereais, além da pecuária e de outras atividades rurais.

O que, no entanto, não foi evidenciado na reportagem, é que, geralmente, as terras destinadas a assentamentos são impróprias para o plantio. Por isso, contrariando as expectativas, o Assentamento Itamarati é hoje referência nacional para a implantação da Reforma Agrária. As famílias assentadas contam com habitação, energia elétrica, estradas, educação, saúde e meios de comunicação. Além disso, dispõem de linha de crédito, de cooperativas e uma produção agrícola, pecuária, e até artesanal, que atende desde a demanda local até à exportação de seus produtos (Ver Apêndice A).

Discutimos também, nos apêndices, experiências que têm apresentado resultados positivos em alguns assentamentos do estado no sentido de viabilizar e melhorar as condições de vida dos assentados.

No Apêndice B, pesquisas tecnológicas realizadas pela Embrapa Agropecuária Oeste, com o objetivo de servir de alerta para a necessidade de estabelecimento de programas de pesquisa, transferência de tecnologia e de assistência técnica e extensão rurais e também servir de base para o planejamento a fim de contribuir para a consolidação de programas governamentais de reforma agrária.

No Apêndice C, o assentamento Sebastião Rosa Paz, em Juti, que vai ganhar um empreendimento inédito na história da reforma agrária brasileira. Será implantada uma unidade de turismo rural, com hotel e estrutura para atendimento a turistas. O Governo do estado, em parceria com o Governo federal e outros parceiros, vai construir o empreendimento no local.

O local também abrigará cursos de capacitação de recursos humanos e terá papel essencial para que a mão-de-obra local ocupe os postos de trabalho do turismo rural, atendendo à qualidade dos serviços oferecidos. Além de formar os moradores para as atividades implantadas, a capacitação deve contemplar os empreendedores, estimulando o surgimento de novos investimentos.

---

[86] REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, nº 25, edição 1706, ano 34, 27 jun. 2001.

Já no Apêndice D a intenção é comentar uma série de reportagens que apontam que a reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais estão dando certo no estado e que podem ter sucesso desde que haja seriedade no desenvolvimento dos programas sociais.

Ainda como fonte de informações sobre os conflitos agrários no Mato Grosso do Sul, nos anexos constam uma relação de documentos, reportagens, cartas abertas à população, manifestos e formulários que ajudam no entendimentos das questões discutidas na tese.

No entanto, o 'estado' parece ser conivente com o latifúndio e, mesmo que hoje conte com um representante do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República e um segundo mandato na administração de Mato Grosso do Sul, a terra ainda é utilizada como reserva de mercado, como objeto de especulação.

Para Almeida (2003) o controle político exercido pelos latifundiários vem sofrendo poucas mudanças, em virtude da permanência, no Legislativo estadual e federal e nos Governos Municipais, de representantes dos latifundiários como as famílias: Coelho, Pedrossian, Derzi, Barbosa Martins, Miranda, Tebet, Schimidt e Dias, entre outras.

Como entendemos que a importância de uma pesquisa reside na função social por ela representada, nosso estudo poderá ser um instrumento de denúncias e também de subsídios para as instituições interessadas em efetivas mudanças no campo do estado, já que não há dúvida de que existe uma profunda relação entre a concentração excludente da terra e os conflitos pela posse e uso dela no estado de Mato Grosso do Sul.

E, neste contexto, possivelmente, está a nossa pretensão de fomentar maiores reflexões para os estudos sobre a questão agrária, porque estes excluídos do campo, ou até mesmo da pátria como ocorreu com os *'brasiguaios'*, muitas vezes, ocupam as cidades e habitam favelas e, a fim de promover a subsistência, acabam contribuindo, também, para a violência e a marginalização já constante nos grandes e até pequenos centros urbanos.

BIBLIOGRAFIA

ABATI, Ismael João de Oliveira *et. al. A Divisão do Estado de Mato Grosso – antecedentes e perspectivas.* Revista de Finanças Públicas, Cuiabá, v. 37, n. ° 331, p. 21-41, 1977.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.* 2 ed. Campinas: Hucitec/ Unicamp, 1998.

ABREU, Silvana de. *Planejamento Governamental A SUDECO no Espaço Mato-Grossense Contexto, propósitos e contradições.* São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

AGUIAR, Flávio (Org.). *Com palmos medida – Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo /Boi Tempo, 1999.

ALMEIDA, Ana Luiza. *A Expansão da fronteira.* Ciência Hoje. São Paulo, vol. 2, n.° 10, 1984, p. 38-39.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, Distinção e Territorialização: O Processo de (Re) criação Camponesa no Mato Grosso do Sul.* Presidente Prudente, Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2003.

ALVES, Gilberto Luiz. *.Mato Grosso e a História. 1870 – 1929.* Boletim Paulista de Geografia (AGB) São Paulo n° 61, 1984, p. 46 – 52.

AMIN, Samir/ VERGOPOULOS, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste.* São Paulo: Ática, 1986.a

_____. *A Terra e o Homem no Nordeste.* São Paulo: Atlas, 1986.b

_____*Abolição e Reforma Agrária.* São Paulo: Ática, 1987.

BALDUINO, D. Tomas (org.). *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Loyola /CPT, 1999.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *O Movimento camponês de Trombas e Formoso.* Revista Terra Livre, nº 6, 1988, p. 115-122.

_____. *Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica – O Projeto Rio Formoso.* Campinas: Papirus /Elege, 1996.

BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade.* São Paulo, Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. *Processo de Organização do Espaço Agrário do Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: UFMS, 1995.

BECKER, Bertha. *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: A expansão da Fronteira Agrícola. In*: Geopolítica da Amazônia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BENITES, Miguel Gimenez. *Brasil Central Pecuário. Interesses e Conflitos.* Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2000.

BERGMANN, Michel. *Nasce Um Povo.* Petrópolis: Vozes, 1977.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: Do Estado sonhado ao Estado construído (1892 – 1997).* São Paulo, Tese (Doutorado em Historia) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. *Estado, Educação e Transição Democrática em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: UFMS, 1998.

_____. *Geopolítica e Separatismo na Elevação de Campo Grande a Capital.* Campo Grande: UFMS, 2000.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra.* Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BONIM, Anamaria Aimoré. et al. *Movimentos Sociais no Campo.* Curitiba: UFPR, /Criar, 1987.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra Ponto de Partida, Ponto de Chegada.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BRASIL. Decreto nº 91.766, 10 out. 1985 *Plano Nacional de Reforma Agrária.* São Paulo: Atlas, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Área Especial de Mato Grosso do Sul.* 2 volumes, Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria de Imprensa da Presidência da República. *Brasil Indígena,* Brasília: 1992.

BRIOCHI, Lucila R. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo.* São Paulo: CERU, 1991.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil.* Rio de Janeiro: Forense Universitária/ FRJ, 1997.

BURSZTYN, Marcel. *O país das alianças. Elites e Continuísmo no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1990.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. *Violência no Campo.* Petrópolis: Vozes/ IBASE, 1985.

CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul.* 4ª ed. Campo Grande: Brasília, 1995.

CADERNAL, Ernesto. *As Riquezas Injustas (Antologia Poética).* São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito.* 6ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARVALHO, Murilo. *Sangue da Terra: a luta armada no campo.* São Paulo: Brasil Debates, 1980.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *O Vaivém da Sobrevivência.* São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. *Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra.* São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. *Brasiguaios.* Cadernos de Migração, nº 4, São Paulo: CEM, 1989.

CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. *As Relações Igreja-Estado no Brasil.* Coleção Igreja x Estado, 6 volumes, São Paulo: Loyola, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência.* 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHEMIN, Norberto & BARCIA, J. Vicente. (Coords). *500 anos – Uma História de Resistência.* Brasília: SERPAJ-Brasil/MOC - Estado Espanhol, 1992.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois.* São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Conflitos no Campo Brasil 1986 a 2001.* Goiânia: CPT.

_____. *Assassinatos no Campo Brasil 1985 – 1988: Violência e impunidade.* Itaici: CPT, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889 – 1930).* Campo Grande: UFMS, 1995.

COSTA, Luiz Flavio C. & SANTOS, Raimundo (Orgs). *Política e Reforma Agrária.* Rio de Janeiro: Mauá, 1988.

CORTEZ, Cácia & SILVA, Edson Taques Luiz. *A Travessia do Rio dos pássaros.* Belo Horizonte: 1985 (s.n).

CORTEZ, Cácia. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos.* São Paulo: Brasil Agora, 1993.

DELLAZERI, Dirlete. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul (1984 a 1993).* Ijuí, Monografia (Curso de História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Ijuí. 1994.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *OFAIÉ Morte e vida de um povo.* Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.

ECO, Humberto. *Como se faz uma Tese.* São Paulo: Perspectiva, 1983.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa.* Petrópolis: Vozes, 1987.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS USP. *Dossiê Questão Agrária.*. Vol. 1, nº 1. São Paulo: USP, 1987.

_____. *Liberalismo e escravidão. Brasil desafios I. Portinari.* Vol. 14, nº 38. São Paulo: USP, jan/abr, 2000.

_____ *Dossiê Desenvolvimento Rural.* Vol. 15, nº 43, São Paulo: USP, set/dez, 2001.

FABRINI, João Edmilson. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso de Itaquiraí.* Presidente Prudente, Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1995.

_____.*Paraná: Acampamentos e Assentamentos - 1988.* Cascavel: Edunioeste, 1998.

_____.*A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra.* Cascavel: Edunioeste, 2003.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *O acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra.* Araraquara, Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra.* Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP, 2002.

FEREZ, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria – O meio rural na história social do Brasil.* Amsterdam: Centrum voor Studie em Documentatie van Latijns Amerika, 1990.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Reforma Agrária e modernização no campo. In* Terra Livre, nº 11-12. São Paulo: AGB, 1996, p. 153 – 175.

_____. *Questões Teórico-Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária.* Boletim Paulista de Geografia, nº 75, 1998: 83-129.

_____. *MST: formação e territorialização.* 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A Formação do MST no Brasil.* Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST.* São Paulo: Cortez, 2001.

FIGUEIRA, Pe. Ricardo Rezende & MARQUES, Nadejda. *Trabalho Escravo – Apresentação e dados de 2000* Centro de Justiça Global, 2000.

FIGUEIREDO, Alvanir. *A presença geoeconômica da atividade ervateira.* Presidente Prudente, Tese (Doutorado em Geografia). Curso de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1968.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela Terra, A Economia Política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.* Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

FRANCO, Maria S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GANCHO, Cândida Vilares et al. *A Posse da Terra.* São Paulo: Ática, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania.* São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Conceição Ap. de Queiroz. *Economia Leiteira do Bolsão Sul-Mato-Grossense.* Presidente Prudente,. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da Terra.* Rio de Janeiro: Cocii, 1984.

_____. *Formação Sócio-espacial e questão ambiental no Brasil*: *In*: BECKER, Berta et al (orgs.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1995. p. 309 – 333.

GORGEN, Frei Sergio Antonio (ofm). *A Resistência dos Pequenos Gigantes: A luta e a Organização dos Pequenos Agricultores.* Petrópolis: Vozes, 1998.

GRESSLER, L. A./ SWENSSON, L. J. *Aspectos Históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: DAG Gráfica e Editorial, 1988.

GRYNSPAN, Mário (coord). *Levantamento histórico dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro (1950 – 1990).* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminho e descaminhos dos movimentos sociais no campo.* Petrópolis: Vozes/ Fase, 1987.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Migração, Controle Político e Luta pela Terra em Mato Grosso no início do século.* Revista Travessia/ maio – agosto, 1996. p. 36 – 38.

HESS, Dora Rodrigues/ AGUIAR, Tereza Coni. *A apropriação do espaço agrário pela pecuária do Centro-Oeste.* Revista Brasileira de Geografia, nº 50, 01 FIBGE, 1958.

_____ *A Evolução da Agricultura na região Centro-Oeste na década 70.* Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro. V. 49, nº 1, 1987. p. 197 – 257.

HOOFFMANN, Rodolfo. *Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960 – 1980.* Campinas: Reforma Agrária, V. 12, n.º 6, 1982, p. 117 –134.

IANNI, Octávio. *As Relações de Produção na Agricultura.* Seleção de Textos, nº 2, AGB, Junho, 1977.

_____. *A Luta pela terra – história social da terra e da luta pela terra, numa área da Amazônia.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.a

_____. *A Ditadura do Grande Capital.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Ditadura e Agricultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 1970 e 1975 de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 1986.

_____. Brasil: uma visão geográfica dos anos 80. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

_____.*Geografia do Brasil.* Vol 1, Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, 1989.

_____.*Censo Agropecuário 1980,1985 e 1995/1996.* Mato Grosso do Sul, nº 23, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Atlas Geográfico Escolar.* Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relatório final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil.* Brasília: INCRA /CRUB /UnB, 1996.

_____.*O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil.* Brasília: INCRA, *s/d.*

IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponês: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964 – 1986.* São Paulo: Hucitec, 1996.

JUSTO, Marcelo Gomes. *Capim na Fresta do Asfalto: conflito agrário violento e justiça.* São Paulo: Humanitas /FFLCH /USP – FAPESP.

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária.* 3ª ed. São Paulo, 1980.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos Posseiros.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Campinas: Papirus, 1988.

LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema.* São Paulo: Hucitec, 1998.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização* Cuiabá: Imprensa Universitária /PROEDI, 1982.

_____. *Terra e Poder.* Revista Brasileira de História. V. 6, n.º 12, Mar/Ago. São Paulo, 1986. p. 47-64.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.* São Paulo: Victor Civita, 1982. (Os Economistas)

LENS, Matias M. S.J. (coord.) *A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil.* São Paulo: Edições, 1980.

LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem-terra no Oeste Catarinense.* Florianópolis: UFSC/MST, 1988.

MAMIGONIAN, Armem. *Inserção de Mato Grosso ao Mercado Nacional e a Gênese de Corumbá. In*: Revista Geosul, nº 1, ano 1, 1986. p. 39 – 58.

MANGOLIM, Olívio. *Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul – Viveremos por mais 500 anos.* Campo Grande: CIMI/MS, 1993.

MARANHÃO, Malu & SCHNEIDER, Vilmar. *A Ofensiva da Direita no Campo no Brasil.* (Goiânia: CPT, 2000 atualizado pela CPT /Publicações em 24/09/2001).

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *A militarização da Questão Agrária no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Não há terra para se plantar neste verão.* Petrópolis: Vozes, 1986.a

_____. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República".* São Paulo: Hucitec, 1986. b

_____. *Caminhada no Chão da Noite.* São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil.* 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Expropriação e Violência.* 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.a

_____.*O massacre dos inocentes – a criança sem infância no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1991.b

_____. *A chegada do estranho.* São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O poder do atraso.* 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ *Reforma Agrária O impossível diálogo.* São Paulo: EDUSP, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. (Estado) *Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul 1991 – 1994.* Campo Grande: Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia, 1995.

_____. *Plano de Desenvolvimento da Agropecuária de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: PDAgro, 1999.

_____. *Plano Indicativo – Assentamento Itamarati: Uma proposta de gestão participativa ecológica, social e econômica.* Campo Grande: INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2002.

_____. *Diagnóstico Sócio-Econômico de Mato Grosso do Sul* Secretaria de Estado de Finanças, Orçamento e Planejamento – SEPLAN. Campo Grande, 1996.

MAURO, Gilmar & PERICÁS, Luiz B. *Capitalismo e Luta Política no Brasil na virada do milênio.* São Paulo: Xamã, 2001.

MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *Chapadão dos Gaúchos (MS). Núcleo de uma franja pioneira.* Boletim Paulista de Geografia, nº 67, São Paulo, 1985. p. 51 – 68.

_____.*(Des) Construção das (Des) Ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915 – 1945.* São Paulo: FFLCH/USP, 1991.

MENEGAT, Alzira Salete. *As novas-velhas inserções de trabalho nos Assentamentos rurais: A situação das mulheres Camponesas.* João Pessoa, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba, 1998.

_____. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral – MS.* Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP, 2003.

MINC, Carlos. *A reconquista da Terra.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: Pequena Historia Critica.* 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Emília de Rodat F. et al. *Movimentos Sociais no Campo e Ação do Estado. In*: Anais do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Maringá, 1992, p. 652-667.

MOREIRA, Ruy. *O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão.* Revista Terra Livre, ano 1, nº 1, AGB, 1986.

_____. *A marcha do Capitalismo e a Essência Econômica da Questão Agrária no Brasil.* Revista Terra Livre. n.º 6. Território e Cidadania. AGB-SP, 1988.

_____. *Formação do Espaço Agrário Brasileiro.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORENO, Gislaine. *Os (des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso.* São Paulo, Tese (Doutorado de Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.

MOREYRA, Sérgio Paulo. *As novas caras da violência no campo brasileiro. In:* Conflitos no Campo Brasil, 1997. Goiânia: CPT, 1998. p. 7 -21

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses.* São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Os Deserdados da Terra.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA. *Assassinatos no Campo – crime e impunidade 1964 – 1985.* São Paulo, 1986.

_____. *Normas Gerais do MST.* São Paulo, 1989.

_____. *Gênese e Desenvolvimento do MST.* Caderno de Formação, nº 30. São Paulo: Peres, 1998.

NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto.* 5ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

ODÁLIA, Nilo. *O que é Violência.* São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Aparecida Lopes. *Grandes Projetos de Investimentos no Mato Grosso do Sul.* São Paulo, Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e Indústria no Brasil. In* Boletim Paulista de Geografia, nº 58. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1981.

_____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura.* São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.* Campinas: Papirus, 1987.

_____. *O Campo Brasileiro no final dos anos 80.* Boletim Paulista de Geografia. 1988. p. 5 – 22.

_____. *Paraíso e Inferno na Amazônia Legal.* Travessia. Revista do Migrante. Publicação do CEM, Ano 1, nº 3 – Jan/Abr, 1989.

_____. *Agricultura Brasileira.* Transformações Recentes. *In*: Geografia do Brasil ROSS, Jurandyr Sanches (org.) São Paulo: Edusp/FDE, 1995. p. 465 – 534.a

_____. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.* 5ª ed. Campinas: Papirus, 1995.b

_____. *Agricultura Camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *A Geografia das Lutas no Campo.* São Paulo: Contexto, 1999 a.

_____. *A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.) Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.b p. 63-110.

OLIVEIRA, Tito C. Machado de. *Agroindústria e reprodução do espaço: o caso soja no Mato Grosso do Sul.* São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

PAULETTI, Maucir/SCHNEIDER, Nereu/MANGOLIM, Olívio. *Porque os Guaranis e Kaiowa se Suicidam? Espaço e vida dos índios Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul: Histórico, Contexto e Analise do Suicídio.* Campo Grande: CIMI/MS, 1997.

PÉBAYLE, Raymond/ KOECHLIN, Jean. *As frentes pioneiras, de Mato Grosso do Sul: Abordagem Geográfica e Ecológica. In*: Espaço e Conjuntura. São Paulo: USO, 1981.

PEREIRA, Humberto. *Os Assentamentos Rurais em Corumbá.* Dos acampamentos à conquista da terra (1983 – 1996). Corumbá, 1998. (mimeografado).

PEREIRA, Irandi. *Crianças /Adolescentes – O trabalho.* Comissão Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da CUT/Coord. Projeto CUT /OIT-IPEC e Fórum Nacional DCA. (mimeo) *s/d.*

PODE SER DIFERENTE *Caderno sobre violência e discriminação.* São Paulo: Projeto Centro Nacional de Formação Comunitária – CENAFOCO/SEAS & Instituto São Paulo Contra a Violência, *s/d.*

PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil.* 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *A Revolução Brasileira.* 7º ed. São Paulo, 1987.a

_____. *Questão Agrária.* 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.b

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *As Curvas do Trem e os Meandros do Poder. O Nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.* Campo Grande: UFMS, 1997.

_____. Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985. *Revista de Geografia,* Campo Grande: UFMS, nº 08, p. 33-40, jul/dez, 1998.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RATTON JR., Jose Luiz de Amorim. *Violência e Crime no Brasil Contemporâneo – Luta pela Vida contra Violência.* Brasília: Cidade, 1996.

RELATÓRIO DA EDUCAÇÃO NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DO INCRA MATO GROSSO DO SUL *Situação de Estado e de Nível de Escolaridade* (dados Primários), Campo Grande: UFMS Departº de Educação, 1997.

RELATÓRIO SINTÉTICO DO PERFIL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO INCRA EM MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande: UFMS/Data-UnB Convênio INCRA/CRUB, 1997

RIBEIRO, Júlio Cezar. *A Geografia da Escravidão no Território do Capital.* Presidente Prudente, Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, 2001.

RIBEIRO, Nelson de F. *Caminhada e esperança da reforma agrária: a questão da terra no Constituinte.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REGINA, Jesus Eurico/KUDLSVIEZ, M./JESUS, S. A. De. *Lutas dos Trabalhadores Rurais em Mato Grosso do Sul (1978 – 1992) A Participação da Comissão Pastoral da Terra.* Campo Grande: CPT, 2000 (mimeo)

RICCI, Ruda. *Terra de Ninguém: Representação Sindical Rural no Brasil.* Campinas: Unicamp, 1999.

RODRIGUES, J. Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: *s/n*, 1978.

.

_____. *História de Mato Grosso do Sul.* São Paulo: Escritor, 1984.

SABATINI, Silvano. *Massacre.* São Paulo: CIMI, 1998.

SALGADO, Sebastião. *Terra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, José Vicente dos. *Matuchos.* Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova.* 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Espaço e Método. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais.* São Paulo: Loyola, 1993.

SCHMIDIT, B. V. MARINHO, D. N. C. ROSA, S. L. C. (orgs). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.* Brasília: UnB / DATA UnB, 1998.

SERRA, Elpídio. *A Geografia dos conflitos pela posse da terra no Paraná. In*: Anais do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Maringá: AGB, 1992.

SILVA, Édima Aranha. *O Processo Produtivo do Carvão Vegetal/ um estudo em Mato Grosso do Sul.* Presidente Prudente, Tese (Doutorado em Geografia). Curso de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, 2002.

SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária.* 11ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Cláudio Freire de. *A terra e o homem: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do Sul de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1992,

_____. *Terra e Poder em Mato Grosso do Sul: as alianças e os projetos de educação.* São Paulo, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, 1997.

STÉDILE, João Pedro. & GORGEN, F. Sérgio Antônio (Orgs). *Assentamentos a Resposta Econômica da Reforma Agrária.* Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. (Org). *A Questão Agrária Hoje.* 2° ed. Porto Alegre: EUFRGS, 1994.

_____. *Questão Agrária no Brasil.* 5ª ed. São Paulo: Atual, 1997.a

_____. (Org). *A Reforma Agrária e a Luta do MST.* Petrópolis: Vozes, 1997.b

_____. & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente. A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. *Análise da Agricultura Mato-Grossense. 1970/1985. Modernização e desconcentração de terra e mão-de-obra.* São Paulo, Tese (Doutorado em Economia). Fundação Getúlio Vargas, 1990.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.). *Violência em tempo de globalização.* São Paulo: Hucitec, 1990.

TEIXEIRA, Gerson. *Violência no Campo, Estado e Latifúndio. In*: Conflitos no Campo – Brasil, Goiânia; CPT, 1999, p. 08-09.

TEIXEIRA, Márcio Antônio. *As Mudanças Agrícolas no MS: O exemplo de Dourados.* São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989.

TETILA, José Laerte Cecílio. *Marçal de Souza TUPA'I – Um guarani que não se cala.* Campo Grande: UFMS,1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. *Cadernos de Extensão.* Ano I, nºs 1,2,3,4,5,6, e 7. Campo Grande:UFMS/PREAE, 1996.

VALENTE, Antônio. *Sindicatos de Trabalhadores no Mato Grosso do Sul. In:* Programas de Estudos Regionais. Cadernos de Extensão, Campo Grande: UFMS, ano I, nº 7 Dezembro de 1996, p. 29 – 36.

VALIM, Ana. *MIGRAÇÕES/ da perda da terra à exclusão social*, 4ª ed. São Paulo: Atual, 1996.

VALVERDE, Orlando. *Geografia Agrária do Brasil.* Rio de Janeiro: INEP-MEC-CBPE, 1964.

_____. *Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá.* Revista Brasileira de Geografia. IBGE, 34 (1) jan/ mar. *1972*. p. 49 – 144.

VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária.* São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1984.

VELHO Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato.* 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homem sem pátria.* Petrópolis: Vozes, 1990.

JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande, 07 ago. 1992; 06 jun. 1995; 28 fev. 1996; 13. maio. 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 05 maio. 1984; 03 abr. 1991.

FOLHA DO POVO, Campo Grande, 02 set. 1999.

JORNAL A CRÍTICA, Campo Grande, 28. ago. 1999.

JORNAL DA TARDE, São Paulo, 14 maio. 1984.

JORNAL DO COMÉRCIO, Campo Grande, 22 julho. 1998. JORNAL D

JORNAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, São Paulo: MST, de 1993 a 2000.

JORNAL O PANTANEIRO, Aquidauana, de 15 a 21 ago. 1999.

JORNAL PORANTIM, Goiânia, 23 mai. 2002; 07 out. 2003.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 12 out. 1997; 01 nov. 1999.

REVISTA CAROS AMIGOS, São Paulo, nº 08, 1997; nº 11, 1998; nº 27, 1999 e Especial *Reforma Agrária Vai ou não Vai?* nº 18, 2003.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, Campo Grande, 26 set. 2002.

REVISTA METRÓPOLE, Campo Grande, nº 25, *s/d.*

REVISTA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande, Ano I, nº 8, set. 1999.

REVISTA SEM TERRA, São Paulo, de 1997 a 2003.

REVISTA VEJA, São Paulo, Editora Abril, 10 nov. 1999; 18 jun. 2003.

SITES

www.incra.gov.br

www.mst.gov.br

www.cptnac.com.br

www.cimi.org.br

www.pastoraldacriança.org.br

www.ibge.gov.br

APÊNDICE A

ASSENTAMENTO ITAMARATI[87]- COMO SE FAZ REFORMA AGRÁRIA

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo
O milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana
A doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra
A propícia estação
E fecundar o chão

O CIO DA TERRA
(MILTON NASCIMENTO
CHICO BUARQUE)

Muitos assentamentos mostram que a Reforma Agrária pode dar certo. A produção camponesa mostra-se economicamente viável, sendo que 18% da área agrícola do Brasil, constituída por estabelecimentos camponeses, produz quase metade da riqueza agropecuária do país.

Temos como exemplo os assentamentos que prosperaram nos municípios de Nonoai, Sarandi e Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, onde as famílias estão assentadas em casas de alvenaria, com luz elétrica e serviços de saneamento básico. Há escolas estaduais nos assentamentos. As famílias produzem individualmente ou de forma coletiva, possuem tratores e implementos agrícolas e estão organizadas em associações de moradores ou em cooperativas. Enfim, estão em condições muito melhores do que quando lutavam por um pedaço de terra (Pode ser Diferente, *s/d*: 53)

Em Mato Grosso do Sul, o Assentamento Itamarati é a transformação de um espaço territorial, que deixa de ser um regime de exploração agrícola de escala empresarial fortemente apoiado no uso intensivo de tecnologia de ponta, para transformar-se em um sistema de agricultura familiar.

---

[87] Assentamento Itamarati – Plano Indicativo – INCRA/SEPROD/IDATERRA – Janeiro/2002.

A área de 25.100 hectares, localizada a 45 km de Ponta Porã-MS, foi adquirida do Grupo Itamarati para assentar 1.200 trabalhadores rurais ligados ao MST, a CUT, a FETAGRI e a AMFFI (Figura 32).

1. HISTÓRICO DO PROJETO

O espaço físico do Assentamento Itamarati foi adquirido da Tajhyre S/A Agropecuária, em dezembro de 2000, e incorporado ao patrimônio do INCRA, em maio de 2001.

A propriedade era do Grupo Itamarati e, nas décadas de 70 e 80, era conhecida como a maior produtora de soja no Brasil, utilizando tecnologias de ponta como irrigação, fertilizantes, agrotóxicos e um grande investimento financeiro, o que obteve altos índices de produtividade com plantações de soja, milho, feijão, trigo, além da pecuária bovina e outras atividades rurais.

A fazenda Itamarati foi destaque nacional para a agricultura empresarial, o que fazia com que vários grupos de empresários agropecuários procurassem seguir o exemplo adotado, porém, todo o empreendimento fracassou e foi assumido pelo Banco Itaú.

Como resultado das negociações entre Banco Itaú, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Governo do estado de Mato Grosso do Sul, teve início este Projeto que garantiu terra para 1.200 famílias.

2. OBJETIVOS

Oportunizar acesso a terra e segurança alimentar a pessoas com vocação para a produção, geração de renda e emprego;

Apoiar a evolução do capital humano na escala social, promovendo a cultura, educação, saúde e conhecimento profissional;

Promover a inclusão e a emancipação sócio-econômica das famílias beneficiadas;

Fortalecer a agricultura familiar, por meio do desenvolvimento local sustentável, nos níveis municipal, regional e estadual;

Organizar os produtores e a produção, respeitando os valores locais e as exigências do mercado;

Desenvolver sistemas de inovação tecnológica, administrativa e gerencial, visando a competitividade de novos produtos, gestão de custos e participação social;

Incentivar o associativismo, a participação social e a gestão compartilhada;

Priorizar produtos diferenciados em qualidades acessíveis ao consumidor e obtidos por métodos não agressivos ao meio ambiente;

Fomentar a instalação de um sistema agro-industrial local, identificado com o Sistema Local de Produção;

Fomentar atividades geradoras de renda não agrícola, como artesanato e turismo rural;

Desenvolver sistemas de inteligência competitiva para o acesso aos mercados local, regional, nacional e internacional, por meio de parceiras, alianças e bons canais de distribuição;

Estabelecer como lógica dos projetos a eficiência, a eficácia, a rentabilidade e realidade do mercado.

3. ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA

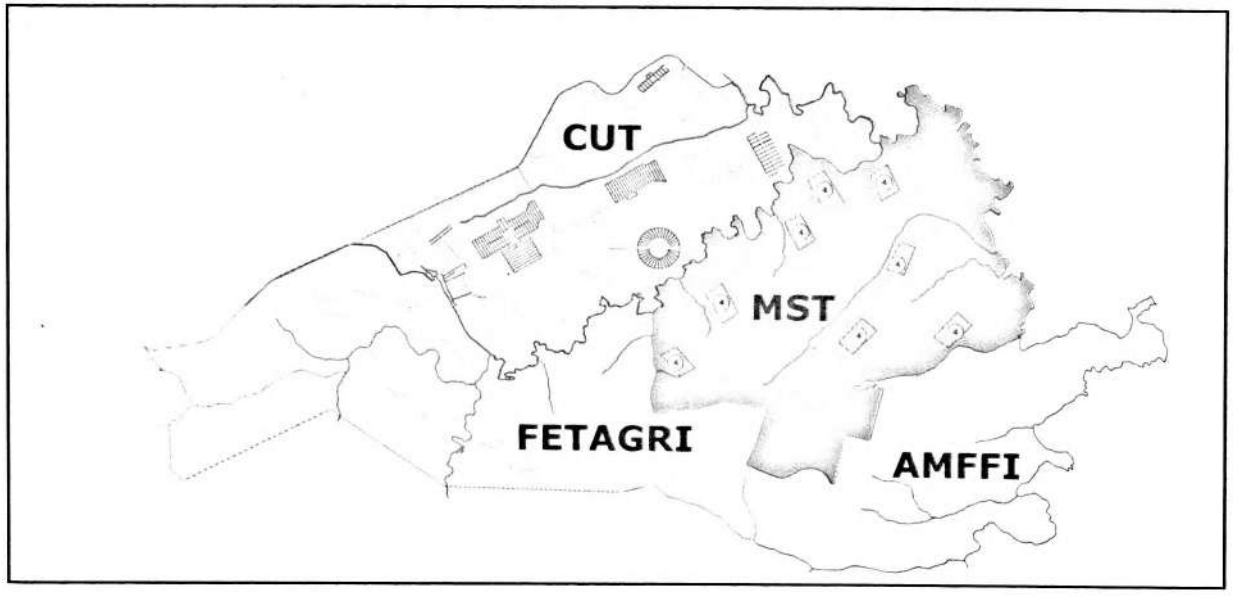
Tabela 08: Os grupos sociais e a posse de terras – Assentamento Itamarati

Grupo Social	Área Total ha	Numero de Famílias	Ocupação da Área				
			Irrigada ha	Sequeiro ha	Reservas ha	Reservas Permanentes ha	Pastagem Plantadas ha
CUT	6.287,00	280	1.835	1.400	1.184	190	1.678
MST	6.571,00	350	1.964	1.402	1.402	287	1.520
FETAGRI	7.727,00	420	1.751	2.206	716	219	2.835
AMFFI	4.487,00	150	1.682	1.560	1.023	222	-

Fonte: INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2000.

FIGURA 32: PLANTA DO ASSENTAMENTO ITAMARATI COM OS GRUPOS SOCIAIS ASSENTADOS

(CUT, MST, FETAGRI, AMFFI)



FONTE: INCRA/SEPROD/IDATERRA, jan 2002.

Quadro 35:
ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA PRODUÇÃO – ASSENTAMENTO ITAMARATI

Grupo Social	Área de Exploração			
	Segurança Alimentar	Irrigada	Sequeiro	Pecuária
CUT	Individual	Coletiva	Coletiva	Coletiva
MST	Individual	Coletiva	Coletiva	Coletiva
FETAGRI	Individual	Coletiva	Individual	Individual
AMFFI	Individual	Coletiva	Coletiva	--

Fonte: INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2000.

4. INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

4.1. Habitação

O sistema de habitação no Assentamento Itamarati compreende:

Moradia do assentado e sua família (Figura 33), fornecimento de água, saneamento básico, horta, pomar, área de plantio para segurança alimentar e área de criações para subsistência.

O Assentamento Itamarati utiliza o Programa Che Roga Mi, que tem como objetivo solucionar o problema da falta de moradia, através da parceria entre Estado, Municípios e Comunidade. Através do projeto Casa no Campo, voltado para assentamentos rurais, o INCRA entra com 71% do material de construção e o Governo do Estado com os 29% restantes, mais assistência técnica e toda a supervisão das obras. A construção é feita através de mutirões organizados entre os assentados.

4.2. Energia

Existe hoje uma rede elétrica trifásica de 34,5 Kwa, medindo 110,85 Km, em estado regular de conservação, a partir da qual a Secretaria de Infra Estrutura e Habitação – SEINFRA implanta o Programa de Eletrificação Rural Luz no Campo, sendo construída uma rede de distribuição rural com aproximadamente 150 Km, a qual atende ao consumo familiar e às atividades produtivas.

4.3. Estradas

Nos 25.100 hectares da área adquirida para o Assentamento Itamarati, já existe uma infra-estrutura local:

. 172 Km de estradas com revestimento primário;

. 183 Km de estrada em estado regular de conservação;

. 02 pontes de concreto de 9,50 x 14 m;

. 01 ponte de madeira com estrutura de ferro de 6 x 13 m.

A Secretaria de Infra-estrutura e Habitação SEINFRA implantou aproximadamente 250 Km de estradas principais, as quais atendem ao transporte interno de pessoas, como também ao escoamento da produção.

4.4. Educação

A Secretaria de Educação do Estado de MS – SED, em parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Porã, viabilizou, junto ao Programa de Revitalização da Educação Profissional – PROEP, uma Escola Pólo Urbana com 6 salas de aula que recebe 30 alunos por sala.[88]

A escola possui características simples, com divisões internas para facilitar o trabalho e o estudo, possibilitando a implantação das salas de aula, al'rm de se adaptar facilmente à maioria dos terrenos.

O programa de Educação atende 3 níveis de formação:

Educação Formal – atende à população em idade escolar mediante o ensino fundamental, médio e técnico a curto, a médio e a longo prazo, respectivamente, utilizando a infra-estrutura existente e complementada na medida das necessidades;

Educação não Formal e Complementar – atende a população ativa do assentamento, mediante eventos de capacitação, treinamento operacional, palestras, oficinas, visitas, etc. conforme prevê o programa de capacitação;

Educação Informal (DIFUSA) – estimula a transmissão de conhecimentos e experiências entre os assentados, bem como, o estimulo à auto-didática, pesquisa e experimentação espontânea.

4.5. Saúde

Através da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – SESAU, foi construída no núcleo urbano do Assentamento Itamarati, uma Unidade de Saúde de Família – USF, medindo 237,44 m2,. com uma área pré-estabelecida de 100 x 100 m. Foi implantada uma Equipe de Saúde Família para prestar atendimento à população do Assentamento, constituída por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, e agentes comunitários de saúde, odontológico e auxiliar de cirurgião dentista. Também é disponibilizado um kit Programa de Saúde Família – PSF, com

[88] A área já conta com uma Escola que atende nos turnos da manhã, tarde e noite. (Correio do Estado, Campo Grande 06 jan. 2003).

material médico – hospitalar e equipamento de escritório, uma caminhonete dupla para deslocamento da equipe e uma ambulância.

O programa de saúde está direcionado para atender os seguintes aspectos:

Medicina preventiva com meios de prevenção às doenças naturais;

Medicina curativa, com tratamento ambulatorial e hospitalar;

Melhoria das condições de vida, com ações relacionadas à alimentação, à higiene, etc.

4.6. Meios de Comunicação

No primeiro momento são dois meios de comunicação:

O primeiro é a via telefonia rural, com um Posto Telefônico, que atende parcialmente as necessidades dos assentados e do Escritório de Apoio Técnico do INCRA/IDATERRA;

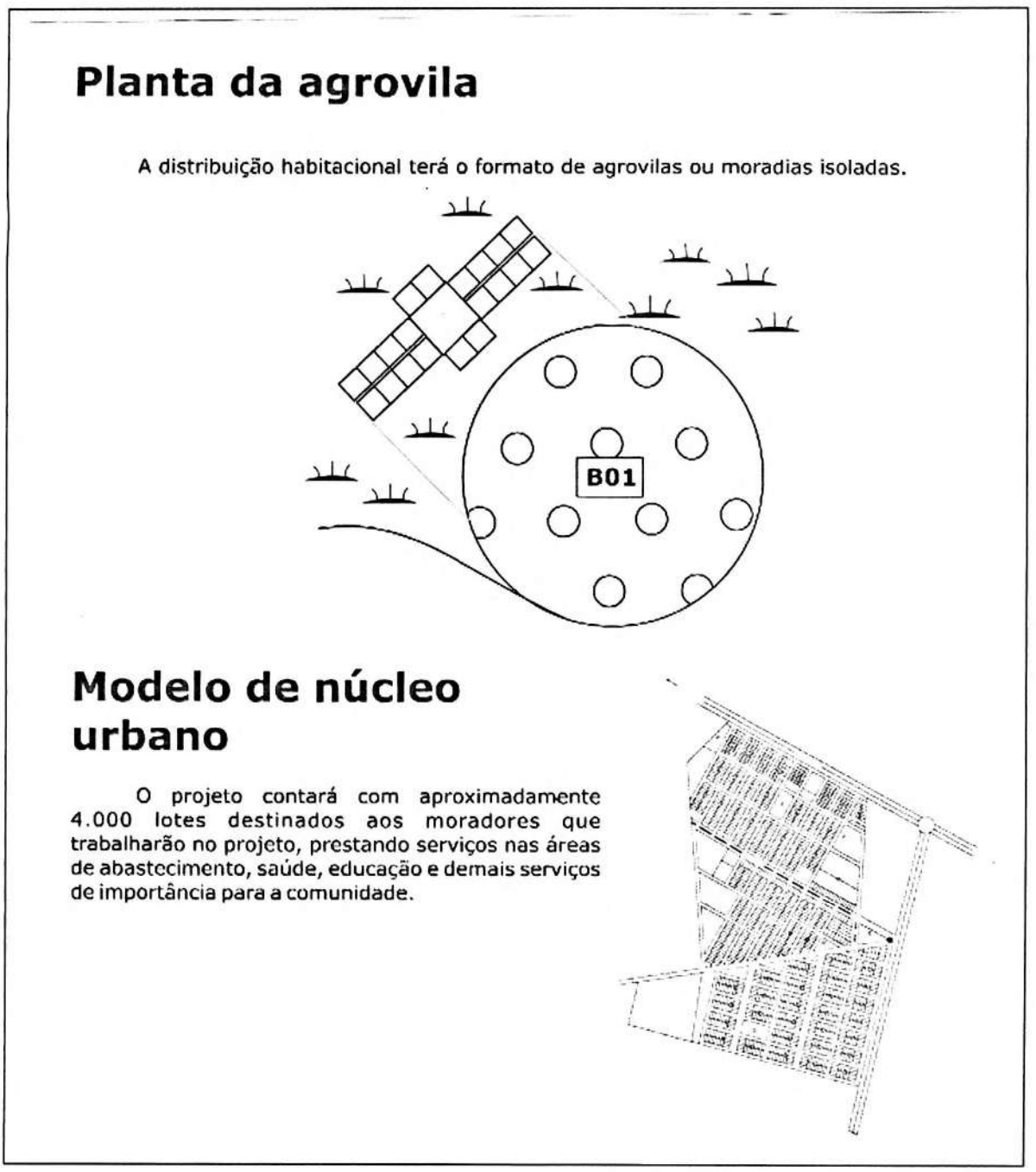
O segundo é o da Empresa Brasileira de Comunicação ECT.

O imóvel possui uma área de 25.100 hectares, sendo 7.380 hectares de área irrigada, com 63 unidades de irrigação do tipo Pivô Central (Figura 34). O engenheiro agrônomo do IDATERRA, Paulo Titico, que dá assistência às 1.143 famílias do Assentamento Itamarati, em entrevista ao Correio Rural, disse que:

> Os quatro movimentos sociais contemplados com lotes na Fazenda Itamarati vão plantar milho e soja em 58 pivôs. Cada pivô irriga área de 115 hectares. Além do plantio irrigado, os assentados farão plantio de sequeiro [...] as famílias ligadas à FETAGRI, por exemplo, farão o plantio em 14 pivôs, sendo 11 de milho (1.265 hectares) e apenas três de soja (345 hectares). Os associados da FETAGRI também vão plantar 900 hectares de soja e milho de sequeiro.
> Já os ex-funcionarios da Fazenda Itamarati, que foram contemplados com os lotes, vão plantar 1.120 hectares de milho em área irrigada e 330 hectares de soja também através do sistema de irrigação [...] 700 hectares de sequeiro, que serão divididos entre as duas culturas.
> As famílias ligadas à CUT, foram beneficiadas com 13 pivôs. Elas vão plantar 1.220 hectares de milho e 230 hectares de soja [...] se preparam para fazer o plantio de 1.180 hectares de sequeiro.
> Já as famílias do MST vão plantar 1.267 hectares de soja nos 17 pivôs. O MST fará o plantio de 700 hectares de cultura de sequeiro. (**Correio do Estado**, Campo Grande 30 set.2002)

Segundo Paulo Titico, *caso o tempo colabore para o plantio e colheita, os assentados da Fazenda Itamarati poderão colher uma grande safra 2002/2003.*

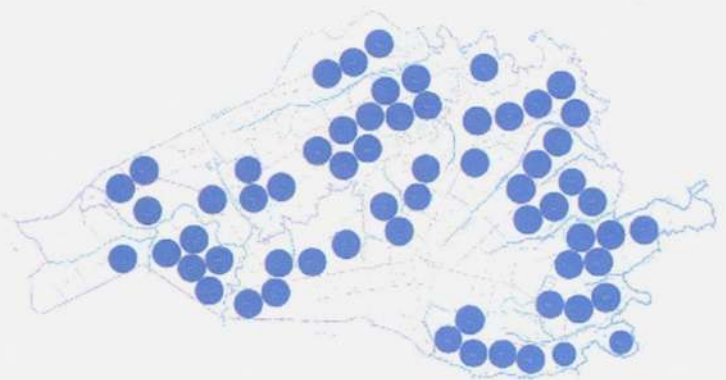
FIGURA 33: PLANTA DA AGROVILA DO ASSENTAMENTO ITAMARATI - MS



Fonte: INCRA/SEPROD/IDATERRA, jan 2002.

FIGURA 34: LOCALIZAÇÃO DOS PIVÔS NO ASSENTAMENTO ITAMARATY - MS

O imóvel possui uma área de 25.100 hectares sendo 7.380 ha de área irrigada com 63 unidades de irrigação do tipo Pivô Central.



Pivot L-03 - Detalhe da sucção - tubo ferro fundido e aço zincado

Pivot AL-03 - Base e Parte Aérea

Pivot G-02 - Em Funcionamento

Ordem	Sub-gleba	Nº de Equipa-mentos
01	Balde	03
02	Alazão	04
03	Monte Rico	06
04	Guariroba	13
05	Aguará	08
06	Tajhiré	07
07	Ledesma	07
08	Cerrito	15
Total		63

Fonte: INCRA/SEPROD/IDATERRA, jan 2002.

As estimativas apontam que o rendimento do milho poderá atingir até nove toneladas por hectare. Já a produtividade da soja deverá ficar na faixa de seis toneladas por hectare nas áreas irrigadas.

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO

O Assentamento foi criado como unidade organizada para a produção, negócios, renda, emprego e qualidade de vida a seus membros e a comunidade regional.

As novas propostas e idéias, bem como as ações técnicas do Projeto, são as de um sistema organizado no conceito de agropolo. A organização tem a estrutura de um sistema local de produção, com toda a infra-estrutura necessária de serviços, créditos, insumos, tecnologia, produção, beneficiamento, industrialização e comercialização. É um exemplo concebido no desenvolvimento sustentável.

5.1.Segmentação Produtiva

Produção de gêneros para garantia de alimentação para os assentados:

Desenvolvimento de atividades agropastoris com venda comercial;

Segurança alimentar:

Em média a utilização de 2,5 hectares para família com a produção de hortaliças, grãos, raízes e tubérculos, plantas medicinais, criações de pequeno porte, pomar doméstico, piscicultura e produção comercial;

Área Irrigada: o equivalente a 10 hectares por família com o cultivo de cereais como – soja, milho, trigo, girassol, aveia, e fruteiras a médio e longo prazo;

Área de Sequeiro: o equivalente a 14 hectares por família com o cultivo de grãos, a curto prazo, e fruteiras e outras culturas permanentes, a médio e longo prazo;

Área de Pastagem: com a criação de gado de leite em áreas de 18 hectares por família;

Área Para-rurais: com criação de médio e pequeno porte em áreas de 5 hectares por família.

5.2 Créditos concedidos aos assentados:

Crédito apoio à instalação[89]– Esse crédito tem por finalidade dar suporte às famílias para que possam iniciar sua vida no assentamento. Está dividido em duas modalidades, crédito apoio e crédito aquisição de material de construção.

Crédito Apoio – Serve para comprar gêneros alimentícios, ferramentas e alguns animais. Na compra de animais é obrigatória a apresentação pelo vendedor das fichas de vacinação contra febre aftosa e o atestado sanitário. Sempre que possível, é recomendável ter a presença de um técnico especializado em agropecuária.

Crédito Aquisição de Material de Construção – É destinado e deve ser usado na compra de materiais para construção e reforma da casa da família. Os assentados devem identificar, na comunidade, quem tem habilidade para os trabalhos de construção e para organizar mutirões.

O Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)[90] dá apoio financeiro para o custeio e investimento em atividades agropecuárias, nas quais há emprego direto de força de trabalho do agricultor e de sua família. O PRONAF está dividido em grupos.

O Grupo A é destinado especialmente aos assentados da reforma agrária. Após utilizar os recursos do PRONAF A, os beneficiários passam a ter acesso às demais linhas de crédito da agricultura familiar.

Existem três categorias de concessão de créditos do PRONAF:

Individual – Os recursos são concedidos a cada assentado, individualmente;

Em Grupo – Os recursos concedidos a um grupo de assentados, mas cada integrante do grupo decide como aplicar a sua parte;

Coletivo – Os recursos são concedidos a um grupo que decide, em conjunto, como aplicar os créditos.

---

[89] [...] Cada família beneficiada com o lote tem o direito a uma bolsa de material de construção no valor de R$ 3,5 mil. O INCRA participa com R$ 2,5 mil e o Governo do Estado com o restante. As famílias também estão recebendo crédito no valor de R$ 400 para gastos com alimentação e mais R$ 1 mil para a aquisição de ferramentas para uso na lavoura [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 30 set. 2002)

[90] Famílias do Itamarati tem credito do PRONAF - [...] receberão o primeiro crédito destinado aos assentamentos da reforma agrária, o chamado Grupo A do programa. Serão liberados, ao todo, R$ 17,1 milhões para 1.143 famílias. O dinheiro será usado para o custeio das lavouras de milho e soja, e investimentos em maquinas, equipamentos e pecuária, entre outras finalidades [...] Dos R$ 17,1 milhões previstos, R$ 15,1 milhões já estão na rede bancária. A diferença, no valor de R$ 2 milhões, corresponde aos recursos destinados à assistência técnica e extensão rural – R$ 1,5 mil por família assentada. Com isso, cada contrato do Grupo A pode chegar até o limite R$ 15 mil. Os assentados terão 10 anos para pagar e os juros são os mais baixos do mercado – 1,15% ao ano [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 27 out. 2003).

Cada assentado tem direito aos mesmos créditos em valores idênticos, que são repassados à Associação dos Movimentos. A prestação de contas é feita pela representação dos assentados por meio de notas fiscais, recibos, contratos realizados, relação de fornecedores, dos bens adquiridos e o valor total recebido, além da relação de famílias contempladas.

6. GRANDES EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Associativismo – Para o Assentamento Itamarati entrar no mercado e garantir sua presença, foi necessário que os produtores assentados se organizassem internamente, definindo a melhor forma de exploração dos recursos existentes na região e, principalmente, conhecer as leis de mercado. Desta forma, pôde:

Desenvolver diversas formas de trabalho de integração e cooperação econômica, possibilitando muitos ganhos e vantagens, como a de melhorar o aproveitamento das terras e das águas;

Incorporar novas tecnologias as quais favorecem o aumento do rendimento do trabalho.

7. PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA

O programa de turismo foi desenvolvido tomando como referência três modalidades com as seguintes características:

7.1. Turismo Rural ou Agrícola – tem a finalidade de promover e divulgar as atividades agropastoris desenvolvidas ou a serem desenvolvidas no assentamento com os objetivos de:

valorizar o trabalho realizado pelos agricultores familiares;

divulgar a produção familiar de forma sistêmica;

oportunizar as condições de promover a realização de agro-negócios com diversos parceiros;

atrair parceiros para a realização de ações nas diversas etapas da cadeia produtiva dentro da produção familiar.

7.2. Ecoturismo ou Turismo Ecológico – visa às seguintes finalidades, entre outras:

promover o acesso da sociedade à área do projeto para conhecer as reservas ambientais e sua conservação;

expor para os visitantes ou turistas a consciência ecológica dos produtores familiares;

expor aos visitantes os meios de exploração dos recursos naturais sem agredir a natureza.

7.3. Turismo Cultural – dentro desta modalidade de turismo, visam aos seguintes objetivos:

disponibilizar, aos visitantes, campos de estudo para pesquisa e experimentação de diversos aspectos que ocorrem no assentamento (meio ambiente, agricultura, pecuária, habitação, educação, saúde, associativismo, etc.);

promover e sensibilizar os centros de ensino em diversos níveis, bem como os órgãos de pesquisa e experimentação, para a realização de estudos nos mais variados campos que ocorrem no assentamento;

oferecer instalação e apoio logístico para sediar eventos que tratem dos aspectos relacionados ao desenvolvimento agrário.

8. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

8.1. Artesanato Utilitário – são aproveitadas as sobras e materiais da produção agropastorial as quais são transformadas em objetos de uso doméstico, utilizando, em sua totalidade, o trabalho manual. Dentro desta categoria ou nível, também estão incluídos os serviços artesanais, tais como os de carpinteiros, marceneiros, pedreiros, mecânicos e eletricistas;

8.2. Pequena Indústria ou Indústria caseira – os produtos agropastoris são transformados, com a utilização de alguns equipamentos, em produtos para comercialização em pequena escala, como doces, queijos, compotas, sabonetes artesanais, etc.;

8.3. Indústria – os produtos são transformados para sua melhor comercialização, utilizando equipamentos de porte e venda em larga escala.

9. ACESSO AO MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

9.1. Nível Interno – para atendimento das demandas internas do assentamento (aproximadamente 10.000 pessoas entre assentados na área rural e assentados no núcleo urbano) assim como, para atender as necessidades alimentares das criações (bovinos, suínos, aves, peixes, animais de pequeno porte, etc);

9.2. Nível Local – para atender às demandas do município e parque industrial local;

9.3. Nível Regional – para atender às demandas dos estados circunvizinhos;

9.4 Nível Nacional e Internacional – para atender às demandas dos estados e dos paises da Federação integrantes do MERCOSUL.

10. PARCERIAS:

O Assentamento Itamarati é desenhado de forma a permitir a realização de atividades produtivas com a participação de instituições e organizações do setor público e privado, nas diversas fases da cadeia produtiva.

Quadro 36:
ÁREAS E FORMAS DE PARCERIA – ASSENTAMENTO ITAMARATI

Atividades	Áreas de interesse	Forma de parceira	Produto da parceria
Agricultura	- sementes/mudas - adubos (quim./org.) - defensivo (quim/org)	Produção Compra e venda	Pagamento em Produtos
Pecuária	- matrizes p/ corte - inseminação - assistência técnica - insumos	Compra e venda	Pagamento em Produtos
Agro-industria	- instalações - maquinários	Instalações do parceiro	Compra e venda da produção
Comercialização	- padronização - certificação - assistência técnica	Compra e venda	Compra e venda Da produção
Turismo	- instalações - definição de áreas temáticas	Arrendamento de Locais	Divisão de Faturamento
Serviços	- serviços agrícolas - serviços pecuários	Compra e venda	Pagamento em Produtos
Outros	- apoio a produção, agro-industria, comercialização, etc.	Compra e venda	Pagamento em Produtos

Fonte: INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2000.

APÊNDICE B

ASSENTAMENTOS E A PESQUISA TECNOLÓGICA EM MATO GROSSO DO SUL[91]

Em recente reportagem, o Correio do Estado – Rural, destaca o Estado de Mato Grosso do Sul entre os estados brasileiros onde as políticas de reforma agrária dos governos federal e estadual foram mais efetivas.

Ressalta, porém, que os problemas de cada assentamentos são desconhecidos da sociedade em geral e mesmo das instituições que poderiam contribuir para o desenvolvimento dessas novas comunidades.

Um estudo realizado por pesquisadores da Embrapa Agropecuária Oeste, de Dourados, Eder Comunello, Cláudio Lazzarotto e João Ronaldo Novachinski, mapeou as características dos assentamentos no Estado, com o objetivo de servir de alerta para a necessidade de estabelecimento de programas de pesquisa, transferência de tecnologia e de assistência técnica e extensão rurais e também servir de base para o planejamento das atividades que deverão ser empreendidas pela Embrapa e seus parceiros, a fim de contribuir para a consolidação desses programas governamentais de reforma agrária.

O estudo aponta que somente no centro-sul do estado existem atualmente, 50 assentamentos com 7.726 famílias que ocupam uma área de 183 mil hectares (Figura 35). A maior parte dessas famílias já consegue sobreviver sozinha, mas existem assentados que ainda não produzem o suficiente para a sua subsistência, dependendo de ajuda oficial. Eles produzem basicamente, arroz, feijão, milho, mandioca – em alguns casos a soja – e produzem também leite e derivados.

Para o chefe-geral da Embrapa de Dourados, Mario Urchei:

> Estima-se que a partir do conhecimento da distribuição dos assentamentos no Estado, a Embrapa Agropecuária Oeste tenha um programa de atendimento às necessidades de respostas tecnológicas para as dificuldades de todos os assentamentos rurais do Mato Grosso do Sul, a ser executado pela unidade e por seus parceiros. A partir dessas ações, espera-se o desenvolvimento da agricultura familiar em bases sustentáveis e consolidadas [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 03 nov. 2003).

---

[91] Embrapa Oeste pesquisa a realidade dos assentamentos (**Correio do Estado**, Campo Grande, 03 nov. 2003).

Outro exemplo de pesquisa[92] referente aos assentamentos de Mato Grosso do Sul ocorre em Corumbá, onde representantes da Prefeitura, Incra, Embrapa Pantanal, Banco do Brasil, Instituto Superior do Pantanal, UFMS, Caixa Econômica Federal, Associação dos pequenos Produtores do Assentamento Tamarineiro II (Sul), Idaterra, Iagro e Sindicato Rural de Corumbá participaram de um encontro sobre o Projeto Piloto do Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos da Reforma Agrária – PAC, apresentado pelo representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Paulo Kanazawa.

A Embrapa Pantanal participa do projeto piloto e a equipe técnica está desenvolvendo um trabalho de pré-diagnóstico nos assentamentos Tamarineiro II e Paiolzinho.

Este projeto piloto será desenvolvido em 107 assentamentos no país, dos quais, em Mato Grosso do Sul, serão 18 projetos, que atenderão a 2.658 famílias.

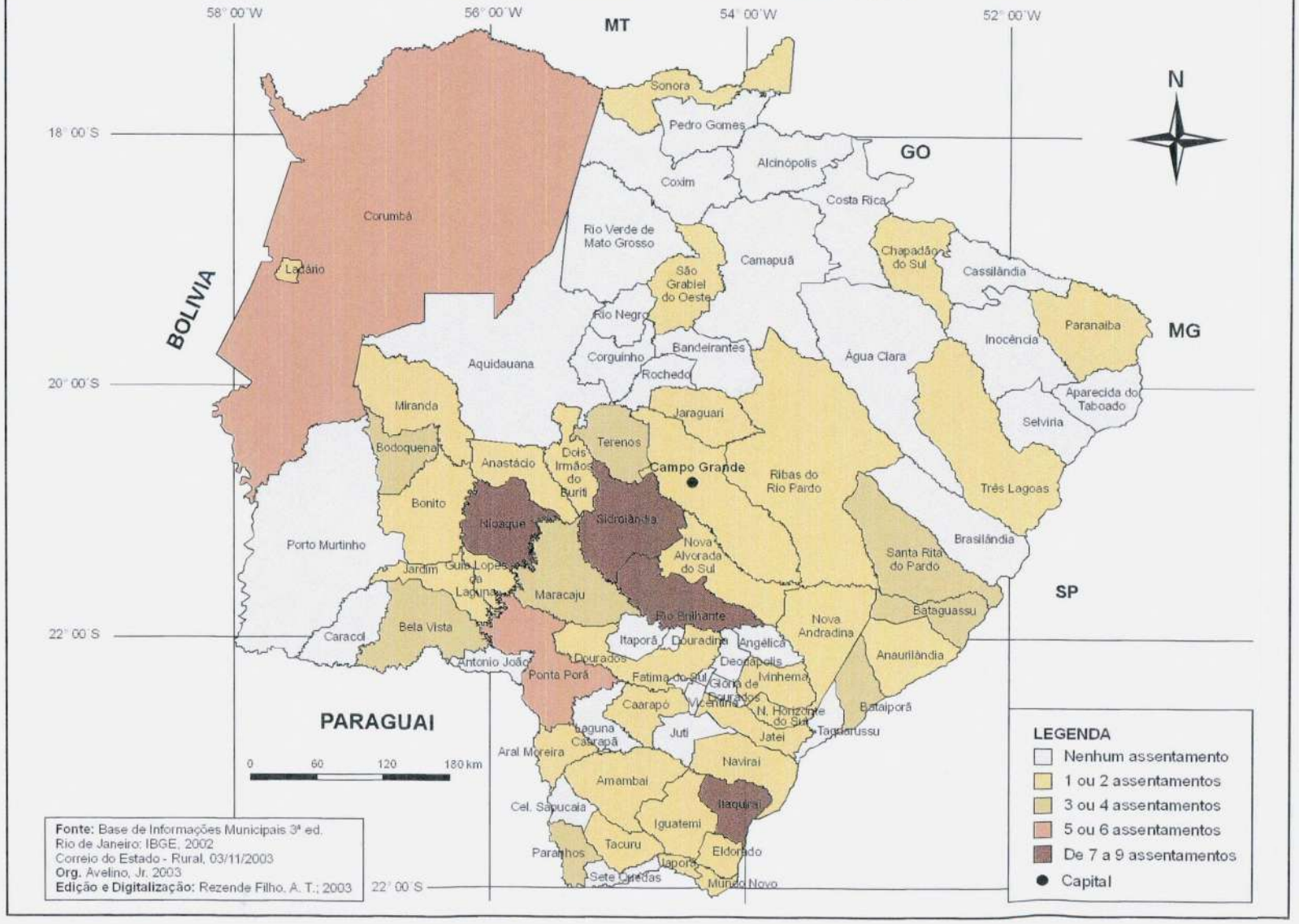
De acordo com a reportagem, os recursos do programa serão direcionados para construção e conservação de estradas; sistemas elétricos; saneamento básico (açudes, poços e cisternas, drenagem, coleta e tratamento de lixo, proteção de nascentes, módulos sanitários); obras e equipamentos de cunho social (escolas, postos de saúde, creches, centros comunitários, dentre outros); e obras e equipamentos de apoio produtivo (armazéns, silos, depósitos e outras edificações de apoio à produção).

Como se comprova nestas reportagens, existe uma preocupação por parte das autoridades do Estado em dar apoio à estruturação de projetos de assentamentos e viabilizar recursos para a agricultura familiar e a emancipação dos assentamentos.

---

[92] Assentamentos de Corumbá são avaliados pela Embrapa (**Correio do Estado**, Campo Grande 12 ago. 2002).

FIGURA 35: MAPA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL - EMBRAPA



APÊNDICE – C

ASSENTAMENTO VAI EXPLORAR BELEZAS NATURAIS[93]

Em reportagem recente, o Correio do Estado – Rural noticiou que o assentamento Sebastião Rosa Paz, em Juti, vai ganhar um empreendimento inédito na história da reforma agrária brasileira. Será implantada uma unidade de turismo rural, com hotel e estrutura para atendimento a turistas. O Governo do estado, em parceria com o Governo federal e outros parceiros, vai construir o empreendimento no local.

O Assentamento Sebastião Rosa da Paz tem recursos naturais belos e significativos e de grande diversidade biológica. A idéia de construir um hotel no local nasceu da união das 10 famílias do Grupo Coletivo Salto Pirapó do assentamento. O governador se sensibilizou com o projeto e vai apoiá-lo.

Além da recuperação da sede da antiga fazenda, o projeto prevê a avaliação e possível recuperação das corredeiras existentes nos rios Amambaí e Taipa, a fim de conservar o solo e matas ciliares, atrair as espécies de animais da fauna local e, utilizando meios produtivos orgânicos, destinar corretamente o lixo com a seleção e reciclagem, aproveitando materiais orgânicos e inorgânicos, recuperar a sede, pomares, vias de acesso, campo de aviação, praias, cachoeiras e criar um parque florestal.

De acordo com um dos representantes das famílias instaladas na unidade: *(...) com isso não estaremos beneficiando somente o grupo ao qual pertencemos, mas também aos outros assentamentos vizinhos, comunidades indígenas e municípios da região*

A antiga sede da fazenda, por suas dimensões, deve abrigar a pousada onde funcionará também um centro de pesquisa com referencias de âmbito nacional em difusão de tecnologias para o meio rural. Além do objetivo das pesquisas, este centro promoverá eventos de entidades ligadas às áreas de interesse.

O local também abrigará cursos de capacitação de recursos humanos e terá papel essencial para que a mão-de-obra local ocupe os postos de trabalho do turismo rural, atendendo a qualidade dos serviços oferecidos. Além de formar os moradores para as atividades implantadas, a capacitação deve contemplar os empreendedores, estimulando o surgimento de novos investimentos.

---

[93] Área de assentados vira projeto turístico (**Correio do Estado**, Campo Grande, 03 nov. 2003).

O assentamento está numa localidade considerada patrimônio histórico estadual de grande valor representativo de um período histórico regional entre os anos de 1870 e 1920: o ciclo da erva-mate, com as estradas, pontes, cidades, fazendas, rios e travessias.

De acordo com a reportagem, esta iniciativa levará à divulgação aos turistas de uma série de informações históricas sobre o trabalho e os trabalhadores do início do século passado, especialmente sobre o período em que a região, ainda no tempo de Mato Grosso, produzia muita erva-mate.

APÊNDICE – D

PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE MATO GROSSO DO SUL TEM MERCADO GARANTIDO

Neste item do trabalho, a intenção é comentar uma série de reportagens que apontam que a reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais estão dando certo e que podem ter sucesso desde que haja seriedade no desenvolvimento dos programas sociais.

Essas reportagens têm sido veiculadas na imprensa local do estado de Mato Grosso do Sul, principalmente através do Correio do Estado, no seu Caderno Rural:

Cestas básicas terão farinha de mandioca de assentados:

> [...] Incra anuncia para a próxima quarta-feira a assinatura de contrato que vai garantir o fornecimento mensal de 60 toneladas de farinha de mandioca produzida em assentamentos de Nioaque e região, para inclusão nas cestas básicas do Programa Estadual de Segurança Alimentar. O acordo envolve um total de 23 assentamentos, instalados no município de Nioaque e outras localidades da região com o Governo do Estado.
> Isso representa a abertura de um novo e importante mercado para a produção de assentamentos rurais [...] os assentados do Incra nessa mesma região já estão beneficiando 1.500 litros de leite de vaca por dia [...]. Também compõem a produção dos assentados rurais sul-mato-grossenses produtos como: arroz agulhinha, feijão-de-corda, pimenta-do-reino, milho, urucum, inhame, galinha, frango, além de uma considerável variedade de hortifrutigranjeiros [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 20 mai. 2002).

Produzir morango em assentamento pode ser viável:

> A experiência feita no ano passado por um grupo de 28 produtores rurais assentados da Gleba Indaiá – Itaquiraí, provou que pode haver ganhos consideráveis com a produção de morangos. [...] o presidente da Cooperativa dos Produtores Assentados de Itaquiraí Limitada (Coprail), Dercilio Cipriano, disse que *conseguiu comercializar o produto competindo com os produtores douradenses dentro da segunda maior cidade do Estado e a cooperativa conseguiu colocar o produto em algumas cidades do oeste paranaense, mas afirmou que muito trabalho poderia ser aliviado com a compra de alguns equipamentos [...]* (**Correio do Estado**, Campo Grande, 13 mai. 2002).

Nova indústria prioriza assentados:

> A Amidos Naviraí, fecularia que deve ser implantada no cone sul de Mato Grosso do Sul até o final do primeiro semestre deste ano, seguirá a tendência dos planos de Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de priorizar na hora de comprar a matéria-prima produzida em assentamentos e por agricultores familiares. A intenção é absorver a produção de mandioca

dos 13 assentamentos da região, dando oportunidade de comercialização para os pquenos agricultores dessa cultura.
A fecularia pretende atingir uma produção de cerca de 100 toneladas/dia de fécula de mandioca, por volta de 2004, quando necessitará de aproximadamente 400 toneladas/dia de raiz. Cerca de 50% do volume serão adquiridos de assentamentos localizados no estado de Mato Grosso do Sul [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 17 mar 2003).

Assentados vendem R$ 1,6 milhão:

A Conab de Mato Grosso do Sul, até a última sexta-feira, havia comprado R$ 1,65 milhão de feijão e milho de aproximadamente 830 agricultores familiares espalhados pelo território sul-mato-grossense. Até aquele dia foram 1.200 toneladas de feijão e 1.800 toneladas de milho, adquiridas exclusivamente junto a agricultores enquadrados no Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar.
[...] conforme informações, foram beneficiados agricultores familiares da Fazenda Itamarati, em Ponta Porã, dos municípios de Bodoquena, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, Miranda, Anastácio, Juti, Fátima do Sul, Itaquiraí, Taquarussu, Rio Brilhante, entre outros [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 28 set. 2003).

Produção de assentados tem mercado garantido:

A produção de arroz irrigado do Assentamento Fortuna, em Rio Brilhante começa a dar resultados, graças principalmente, à iniciativa que serve de exemplo e deveria ser implementada por outras empresas do mesmo segmento ou de outras atividades econômicas [...] Ainda como forma de incentivo, as empresas sucroalcooleiras de MS vão colaborar com a produção de hortifrutigranjeiros nas pequenas propriedades de economia solidária e adquirir sua produção para ser utilizada nos refeitórios das empresas [...] já está firmado contrato para a compra de café, que é produzido na Região de Ivinhema [...] (**Correio do Estado**, Campo Grande, 27 out. 2002).

Assentados produzem pepino para indústrias:

A produção de mercadorias sob encomenda feitas por indústrias está levando os assentamentos do Incra/MS à um grau invejável de modernidade e produtividade [...] Hoje em vários assentamentos de Mato Grosso do Sul um atacadista pode pedir o que precisar para atender à mais exigente clientela de produtos hortifrutigranjeiros, de cereais e artesanatos [...].
O exemplo mais recente desta nova parceria é o contrato firmado entre uma indústria de conservas alimentícias, com sede na cidade de Dourados e parceleiros do Assentamento Fortuna, em Rio Brilhante. A indústria necessita de pepinos em conserva [...].
Isso quer dizer que pelo menos R$ 10 mil por colheita estão garantidos. Entretanto, não há limite para a produção que está começando com 30 produtores da Cooperativa União Agropecuária do Assentamento Fortuna. O presidente da entidade, Luiz Carlos Muniz Moraes, disse: *à medida que novos membros forem aderindo ao projeto do pepino, a plantação vai aumentando* (**Correio do Estado**, Campo Grande, 18 nov. 2003).

CMI Brasil - O que significa MAB???

O que significa MAB???

Por ..... 24/05/2002 às 02:33

MAB significa: Movimento dos atingidos por Barragens. É um movimento que surgiu para mobilizar e conscientizar as pessoas que moram na beira dos rios onde são construídas as Hidroelétricas.

MAB significa: Movimento dos atingidos por Barragens. É um movimento que surgiu para mobilizar e conscientizar as pessoas que moram na beira dos rios onde são construídas as Hidroelétricas. O processo de construção de uma hidroelétrica causa danos não somente ao meio ambiente mas também as comunidades que vivem perto dos rios.

Elas são forçadas a deixar suas casas, consequentemente perdendo a sua cultura, costumes, história. Muitas vezes as companias oferecem dinheiro para facilitar a retirada destas comunidades da beira do rio, utilizando de uma chantagem barata para facilitar o processo de destruição.

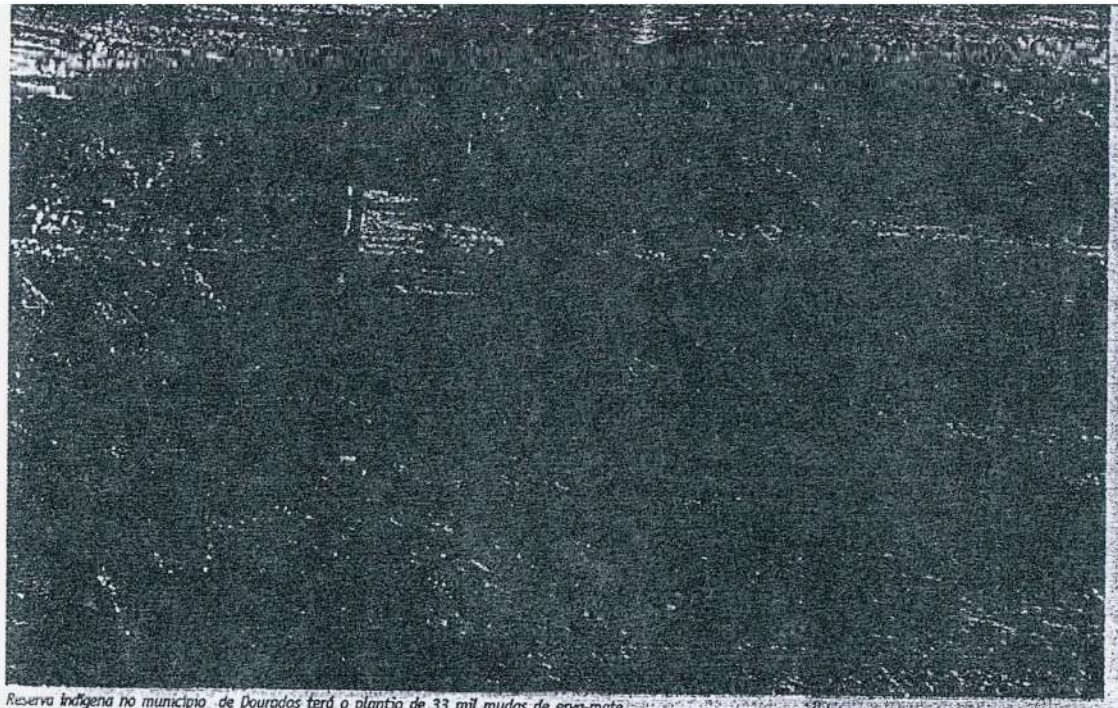
Em relação ao meio ambiente um dos maiores danos é causado através do Gás Metano. Este gás é produzido pelo apodrecimento das árvores que são inundadas por causa das represas. As companias normalmente não desmatam o local onde irão armazenar a água então a floresta deste local acaba coberta pelas águas da represa. Debaixo d'água as árvores vão apodrecendo e começam a fabricar o gás metano. Este gás provoca um fedor insuportável, ajuda na criação do buraco de ozônio e envenena as águas que consequentemente acaba envenenando pessoas e espécies que vivem dela.

Outra questão é a Mata Cilial, árvores que vivem na beira do rio e que também fazem parte da vida do rio. A existência desta mata é protegida por lei pelo IBAMA. Durante a criação das hidroelétricas, as represas destroem completamente esta mata. Na sua IBAMA fiscalização ele sempre acaba culpando os moradores que ainda moram na beira do rio pela falta de árvores nesta região. Além de pagarem uma multa estes moradores são obrigados a reflorestá-la.

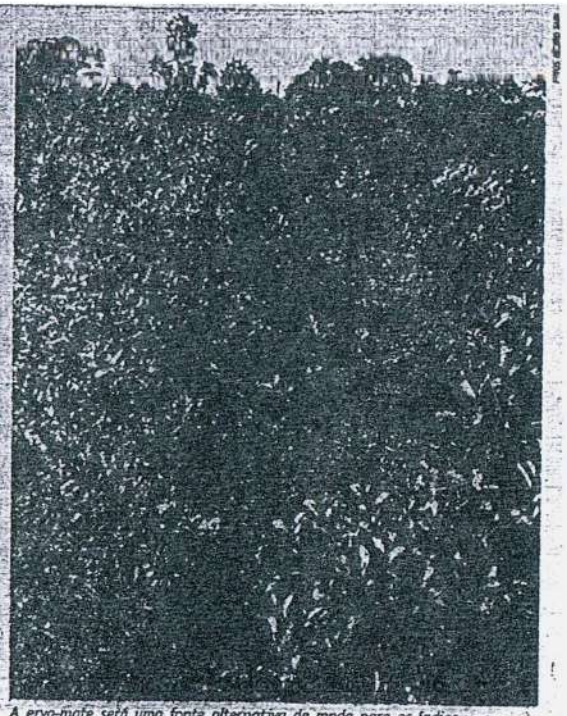
O MAB já conseguiu impedir três grandes hidroeléctricas de serem criadas. Mas muitas vezes o seu trabalho é muito difícil já que hoje em dia as multinacionais utilizam políticas e certificados ecológicos para poder bulir leis e continuar sua destruição. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por exemplo aderiu o manifesto do MAB e adicionou alguns pontos novos e o acrescentou nos projetos de criação de hidroelétricas para ganhar simpatia de investidores e ecologistas. Além disso foi criado pelo governo um certificado onde comprova que a "produção" não causou danos ao meio ambiente. Para um compania obter tal certificado ela tem que contratar "especialistas" que fazem um trabalho de campo recolhendo dados de espécies que vivem no local, etc. para saber se o projeto pode causar algum dano ou não ao meio ambiente.

Estes profissionais por sua vez são pagos pelas multinacionais para estarem sempre constatando que não ocorreram danos algum. Um exemplo de como este processo funciona é o que aconteceu numa tentativa de uma multinacional de estar construindo uma hidroelétrica no interior de Minas Gerais para abastecer uma pequena fábrica. O governo estranhou os relatos enviados pelos especialistas da empresa e pediu uma segunda opinião para um grupo de professores de diversas universidades.

Eles constataram a presença de 800 espécies no local, enquanto os especialistas contratados pela empresas tinham contado apenas 200. Os professores também encontraram 50 espécies que só sobrevivem naquela região e os especialistas disseram que não existia tais espécies.



Reserva indígena no município de Dourados terá o plantio de 33 mil mudas de erva-mate



A erva-mate será uma fonte alternativa de renda para os índios

Cultivo de erva-mate em reserva indígena é incentivado

Cícero Faria
Dourados

A Secretaria Municipal de Agricultura já comprou as primeiras dez mil mudas de erva-mate que serão plantadas na reserva indígena de Dourados, visando proporcionar uma fonte alternativa de renda para as famílias caiuá-guaranis e terenas e ainda resgatar uma espécie vegetal que foi abundante e natural em décadas passadas nesta região.

As mudas de erva (Ilex paraguaiensis) ocuparão uma área estimada em 30 hectares na reserva que possui 3.400 ha, mas que está super-habitada por 9.800 índios de três etnias, sendo considerada o maior agrupamento indígena do País, proporcionalmente ao tamanho das terras.

"Não poderemos usar uma área contínua porque terra é um problema sério naquela comunidade. Mas identificamos 14 pontos onde as mudas poderão ser plantadas", explicou o secretário de Agricultura, Huberto Paschoalick, coordenador do projeto. Ele calcula que serão cultivados 33 mil pés daquela espécie.

A Prefeitura de Dourados comprou o lote inicial de mudas de um viveiro de Ponta Porã, pagando R$ 9.800. "São plantas aclimatadas à nossa região, que deverão se desenvolver bem aqui", lembrou Paschoalick – que é agrônomo e pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste.

A erva-mate era uma planta endêmica no sul do Estado em décadas passadas, mas com o avanço da agricultura e da pecuária de corte, a maior parte das matas nativas foram derrubadas e, com elas, os ervais, que se estendem pelo território do Paraguai até hoje.

Em alguns municípios restaram manchas de erva-mate, principalmente naqueles situados na faixa de fronteira, como Ponta Porã, Caarapó, Amambai, Sete Quedas e Iguatemi, onde até hoje é feita a extração e o processamento do produto destinado à produção da erva para tereré e chimarrão.

Produção

Na reserva indígena de Dourados – cercada pela cidade e fazendas agrícolas – as mudas serão plantadas em pequenas áreas, entre um e dois hectares, pois não há disponibilidade de terras. "Se formos plantar somente a erva no lote da família, não sobrará espaço para a mandioca, batata-doce, milho, feijão e outras culturas de subsistência", explicou o secretário.

Como a erva-mate exige um sombreamento nos estágios iniciais de desenvolvimento, o solo será preparado para o plantio do milheto que servirá como cobertura, evitando o excesso de frio e sol nos próximos meses. "Até que a muda se fixe totalmente, vamos fazer replantio do milheto. Depois faremos a sua derrubada e a palhada servirá como adubação verde", acrescentou Paschoalick.

As mudas ocuparão áreas degradadas, com dificuldade para aproveitamento na agricultura convencional ou nas proximidades de córregos e açudes.

O projeto de implantação de ervais na reserva tem com objetivo suprir a demanda da erva para o consumo diário dos índios, pois é uma tradição entre eles tomar o tereré, herança da cultura paraguaia, pois a etnia guarani se espalha do centro-sul do Estado até o Rio Grande do Sul.

O excedente da produção será aproveitado numa pequena indústria instalada dentro da própria comunidade, sendo criada uma marca comercial para a venda do produto, que terá a vantagem de ser orgânico, ou seja, sem uso de adubo químico ou defensivos agrícolas.

A primeira poda da erva, para consumo próprio, pode ser feita no 2º ano do plantio, segundo indicam as pesquisas. Já o corte comercial ocorre entre o 3º e o 4º ano, quando a planta produz em torno de oito quilos de folhas verdes por hectare. A partir do dez anos a planta estabiliza-se e, se bem conduzida, pode produzir até 20 kg/ha.

A idéia é o plantio de 1.110 mudas por hectare – um sistema menos adensado, permitindo que os índios possam fazer outros cultivos nas entrelinhas, como a mandioca.

Huberto Paschoalick comentou que hoje o quilo da folha verde vale no mercado regional em torno de R$ 0,08, mas se a erva for processada (cancheada) pula para R$ 0,50 a R$ 0,60. "Por isso é importante que seja agregado valor ao produto, com a implantação de uma pequena indústria para o empacotamento da erva", acrescentou.

PANAMBI

Ministério ouve índio e colono hoje

Assessor do ministro José Carlos Dias disse ontem que vai apenas coletar informações para levar a Brasília

DILMA BERNARDES

O assesor especial do Ministério da Justiça, José Roberto Antonini, participa hoje em Dourados de uma reunião para tratar do conflito gerado pela disputa de terras entre índios e colonos da região do Panambi, onde uma área de 1.180 hectares está em disputa. O encontro, na Câmara Municipal, vai ser dividido em duas etapas: pela manhã Antonini ouve as lideranças indígenas e, à tarde, conversa com os colonos. Ele disse ontem que vai apenas ouvir as partes, para repassar as informações ao ministro.

"É preciso entender bem do conflito para repassar a situação ao ministro", disse José Antonini. O assessor também informou que não há como prever prazos para a decisão de José Carlos Dias para o caso.

Apesar do cancelamento da vinda do ministro José Carlos Dias, índios e colonos acreditam que, agora, o impasse pode ser solucionado em breve. O líder dos colonos, Dionésio Marques Rosa, informou que eles esperam uma solução justa. "Se eles (os índios) são amparados pela Constituição, nós também temos direitos", defende-se.

ESPERA – A expectativa por justiça é compartilhada pelos índios. O chefe da aldeia, Valdomiro Osvaldo de Aquino, diz que foram os primeiros habitantes do local e que devem ser os donos. "Nós pedimos a demarcação da área para voltarmos à região de origem", afirma o líder da aldeia.

O assessor José Roberto Antonini volta ainda hoje para Brasília e amanhã deve passar as infomações sobre o encontro ao ministro José Carlos Dias. O ministro cancelou por duas vezes a vinda ao Estado para tentar solucionar o impasse entre colonos e os índios de Panambi.

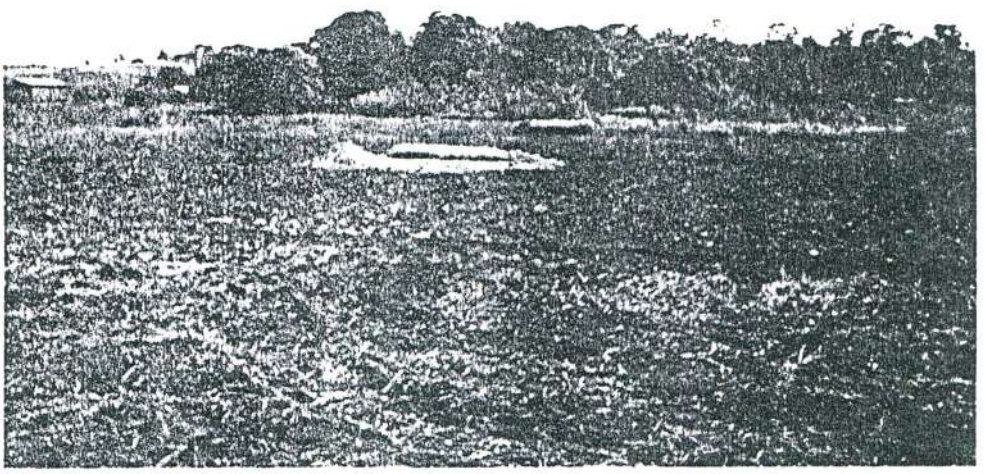
Índios Terena: Uma questão de Justiça

Os índios Terena vivem atualmente em uma área fragmentada e a reivindicação territorial dura mais de 60 anos

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena entre os estados brasileiros, sendo superado apenas pelo Amazonas. Por contar com uma população bastante numerosa e por manter um contato intenso com a população local, o Terena é o povo indígena cuja presença o Estado se revela de forma mais explícita, seja através das mulheres vendedoras nas ruas e feiras de Campo Grande ou nas legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente se deslocam para as usinas de álcool.

Com uma população de aproximadamente 18 mil pessoas, os índios Terena vivem atualmente em um território fragmentado, cercados por fazendas e espalhados por seis municípios sul-matogrossenses – Miranda, Aquidauana, Anastácio, Nioaque e Rochedo. Também há famílias Terena vivendo em Porto Murtinho, Dourados, Rondonópolis (MT) até no Estado de São Paulo (Aldeia Araribá-Bauru).

LUÍS GAUNA - TÉCNICO AGROPECUÁRIO



• TERRA PREPARADA para o plantio pelos índios Terena

A Aldeia Buriti, localizada entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, segundo Armando Gabriel (84 anos), Leonardo Reginaldo (81 anos), Silvério Vitorino (80 anos) e Silvério Rodrigues (75 anos), foi formada por grupos Echoaladi e Terena que se refugiaram, quando da Guerra do Paraguai na Serra de Maracaju.

No processo de demarcação da Fazenda Correntes, de Deocleciano Mascarenhas, em 1896, e que se encontra arquivado no Terrasul, já citava a existência de duas aldeias na região, mas somente por volta de 1920 é que seria oficializada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A pressão sobre as terras que os índios Terena passaram a ocupar depois de expulsos dos limites da Fazenda Correntes, começou com a demarcação da Fazenda Canastrão, cuja área foi requerida para compra ao Estado por Porfírio de Britto, em 1912. As demais áreas foram requeridas posteriormente (Fazenda Recurso, em 1922, por Agostinho Rondon; Fazenda Bority, em 1922, por Otaviano Garcia de Souza; Fazenda Alegre, em 1925, por José Diogo Garcia

Origem

Os Terena, remanescentes do tronco lingüístico ARUAK, pertencem ao subgrupo Guaná (que é composto por quatro grupos etnográficos: Terena, Kiniquinao, Echoaladi e Laiana), os quais habitavam originalmente a região do Chaco, no Paraguai, e que em tempos remotos se deslocaram para o atual Mato Grosso do Sul. De índole pacífica, sustentam-se da caça e da pesca, são exímios agricultores, cultivam milho, mandioca, arroz, feijão, cana, batata, criam gado vacum e cavalar – com os quais aprenderam a lidar no longo período de convivência que mantiveram com os índios Guaicurus, os quais se relacionaram numa espécie de simbiose, fornecendo alimentos e utensílios a estes em troca de sua proteção militar.

Os Guaná aparecem como os índios que mais contribuíram para a formação e manutenção da região Sudoeste de Mato Grosso do Sul, seja como produtores de bens para consumo dos primeiros portugueses e brasileiros naquela região, ou como mão-de-obra aplicada nas fazendas que começaram a pro

• VISTA PARCIAL DA ALDEIA BURITI. No detalhe, lideranças do grupo técnico do Terrasul reunidos com os índios da Aldeia Buriti. A reivindicação territorial é uma constante, desde 1930

de Souza e Fazenda Varjão, em 1926, por Reginaldo Lemes da Silva), que de acordo com os relatórios do SPI de 1927, eram terras ocupadas por índios Terena há mais de 35 anos e que à revelia estavam sendo vendidas pelo governo de Mato Grosso.

Somente em fins de 1927, após insistentes pedidos do inspetor do SPI, Antônio Viana, (vide documentos), é que seria decretada a posse de 2.140 ha de terras pelo governo do Mato Grosso, para usufruto dos índios ali localizados. E ainda assim, em 1986 esta área foi reduzida pelo Terrasul, órgão fundiário do Estado, para 2.090 ha, por ocasião de sua demarcação.

Atualmente, com uma população de 2.400 índios, a aldeia Buriti está espremida em quatro núcleos populacionais: Buriti – onde está instalado o posto da Funai – Córrego do Meio, Água Azul e Recanto. As conseqüências deste aspecto fundiário são numerosas e perversas, indo da migração para centros urbanos até conflitos graves com fazendeiros, péssimas condições de vida e miserabilidade. A reivindicação territorial é uma constante, desde 1930. Ainda hoje se conserva na memória do ex-Cacique Armando Gabriel, na forma de um "mapa", os limites da terra que ocupavam antes: a oeste a linha da Fazenda Correntes; ao sul a Serra de Maracaju até defronte o morro Ponteiro; a leste deste morro em linha reta até encontrar o Córrego Cortado seguindo por este até sua foz no Córrego Buriti, de onde segue por seu leito até quando encontra a linha da Fazenda Correntes, ao norte, perfazendo um total aproximado de 18.000 hectares.

Estas terras estão hoje ocupadas por cerca de 14 fazendeiros, entre os quais, o ex-secretário da Fazenda e ex-candidato ao governo do Estado, Ricardo Bacha. Para obrigar o Governo Federal a solucionar a questão da demarcação das suas terras, os índios Terena da Aldeia Buriti, usaram de vários artifícios para pressionar a Funai como: prisão de reféns, invasão do prédio da Funai em Campo Grande e Brasília e invasão de algumas fazendas vizinhas.

Recentemente, o então Presidente da Funai, Glércio da Costa Alvarez, nomeou um grupo técnico a fim de efetuar estudos para identificação e delimitação da terra indígena em questão, com prazo de 30 dias para o trabalho de campo e 120 dias para apresentação do laudo final.

liferar depois da Guerra do Paraguai, sem esquecer ainda, o papel por eles desempenhado naquela guerra, quando foram levados a lutar contra o exército paraguaio. Após a guerra, os territórios dos índios Guaná foram aos poucos sendo ocupados por fazendeiros, oficiais do exército e comerciantes que se fixaram na região, e apesar de todas as disposições em contrário, o poder executivo do Mato Grosso do Sul, tratava as terras dos antigos aldeamentos como se fossem devolutas, perpetrando um charmoso deslocamento.

Na época, 1926, o Inspetor interino Antônio Viana enviou inúmeros pedidos ao então presidente do Estado de Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa solicitando uma reserva de 2 mil hectares de terras devolutas em Buriti. Como constatado nos pedidos, as terras eram efetivamente ocupadas e intensamente cultivadas pelos índios

Questão de justiça

A história das relações dos Terena, quanto povo, com a nossa sociedade, pode ser assim resumida: no início, foram vistos como "nações autóctones" – e como tais, tratados como aliados preferenciais, até pelo menos a Guerra com o Paraguai, após este evento, já descartados, passaram a ser tratados como "bugres", isto é, "não-humanos", meros obstáculos que estavam no caminho dos latifundiários. Para as elites locais, as reservas Terena hoje não passam disso: reservas de mão-de-obra barata e de votos. As dimensões das atuais "reservas" não permitem aos Terena a sua "reprodução física e social segundo seus usos, costumes e tradições", como determina o artigo 231 da Constituição Federal. Por tudo que eles já contribuíram para o Estado, merecem, por uma questão de justiça, ter pelo menos parte de seus antigos territórios devolvidos e incorporados às suas reservas.

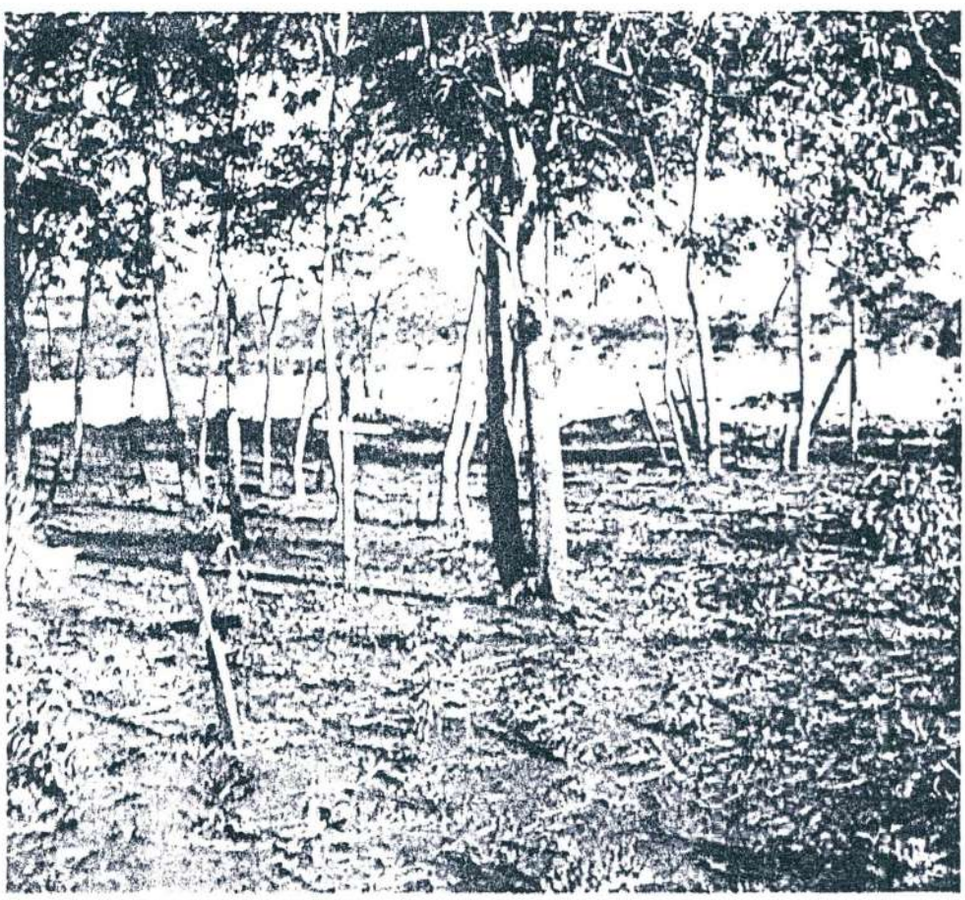
• ACAMPAMENTO em fazenda ocupado pelos índios. No detalhe, EXTRAÇÃO DE AROEIRA em área ocupada pelos brancos "civilizados"

Histórico dos Terena em Mato Grosso

O modo como se procedia a "aquisição de terras devolutas" no Estado do Mato Grosso na primeira República, era de uma facilidade sem equivalência nos demais Estados: O cidadão requerente por meio de uma simples petição do Estado (via Secretário de Agricultura) demonstrava interesse em adquirir "terras devolutas" , citando o município onde se localizava, o montante aproximado pretendido, seus limites e confrontantes.

Publicado o pleito no Diário Oficial do Estado, determinava-se um prazo de 30 dias para contestação. Decorrido este prazo, e não havendo oposição, recolhia-se aos cofres públicos a quantia em dinheiro equivalente às dimensões do lote pretendido – e expedia-se um título provisório ao interessado, com determinação de um prazo regulamentar para sua medição e demarcação. Feita esta medição por intermédio de topógrafo cadastrado, pagava-se então o título definido.

Por exemplo: a "sobra" encontrada na medição da Fazenda Varjão, de Reginaldo Lemes, foi de, nada mais nada menos que 3.356 hectares (a petição inicial solicitava a compra de 200 ha). E assim de sobra em sobra, as terras indígenas Terena no Buriti foram sendo expropriadas.



• ANTIGO CEMITÉRIO Terena em área ocupada por fazendeiros

ANEXO 05

D O C U M E N T O

R E I V I N D I C A T Ó R I O

AO SR.:

_____

Campo Grande, 17 de maio de 1993

TÍTULO: JORNADA DE LUTA CONTRA A FOME E PELA TERRA

A continuidade da política econômica recessiva de Collor por parte do presidente Itamar Franco, aprofunda o estado de miséria das populações do Brasil. As entidades: sindicais e populares do campo e da cidade, indígenas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, diante da ausência de respostas políticas imediatas que acabem com esta situação, considerada vergonhosa, decidiram unificar suas reivindicações para apresentá-las às autoridades competentes e à sociedade em geral.

A melhoria das condições de vida, ou até mesmo de sobrevivência de várias pessoas, a extinção da violência física contra a mulher, dependem do encaminhamento das reivindicações e sugestões aqui apresentadas. Há necessidade de se colocar um fim à agonia de milhares de famílias que habitam nas favelas das cidades, nos acampamentos às margens das estradas, nos assentamentos sem qualquer política agrícola, ou nas terras indígenas sem demarcação.

Resta, portanto, somente a disposição política de todos para se fazer o que deve ser feito.

POLÍTICA AGRÍCOLA

1) Repasse imediato das dotações orçamentárias de 1993 das seguintes rubricas:

   * Assentamentos, Indios e Programas Especiais (EMPAER),
   * Fundo de Terras (SECAP),
   * Prestação de Serviços Motomecanizados (AGROSUL).

2) Aumentar de 10 para 20 a porcentagem destinada aos assentados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).

3) Que o PROCERA seja garantido como linha de crédito permanente para o Mato Grosso do Sul.

4) Que o Governo Estadual através da EMPAER contrate técnicos de nível médio e superior para prestarem assistência técnica exclusiva aos assentamentos na proporção de um técnico para cada 130 famílias.

5) Que seja garantido o repasse dos 2% de assistência técnica previsto nas normas do FCO, aos escritórios locais da EMPAER, onde há assentamentos para a execução da mesma e não desviado para outras finalidades como vem ocorrendo.

6) Que o INCRA execute as obras de infra-estruturas nos assentamentos, licitadas em fevereiro de 1992, bem como a abertura de novas licitações para obras nos assentamentos cujos planos forem elaborados em conjunto entre INCRA e as entidades representativas dos assentados.

7) Abertura de estradas de acesso aos assentamentos e manutenção das mesmas.

8) Novas diretrizes de financiamentos aos pequenos agricultores, cooperativas do grupo I, pescadores artesanais e extrativistas, no que tange aos seguintes tópicos:

   * encargos financeiros,
   * garantias,
   * classificação do agricultor,
   * documentos exigidos para credenciamento aos créditos,
   * destinação de recursos.

   (CONFERIR ANEXO Nº 01)

9) Que seja revogado o Decreto nº 5.800/91 da Secretaria da Fazenda/MS, que impede a expedição de "NOTA PRODUTORA", em conjunto, contrariando a Constituição Federal. (ANEXO Nº 02).

10) Expedição de "NOTAS PRODUTORAS" em conjunto, em nome de todas as pessoas acima de 14 anos que trabalham em regime de economia familiar e que esta medida seja retroativa à data da promulgação da Constituição Federal/88.

11) Que a carta de anuência, a partir desta data, seja imediatamente liberada em nome dos dois cônjuges, associações, grupos coletivos, bem como cooperativas de assentamentos (ANEXO Nº 03).

12) Que seja instituída uma COMISSÃO CONJUNTA com trabalhadores assentados e pequenos agricultores, que negocie com o Superintendente do Banco do Brasil a desburocratização do FCO.

* * * * * * * * * * * * * * * * * *

POLÍTICA AGRÁRIA

01) Assentamento de todas as famílias acampadas no estado,

02) Negociação imediata de todas as áreas de conflitos, 3 áreas

03) Agilização da imissão de posse de todas as áreas que possuem decretosdesapropriatórios que estão parados na Justiça Federal,

04) Confisco imediato de todas as áreas com o cultivo de narcoplantas já incluído em processos na Polícia Federal,

05) Que sejam destinados, imediatamente, os recursos de "FUNTERRA", aprovado no orçamento de estado/MS/93, para compra de áreas destinadas à implantação de assentamentos,

06) Que seja respeitada no parcelamento, a vontade dos trabalhadores rurais que desejam de forma coletiva,

07) Que os jovens, independente do estado civil, sejam beneficiados na distribuição de terras nos assentamentos, conforme prescrito na Constituição Federal,

08) Que o Governo do estado/MS mobilize sua base parlamentar no apoio à agilização da aprovação do Projeto de Lei, que institui o "RITO SUMÁRIO", para o efeito de desapropriação,

09) Demarcação imediata do Projeto de Assentamento São Manoel,

10) Solução imediata na transferência definitiva dos parceleiros do Projeto Itararé, para outra área do estado/MS,

11) Liberação imediata dos créditos "FOMENTOS" para os projetos de assentamentos Itararé e São Manoel,

12) Fornecimento imediato de alimentação, medicamentos e lonas para todas as famílias acampadas, já cadastradas pelo INCRA,

13) Que o INCRA cumpra com a meta estabelecida no segundo Plano Nacional de Reforma Agrária de assentar 2.527 famílias em 1992 e 1.500 famílias em 1993,

14) Que suspenda a transferência de famílias para o Projeto de Colonização do estado do Mato Grosso.

15) Regularização imediata dos assentamentos provisórios, (exemplo: Padroeira do Brasil em Nioaque/MS),

16) Que o INCRA, cumprindo o previsto na Constituição Federal, no que tange a Lei de Reforma Agrária, proiba a venda de lotes nos assentamentos,

17) Que o INCRA restitua todos os lotes vendidos nos assentamentos, repassando-os para famílias sem terra acampadas no estado/MS, por intermédio de entidades representativas dos trabalhadores rurais,

18) Que seja garantida a educação a todas as famílias acampadas, bem como, materiais necessários para o ensino.

OBSERVAÇÃO: Sugestões de áreas para fins de assentamento de famílias acampadas, CONFERIR ANEXO Nº 4.

* *

POLÍTICA DE LUTA

PELA SAÚDE E

SEGURANÇA DA MULHER

01) Imediato funcionamento prático do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, já implantado, porém não atuante.
(CONFERIR ANEXO Nº 05)

02) Que o Governo/MS elabore projetos visando combater a violência contra a mulher.
(CONFERIR ANEXO Nº 06)

* *

POLÍTICA INDIGENISTA

01) Apoio e empenho junto aos órgãos competentes, para garantir o cumprimento do ato das disposições constitucionais tran - sitórias do Artigo 67, que determina a demarcação de todas as áreas indígenas, até 05 de outubro de 1993.

02) Apoio ao cumprimento do Programa da Fundação Nacional de Saúde, no que diz respeito a remédios, reforma de prédios, aparelhos rádio-transmissores, viaturas e treinamento de auxi - liares de saúde indígena nas aldeias do MS.

03) Fornecimento de cestas básicas, para o período de 6 meses , às aldeias indígenas que se encontram com suas terras em processo demarcatório, não podendo plantar.
(Jaguari, Jararáa, Sete Cerro e Guató).

04) Implementar o Programa Nosso Índio Um Cidadão, pois até agora, as áreas indígenas, principalmente Guarani, Kaiowá e Guató, foram pouco beneficiadas por tal programa.
Solicitamos uma cópia do referido Projeto e uma maior participação das organizações indígenas na execução do mesmo.

* * * * * * * * * * * * * * * * * * *

VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

01) Rigorosa punição no âmbito administrativo aos policiais civis e militares, comprovadamente envolvidos em torturas e abuso de autoridade.

02) Suspensão de suas atividades, enquanto durar o procedimento investigatório.

03) Fim da superlotação de Delegacias Distritais e Presídios.

04) Término da construção do Presídio de Dourados, como prioridade absoluta.

05) Nomeação de médicos, psicólogos, psiquiatras e agentes penitenciários para o Departamento do Sistema Penitenciário.

06) Rigorosa punição administrativa aos agentes penitenciários, comprovadamente envolvidos em casos de corrupção e tortura, com afastamento dos acusados, durante o procedimento investigatório.

07) Efetivo cumprimento do ECA, no que tange a assegurar os direitos fundamentais às crianças e adolescentes, que vivem em assentamentos, acampamentos e aldeias indígenas.

08) Fiscalização mais rigorosa da Secretaria da Justiça e Trabalho, no que tange as denúncias de escravidão em carvoarias e destilarias de álcool.

* *

POLÍTICA DE LUTA PELA MORADIA POPULAR

01) Que o Governo/MS, por intermédio de sua bancada federal, agilize a imediata aprovação do Fundo Nacional de Moradia Popular, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados Federais, sob o nº 2710/92.

02) Criação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Habitação Popular, de caráter deliberativo.

03) Regularização das áreas de favelas.

04) Programa de loteamentos sociais, com pagamento de 5% do salário mínimo vigente.

05) Construção de moradias populares, através de projetos alternativos, destinados aos que não possuem renda, bem como para as famílias que percebem até 03 salários mínimos.

06) Imediata intervenção do Governo do estado/MS na questão do Conjunto Habitacional Novos Estados.

* *

RELAÇÃO DAS ÁREAS COM PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

Áreas com Decreto e Ação Desapropriatória:

IMÓVEL	MUNICÍPIOS	ÁREAS(HA)	DEC.Nº	PROC.Nº	VARA/COM.
Faz. Morro Vermelho	Selvíria	2.000	94282/87	00926-3	J.F./MS
Faz. Piraputanga	Corumbá	1.300	95538/89	630 /88	J.F./MS
Faz. São João	Bataiporã	769	94131/87	91285-8	J.F./MS
Faz. São Luiz	Bataiporã	1.504	93986/87	915440-2	J.F./MS
Faz. Mercedina	Bataiporã	767	94113/87	915441-0	J.F./MS
Faz. Garota	N.Andradina	17.512		004766-0	J.F./MS

Áreas com Processo de Desapropriação sem Decreto:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA(HA)	DEC.Nº	PROC.Nº	VARA/COM.
Faz. Lageado	Anastácio	47.754		668/87	
Faz. Pindorama	Tacuru	3.388		1287/87	
Faz. Urtigão	Tacuru	3.389		1286/90	
Faz. Mundo Novo	Tacuru	2.756		1285/90	
Faz. Joalice	Tacuru	3.388		1284/90	
Faz. Recanto	Taquarussu	4.923		534/86	
Faz. Estiva	Sta. Rita	10.704		1250/89	
Faz. Bela Vista do Sul	Anaurilândia	2.406		3250/87	
Faz. Santa Cruz	Aquidauana	13.881		4012/87	
Faz. Vazante	Aquidauana	13.151		4011/87	
Faz. Onça Parda	Ivinhema	900		278/87	
Faz. Maraú	Ivinhema	3.051		280/86	
Faz. S.Sebastião	Miranda	1.019		4010/87	
Faz. Araribóia	Nioaque	1.460		1377/87	
Faz. Iporã	Sete Quedas	230		1500/86	
Faz. Aquarius	Terenos	1.326		3769/87	

Áreas com Decreto e sem Ação Desapropriatória:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA(HA)	DEC.Nº	PROC.Nº	VARA/COM.
'az. Boa Esperança	Bataiporã	1.350	94132/87	32/87	J.F./MS
az. Douradinho	N.Andradina	3.160	93042/86	1488/87	J.F./MS
az. S.Bento/Furnas	N.Andradina	5.250	94130/87	424/86	J.F./MS
az. Tamakavi	Itaquiraí	1.050	94281/87	277/86	J.F./MS
az. Santa Maria	Nioaque	1.621	95358/87	1376/86	
-az. Coritibanos		14.335	93041/86	414/86	J.F./MS

ELAÇÃO DE PROPRIEDADES RURAIS EM NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA(HA)
az. Itapejara	R.R.Pardo	3.575
az. Progresso	P.Murtinho	

ELAÇÃO DE PROPIEDADES RURAIS COM PROCESSO NA POLÍCIA FEDERAL POR NARCO-PLANTIO:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA(HA)
Faz. Ivaé	Cor.Sapucaia	4.814
Faz. Bom Fim	Cor. Sapucaia	
az. Três Barras	Aral Moreira	

JTRAS REIVINDICAÇÕES / PROPRIEDADES:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA(HA)
-az. Itapoti	Amambai	6.000
.az. Santarém	Rio Brilhante	25.000
raz. R.Brilhante	Rio Brilhante	11.000
raz.Taquaralzinho	Bonito	8.000
Faz. Serdo	Amambai	4.100
Faz. Água Mansa, (Itassu)	Itaquiraí	7.000

ANEXO 06

Vivemos de esperança. A cada eleição são promessas e mais promessas. Depois, nada acontece, as coisas continuam exatamente iguais. A Reforma Agrária não sai do papel e por todo o país, encontramos trabalhadores Sem-Terra aos milhares, acampados com suas famílias, à beira das estradas. A saúde pública vem piorando a-a-dia; nossos filhos não têm escola e quando conseguem uma vaga, o ensino é de má qualidade, porque o governo não investe na educação.

Os preços não param de subir e o salário, nem de longe acompanha a inflação. Isso, quando se consegue emprego, que a cada dia está mais escasso. Desta forma, o trabalhador, seja ele rural ou urbano, perde a sua dignidade, superlota as favelas ou vai com sua família para as ruas, sem ter um teto para morar e nem mesmo comida para dar a seus filhos.

A situação pede medidas urgentes. Aí está o índio, no desespero tirando a própria vida, a clamar pela demarcação de suas terras; as mulheres, a reclamarem seus direitos; toda a classe trabalhadora, que ainda nem conseguiu gozar os direitos que a Constituição lhe trouxe, perigando perdê-los com a próxima revisão do texto constitucional pelo Congresso Nacional.

Isso tudo, sem falar na violência nas cidades, resultante do empobrecimento e da ação violenta da polícia, que associada aos grupos de extermínio mata milhares, inclusive menores; da violência no campo, onde o latifúndio vem matando um elevado número de trabalhadores rurais, advogados trabalhistas, políticos e padres que apóiam a causa; e a maior das violências, a fome, que mata aos milhares neste país, indiscriminadamente adultos e crianças.

Nossa luta é para por fim a essa trágica situação, onde, quase ao final do século, o poder econômico escraviza trabalhadores, leva a população a níveis inferiores à linha da miséria e mata crianças sem a menor contemplação.

Nossa caminhada é contra a fome, pela vida, pela Reforma Agrária, pela demarcação das terras indígenas, por crédito (FCO) para os assentados e pequenos agricultores, garantia dos direitos para as mulheres agricultoras, nota produtora e carta de anuência conjuntas, direito à moradia, assentamento de todas as famílias sem-terra.

Terra para plantar
Terra para morar
Terra para viver

Maio/93

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CAMPO GRANDE
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

recortes de publicações

JORNAL: Correio do Estad
LOCAL: Campo Grande, MS
DATA 06/06/95 PÁG.: 11

Sem-terra fecham três rodovias no MS

Eles tiveram o apoio de pequenos agricultores.

Foram interditadas estradas em Itaquiraí, Anastácio e Ivinhema

Trabalhadores rurais sem-terra e pequenos produtores interditaram ontem três rodovias no interior de Mato Grosso do Sul. O maior protesto aconteceu na BR-163, no município de Itaquiraí. Duas mil e quinhentas pessoas interditaram a rodovia das 9h às 13h. Os manifestantes eram sem-terra dos assentamentos Sul-Bonito e Indaiá e pequenos produtopres de Naviraí, Eldorado e Japorã. Em outra rodovia, na BR-262 em Anastácio, a interdição começou às 8h e durou três horas. A barreira foi montada pelos assentados dos projetos Marcos Freire, São Manoel, Manjolinho, Conceição e Padroeira, além dos sem-terra dos acampamentos Marçal de Souza, 8 de Dezembro e Itararé. A terceira interdição aconteceu na região de Ivinhema.

Os protestos fazem parte do Movimento "Segundo Grito da Terra Brasil". O coordenador regional do Movimento Sem-Terra, Egídio Brunetto, disse que as interdições foram um alerta para o Governo do Estado e o Incra. Hoje, um grupo de 300 pessoas deve começar a se reunir em Campo Grande para cobrar uma posição sobre a carta de reivindicação entregue no início do ano às autoridades políticas de Mato Grosso do Sul. Eles devem ficar acampados no Estádio Morenão à espera de audiências de negociação.

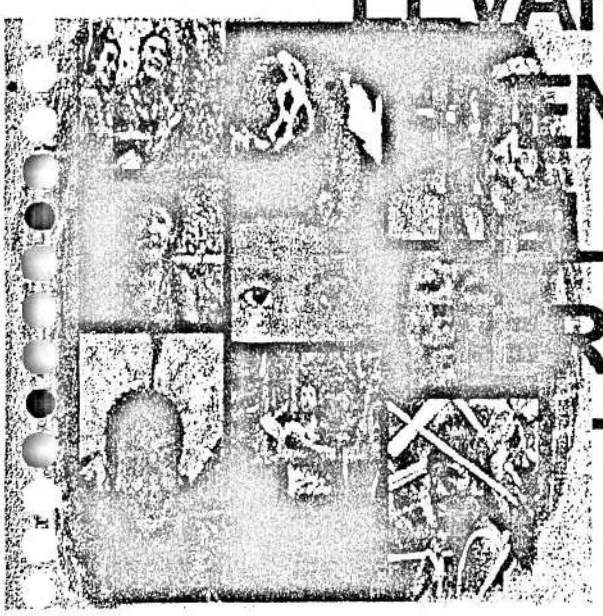
O documento divulgado explica que a mobilização de pequenos trabalhadores rurais, indígenas e sem-terra pretende "a recuperação dos municípios que vivem em estado de falência, motivado pela crise da agricultura". Pelo menos cinco municípios do Estado já decretaram estado de emergência em função de problemas financeiros provocados pela crise no campo.

Em Campo Grande, a comissão vai tentar negociar o assentamento imediato de 2.800 mil famílias acampadas, a recuperação e estruturação das estradas, implantação da rede de energia e perfuração de poços artesianos nos assentamentos, liberação de crédito para recuperação e conservação do solo, contratação de técnicos rurais para a assistência técnica dos pequenos produtores, retomada dos armazéns da Agrosul para estocagem de grãos, liberação de 20% do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para mini e pequenos produtores com a reclassificação das propriedades para fim de financiamento. Os indígenas vão negociar melhorias para as aldeias Caarapó, Limão Verde, Campestre e Sete Cerros. Ele também vão exigir a demarcação e imediata emissão de posse das áreas indígenas de Panambizinho (Dourados), Ofayé-Xavante (Brasilândia) e Guató (Corumbá), além da identificação de mais sete áreas.

TERRASUL

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LEVANTAMENTOS DE ENTIFICAÇÃO E LIMITAÇÃO DA RRA INDÍGENA TAQUARA



PORTARIA 1176/PRES/99 – FUNAI
PERÍODO DE 26/02/00 À 07/05/00
MUNICÍPIO DE JUTI - MS

LUIS CARLOS GAUNA GOMES
TÉC. EM AGROPECUÁRIA

INTRODUÇÃO

O presente relatório baseia-se nas atividades desenvolvidas pelo Grupo Técnico da FUNAI/TERRASUL na Terra Indígena Taquara, no município de Jutí – MS.

LOCALIZAÇÃO

A Terra Indígena Taquara incide no imóvel denominado Fazenda Brasília do Sul, de propriedade do Sr. Jacinto Honório da Silva Neto e outros, com área de 9.345,6329 hectares, no município de Juti – MS, com matrícula nº 04.943, do CRI da Comarca de Caarapó – MS, que foi ocupada pelos índios Guarani-Kaiowá no dia 27 de abril de 1999.

SITUAÇÃO

A Aldeia atual encontra-se na margem esquerda do Rio S. Domingos, próximo à estrada de acesso da Fazenda Brasília do sul, com aproximadamente 29 famílias, com uma população bastante flutuante, devido ao fluxo constante de entrada e saída de índios no local, todos morando em ranchos cobertos com capim jaragua e lona preta, distanciados em torno de 100 a 500 metros uns dos outros, com uma casa de reza coletiva e uma escola, onde estudam 29 crianças de 1ª à 4ª série e cerca de 23 alunos de 5ª série acima estudam em Caarapó e se deslocam para a escola de ônibus, que é pago, metade pelo Sr. Jacinto Honório e outra metade pela prefeitura de Caarapó.

Quanto às atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo, podemos verificar lavouras de milho, feijão, amendoim, arroz, mandioca e abóbora, onde cada família limpou seu terreno, que era coberto de capim jaraguá e braquiária, usando enxadas e plantando em torno de 1 a 2 hectares cada.

Podemos observar também, que muitos estavam fazendo coleta de folhas de erva-mate, que é nativo na área processando no próprio local em karixos rudimentares e posteriormente comercializando a erva-mate já beneficiada em Caarapó.

Com tudo ainda a situação do grupo é de extrema miséria e abandono, tanto da parte da FUNAI, que em 70 dias que fiquei na área, não apareceu nenhum dos chefes de posto ou de Núcleo para prestar assistência aos mesmos ou pelo menos saber como estão passando, e a FUNASA que deveria dar assistência

médica, não cumpre nem com o mínimo da sua obrigação e por diversas vezes tivemos que interromper nossas atividades para socorrer os doentes que não eram poucos e a PROMOSUL que prometeu fornecer cestas básicas, ficou dois meses sem mandar nada e muitos passaram fome, e a única escola da aldeia não recebe a merenda escolar desde Fevereiro. Sem contar com o ataque de cerca de 20 pistoleiros, que na noite do dia 10 de abril invadiram a Aldeia atirando nas casas numa clara tentativa de expulsá-los novamente do local. (fui testemunha do atentado).

ATIVIDADES

As atividades do GT foram desenvolvidas em três etapas distintas:

1. *ANTROPOLÓGICA*
2. *AMBIENTAL*
3. *FUNDIÁRIO*

1. ESTUDOS E LEVANTAMENTO ANTROPOLÓGICO

Atividade para ser executada inicialmente pela Antropóloga Themis Quezado de Magalhães, da FUNAI, como coordenadora do GT e o Antropólogo Levi Marques Pereira, da UFMS, como colaborador, mas houve divergência entre os dois, que culminou com a saída do Antropólogo Levi Marques antes do GT chegar na área em questão. Houve a participação extra-oficial do Antropólogo Celso Aoki, já no final do levantamento, por solicitação da Coordenadora.

Foram realizadas pesquisas sobre o histórico de ocupação da Terra Indígena Taquara de acordo com a memória do grupo étnico envolvido.

O primeiro índio a ser entrevistado foi o Sr. João Martins que nasceu em 1938 em Caarapó e conheceu a Aldeia Taquara em 1946, quando seu pai era empreiteiro da Cia Mate Laranjeira, e o mesmo contratava os índios da referida Aldeia para o serviço de extração de folhas de erva-mate. O Sr. João Martins relata que naquele tempo moravam uns 300 índios na Aldeia Taquara, no cruzamento da estrada velha que ia para Ivinhema, com o rio taquara e havia índios nas duas margens do rio Taquara, até na barra com o rio S. Domingos. O mesmo afirmou que na época da Guerra do Paraguai, já existia a Aldeia Taquara, tendo como capitão o índio Balbino Quevedo, que faleceu há pouco tempo.

O segundo índio a ser entrevistado foi o Sr. Horácio Fernandez, que nasceu em 1910 e foi capitão da Aldeia Taquara no período de 1950 até a expulsão do grupo em 1953, sendo testemunha viva do ocorrido. O Mesmo afirmou que na ocasião a Cia Mate Laranjeira ofereceu dinheiro para que os índios desocupassem a área. Foram pagos cerca de 5 contos de réis para cada família e 20 conto de réis para o Horácio, que era o capitão, mas ninguém saiu e a Cia Mate Laranjeira pagou uma alta quantia em dinheiro para o chefe do posto do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), o Sr. Pantaleão Barbosa, para retirar os

índios do local. Então o Sr. Pantaleão formou uma equipe com funcionários do SPI e a policia da Vila St[a] Luzia, hoje Juti, e foram na Aldeia Taquara e incendiaram os ranchos e levou a força uma parte dos índios de caminhão e outra parte foi levada a pé até a reserva de Caarapó e outros fugiram para o mato.

Após estas entrevistas preliminares em Dourados, seguimos para Caarapó, até na Fazenda Brasília do Sul, onde esta hoje a Aldeia Taquara e prosseguimos as entrevistas.

O índio Marcos Veron, capitão e líder da atual Aldeia Taquara, nasceu em 1932 e era funcionário do SPI desde 1950, mas negou ter participado da operação de despejo em 1953, mas disse que conhecia a Aldeia e que tinha índios nas margens do rio taquara e rio s. domingos e que existe cemitério em vários pontos da Fazenda Brasília do Sul, Fazenda Pai Cuê e Fazenda Boa Vista.

Dentro deste grupo que esta ocupando a Fazenda Brasília do Sul, foram entrevistados diversos índios, já com idade avançada que afirmam terem nascidos ali na Aldeia Taquara e quando foram despejados eram crianças e adolescentes, mas que mantém vivo na memória a lembrança do lugar exato onde seus pais moravam.

Em Amambai, foi localizado o índio Sr. João Aquino, que nasceu em 1900 e foi capitão da Aldeia Taquara de 1940 até 1950 e acompanhou a equipe do GT até a área e mostrou "In loco" os lugares exatos onde morava cada família, mostrando muita coerência nas indicações, pois em cada local indicado havia um pequeno pomar de laranja, limão, tangerina, mostrando a evidência de que alguém habitou naquele lugar no passado.

Foi encontrado também cerca de sete cemitérios, que os remanescentes afirmam ser indígena, podendo ser feito estudo arqueológico para confirmação.

CONCLUSÃO

Diante dos depoimentos das testemunhas vivas que presenciaram o ocorrido em 1953 e das provas documentais e materiais, pode-se chegar à conclusão que o local em questão é um autêntico território indígena que, além de imemorial, é sobretudo atual uma vez que, apesar de todas as coações e expulsões sofridas, jamais desistiram da área e muitos de seus remanescentes estão lá hoje.

E os argumentos usados pelo Sr. Jacinto Honório para tentar impedir o retorno deste grupo étnico para seu local de origem, foram todos derrubados, começando pelas Escrituras públicas de Declaração, lavradas no Cartório de Registro Civil e Notas de Caarapó, em que várias pessoas que se dizem pioneiras na região, e afirmam que nunca teve índio naquela área, não procedem, tornam-se falsas. Quanto à alegação de que a Cia Mate Laranjeira teria vendido a área em 1951 para a Sociedade Civil Agrícola Rogers Ltda., e não teria como expulsar os índios em 1953, também não procede, pois se analisarmos atentamente as certidões emitidas pelo CRI da Comarca de Ponta Porã, podemos observar que no dia 05/02/1952 foi lavrada uma escritura de

compromisso de venda e compra, e que entre outras clausulas contratuais a outorgada compradora, exigia que as terras fossem *"...livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas,...de intrusos, posseiros ou ocupantes a quaisquer títulos"*. A escritura de venda e compra somente foi lavrada em 05 de Novembro de 1954, após terem expulsado os índios da área, com o pagamento sendo efetuado em 31 de janeiro de 1954 e 30 de abril de 1954. Daí conclui-se que os índios da Aldeia Taquara tiveram que ser expulsos do seu Tekohá por força de uma clausula contratual entre a Cia Mate Laranjeira e a Sociedade Civil Agrícola Rogers Ltda., em nome do progresso, do avanço agropecuário sem saber o que, realmente, fizeram a um povo, a uma etnia.

2. AMBIENTAL

O levantamento ambiental tem por finalidade a identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena .

1. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

- ***HIDROGRAFIA***

A propriedade esta inserida na bacia do rio Paraná e sub-bacia do Rio Ivinhema. Na propriedade ocorre os córregos S. Domingos, córrego Taquara e Serrito e seus diversos afluentes.

- ***RELEVO E SOLO***

Trata-se de uma extensa superfície rampeada, com inclinação para sudeste, com altitudes mais elevadas a noroeste, decrescendo em direção ao vale do Paraná, havendo predomínio de arenitos com solos de textura arenosa, tipo podzólico vermelho-escuros e latossolo vermelho-escuro álicos, com capacidade de uso caracterizado como Grupo A – Classe II – Subclasse II e.

- ***FLORA***

Destaca-se na propriedade a vegetação típica de floresta estacional semidecidual, mesclada com savana arbórea aberta (campo cerrado), com presença de inúmeras madeiras de lei, tais como a peroba-rosa, cedro, ipê, aroeira, canafístula, canjarana, etc., nos capões remanescentes ou mesmo em algumas pastagens, que conservam determinadas espécies nobres, chamando-se a atenção para a exuberância que era a vegetação primitiva, principalmente pelo adensamento de perobas que se faz uniformemente por toda a extensão da área.

Além das espécies citadas, ocorrem inúmeras espécies arbóreas pioneiras, tais como: Guaritá, Alecrim, Piúna, Jatobá, Amendoim do Campo, Pimenta de macaco, Cumbaru, Paineira, Ingá, Guabiroba, Angico, Carvão branco, Capitão,Guatambu, cebolão, bem como arbustos, ervas e palmáceas como a macaúba e o pindó. A erva-mate ainda é encontrada em certa quantidade na área.

Quanto ao clima, observa-se na região transição do clima tropical para subtropical, com uma estação fria, de maio a setembro, com temperatura

mínima média abaixo de 15°C, com precipitações bem distribuídas durante todo o ano.

- ***FAUNA***

Devido ao desmatamento indiscriminado, percebe-se a diminuição drástica da fauna na área. Mas, segundo informações dos indígenas, ainda podem ser vistos alguns exemplares de certas espécies, tais como: macaco, paca, tamanduá, anta, cateto, veado, queixada, cutia, onça parda, onça-pintada, capivara, lobinho, lobo guará, jaguatirica, kuati, tatu, e também aves e pássaros, como a ema, seriema, codorna, saracura, perdiz, nambu, papagaio, periquito, pombas, tucanos, marrecos, etc.

Nos córregos S. Domingos e Taquara, não existem mais peixes, só alguns lambaris e bagres.

CONCLUSÃO

A propriedade em questão encontra-se em situação de irregularidade quanto à existência da área de reserva legal, contando com 704,78 hectares de mata, necessitando recompor 1.164,35 hectares para compor os 20% exigidos no código florestal. A área de preservação permanente é de 418,65 hectares, mas com diversas cabeceiras e nascentes totalmente desmatadas e com princípios de erosão.

A área antrópica é de 7.057,85 hectares, com pastagens de capim colonião, brizanta, humidícula, decumbens, tanzânia, jaragua e algumas gramíneas tais como: estrela africana, mato-grosso, batatais e tifton.

Para que haja recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena Guarani-Kaiowá, que tem hábitos de pescar e caçar e realizar coletas de ervas medicinais, alimentos e materiais para artesanato, nas matas, é necessário recompor a área que esta descaracterizada e degradada, pelo desmatamento generalizado destinado a formação de pastagens artificiais, com praticamente total perda da bio-diversidade arbórea e floristíca, ocasionando drástica redução de animais silvestres, além do assoreamento dos córregos S. Domingos e Taquara e seus afluentes, comprometendo de maneira significativa os meios de subsistência do grupo indígena.(veja imagem de satélite no anexo).

Tendo em vista toda a problemática citada e visando reverter este quadro, sugiro a criação de um projeto para recuperação da área, implantado um viveiro para formação de mudas de essências arbóreas nativas e frutíferas, com o objetivo de fazer a área voltar a ter novamente uma vegetação com características semelhantes à natural, promovendo uma maior ocorrência da fauna e servindo de proteção ao solo e ao recurso hídrico. Estudar a viabilidade de se implantar um projeto de piscicultura para aproveitar os 118 açudes abertos na área, e oferecer alternativas para o enriquecimento da alimentação do índio.

DELIMITAÇÃO

A delimitação e identificação da área necessária à reprodução fisica e cultural do grupo indígena, levando-se em conta os aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, sítios arqueológicos, etc. ficou da seguinte maneira:

Partindo do M1, localizado sob coordenada geográfica S –22°,40′,30′′ e W-54°,38′,43′′ na barra do córrego Boa Vista com o córrego S. Domingos, daí segue para o leste subindo pelo leito do córrego Boa Vista até sua cabeceira, onde ficou estabelecido o M2 com coordenada geográfica S – 22°,40′,17′′ e W-54°,37′,40′′, daí segue por uma linha seca, junto à cerca de arame, da divisa da Fazenda Brasília do Sul, até o M3, localizado na margem direita do córrego Serrito, com coordenada geográfica S –22°,39′,52′′ e W-54°,36′,03′′, daí segue descendo pelo leito do córrego Serrito até na barra com o córrego Taquara, onde ficou o M4 com coordenada geográfica S-22°,40′,59′′ e W- 54°,34′,51′′, daí segue descendo pelo leito do córrego Taquara até na barra com o córrego S. Domingos, onde ficou o M5 com coordenada geográfica S-22°,49′,34′′ e W-54°,38′,12′′, daí segue para o norte subindo pelo leito do córrego S. Domingos até o M1, na barra do córrego Boa Vista, início desta descrição.

3. FUNDIÁRIO

A finalidade deste trabalho de levantamento, vistoria e avaliação de benfeitorias, realizado na fazenda Brasília do Sul é determinar o valor de indenização a ser pago ao proprietário, pela desapropriação do referido imóvel que incide sobre a Terra Indígena Taquara.

A propriedade é caracterizada como produtiva, e atua no ramo da pecuária, e possuem em media 10.000 cabeças de gado vacum e diversos eqüinos e benfeitorias diversas.

No levantamento de benfeitorias foi considerado as edificações fisicas, culturas permanentes e pastagens artificiais, observando seu estado de conservação, idade, área construída ou plantada, bem como outros dados indispensáveis à sua definição e quantificação.

A determinação dos preços das benfeitorias Será feita em Brasília – DF, através de uma comissão de avaliação, mediante as tabelas de depreciação e de valores elaboradas com base nas pesquisas de preços de mercado regional, mas especificamente nos municípios de Caarapó e Dourados, por técnicos da EMPAER, Sindicato Rural e Empresas de Planejamento Rural.

Os coeficientes usados na apuração do fator de depreciação das benfeitorias, de acordo com o estado de conservação, foram o indicado e adotado pelo IBAPE (Inst. Bras. de Avaliações e Perícias de Eng.).

As áreas de pastagens e todas as cercas e estradas foram mensuradas com a utilização de GPS – Garmin Plus III e as demais instalações com trena métrica.

O Pantaneiro AQUIDAUANA, 15 A 21 DE AGOSTO DE 1999

Manifesto dos Proprietários Rurais das Regiões de Aquidauana / Miranda

Hoje vivemos um País de absurdos!

Quando saímos do Regime de Exceção – Comemoramos em praça pública a bem vinda D nocracia e a Esperança de um Brasil próspero onde nossos direitos e deveres seriam respeit os.

A violência nas cidades e também no Campo priva os homens de bem o seu direito de li rdade – Segurança e propriedade.

As invasões de terras inibem a capacidade Produtiva.

Pagamos cada vez mais impostos e não temos a contra-partida de verificar que a miséria não está diminuindo e o pior de tudo, querem passar a sociedade a imagem que a culpabilidade d injustiça social seja por conta dos Proprietários Rurais.

Sabemos que ninguém oferece algo sem esperar por resultados, ouvimos que Países desenvolvidos desejam financiar Criação de parques nacionais enquanto os muitos já existentes estão abandonados, cabe a nós o direito de duvidar das verdadeiras intenções.

Querem os Países de primeiro mundo, ricos e portanto já desenvolvidos impedir a Expansão Agropecuária Brasileira para que não possamos concorrer com seus produtos subsidiados?

Não podemos mais continuar ingênuos e conceber que idéias estranhas a nossa realidade estejam infiltrando nas aldeias, criando expectativas nas cabeças de nossos índios de chegar inclusive a dar como certa a ocupação de nossas terras sem lembrar que a Constituição Federal nos concede o direito de propriedade.

Somos proprietários legítimos de fazendas com escritura pública registrada há mais de um século e com suporte de propriedades produtivas.

Quem conhece a nossa história, bem sabe que os Índios Terenas são nativos do Chaco Paraguaio que devido a guerra do Paraguai se refugiaram em nosso território em busca de abrigo.

Querem agora unir as aldeias de Taunay com as de Miranda criando um território indígena com recursos financeiro internacional.

Nós produtores da região provedores de riquezas, alimentos, mão de obra local e pagadores de impostos para este Estado, indignados e estarrecidos estamos sendo ameaçados de sair de nossas propriedades como se fossem aves espancadas de seus ninhos, por ondas de vendavais inescrupulosos sem origens e com destinos lesapátrias.

E assim o Brasil vai se expondo e minando aos poucos sua condição social e política até o risco eminente de descaracterizar sua soberania nacional, seu amadurecimento democrático e seu efetivo Estado de Direito, desmotivando gerações novas a se empreender em projetos futuros a sua própria emancipação econômica, paz, segurança e prosperidade de seu povo.

Foi por isto que nós proprietários rurais da região de Aquidauana e de Miranda reunimos para manifestar publicamente nosso repúdio às atitudes inconsequentes.

Vamos nos mobilizar e estamos unidos para prestar esclarecimentos a sociedade para que não possa ser manipulada com segmentos de verdades.

Convivemos e trabalhamos pacificamente com os índios num período já secular sem nenhum conflito.

Reconhecemos que nossos índios necessitam mesmo é de assistências e não de manipulação política.

Desejamos continuar investindo em nossas propriedades, para tanto precisamos no mínimo paz e segurança no campo.

A convivência pacífica precisa ser preservada e as comunidades indígenas devem dar um basta a toda manipulação.

Os Antropólogos precisam fazer estágios de longa duração, convivendo com os índios nas aldeias e verificar com os próprios olhos a realidade deles, que há muitos anos conhecemos "Um verdadeiro desrespeito a cidadania e a cultura indígena".

Estamos prontos a qualquer esclarecimento.

Queremos ter o orgulho de responder aos nossos filhos hoje aterrorizados e que no Brasil existe uma Constituição Federal que está acima dos interesses internacionais econômicos e políticos.

Roberto Oliveira Dittmar
Representante dos Produtores Rurais da Região
de Aquidauana / Miranda

A terra a peso de ouro

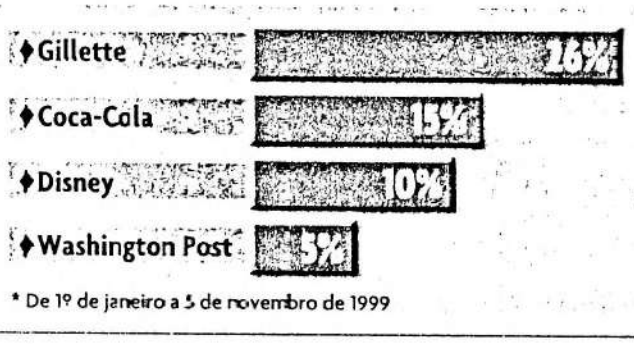
Um estudo recente feito pelo Ministério da Política Fundiária, sobre setenta processos judiciais mostrou diferenças gritantes entre o preço exigido pelos fazendeiros quando suas terras são desapropriadas e seu valor de mercado. Por causa disso, os processos foram suspensos pelo governo (valores em reais). Abaixo, alguns exemplos:

	Valor	Indenização pedida	A diferença daria para comprar
Fazenda Reunidas (SP)	26 milhões	1 bilhão	37 fazendas
Fazendas Horizonte e Escondido (MS)	24 milhões	927 milhões	37 fazendas
Fazenda Amaralina (BA)	48 milhões	825 milhões	16 fazendas
Fazenda Ocoí (PR)	12 milhões	445 milhões	36 fazendas
Fazenda Vila Amazônia (AM)	640 000	17 milhões	25 fazendas
Fazenda Porto Bonito (BA)	600 000	12 milhões	20 fazendas
Fazendas Ilha, Saco da Palma, Porções e Burgo (SE)	585 000	6,6 milhões	10 fazendas
Fazenda Itaguaçu (BA)	310 000	5,5 milhões	16 fazendas
Fazendas Morrinhos e Mucambo Firme (MG)	270 000	3,4 milhões	11 fazendas

MONTAGEM DE ALE SETTI SOBRE FOTOS DE REGIS FILHO, ARTHUR CAVALIERI/STRANA, FERNANDO VIVAS E JOSE ANTONIO

O GÊNIO ESTÁ PERDENDO DINHEIRO

A receita do investidor americano Warren Buffett de aplicar dinheiro em grandes companhias está dando errado. Seu fundo de investimentos **perdeu 19% do patrimônio** neste ano graças à queda das ações de algumas gigantes*



* De 1º de janeiro a 5 de novembro de 1999

RAUL JUNIOR

MUR
MISSÃO URBANA E RURAL

COMUNIDADE E JUSTIÇA

ATUAÇÃO

UM POUCO DA VIDA DE DORCELINA

Dorcelina de Oliveira Folador nasceu em 27 de julho de 1963, em Guaporema/PR. Chegou a Mundo Novo em 1.976 com onze anos de idade. Iniciou sua atuação na Pastoral da Juventude no ano de 1.980. Em 1.987, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, candidatando-se no ano de 88 a vereadora.

Professora, poeta, artista plástica, em 1.989 começou a contribuir no MST, chegando à direção estadual do Movimento e atuando como reporter popular do Jornal dos Sem-Terra.

Ajudou a fundar também a A.M.P.D.F. - Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física.

Depois de novamente candidata a vereadora em 92 e a Deputada Estadual em 95, foi eleita prefeita de Mundo Novo para o mandato de 1.997 a 2.000.

Seu mandato foi interrompido em 30/10/99 às 23:00, quando foi assassinada na varanda de sua casa.

"Dorcelina o povo não esqueceu a luta que você deixou pra prosseguir / Os seus companheiros e as suas companheiras lutam e vão resistir"

Comitê Dorcelina Vive
Av. Brasil, 701 - Centro
79980-000 - Mundo Novo - MS.
Fone/fax- 067-474.1548

Leia mais

NOTÍCIAS

LATIFÚNDIO FAZ MAIS VÍTIMAS EM MS

ANEXO 12

Questionário I
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do Assentamento/Acampamento: ----------
2. Nome do Assentado/Acampado: ----------
3. Idade: ----------
4. Estado Civil: ----------
5. Filhos: ----------
6. Escolaridade: ----------
7. Local de Nascimento: A) Estado: --------Município:----------
.... B) ( ) Urbano ( ) Rural
8. Qual foi o último lugar que você morou, antes de vir para o assentamento/acampamento:----------
9. Quanto tempo morou nesse lugar? ----------
10. Além desses lugares (origem e procedência) já morou em outros?----------Quais? ----------
11. Há quanto tempo está no assentamento/acampamento? ----------
12. Depoimento sobre o processo de ocupação e posse da terra: ------

---

Entrevistador:----------Data:---------

ANEXO 13

Questionário 2

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome do Assentamento ou Acampamento----------
1.2. Data do início do assentamento/acampamento----------
1.3. Tamanho da área:----------
1.4. N.° de Famílias: ----------
1.5. N.° de Pessoas: ----------
1.6. Tamanho do Lote de cada família: ----------
1.7. Município e Estado onde se localiza: ----------

2. DADOS SOBRE A PRODUÇÃO

2.1. O que produzem – Produtos e quantidades produzida pelo conjunto do grupo no último ano (1999) aproximadamente:

	Produto	Quantidade
a)	----------	----------
b)	----------	----------
c)	----------	----------
d)	----------	----------
e)	----------	----------

2.2. Quantia de hectares utilizados no conjunto das famílias:----------
---

2.3. Principais problemas enfrentados na produção em relação a:
a) Produção----------
b) Crédito/financiamento----------
c) Comercialização ----------
d) Transporte ----------
e) Armazenagem ----------
f) Assistência Técnica ----------
2.4. O resultado total da produção do assentamento está voltado para:
( ) subsistência ( ) subsistência e mercado ( ) mercado
2.5. O que precisa para produzir mais e melhor e melhorar as condições de vida do assentamento?----------
---

3. DADOS SOBRE ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

3.1. Quantas pessoas são sócias de sindicatos? ----------
3.2. Quais sindicatos? ----------
3.3. Quantas pessoas são filiadas a partidos políticos? ----------
3.4. Quais partidos políticos que têm filiados? ----------
3.5. Que entidades costumam apoiar o assentamento? ----------
3.6. Existe algum núcleo de militantes no assentamento?----------
3.7. Como se deu a conquista da terra? Conflitos? Processo de Ocupação, etc.----------
---

Entrevistador----------Data----------

ANEXO 14

Manifestações de Luta no Mato Grosso do Sul – 1998

MANIFESTAÇÕES	MUNICÍPIO	PESSOAS
Acampamento em frente ao INCRA	Campo Grande	25
Bloqueio de Rodovia	C. Grande/Miranda/P.Porá	700
Ocupação do INCRA	Campo Grande	40
Grito da Terra Brasil 98	Campo Grande	3.000
Ocupação do Banco do Brasil	Nioaque	200
TOTAL		**3.965**

Fonte: CPT, 1998

Manifestações de Luta no Mato Grosso do Sul - 1999

MANIFESTAÇÕES	MUNICÍPIO	PESSOAS
Acampamento BR-262	Miranda/Anastácio	450
Grito da Terra Brasil 1999	Campo Grande	1.000
Ocupação Banco do Brasil	Campo Grande	700
Manifestação em frente ao INCRA – Abr/Ago	Campo Grande	450
Bloqueio de Rodovias	P.Gomes/Miranda/Rochedo	1.500
Bloqueio de Rodovias	Coxim/M.Novo/Bataguassu/	3.000
Manifestação em frente ao INCRA – Mar/99	Campo Grande	800
Fazenda Aldeia	Bataguassu	700
Ocupação do Banco do Brasil	Nioaque	200
Ocupação do Banco do Brasil	Baitaporã	150
Ocupação do Banco do Brasil	Navirai	200
Ocupação do Banco do Brasil	Bataguassu/Bodoquena	200
TOTAL	**12**	**9.350**

Fonte: CPT, 1999

Manifestações de Luta no Mato Grosso do Sul - 2001

MANIFESTAÇÕES	MUNICÍPIO	PESSOAS
Ocupação da Sede do Idaterra	Anastácio	*
Bloqueio de Rod./Fazenda Tejin/Tajin	Bataguassu	800
Ocupação da Pref./Fazenda São Tome	Brasilândia	1.000
Ato Público na Praça Ary Coelho	Campo Grande	200
Bloqueio de Rodovias Federais	Campo Grande	10.000
Grito da Terra Brasil 2001	Campo Grande	2.000
Manifestação em frente ao INCRA	Campo Grande	395
Ocupação da Agência dos Correios	Campo Grande	1.200
Ocupação da Sede do INCRA	Campo Grande	500
Protesto de Acampados na BR – 262	Campo Grande	60
Protesto de Trabalhadores Rurais	Campo Grande	500
Protesto em frente ao Palácio do Governo	Campo Grande	200
Bloqueio BR 262/Fazenda São Lucas do Monjolo	Corumbá	130
Acampamento INCRA	Dourados	350
Dia internacional de Luta no Campo	Dourados	2.000
Ocupação do Incra	Dourados	500
Bloqueio de Rod/Faz Cachoeira Bonita	Iguatemi	450
Bloqueio de Rod/Acamp. Paraíso II	Itaquiraí	200
Bloqueio de Rod/ Faz. Sanguessuga/ E. Caimã	Miranda	2.,500
Projeto Vitpan/Faz. Sanguessuga/E. Caimã	Miranda	45
Acamp. Frente ao Banco do Brasil/Faz. Indiana	Mundo Novo	200
Ocupação do Laticínio Campestre/Faz. Indiana	Mundo Novo	150
Dia do Trabalhador Rural/Fazenda Itamarati	Ponta Porã	400
Ocupação da Sede do Idaterra	Rio Brilhante	*
Prot. Frente à Prefeitura	Rio Brilhante	200
Acamp.Sonho Real Bloqueio Br – 060	Sidrolândia	300
Ocupação da S. do Idaterra	Sidrolândia	2.000
TOTAL		**26.280**

Fonte: CPT, 2001

Manifestações de Luta no Mato Grosso do Sul - 2000

MANIFESTAÇÕES	MUNICÍPIO	PESSOAS
P. ª São Manoel	Anastácio	200
Fazenda Austrália	Deodápolis	900
Vigília Nacional – Ocupação do INCRA	Campo Grande	400
Fazenda Floresta Branca – P. A Floresta Branca	Eldorado	185
Levante no Campo	Itaquirai/Brilhante/Nioaque/ Bataiporã	950
Fazenda Sepaco	Terenos	140
Fazenda Maria Augusta e Correntes	Dois Irmãos do Buriti	90
P. A Santa Catarina	Aral Moreira	120
Ocupação da Receita Federal	Campo Grande	450
Ocupação da Receita Federal	Itaquiraí	400
Caminhada pelas ruas de Campo Grande	Campo Grande	1.200
Bloqueio da Rodovia BR - 376	Itaquiraí	500
Ocupação da Prefeitura	Novo Horizonte do Sul	400
Fórum Estadual da Terra	Campo Grande	10.000
Fazendo Urtigão	Tacuru	300
Fazenda Santa Renata	Tacuru	100
Ocupação do Banco do Brasil	Bataguassu	100
Fazenda Rochedo	Rochedo	920
Assentamento São Pedrto	Sidrolândia	60
Bloqueio na BR - 163	Itaquirai/Naviraí	*
Fazenda Itamarati	Ponta Porã	3.000
Fazenda Sanguessuga Estância Caimã	Miranda	400
Fazenda Engenho Novo	Rio Brilhante	1.000
Fazenda Morro Alto	Rochedo	280
Ocupação da Sede do INCRA – Fev/2000	Campo Grande	800
TOTAL		**22.895**

Fonte: CPT, 2000

ANEXO 15

a lei (não)

Os governadores e parlamentares, na grande maioria, são lati
seus interesses de classe. Aquelas leis mais avançadas, co
Veja alguns exemplos da apl

representaçã

da tortura

O artigo 5º, item III da constituição diz o seguinte:
"Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem tratamento desumano e degra-
ante... Os infratores serão presos sem direito a habeas corpus ou fiança".

ue acontece na prática

Somente de março deste ano para cá, mais de 20 lavradores do MST foram
turados pela PM. Isso ocorreu nos despejos da fazenda Santa Elmira, RS; fazenda
oucaíra, BA; fazendo Sapucaia, PB. Na Bahia, o companheiro Jaime Amorim
Direção Nacional foi uma das vítimas. Na Paraíba houve ação de grupo paramilitar
nando do fazendeiro.
As autoridades não tomaram providências de abrir inquérito e apurar os fatos.
nhum torturador foi preso.

do porte de armas

proibido o porte de armas privativas das forças armadas, como fuzis e metralha-
as. Só é permitido o uso de armas de defesa, como revolver ou espingarda,
de que tenha registro legal.

a o que acontece com os fazendeiros

A UDR já declarou publicamente possuir mais de 70 mil armas de grosso calibre.
Nos últimos despejos, os pistoleiros portavam metralhadoras e fuzis. A polícia,
contrário de desarmá-los, dava cobertura e agia em conjunto com os mesmos.

n os lavradores

Nos mesmos despejos, a polícia desarma os lavradores, tirando-lhes, espingardas
caça, facões e até faca de cozinha. Esses objetos são utilizados pelos lavradores
no instrumentos de trabalhado.

de imissão da posse.

O presidente da república assinou 565 decretos de desapropriação. Entretanto
imitida posse em apenas 320 áreas. Destas, somente 75 houve assentamento;
245 restantes estão paradas na "Justiça" desde 1985. De acordo com a lei,
nissão deve ocorrer em 48 horas.

de despejo

O despejo só pode ser realizado com ordem judicial. Porém, somente neste
, lavradores foram expulsos de quatro fazendas sem a apresentação deste docu-
nto. Foram elas: Sapucaira (BA): Sapucáia (PB); Três Irmãos (BA) e três acam-
nentos em Igaci (AL). Nestes casos a polícia atendeu ordens diretas dos fazen-
iros.

A Câmara dos Deputados definiu as comissões que farão as leis complementares à Constituição. Os partidos tiveram liberdade de indicar quantos deputados quizessem.

A comissão de agricultura, responsável pela reforma agrária e política agrícola é composta por 51 deputados. A presidência ficou com o deputado José Egreja (PTB-SP), que é usineiro e vinculado à UDR.

Como mostra a lista, dos 51 deputados, 30 são totalmente contra a reforma agrária. Cinco estão indefinidos e 4 não se tem informações. Apenas 12 são favoráveis à reforma agrária.

Com esse quadro, dificilmente haverá avanços nas leis complementares. Os trabalhadores não podem alimentar esperanças nessa comissão.

Nome	estado	PMDB posição sobre reforma agrária	
			Nestor Duarte
			Nyder Barbosa (*)
			Raul Belém
			Rosa Prata (*)
			Rospide Neto
			Santinho Furtado
			Waldir Pugliesi
Antonio de Jesus (*)	GO	contra	
Celso Dourado	BA	s/inf.	
Darcy Deitos	PR	contra	
Del Bosco Amaral	SP	contra	Alcides Lima
Hilário Braun	RS	contra	Alércio Dias
Iturival Nascimento	GO	s/ inf.	Alysson Paulinelli
Ivo Mainardi	RS	contra	Érico Pogoraro
Ivo Vanderlinde	SC	contra	Francisco Coelho
Jorge Vianna (*)	BA	contra	Iberê Ferreira
Jovani Masini	PR	contra	Jacy Scanagatta
Lélio Souza	RS	a favor	Jonas Pinheiro (*)
Maguito Vilela	GO	s/ inf.	Sérgio Brito
Marcos Queiroz	PE	contra	Ubiratan Spinelli
Maurício Nasser	PR	contra	Vinícios Cansação

cumprida

'os ou vinculados a eles. As leis que elaboram asseguram
adas pela pressão popular não são colocadas em prática.
das leis no meio rural.

Por outro lado, a polícia executou vários despejos com ordem judicial em apenas 24 horas. Como nos casos das fazendas: Santa Elmira (RS); Pendengo (SP); Gameleira (MA); Bela Vista (BA) e outras.

Com isso se nota que a ordem dos fazendeiros vale mais que a do presidente da república.

Ordem de prisão.

A polícia só executa prisão com eficiência quando se trata de trabalhadores.

Os responsáveis pelos mais de 800 assassinatos de lavradores ocorridos entre 1985 a 1989 estão impunes. A maioria dos casos não têm inquérito policial que aponte os assassinos e os fazendeiros mandantes.

Quando se trata de impedir mobilizações dos lavradores, as prisões são feitas rapidamente. Só em 1988, 54 lideranças do Movimento Sem Terra foram presas ilegalmente. No mês de março deste ano, 30 lavradores foram presos no Rio Grande do Sul com base em ordem judicial expedida em menos de 24 horas. Todas essas prisões se deram durante ocupações de latifúndios improdutivos.

Falta ou atraso em pagamento de dívida

Quando um pequeno proprietário atrasa pagamento de empréstimo ao Banco, logo é remetido à Justiça. Sua terra é penhorada e leiloada. Na região sul do país, nos últimos quatro anos, mais de cem mil produtores perderam suas terras sumariamente.

Nessa mesma região, mais de 12 mil plantadores de trigo não receberam o pagamento do produto entregue ao Banco na última safra. Nesse caso a justiça não age para garantir o dinheiro dos produtores.

Lei da reforma agrária

O Presidente da República assinou no dia 10 de outubro de 1985, a lei 91.766 que determina a implantação da reforma agrária. A meta era assentar 900 mil famílias de sem terra no período 85-89. Para isso deveriam ser desapropriadas 27.630.000 ha. de terra. O prazo venceu e apenas 40.396 famílias (4%) foram assentadas e somente 1.900.189 ha. desapropriados.

Nesse caso a Justiça também não age para fazer o governo cumprir suas leis.

Acima das leis está o direito

As leis são feitas para beneficiar uma minoria privilegiada. Em edição recente do Jornal Sem Terra, personalidades e juristas afirmaram que o único caminho é a ocupação de terras.

Essa posição vai de encontro com nossa decisão. Não resta outra alternativa. Vamos ocupar, resistir e produzir. O governo e o poder judiciário têm que entender que, acima das leis está o direito. Nenhuma lei foi feita antes da necessidade.

latifundiária

a favor			PSDB				PT
contra	Edmundo Caldino	MG	s/inf.		Antonio Marangon	RS	a favor
Indefinido	Nilton Friedrich	PR	a favor		João Paulo Pires	MG	a favor
contra	Saulo Queiroz	MS	a favor				
indefinido	Vicente Bogo	RS	a favor				PDC
contra							
contra			PDS		Paulo Mourão		Indefinido
	Adauto Pereira	PB	contra				PL
PFL	Adyson Mota	RS	contra				
	Osvaldo Bender	RS	contra		Osvaldo Almeida	RJ	contra
contra							
Indefinido			PDT				PCdoB
contra	Amaury Müller	RS	a favor				
a favor	Nelson Aguiar	ES	a favor		Aldo Arantes	GO	a favor
Indefinido	Carlos Cardinal	RS	a favor				
contra							PSB
contra			PTB				
contra					José Carlos Sabóia	MA	a favor
contra	Jayme Paliarin	SP	contra				
contra	José Egreja (*)	SP	contra				
contra	Rodrigues Palma	MT	contra				

* vinculados à UDR
fonte: Anuário dos Parlamentares/Sempel/Brasília

Campanha em favor da ampliação da área indígena OFAIÉ (Hidrelétrica de Porto Primavera - Brasilândia - Mato Grosso do Sul)

1 - Resumo dos Fatos:

Os índios Ofaié, do município de Brasilândia foram transferidos de seu território no Mato Grosso do Sul para uma área complementar de mata nativa de 484 hectares adquirida pela Companhia Energética de São Paulo - CESP, em março de 1997. A transferência dos índios deu-se em razão da formação do lago da Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (ex-Porto Primavera) que se encontra em fase de conclusão no rio Paraná, e que irá inundar mais de 180 mil hectares de terra no estado sul-mato-grossense. Na área complementar adquirida pela CESP e doada à FUNAI, foram construídas várias benfeitorias, entre elas, Centro Comunitário, Escola, Posto de Saúde, um poço artesiano, rede de Luz elétrica e 15 casas de alvenaria e madeira tratada.

Por força do Convênio nº 04/94, de 29 de abril de 1994 publicado no DOU de 19 de maio de 1994, firmado entre CESP e FUNAI, caberia à estatal elétrica paulista desenvolver *projetos de assistência técnica, fornecimento de alevinos, agricultura, pecuária e apicultura.* Obrigava-se também a CESP *a arcar com todas as despesas de demarcação e pagamento das benfeitorias para proceder a regularização fundiária da Área Indígena Ofaié, declarada pelo Ministério da Justiça (*que hoje encontra-se *sub judice*).

Vários programas firmados entre CESP e FUNAI, entretanto, não puderam ser colocados em prática, em especial, os programas de apoio à agricultura de subsistência que deveriam ser implementados junto aos Ofaié. Hoje, existem apenas 8 famílias remanescentes desses antigos caçadores e coletores da margem direita do rio Paraná. Os Ofaié que recentemente agregaram-se a outras famílias Kaiowá e Guarani que vivem no município de Brasilândia-MS padecem dificuldades devido a falta de curso natural de água dentro da área, o que tem causado sérios prejuízos à comunidade e a impede de desfrutar dos projetos da CESP firmados no Convênio.

2 - A Proposta:

Está sendo proposta a compra de uma área de 190 alqueires, contínua à área onde os índios atualmente se encontram e que pertence ao mesmo proprietário que vendeu a mata nativa à CESP (Sr. Faustino Teixeira Veloso, rua Goitacases, 1322 Cep 17600-350 Tupã-SP Fone: (14) 442-6737). A área possui a nascente e o leito do Córrego Bom Jardim, contando com 3 açudes, o que permitiria aos índios intensificar a criação de peixes. A área possui uma várzea, que permitiria aos Ofaié desenvolver a agricultura, em especial o cultivo do *Kotiá* (arroz de sequeiro). A área possui também pastagem, o que permitiria aos Ofaié desenvolver projetos de criação de animais (pecuária) de médio e grande porte. A aquisição da área evitaria ainda o desmatamento da área complementar de mata nativa, garantindo igualmente abrigo para a fauna numa região completamente devastada.

Esta proposta foi discutida por toda a comunidade indígena Ofaié, no dia 14 de junho de 1999, na presença do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, oportunidade em que todos os presentes, com mais de 16 anos, assinaram *o documento* que *foi enviado* pelo Cacique Ataíde Francisco Rodrigues *ao Secretário de Estado de Meio Ambiente* do governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com cópia para a FUNAI e a CESP.

3 - A Campanha:

Solicitamos o envio de *Cartas de Apoio* à reivindicação dos índios Ofaié que devem ser dirigidas às

seguintes autoridades dos poderes públicos:

Exm° Sr. José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT)

MD Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Parque dos Poderes Bloco 08
Cep: 79031-092 Campo Grande-MS
Fax (67) 726-4006 (67) 726-4176

Exm° Sr° Dr. Egon Krackecche
MD Secretário de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Rua Projetada s/n° Q. 03; S. 03 Parque dos Poderes
Cep: 79031-902 Campo Grande -MS
Fax: (67) 726-4045 (67) 726-5521 Email: suplan@sema.ms.gov.br

Ilm° Sr. Dr. Guilherme Augusto Cirne de Toledo
MD Presidente da Campanhia Energética de São Paulo - CESP
Alameda Ministro Rocha Azevedo, 25
Cep: 01410-900 São Paulo SP
Fax: (11) 251-4904 (11) 251-5028

Ilm° Sr. Lisio

MD Administrador Regional da FUNAI - Ca
Gr

Av. Afonso Pena, 3
Cep: 79020-001 Campo Grande
Fax: (67) 725-1195 Celular (67) 985-4

Exm° Sr. Marcio Lac
MD Presidente da FU

SEPS, 702/902, Edifício Lex, Bloco A 3° a
Cep: 70340-904 Brasília
Fax: (61) 226-8782 - E-r
marcio.lacerda@funai.gc

Conselho Indigenista Missionário-CIMI - Diocese de Três Lagoas - MS
Caixa Postal 11 Cep 79670-000 Brasilândia MS
Fax (67) 546-1300
E-mail: d itra_carlito@uol.com.br
cimims@zaz.gov.br
cimi@embratel.net.br

Movimentos sociais na mira do exército brasileiro

Nota da CPT e do Setor Pastoral Social da CNBB *

A imprensa tem divulgado nos últimos dias a ação de espionagem do Exército. Apresentando, inclusive, documentos que mostram que esta se destinava a investigar as ações dos movimentos sociais, de modo particular o MST e outros movimentos de luta pela terra, e atingia também a própria Comissão Pastoral da Terra - CPT. Os movimentos sociais têm sido qualificados como "forças adversas" que devem ser vigiadas, combatidas e eliminadas.

Isto que agora acontece não é nenhuma novidade em nossa nação. Sempre que os camponeses e os pobres tentaram se organizar e lutar pelos seus direitos foram vigiados e duramente combatidos. É só lembrar de Canudos e o Contestado e, mais recentemente, da ditadura militar que exerceu severa vigilância e repressão sobre os movimentos do campo e acabou com as Ligas Camponesas. Para quem achava que hoje vivemos um espaço democrático onde a livre expressão e organização são garantidas, esta ação vem mostrar a verdadeira cara de nosso regime. Hoje o alvo é o MST, junto com outros movimentos que reúnem e organizam os trabalhadores para a conquista do direito de acesso à terra que sempre lhes foi negado pelas elites dominantes em nosso país. O MST é o mais atingido pela sua força de organização, pela firmeza de suas posições e pelas propostas que defende.

A ação do exército não é algo isolado. Faz parte de uma ação articulada nos últimos anos pelo governo federal para desarticular os movimentos sociais do campo e de modo particular o MST. Neste sentido, tem baixado medidas provisórias criminalizando as ações dos movimentos sociais e negando o direito à terra aos que participarem de ações de ocupações. Tem desencadeado uma minuciosa fiscalização sobre associações e cooperativas de pequenos agricultores, sob a alegação de desvio de recursos destinados à Reforma Agrária. Para tentar podar a força dos movimentos sociais do campo criou a "reforma agrária pelo correio."

Não bastasse isto, a nova estratégia do governo é tentar desqualificar os conflitos agrários. As mortes decorrentes destes conflitos, 13 até agosto deste ano registradas pela CPT, se devem a brigas de interesse entre companheiros e vizinhos, segundo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann.

Tudo isto é a prova de que a compreensão das lutas sociais no Brasil encontra um núcleo duro de resistência na elite brasileira. Em última análise, o que está em jogo é não querer partilhar o país e suas riquezas com a massa dos excluídos. Por isso, teme-se a reforma agrária e, principalmente, aqueles que a fazem de fato. Mas há também uma novidade própria aos desafios contemporâneos. Devido às riquezas da biodiversidade, o grande capital tem interesse em controlar verdadeiros territórios dentro do território brasileiro. A resistência dos povos da terra torna-se novamente um ponto de estrangulamento destes interesses que esmagam as verdadeiras necessidades do povo brasileiro que ainda está na terra.

O lamentável não é só a espionagem, mas a compreensão que o Estado tem daqueles que lutam por justiça no campo, de serem "inimigos da pátria".

A Comissão Pastoral da Terra e o Setor Pastoral Social da CNBB refazem seu compromisso com os filhos e filhas da terra e das águas e com eles se solidarizam. Com os pés no chão, sonhamos com o dia da paz, fruto da justiça.

Comissão Pastoral da Terra
Setor Pastoral Social da CNBB

---

* Nota conjunta da CPT Nacional e do Setor de Pastoral Social da CNBB, distribuída à imprensa, em agosto de 2001, depois que a Procuradoria da República localizou, em Marabá - PA, documentos do Serviço de Inteligência do Exército, incriminando os movimentos sociais e a CPT, taxando-os de "forças adversas".

Siglas dos Movimentos Sociais, Organizações e Entidades

Aasf - Associação dos Assentados de São Francisco

Aaico - Associação dos Amigos da Ilha de Colares

Abanorte - Associação dos Bananicultores do Norte de Minas

ACBP - Associação Comunitária Bom Pastor

Anab - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Antep - Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra

AAV - Agentes Ambientais Voluntários

Acaram - Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua

ACRQG - Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos de Gurupá

ANMTR - Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

Apapap - Associação do Projeto de Assentamento de Praia Alta Piranheira

Apapats - Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí

Apracf - Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca

Aprocel - Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga

ASA - Associação Santo Antônio

Atesf - Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé

Astelira - Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento

ATDST - Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra

ATP - Associação Terra e Paz

ATR - Associação dos Trabalhadores Rurais

Atri - Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú

Atuva - Associação dois Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida

CAA - Centro de Agricultura Alternativa

Cáritas Brasileira

CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade

Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Cooterra - Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra

Cotrec - Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FAF - Federação da Agricultura Familiar

Fase - Federação de Órgãos párea Assessoria Social e Educacional

Feraesp - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

Fetadef - Federação dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal e Entorno

Fetaeg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

Fetaema - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

Fetaemg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

Fetaet - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins

Fetaep - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

Fetagri - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado

Fetagro - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia

Fetape - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Fetarne - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte

Fetase - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe

Fetraece - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

Fetrafsul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

IECLB - Igreja Eclesial de Confissão Luterana do Brasil

LCPR - Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia

LOC - Liga Operária Camponesa

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

Mastac - Movimento dos Agricultores Sem Terra de Candiota

Mast - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MBST - Movimento Brasileiro dos Sem Terra

MBUQT - Movimento Brasileiros Unidos Queremos Terra

MCC - Movimento Camponês de Corumbiara

MCST - Movimento dos Carentes Sem Terra

MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

MLT - Movimento de Luta pela Terra

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra

MLST - de Luta - Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta

MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MSAR - Movimento dos Sem Água do Riachão

MSST - Movimento Social dos Sem Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT - Movimento dos Trabalhadores

MTB - Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil

MTB - Movimento Terra Brasil

MTR - Movimento dos Trabalhadores Rurais

MTRST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (dissidência do MST)

MTRSTB - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros

MTRUB - Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos

MUL - Movimento União dos Lavradores do Vale do Guaporé

OTL - Organização Terra e Liberdade

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PPE - Projeto Padre Ezequiel

PSG - Pólo Sindical da Região de Guanambi

Sasop - Serviço de Associação às Organizações Populares Rurais

SMDH - Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos

SOS Capivari

SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFT - União Força e Terra